

Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal:
do modernismo à revisão dos modelos

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

orientação:

Professor Doutor Arquitecto Alexandre Alves Costa
Professora Doutora Arquitecta Madalena Cunha Matos

área científica:

arquitectura

realizada por:

Rui Jorge Alves Felício Seco da Costa

Programa de Estudos Avançados em Arquitectura, Território e Memória

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Arquitectura

Universidade de Coimbra

Coimbra 2006

Índice resumido

| | |
|---|-----|
| Introdução..... | 13 |
| Parte I | 19 |
| 1. Desenho urbano modernista em Portugal? | 21 |
| 2. A modernidade condicionada na cidade portuguesa | 27 |
| 3. Da inevitável mudança à Revolução: uma transformação (também) urbana | 109 |
| 4. Uma cidade miscigenada..... | 191 |
| Parte II | 199 |
| 1. Outra <i>iniciativa necessária</i> | 201 |
| 2. A partir de ' <i>an experiment in freedom</i> ' | 207 |
| 3. Revisão crítica do urbanismo modernista: algumas pistas | 235 |
| Conclusão | 243 |
| Bibliografia..... | 251 |

Agradecimentos

Em primeiro lugar, aos orientadores Alexandre Alves Costa e Madalena Cunha Matos, pela adesão imediata, pelo encaminhamento e acompanhamento, e pelo incentivo. Aos professores do programa de Estudos Avançados em Arquitectura, Território e Memória, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em especial Walter Rossa, José António Bandeirinha, Paulo Varela Gomes e Vítor Murtinho, pelo encorajamento e pela ajuda na definição de um rumo. Aos professores do curso de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, particularmente Nuno Portas, Manuel Fernandes de Sá e Álvaro Domingues, pela abertura de novas perspectivas sobre a urbanidade. E também aos professores da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, tão importantes na altura da descoberta, sobretudo Carlos Lameiro, Jorge Spencer, Manuel Aires Mateus, António Santos Machado e José Calado. A Francisco Barata Fernandes, pela chamada de atenção para a importância da forma urbana. Aos colegas da Escola Universitária de Artes de Coimbra, pelas ajudas diversas, em especial ao João Paulo Conceição. Aos colegas do Ea-Atm, sobretudo aos mais próximos - César Proença, Nelson Mota - pela discussão e procura conjunta, e também aos companheiros no Porto – José Júlio Dias, Ana Veneza, João Abreu Lima, Ricardo Matos – e aos colegas do curso de arquitectura – Nuno Silva, Teresa Tavares, Gonçalo Castro. Ao Ivo Veiga, por todo o interesse, pelas leituras e sugestões. Ao João Campos, pelo auxílio precioso na organização do Word. À Rita Correia e ao Paulo Pires pelas dicas. À Susana Constantino e ao Jorge Paulo Correia, pela documentação. Aos meus pais e irmãos, ao Pedro também pelas ajudas. E à Sofia, por tudo.

À memória de Manuel Dias Felício, meu avô.

Abstract

This dissertation aims to contribute to the enrichment of the knowledge on city's growth in Portugal, more specifically on the development and application of design concepts and morphological and typological organization of the urban fabric from the breakthrough of modernist architecture. Its frame work question can be defined as the application of modernist urban design models in this country.

Searching the answer to the absence of systematic knowledge about urban design concepts applied in late portuguese city and about the meanings of search and experimentation developed in its structuring, this work aspires to draw a line of historical systematization based on an interpretative critical view on existing theoretical and scientific output, examining them and making comparative connections.

The research work studies critically informed practice, contextualized on the country's urban and social developments, with a specific focus on the achievements of more conceptual meaning, in terms of solution's development and experimentation.

The buildings' design and association systems, their relation with the urban structure and the organization and characterization of public space are considered determining aspects of the analysis.

Considering the specificities of the Portuguese urban transformation scenario, it is also an intention to equate its recent contribution to the evolution of urban space concept, looking towards the encouragement and the increment of scientific debate.

Key-words: city, urban design, architecture, modernism, urbanisation, Portugal.

Resumo

Este estudo pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a construção da cidade em Portugal, em particular sobre o desenvolvimento e aplicação de conceitos de desenho e organização morfo-tipológica do tecido urbano, a partir do momento de afirmação da arquitectura modernista. Pode definir-se, como sua problemática de enquadramento, a aplicação dos modelos urbanísticos modernistas no país.

Procurando responder a uma ausência de conhecimento sistematizado sobre os conceitos de desenho urbano empregues na cidade portuguesa recente e sobre os sentidos de procura e experimentação desenvolvidos na sua estruturação, o trabalho propõe-se construir uma linha de sistematização histórica com base numa visão interpretativa, de pendor crítico, da produção teórica e científica já existente, examinando-a e relacionando-a comparativamente.

A investigação incide sobre a prática disciplinar criticamente informada, contextualizada na evolução urbana e social do país, com um enfoque específico nas concretizações de maior sentido conceptual, de pesquisa e de experimentação de soluções.

O desenho e os sistemas de associação da forma construída, a sua relação com a estrutura urbana e o tratamento e caracterização do espaço público são considerados aspectos determinantes na análise realizada.

Tendo em consideração as especificidades da transformação urbana portuguesa, propõe-se também equacionar o seu contributo recente na evolução dos conceitos de urbanidade, no sentido de incentivar e concorrer para o debate disciplinar na matéria.

Palavras-chave: cidade, desenho urbano, arquitectura, modernismo, urbanização, Portugal.

Índice discriminado

| | |
|--|----|
| Índice resumido | 3 |
| Agradecimentos..... | 5 |
| Abstract | 8 |
| Resumo | 9 |
| Índice discriminado | 10 |
| Introdução..... | 13 |
| Parte I | 19 |
| 1. Desenho urbano modernista em Portugal? | 21 |
| 2. A modernidade condicionada na cidade portuguesa | 27 |
| A urbanidade na entrada do século XX..... | 31 |
| As Avenidas Novas | 33 |
| Os Planos de Melhoramentos e a evolução técnica..... | 37 |
| O primeiro modernismo | 40 |
| A visão urbanística do Estado Novo | 44 |
| O preenchimento da malha urbana..... | 50 |
| O urbanismo de Duarte Pacheco | 54 |
| Da <i>city beautiful</i> à marcação do poder na cidade | 63 |
| O empreendedorismo público e Alvalade | 75 |
| A modernidade arquitectónica portuense | 80 |
| A mudança do panorama crítico..... | 85 |
| No Congresso de 1948 | 86 |

| | |
|---|-----|
| O desenho urbano modernista na <i>cidade tradicional</i> | 89 |
| A introdução da <i>Carta de Atenas</i> | 98 |
| 3. Da inevitável mudança à Revolução: uma transformação (também) urbana | 109 |
| Um lento princípio de mudança | 111 |
| Uma nova consciência disciplinar e teórica | 119 |
| Anos 1960, tempo de transformação social..... | 126 |
| As grandes expansões planeadas: Olivais e Pasteleira | 131 |
| As grandes expansões planeadas: Chelas | 140 |
| Outra escala: uma influência <i>popular</i> | 149 |
| Fazer cidade com habitação | 153 |
| A (des)esperança marcelista | 161 |
| Do planeamento integrado..... | 167 |
| ... à concretização fragmentária..... | 172 |
| Consciência social, <i>realismo</i> e contestação..... | 178 |
| Trilhando novos caminhos (de urbanidade) | 183 |
| 4. Uma cidade miscigenada..... | 191 |
| Parte II..... | 199 |
| 1. Outra <i>iniciativa necessária</i> | 201 |
| 2. A partir de ' <i>an experiment in freedom</i> ' | 207 |
| O urbanismo do pós-guerra | 210 |
| A complexidade disciplinar do planeamento | 213 |
| A mudança de papel do Estado | 216 |
| Portugal e o <i>problema da habitação</i> | 218 |
| O momento crítico e a experimentação em Portugal..... | 221 |

| | |
|--|-----|
| A evolução suburbana | 224 |
| A crítica e o debate, a regulação e a aceitação | 226 |
| Do determinismo formal à ausência de referências..... | 230 |
| Novamente <i>uma iniciativa necessária</i> | 233 |
| 3. Revisão crítica do urbanismo modernista: algumas pistas | 235 |
| Conclusão | 243 |
| Bibliografia..... | 251 |
| Bibliografia da Parte I | 253 |
| Bibliografia da Parte II | 264 |
| Bibliografia da Conclusão | 268 |
| Referências das imagens | 269 |

Introdução

A cidade constitui um lugar de cruzamento de múltiplas realidades, conformando o registo físico da sociedade que a habita e da sua evolução passada, que nela permanece impressa de um modo que atravessa o tempo. No espaço urbano podem ser lidos de modo transversal hábitos sociais, actividades, modos de vida individuais e colectivos, comportamentos públicos e privados, valores simbólicos, matrizes de organização económica e processos históricos de transformação.

A arquitectura apresenta, no contexto da cidade, a leitura parcelar desses diferentes aspectos, proporcionando um testemunho mais facilmente apreensível, necessariamente menos abrangente, mas passível de um entendimento contextual, revelador de uma mais alargada visão sobre a construção da urbanidade.

Fruto da mudança social, a transformação urbana realiza-se com base em diferentes conceitos de urbanismo e de cidade, cuja evolução confere ao espaço produzido marcas territoriais de carácter diferenciado e apropriação diversa. Esses conceitos, que desde o momento de criação da cidade se mantêm em evolução continuada, foram objecto de reequacionamento particularmente aprofundado ao longo do último século.

Este trabalho pretende contribuir para o conhecimento sobre a construção da cidade em Portugal, e em particular sobre o desenvolvimento e aplicação de conceitos de desenho e organização morfo-tipológica do tecido urbano a partir do momento de afirmação do modernismo.

A um nível mais alargado, contém ainda uma ambição mais vasta, no sentido de incentivar o debate sobre a construção da urbanidade no momento actual, e sobre o contributo da cidade portuguesa recente nessa definição.

Inscrevendo-se no âmbito de uma prova académica que tem por objectivos comprovar, através da realização de um trabalho original, um nível aprofundado de conhecimentos na área científica e a capacidade para a prática da investigação, propõe-se, para esse fim, o estudo de uma problemática específica, a aplicação dos modelos urbanísticos modernistas no país.

Esse estudo é realizado através de uma análise da produção teórica e científica já existente, examinando-a e relacionando-a comparativamente, no que se refere ao domínio específico em consideração.

Respondendo a uma ausência de conhecimento sistematizado sobre os conceitos de desenho urbano empregues na cidade portuguesa recente e sobre os sentidos de procura e experimentação desenvolvidos na sua estruturação, o trabalho propõe-se construir uma linha de sistematização histórica com base numa visão interpretativa, de pendor crítico, dos trabalhos existentes, numa leitura que se pretende mais abrangente do que exaustiva.

No sentido de reconhecer diferentes aspectos e implicações, o texto organiza-se em duas partes fundamentais, em que se desenvolvem abordagens distintas à problemática em consideração.

Na primeira parte, realiza-se uma leitura crítica da bibliografia, a partir da colocação de uma questão de investigação, à luz da qual se procede à análise dos acontecimentos no campo de estudo considerado.

A questão, formulada e explicitada (no capítulo 1), serve assim de referência à realização de uma análise da evolução urbanística desde a introdução das primeiras obras modernistas em Portugal, procurando determinar as evoluções na construção do espaço urbano e na definição da urbanidade, tendo em atenção o contexto social e político. Num primeiro momento (capítulo 2) esta análise incide sobre o período que decorre até à experimentação dos primeiros exemplos concretos de influência do desenho urbano modernista; num segundo momento (capítulo 3), investigam-se as sequências destes primeiros ensaios e a linha de evolução subsequente. Finalmente (no capítulo 4), apresentam-se algumas conclusões sobre a análise realizada, procurando estruturar uma resposta à questão de investigação formulada inicialmente.

Na segunda parte do trabalho, é efectuado um enquadramento no debate disciplinar relativo à área em estudo, confrontando-o com a análise realizada e apontando pistas para possíveis novas evoluções do conhecimento.

Para o efeito, relacionam-se os aspectos conclusivos apresentados anteriormente no trabalho com o momento do debate internacional (capítulo 1), que se enuncia de acordo com os vectores mais significativos e com a sua evolução mais recente (capítulo 2). Seguidamente, explora-se um conjunto de pistas para o desenvolvimento de novas linhas de pesquisa relevantes para o mesmo (capítulo 3).

Dado o carácter do objecto de estudo, são de relevar alguns aspectos respeitantes a opções metodológicas tomadas no trabalho.

A natureza específica do meio urbano, em que os acontecimentos se caracterizam pelo desenvolvimento em tempos de acção longos e cruzados – devidos quer à morosidade dos processos de planeamento e projecto e da sua concretização prática, quer às transformações sociais que por esse motivo atravessam e assim os influenciam -, optou-se por estabelecer uma aproximação temática ao objecto, sem demarcação de balizas temporais rígidas.

Com a intenção de caracterizar essas transformações de contexto, são realizadas ao longo do trabalho algumas incursões fora do âmbito disciplinar, entendidas como indispensáveis para o entendimento dos processos evolutivos apresentados.

Por outro lado, sabendo que os acontecimentos apresentam, na transformação urbana, uma relevância desigual – seja pela dimensão, pelo impacto social, pela inovação e experimentação, pelo carácter evolutivo, ou pela influência no domínio da prática - determinou-se considerar para a análise realizada neste trabalho, por forma a permitir constituir uma linha conceptual de evolução, os factos com um pendor crítico relevante no âmbito especificamente disciplinar, ou seja, aqueles que se referenciam ao campo de uma prática informada ou erudita, em que o maior conteúdo experimental e de pesquisa de soluções comumente se desenvolve.

Dada a importância que o conceito de desenho urbano assume no presente trabalho, é ainda de referir o seu entendimento neste âmbito, considerado como o conjunto das soluções morfológicas e tipológicas referentes à forma urbana, abrangendo a relação entre a arquitectura e o espaço público e semi-público.

Parte I

1. Desenho urbano modernista em Portugal?

1. Desenho urbano modernista em Portugal?

O desenvolvimento urbano é indissociável da evolução histórica, social, política e económica, do território e da população.

Na época moderna, desde a queda do antigo regime, assistiu-se a uma profunda transformação dos modos de vida, com um reflexo profundo na ocupação do território e na organização das áreas urbanas, fisicamente expresso no enorme crescimento das cidades de maior actividade económica, num processo de reconfiguração que originou uma grande evolução nos modos de habitar a cidade e de a construir.

Em Portugal, a evolução histórica marcou o país de um modo particular, no contexto dos países europeus, induzindo uma diferente passagem de uma realidade intrinsecamente rural para um novo tempo de urbanidade, indelevelmente ligada ao desenvolvimento das transformações políticas, económicas e sociais.

A cidade portuguesa desenvolveu-se, portanto, como função de uma realidade histórica singular, mais ou menos dissociada da situação no exterior, que teve significativas repercussões na construção do tecido urbano e nos modelos e conceitos que informaram a sua concepção. Maior ou menor isolamento, superior ou inferior ímpeto de transformação e desenvolvimento interno, determinaram diferentes momentos, de características díspares, na estruturação da cidade.

Dada a especificidade desse processo no país, o seu estudo reveste-se de um interesse que se liga à interpretação das circunstâncias que lhe conferiram as suas características.

Propondo-se realizar uma análise da evolução da cidade portuguesa desde a introdução concreta da arquitectura modernista, este estudo parte da formulação de uma questão de investigação:

De que forma foi experimentado o desenho urbano de inspiração modernista em Portugal?

Constituindo uma pergunta de identificação e de procura, pressupõe igualmente uma progressão ao longo de um período de tempo, que se abre da introdução dos conceitos à prática e à revisão, relacionando-se com a evolução do contexto em que era realizada a produção urbanística.

Esta questão orienta a pesquisa desenvolvida ao longo desta primeira parte do trabalho, realizada a partir da leitura crítica da bibliografia produzida sobre a arquitectura no período em causa, e constitui a linha condutora para o tratamento dos dados existentes e da informação já trabalhada neste domínio, que apresenta ainda uma índole parcelar e dispersa, maioritariamente baseada na análise singular de projectos e obras, a partir dos seus aspectos arquitectónicos, mas que apenas ocasionalmente observa a edificação em função do desenho urbano e da relação com o espaço público.

O objectivo desta análise concerne na verificação da relação entre a construção de tecido urbano e a arquitectura, pesquisando quais os conceitos sucessivamente empregues, ou subjacentes, à evolução urbanística profunda que se realizou ao longo de meio século, entre as décadas de 1920 e de 1970, metamorfoseando a organização territorial e a urbanidade, em paralelo com a transformação da realidade social, tanto no que se refere à composição demográfica e à disposição populacional no território, como à estrutura económica e ao sistema político.

É sabido que o processo de urbanização em Portugal não se desenvolveu sincronicamente com o da maior parte dos países europeus. O desfazamento e a lentidão dos processos de transformação conduziram, em conjunto com as particularidades do meio, a uma singular aplicação dos modelos internacionais no país.

A experimentação prática de conceitos de desenho urbano de inspiração modernista seria inevitavelmente marcada por esse mesmo contexto.

As circunstâncias desse desenvolvimento, no campo disciplinar e na sociedade em que se inscrevia, são analisadas nesta parte do trabalho, em dois diferentes capítulos.

No primeiro, a partir do enquadramento urbano da viragem do início do século XX, até às primeiras transposições práticas intencionais da Carta de Atenas, englobando os diversos momentos de transformação política e de afirmação ideológica do poder, com todas as suas implicações na produção arquitectónica e na construção da cidade, algumas de sinal contraditório.

No capítulo seguinte, começando pelas primeiras perspectivas revisionistas relativamente aos modelos recém-experimentados, atravessando as mudanças impostas pela contaminação a partir do exterior, com reflexo numa profunda transformação da realidade interna, até à fase de declínio do Regime, à urbanização massiva e à preparação do intenso envolvimento dos arquitectos na resposta ao grave problema de carência de alojamento no país, no momento de revisão do modernismo e dos seus modelos de construção da cidade.

2. A modernidade condicionada na cidade portuguesa

2. A modernidade condicionada na cidade portuguesa

Para a vastidão do seu império ultramarino e para as mudanças em curso na Europa e no mundo ¹, a cidade portuguesa moderna teve um desenvolvimento extraordinariamente lento.

A partir do grande terramoto de 1 de Novembro de 1755, o ímpeto desenvolvimentista e o carácter florescente da economia portuguesa haviam sido fortemente cerceados. A juntar à catástrofe, o fim da exploração do ouro brasileiro convertera Portugal num país que, durante o século XIX, procurava sobretudo recompor-se e superar as convulsões internas, deixando passar o período de forte industrialização dos vizinhos europeus sem o conseguir acompanhar.

Na realidade, na viragem para o século XX, o nível de desenvolvimento do país estava claramente abaixo do das grandes potências ocidentais, como o Reino Unido, a França ou o Império Alemão, comparando aspectos como o Produto Nacional Bruto, as taxas de mortalidade e de natalidade, a estrutura da população activa e o nível de industrialização ². Os outros Estados do Noroeste Europeu e

¹ "Foi em Dezembro de 1910, ou por volta dessa data, que a natureza humana mudou". Rui Ramos cita esta frase apocalíptica de Virgínia Woolf para ilustrar a profundidade da transformação europeia entre 1890 e 1930, resultado da ebulição social motivada pela duplicação populacional ocorrida durante o século XIX e da revolução tecnológica em curso, e que sintetiza a emigração maciça de camponeses para a América (25 milhões só para os EUA entre 1875 e 1900), a mudança do papel das mulheres das classes médias (que começam a trabalhar fora de casa, a estudar a nível avançado e a votar), o aumento da esperança média de vida e a mudança do conceito de família, a revolução dos transportes através da invenção e da massificação do automóvel, a criação de numerosas invenções da civilização industrial, a mudança radical no mundo das artes, o desenvolvimento económico nunca antes tão pujante, e um novo patamar de conflito bélico, a uma escala destrutiva também ela inusitadamente global e mortífera. **RAMOS, Rui – A Europa Transformada**, in **MATTOSO, José (direcção) – História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)**. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 13.

² Quadro "Estados Europeus em 1910", em: **RAMOS, Rui – A Europa Transformada**, in **MATTOSO, José (direcção) – História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)**. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 19. As taxas de natalidade e de mortalidade são consistentemente mais baixas nos países do centro e norte da Europa, tal como o Produto Nacional Bruto *per capita*. O nível de industrialização é mais variável, destacando-se claramente o Reino Unido e a Bélgica (2,54 e 2,30 vezes a média europeia), seguidos do Império Alemão (1,77), a Suíça (1,50) e a França (1,40); Portugal (com 0,46) é o país com menor nível de industrialização da Europa do Sul, aproximando-se da Grécia (0,48) e da Espanha (0,52), mas claramente abaixo de Itália (0,71).

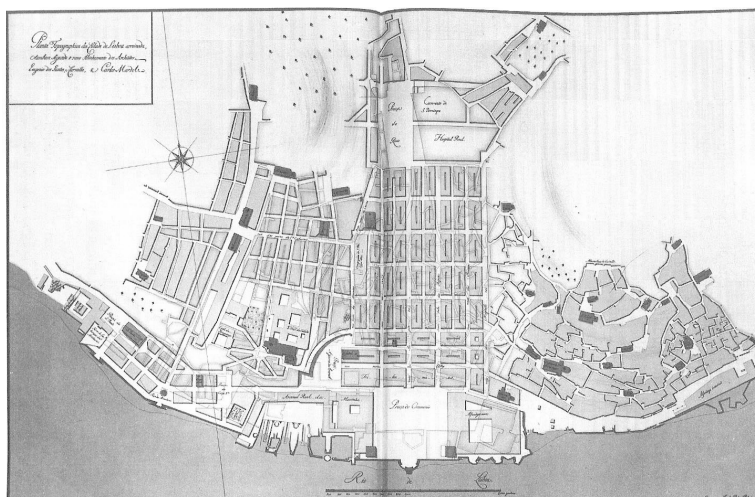


fig. 1 – Plano pombalino para a reconstrução da Baixa de Lisboa

Escandinávia eram também claramente mais ricos e industrializados, podendo situar-se Portugal no mesmo patamar de desenvolvimento dos outros países da Europa do Sul, ou seja, de Itália, Espanha e Grécia, num nível ainda superior à mais atrasada Europa de Leste.

Em dois séculos, a destacada posição económica do país havia-se depreciado profundamente, perdendo peso até atingir uma situação quase marginal, levando os portugueses a procurar novas perspectivas de futuro na emigração para a América, como alternativa às más condições da vida no campo e à falta de alternativa proporcionada pela industrialização incipiente. Em três décadas, emigra um quinto da população nacional da viragem do século ³, tendência apenas equiparável à verificada no Reino Unido, Noruega e Itália.

Mas a marca da singularidade portuguesa é a dispersão do povoamento, sobretudo no noroeste do país, configurando um nível de urbanização claramente muito baixo, comparável na Europa da época unicamente ao da Roménia ⁴.

Na chegada ao século XX, Portugal dispunha de uma Constituição e de caminhos-de-ferro, aspectos que lhe conferiam uma aparente *normalidade* europeia, para a qual concorriam também a propaganda do Estado sobre o *progresso* e o efectivo contacto com novidades tecnológicas e artísticas como o automóvel ou a *fotografia animada* em paralelo com as referências civilizacionais estrangeiras. No entanto, apresentava igualmente um desenvolvimento económico e industrial baixo, um reduzido

³ Entre 1885 e 1915 emigram 1 077 506 portugueses, para uma população total de 5 423 132 contabilizada no ano de 1900. (RAMOS, Rui – A Europa Transformada, in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 17).

⁴ Embora não estejam disponíveis dados sobre outros países do Leste europeu, como a Sérvia, a Bulgária ou a Rússia, que poderiam ter índices equiparáveis. Ver: Quadro "Estados Europeus em 1910", em: RAMOS, Rui – A Europa Transformada, in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 19.

crescimento populacional, pobreza e analfabetismo generalizados, e um quadro de emigração que não teria paralelo até à década de 1960.

A urbanidade na entrada do século XX

O desenvolvimento urbano do país representava não só este atraso económico e social, mas também um carácter macrocéfalo de organização, bipartido, que limitava o desenvolvimento de núcleos urbanos intermédios significativos. Mais de quatro quintos da população vivia fora dos centros urbanos (de aglomerados com mais de 5000 habitantes) ⁵ e Lisboa e Porto eram as duas cidades que cresciam efectivamente, polarizando de modo significativo uma passagem do rural ao urbano que se processava generalizadamente de forma lenta e territorialmente pouco concentrada, sem soluções de continuidade espacial, económica ou física, ancorada em inter-relações com o mundo rural ⁶.

Seria o Porto que mais afirmativamente configuraria uma dinâmica de transformação urbana sob impulso da industrialização, referenciável a Inglaterra, país com que desenvolvia importantes relações comerciais. E é nesta cidade que surgem as primeiras unidades de alojamento operário, as *ilhas*, que cumprindo requisitos mínimos acomodam colectivamente a força de trabalho fabril necessária,

⁵ Ver: ROSAS, Fernando – **Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia dos anos 30**, in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 26 e 27. Quadros V, VI e VII. As taxas de urbanização ao longo da primeira metade do século XX não só são reduzidas para centros urbanos como tal considerados a partir de 5000, 10000 ou 20000 habitantes, como têm um crescimento global claramente reduzido, ao ponto de em 1950 mais de 75% da população continuar a habitar fora de centros urbanos com mais de 5000 habitantes, configurando um cenário ainda esmagadoramente rural.

⁶ Segundo a análise do geógrafo Jorge Gaspar, a pequena dimensão dos centros que vão desenvolvendo a sua industrialização é uma especificidade portuguesa, ligada à lenta transformação do mundo rural com que esta foi mantendo relações de interdependência. Ver: GASPAR, Jorge – **Portugal em Mapas e Números**. Livros Horizonte. Lisboa. 1979. p 107 a 152.

encontrando espaço para se desenvolverem no interior do tecido urbano, no miolo dos quarteirões que mantêm a face urbana conformada pelos prédios da pequena e média burguesia. A multiplicação deste sistema segue o modelo de algumas cidades industriais do centro de Inglaterra, como Leeds ⁷, mas apesar da sua dinâmica como primeiro centro industrial português, o Porto não revela tendência para uma explosão demográfica ou urbanística.

As grandes cidades europeias, passada a fase anterior de crescimento desmedido correspondente à explosão industrial, eram desde a segunda metade do século XIX objecto de processos de reconversão e remodelação, que procuravam estabelecer novos padrões de salubridade e de organização, conferindo às zonas centrais condições para o desenvolvimento de serviços, comércio e habitação de referência, transferindo para áreas periféricas de expansão sucessiva as indústrias e a mão-de-obra operária a elas associada.

Comparativamente, as nossas cidades mantêm uma escala reduzida e uma lógica aditiva de crescimento, realizado de forma vagarosa.

Lisboa não apresenta um impulso industrial semelhante ao do Porto. A sua vida económica baseia-se na actividade enquanto porto e entreposto, e enquanto centro de representação política e institucional e sede do império e do poder político, reduzida da dimensão de vigorosa metrópole comercial ultramarina dos séculos XVI e XVII a uma escala quase provinciana ⁸. Mais do que as indústrias e

⁷ Este paralelo é traçado por Nuno Portas, com indicação da "[...] *escala modesta das coisas por cá* [...]" em: **PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação**, in **ZEVI, Bruno - *História da Arquitectura Moderna***. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 691.

⁸ A dimensão de Lisboa nos sécs. XVI e XVII, contabilizando 165.000 habitantes, demonstrava a sua importância internacional, constituindo o maior centro da Península Ibérica e um dos maiores da Europa; mas em 1878, antes do crescimento do final do século XIX, apresentava ainda apenas 187.000 habitantes, contrastando com a dimensão de metrópoles internacionais como Londres, que há muito havia já ultrapassado o milhão de habitantes, ou de Paris, com três milhões antes do final do século. Ver: **CONCEIÇÃO, João Paulo - Lisboa atrás do espelho: morfologias urbanas 1850-**

equipamentos associados que começam a surgir na área ribeirinha ou as esparsas *vilas operárias*, a vida urbana é assinalada pela representação burguesa, que marca também o espaço construído na lenta expansão oitocentista ⁹.

As Avenidas Novas

Apesar disso, a dimensão populacional lisboeta suplanta pelo dobro a portuense, dado o aumento que se verifica nas últimas duas décadas de oitocentos, e acentua a macrocefalia herdada de finais da Idade Média, que a distancia claramente de um país a que faltam núcleos urbanos de média dimensão.

1950. Prova de Agregação Pedagógica apresentada à Fundação Ricardo Espírito Santo Silva - Escola Superior de Artes Decorativas. Lisboa. 2005. p 2.46.

⁹ No final do século XIX, Lisboa é marcada pelas demonstrações de riqueza realizadas não por industriais mas pelos denominados *milionários*, "[...] *homens das iniciativas e das golpadas, amigos dos políticos e patronos dos artistas* [...]", como refere Rui Ramos, revelando o carácter da vida social mas também a dinâmica económica da época. "*Não havia industriais ou lavradores tão ricos e influentes como os homens que dirigiam as casas financeiras e grandes companhias de Lisboa e Porto. [...] Nem a família real vivia como alguns deles podiam viver. Em 1910, quando visitou as Necessidades, Raul Brandão diria que, afinal, o luxo da realeza não ultrapassa o de um «Centeno» – referindo-se a António Centeno, que nem era dos mais ricos.*" RAMOS, Rui – O Fim do Século, in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 163. Nuno Teotónio Pereira diferencia tipologicamente as vilas operárias lisboetas, referenciando casos como o Bairro Estrela de Ouro e o Bairro Clemente Vicente como 'vilas de escala urbana', dado o seu volume construído e a sua complexidade; sobre o desenvolvimento da tipologia das vilas, contabilizadas pelo autor em cerca de 350 na década de 1970, ver: PEREIRA, Nuno Teotónio – Pátios e vilas de Lisboa 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário, in *Escritos (1947-1996, selecção)*. FAUP Publicações. Porto. 1996. p 162-183. [1ª publicação in *Análise Social*, 1994]. Para uma abordagem à importância das ilhas *proletárias*, que possibilitaram a duplicação da população portuense na segunda metade do século XIX, ver: COSTA, Alexandre Alves – A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano: Algumas Considerações sobre um Título Enigmático, in *Jornal Arquitectos #204*. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002. p 18 a 21.

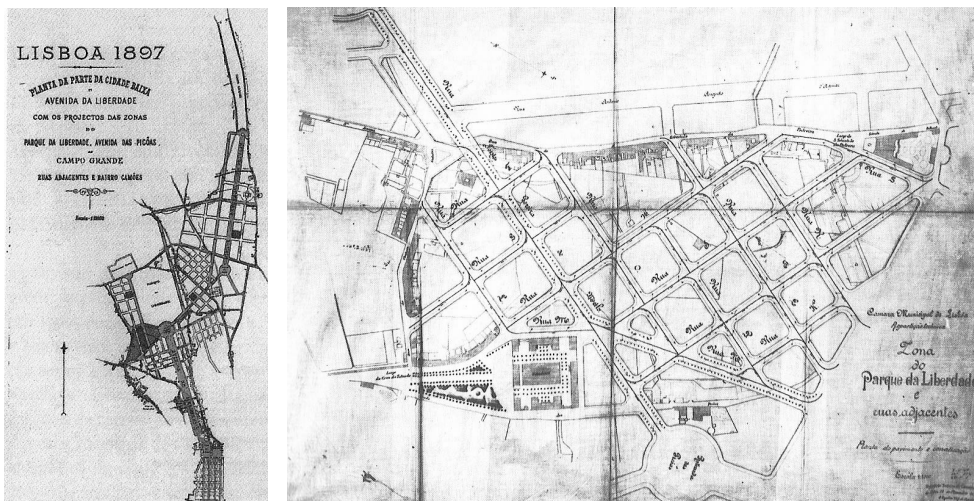


fig. 2 – Urbanização das Avenidas Novas: planta de expansão da cidade e pormenor da área entre o Saldanha e o Parque Eduardo VII

Enquanto a beira-rio, anteriormente central na organização da cidade, é deixada à ocupação portuária e industrial, com novos cais para navios de maiores dimensões, armazéns, centrais de produção energética e fábricas, o desenvolvimento urbano desloca-se para norte, surgindo a tendência para uma nova diferenciação zonal. Após arrastada discussão, o Passeio Público é demolido para edificar uma nova avenida – Avenida da Liberdade - que retoma a centralidade axial perpendicular ao rio surgida com o plano pombalino, e que tem continuidade nas Avenidas Novas. De acordo com Luís Bruno Soares, *"de 1850 a 1910 dá-se, de uma forma muito nítida, a passagem da Lisboa ribeirinha à Lisboa «nuclear-radiocêntrica». Isto é, da cidade organizada em função do rio à cidade organizada radialmente em função de um centro terciário. [...] A construção das Avenidas corresponde a um período de «afirmação» da burguesia portuguesa que se transmite a toda a estrutura social"*¹⁰.

A modernidade urbanística desta expansão – primeira acção urbana planeada em larga escala desde Pombal¹¹ – constitui inspiração para a transformação urbana das cidades e núcleos portugueses de

¹⁰ Para Bruno Soares, *"nesta transformação surge com importância decisiva o centro administrativo, financeiro e comercial que se materializa na ocupação da Baixa Pombalina e que constitui o principal elemento estruturante da transformação da cidade, neste período"*. E a ocupação da zona norte pela burguesia, nas Avenidas Novas da expansão, surge como uma afirmação de diferenciação social e de poder económico da classe. **SOARES, Luís Bruno – Sobre a Estrutura Urbana de Lisboa**, in *Arquitectura* #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980. p 26 e 27 (publicado como "excerto do texto de Novembro de 74 «A estrutura urbana de Lisboa, alguns elementos para a sua interpretação»")

¹¹ *"Depois da reconstrução pombalina, pela primeira vez se criavam ruas novas em Lisboa, inteiramente inventadas, fora de qualquer sujeição a sítios tradicionais que elas atravessavam numa indiferença moderna, cortando a direito em nome do progresso que se gerara no Fontismo e continuava, pelos anos 80 fora, a marcar a política concorrente mas ideologicamente idêntica de progressistas e regeneradores."* **FRANÇA, José-Augusto – Lisboa: Urbanismo e Arquitectura**, Livros Horizonte. Lisboa. 1997 [3ª ed]. p 67. Sobre o desenvolvimento de Lisboa para norte, o plano das Avenidas Novas e o papel de Frederico Ressauro Garcia (Engenheiro de Pontes e Calçadas pela Escola Politécnica de Paris), ver o relato do processo descrito por: **RODRIGUES, Maria João Madeira – O plano de Extensão de Lisboa no Último Quartel do Século XIX**, in *Arquitectura* #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980. p 28 a 39. E também, mais extensamente, em: **SILVA, Raquel Henriques da – As Avenidas Novas de Lisboa 1900-1930**, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 1986.

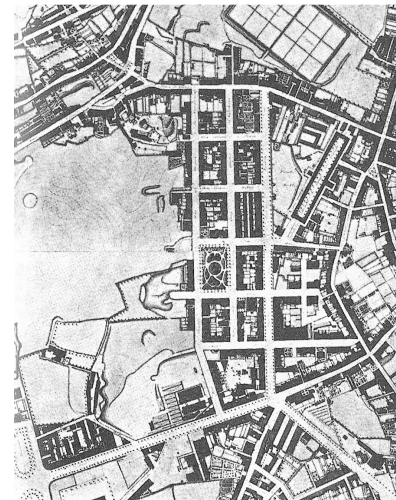


fig. 3 – Planta da área de Campo de Ourique (Secção da 'Planta de Lisboa de 1911')

menores dimensões, referenciando o tipo de espaço urbano a criar pela imagem, pela dimensão desafogada, pela hierarquização, pelo desenho geometrizado ou pela arborização, seja na criação de malha reticular seja no traçar de novos arruamentos, de que se tornam emblemáticas as múltiplas Avenidas da Estação concretizadas na sequência da infra-estruturação territorial do país pelo caminho de ferro ¹².

Desenvolvendo-se paralelamente a bairros mais *experimentais*, como Campo de Ourique, Estefânea e Calvário, as Avenidas Novas de Lisboa apresentam uma diferente capacidade de relacionamento com o tecido urbano envolvente, proporcionando uma continuidade com as pré-existências que as diferencia das regras geométricas intrínsecas e delimitadas destes bairros ¹³, tal como noutras zonas de intervenção da equipa de Ressano Garcia, como o prolongamento da Avenida 24 de Julho até Alcântara, a Avenida D. Carlos I e a Avenida D. Amélia, posteriormente Avenida Almirante Reis.

O tecido era urbanizado com base numa metodologia de planeamento que tinha como fundamento o traçado, para tal empregando o desenho pormenorizado do arruamento, com recurso à planta, ao perfil transversal tipo, ao corte e ao detalhe. A subsequente delimitação dos quarteirões, a reformulação do cadastro de propriedade através do loteamento - organizando as parcelas em função da nova geometria

¹² Processo de crescimento e infra-estruturação urbana concisamente descrito por Manuel da Costa Lobo, indicando o seu papel na alteração do sentido de crescimento urbano de diversos aglomerados, em: **LOBO, Manuel da Costa – Planeamento urbano em Portugal**, in *Sociedade e Território* #21. Edições Afrontamento. Porto. 1995. p 9.

¹³ Segundo João Paulo Conceição, estas experiências constituem unidades com lógica conceptual autónoma, com um traçado que as diferencia da cidade envolvente, enquanto as Avenidas Novas são concebidas em articulação e continuidade com o tecido existente, como extensão aditiva; neste sentido, verifica-se mesmo a diferenciação do conjunto em três sectores – Av. da Liberdade, Picoas e Av. da República – em que o segundo constitui uma área de transição para uma diferenciação no terceiro: "a partir do Saldanha pode dizer-se que 'recomeça' uma outra cidade, de novo concebida com largueza mas, e isso é fundamental, com carácter autónomo em relação à que fica para trás". **CONCEIÇÃO, João Paulo – Lisboa atrás do espelho: morfologias urbanas 1850-1950. Prova de Agregação Pedagógica apresentada à Fundação Ricardo Espírito Santo Silva - Escola Superior de Artes Decorativas. Lisboa. 2005. p 2.54.**

¹⁴- e a definição dos alinhamentos de construção, constituíam os outros factores basilares de referência para a concretização da cidade. No entanto, o rigor desta definição racionalizadora, vocacionada sobretudo para a infra-estruturação e circulação, não atinge o mesmo carácter determinante quanto à organização e composição das edificações, que são realizadas por iniciativa particular após a venda dos lotes. A coerência e a imagem de conjunto são assim dependentes da acção individual, com recurso a tipologias, linguagens, tecnologias construtivas e meios económicos diferenciados, apresentando assim um carácter variável, que adquire alguma homogeneidade dada a predominância do prédio de rendimento neste preenchimento, devida ao desenvolvimento da construção como actividade financeira. Em conjunto com o palacete e a vila, esta tipologia construtiva preenche a extensão urbana, sendo "[...] *tratada com a mesma fantasia e liberdade que encontramos na residência particular, tipo palacete, [...] variedade estilística que [...] refere o período complexo da cultura portuguesa no início do século XX, que é conduzido por um misto de tradicionalismo e de opções estéticas dependentes de uma moda*" ¹⁵.

A génese conceptual desta cidade estrutura-se na importância determinante dos aspectos morfológicos e do desenho do espaço público, numa procura de racionalização imbuída de modernidade, em que a arquitectura constitui uma contribuição para a definição espacial mas não assume um papel destacado

¹⁴ A reformulação cadastral era realizada tendo por base o recurso à expropriação, e portanto com terreno municipal; aí são verificáveis regras de dimensionamento, diferenciadas de acordo com as zonas. No encontro com propriedades particulares, era feita a compatibilização sem modificar os limites das parcelas originais, revelando o pragmatismo subjacente às operações. **RODRIGUES, Isabel Maria – As Avenidas de Ressano Garcia**, in **Lisboa Urbanismo #14. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa. 2000.** p 30 a 34 (artigo baseado na dissertação *Prédios de Rendimento das Avenidas de Ressano Garcia 1889-1926: Caracterização Construtiva*).

¹⁵ As conclusões apresentadas são resultado da análise do plano das Avenidas Novas realizada por: **RODRIGUES, Maria João Madeira – O plano de Extensão de Lisboa no Último Quartel do Século XIX**, in **Arquitectura #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980.** p 39.

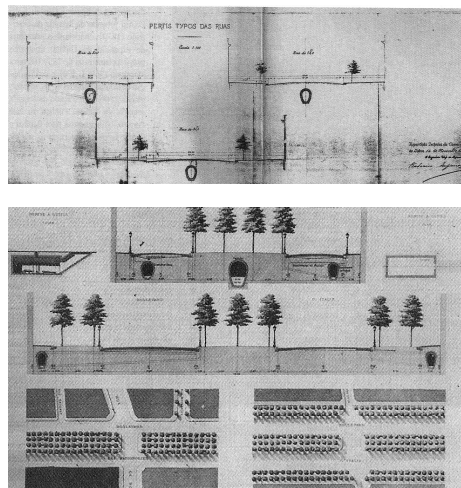


fig. 4 – Perfis de arruamentos das expansões novecentistas de Lisboa (Parque da Liberdade) e Paris (Avenue Foch)

na caracterização do ambiente urbano. É com base na legislação higienista de 1865 que se desenvolve a edificação, obrigada ao acompanhamento das vias (procedendo-se ao acerto dos limites de propriedade em função dos alinhamentos traçados) e limitada em termos de cércea, com atenção particular às condições de salubridade – luz, arejamento, abastecimento de água, esgotos. Estes princípios estruturantes de carácter pragmático, num momento em que em Lisboa se concentra quase exclusivamente o desenvolvimento urbano do país, vão constituir também a referência norteadora para as transformações que tomam lugar noutras cidades e aglomerados.

Os Planos de Melhoramentos e a evolução técnica

Um tipo de intervenção urbana diverso seria desenvolvido no Porto já depois da viragem do século, tendo como objectivo a reestruturação da malha urbana da área central, à semelhança das acções antecedentes noutras cidades europeias. O autor do plano, Barry Parker, arquitecto inglês que havia desenhado com Raymond Unwin a cidade-jardim de Letchworth, projecta uma composição urbana que tem como núcleo uma avenida central – a Avenida dos Aliados – que polariza inter-relações materializadas a partir de novos arruamentos organizados por sucessivos pontos focais, sobrepondo-se à malha urbana existente mas estabelecendo uma transição atenta para o espaço urbano envolvente. Desenvolvendo uma crítica à cidade estruturada durante o crescimento industrial, procede à demolição e recomposição de áreas anteriormente construídas, com o objectivo de deslocar a actividade concentrada na zona ribeirinha para a cota alta ¹⁶.

¹⁶ Sobre o 'Plano Geral do Porto e sua Relação com a Antiga Malha Urbana', de 1915, e a diferença relativamente ao sul do país, consultar: LÔBO, Margarida Souza – Cultura Urbana e Território, in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 111 e 112. Embora

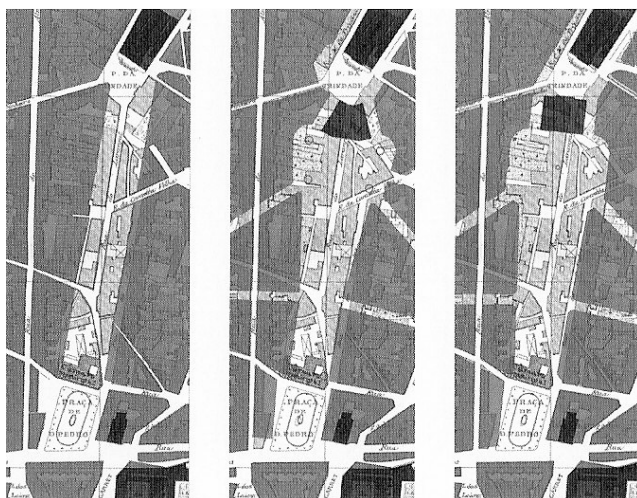


fig. 5 – Propostas de 1915 para a Avenida da Cidade, no Porto, da autoria da Câmara Municipal, de Barry Parker e de Marques da Silva

Este plano constitui uma abordagem diferente relativamente à urbanidade estruturada por adição concretizada em Lisboa, e espelha já a reflexão crítica desenvolvida no contexto europeu à visão esquemática e mecanicista dos traçados hipodânicos da cidade oitocentista, a partir da visão crítica de autores como Camillo Sitte, o que demonstra claramente as influências distintas entre norte e sul do país, com repercussão directa na implementação das práticas urbanísticas ¹⁷.

O desenvolvimento da cidade portuguesa neste período, equacionado como um todo a partir da elaboração de *Planos Gerais de Melhoramentos* e sectorizado em intervenções diversas de urbanização, concretizava-se arquitectonicamente na construção de edifícios vulgarmente elaborados por mestres de obra. Neste quadro, os escassos arquitectos, academistas com formação pelas Belas-Artes, encontravam-se remetidos à *composição* epidérmica de edifícios, situações de excepção no contexto urbano, sendo-lhes requerido marcar a imagem da cidade com evocações e *estilos* que se contrapunham à realidade pragmática e pouco ambiciosa da construção corrente. A sua situação mantinha um grande alheamento quer em relação à concepção urbana, responsabilidade da engenharia

Frederico Ressano Garcia tivesse assistido em Paris, no seu período de formação, às grandes intervenções de Haussmann, a situação lisboeta era muito diferente destas necessidades de reconversão, com uma Baixa recém-construída e um crescimento urbano mais tardio. O Porto apresenta um dinamismo económico e populacional diferente na génese e no tempo, e não tendo sido objecto de uma reconversão urbana anterior, vai realizá-la tardiamente, relativamente a outras cidades europeias, sujeitas a um crescimento demográfico anterior e mais forte. Ver também: **NONELL, Anni Günther – Avenida dos Aliados (1914-1952)**, in **FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.**

¹⁷ De acordo com Margarida Souza Lôbo, neste período "*as diversas correntes do urbanismo europeu chegam até nós por regra com algum desfazamento*", o que leva a que no momento da implementação das Avenidas Novas, em Lisboa, se questionasse já internacionalmente este tipo de soluções, em busca de maior variedade do espaço urbano e de atenção às condições locais; Barry Parker, à semelhança de outros arquitectos das cidades-jardim inglesas, reflecte estas preocupações na sua prática urbanística, pela atenção às características do sítio e pelo cultivar do pitoresco, embora em áreas de maior carácter representativo e centralidade urbana, como aquela que é trabalhada na intervenção portuense, desenvolva soluções de maior regularidade e simetria. Ver: **LÔBO, Margarida Souza – Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed].** p 13 a 16.

civil, quer relativamente à evolução tipológica e espacial ou aos desenvolvimentos tecnológicos da construção.

No meio social e cultural pequeno e fechado de Portugal, a inovação construtiva surge associada à racionalidade e à funcionalidade, em obras que se desenvolvem nas últimas décadas do século XIX, mas tarda a contaminar a produção arquitectónica corrente. São as estruturas das pontes, das gares das estações de comboios, dos grandes equipamentos urbanos, que introduzem a utilização do ferro e do betão armado, com importante destaque para o papel dos engenheiros estrangeiros que aqui realizam obras precursoras, como Eiffel ou Hannebique, nas pontes do Porto e de Mirandela. As novas estruturas permitem desenvolver uma diferente liberdade de concepção espacial, nova luminosidade e maior abertura, que progressivamente vão também estabelecer uma modificação do gosto. O Palácio de Cristal, o Palácio da Bolsa, a Gare de S. Bento e o Mercado da Fruta, são exemplos marcantes no Porto, como as Gares de Alcântara e do Rossio, a Sociedade de Geografia e o Coliseu em Lisboa, e até a adaptação do Convento de S. Bento a Parlamento (Palácio das Cortes), com a grande sala e a correspondente cobertura. Mas também equipamentos de menor dimensão, como o elevador de Santa Justa, o Teatro S. João e o Teatro S. Luís, beneficiam ainda no século XIX das novas possibilidades construtivas para desenvolver uma linguagem renovada e uma maior exploração espacial, tal como depois o Cinema Chiado Terrasse, os Liceus Camões e Passos Manuel, a Maternidade de Lisboa e o Sanatório de Santana, na Parede, e progressivamente obras mais urbanas como alguns prédios de rendimento, de que constitui exemplo o Prémio Valmor de 1903 na Av. Alexandre Herculano ¹⁸. Estas

¹⁸ A passagem das novas propostas construtivas e espaciais das obras mais técnicas para as mais correntes e urbanas é progressiva. Entre outros exemplos: Ponte D. Luís 1876, Eiffel; Gare do Rossio 1886, José Luís Monteiro; Gare de S. Bento 1896, Marques da Silva; Elevador de Santa Justa 1900-02, Mesnier du Ponsard; Sanatório da Parede 1902-04, Rosendo Carvalheira; Prédio na R. Alexandre Herculano 1903, Ventura Terra; Liceu Camões 1907, Ventura Terra; Teatro S. João 1909, Marques da Silva; Liceu Passos Manuel 1909, Rosendo Carvalheira; Prédio na R. Ferreira Borges 1910, Ernesto

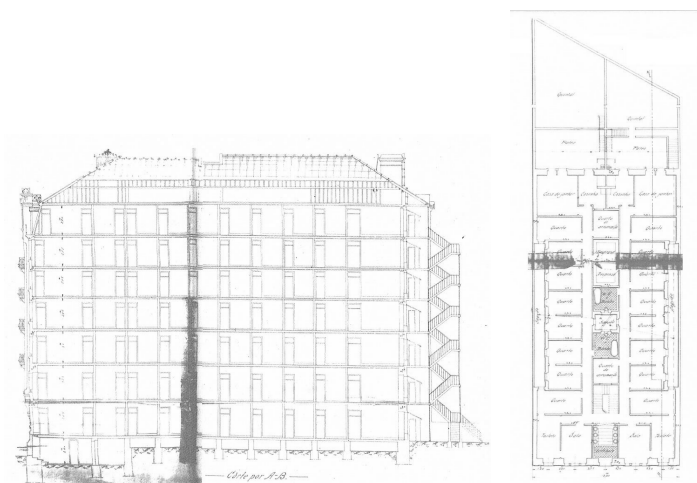


fig. 6 – Prédio de Rendimento na R. Braancamp, datado de 1921 (corte e planta): exemplo do preenchimento da malha urbana

obras não apresentam o carácter inovador e experimental de projectos contemporâneos de ruptura na Europa distante, ou mesmo na espanhola Catalunha, o que é demonstrativo do isolamento cultural do meio arquitectónico português.

O início do século não é marcado pela proposta de novas estruturas urbanas, procedendo-se antes ao preenchimento dos tecidos urbanos já estruturados, entre o desenvolvimento de uma moda arquitectónica assente na linguagem e na decoração de fachada, a Arte Nova (englobando a importação de diversas influências), e a contraposta procura de um nacionalismo que respondesse à afirmação patriótica do primeiro período da República, também ela encarada de modo imediato e epidérmico, elegendo elementos *portugueses*.

O primeiro modernismo

Na década de 1920, as cidades de Lisboa e Porto concentram a maior proporção de sempre de população urbana em Portugal, num quadro ainda predominantemente rural, e muitos distritos acusam a tendência generalizada para a repulsão populacional, a que só escapa o sul ¹⁹. Quando surgem as

Korrodi. Ver: PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 687. Ou também: BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 146 a 161

¹⁹ Lisboa e Porto somam, em 1920, 63,17% da população dos centros urbanos, que constituía (apenas) 11,43% da população total do país, enquanto nessa década só os distritos de Setúbal, Beja e Évora os acompanham na tendência de crescimento populacional, num contexto de decréscimo de todos os restantes, incluindo Aveiro, Braga ou Coimbra. Mas é em Lisboa que se concentram significativos 77% do crescimento: 127.435 dos 165.430 habitantes novos habitantes *urbanos*. ROSAS, Fernando – Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia dos anos 30. in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 27. Quadro VIII.

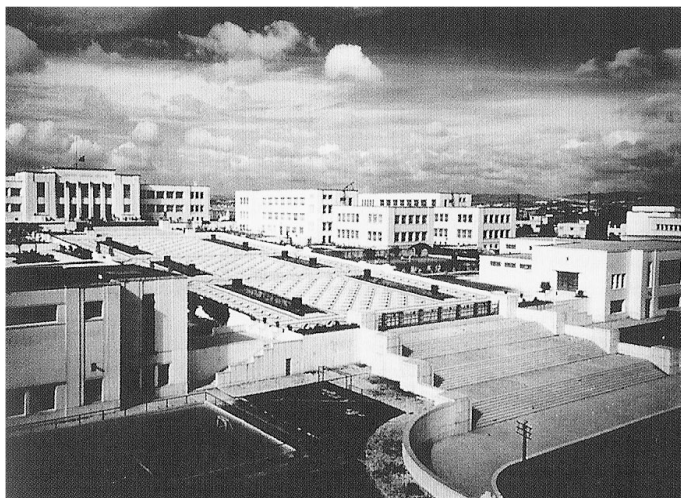


fig. 7 – Perspectiva do conjunto do Instituto Superior Técnico

primeiras experiências arquitectónicas de aproximação ao modernismo no país, é assim evidente onde se vão localizar estes ensaios, que vêm contrariar um longo período de um século e meio de quase aniquilamento da importância da arquitectura na sociedade e na cultura nacionais²⁰.

As primeiras obras de ruptura e de afirmação da novidade desenvolvem-se logo na viragem para a década de vinte, assumindo plasticamente as novas possibilidades da tecnologia do betão armado. Marques da Silva com o edifício dos Armazéns Nascimento na R. de Sta. Catarina, no Porto, e Carlos Ramos com o edifício de escritórios da *Havas* na R. do Ouro, em Lisboa, constroem de modo marcante edifícios de preenchimento urbano que salientam exteriormente uma linguagem em que se destaca a leitura da estrutura e a abertura e transparência e que revelam interiormente as novas possibilidades de flexibilidade e abertura espacial²¹.

Coincide com a instauração do Estado Novo o aparecimento de um conjunto de obras de diversos autores que marcam uma viragem, pela afirmação de uma arquitectura de modernidade inequívoca.

²⁰ Nuno Portas indica a inexistência na arquitectura portuguesa – de Pombal até aos anos 1920 - de personalidades singulares notáveis, a ausência de papel na renovação da arte e da política e na transformação económica e social, a sujeição à actividade da 'construção', como uma sucessão de modas superficiais. Poder-se-á questionar e apontar excepções (como Ventura Terra, Marques da Silva, Adães Bermudes, estrangeirados de formação académica que vão desenvolvendo uma progressiva abertura às novas técnicas, ou Raul Lino, que embora interessado na construção habitacional de pequena escala, teve um papel de importantes repercussões posteriores). Por outro lado, é iniludível a relação com outro aspecto apontado pelo autor: a *crise endémica* do ensino. **PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação**, in **ZEVI, Bruno - História da Arquitectura Moderna**. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 687.

²¹ Enquanto o edifício de Marques da Silva (1914-27) demonstra uma procura que transcende a forte e eclética formalização, para explorar internamente uma solução de galeria sobre-elevada, o de Carlos Ramos (1923-27) desenvolve uma abordagem mais contida e funcional, exterior e interiormente. No entanto, em termos urbanos, ambos traduzem situações de preenchimento de estruturas existentes, integrados em quarteirões, no caso do de Ramos, contextualizado no plano pombalino pós-terramoto. **PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação**, in **ZEVI, Bruno - História da Arquitectura Moderna**. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 706 e tábuas 99 e 100. E também: **BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) - Arquitectura do Século XX: Portugal**. Prestel. Lisboa. 1997. p 158 e 159.

Cristino da Silva, Rogério de Azevedo, Carlos Ramos, Cassiano Branco, Jorge Segurado, Pardal Monteiro, Januário Godinho e Adelino Nunes constroem a partir da metade da década de 1920 um conjunto de trabalhos de surpreendente coerência formal, dado o isolamento relativamente à revolução arquitectónica das vanguardas europeias, estabelecendo uma identidade comum através da linguagem, da tecnologia, da *verdade* construtiva, e do próprio carácter afirmativo, bem visto pelo Regime nesta primeira fase desenvolvimentista de implantação.

No que respeita à relação urbana, estas obras apresentam, no entanto, diferenças marcadas quanto ao modo de implantação e contextualização, embora não cheguem em nenhum caso a propor a definição de um novo modelo morfo-tipológico de organização.

Podem estabelecer-se duas diferentes linhas estruturantes quanto a este domínio: por um lado, os edifícios que se inserem na estrutura urbana através de uma lógica de completamento, associados matricialmente aos arruamentos e quarteirões existentes, seguindo os alinhamentos definidos e procurando garantir a conformação do espaço público urbano, marginando-o; por outro lado, de modo claramente distinto, os edifícios (ou conjuntos) que se organizam numa lógica pavilhonar e autónoma, com regras geométricas próprias e intrínsecas, implantando-se isoladamente e organizando o espaço interno na relação com o espaço envolvente a todo o redor.

A diferenciação entre estas duas lógicas de articulação urbana não é resultado de uma marca distintiva entre autores nem de uma evolução cronológica, já que as duas são concretizadas indiferenciadamente pelos mesmos arquitectos e se vão entrecruzando temporalmente, nem por outra via é produto de uma intencionalidade de demarcação com motivação no programa, já que edifícios de equipamento e de serviços, com carácter simbólico e de marcação urbana, se inserem na vertente de completamento lado a lado com edifícios de escritórios ou de habitação. A distinção entre as duas opções indicia antes uma fundamentação na situação urbana pré-existente, optando os autores por uma atitude de atenção perante o contexto de inserção, não estabelecendo rupturas ou discontinuidades, antes projectando em

função do sítio. Deste modo, em estruturas de malha urbana definidas é seguida uma lógica de completamento – sendo de registar a realização de acertos na geometria de implantação e organização para adequação ao sítio (de que são exemplos a Casa da Moeda, a Lota de Peixe de Massarelos ou o Hotel Vitória) - enquanto a autonomização urbana é reservada para contextos de implantação em espaço aberto ou em recintos delimitados, em que os edifícios se implantam isoladamente ou em articulação geométrica entre si (caso, por exemplo, das Estações Marítimas de Alcântara, do Instituto Superior Técnico ou do Instituto Dr. Navarro de Paiva)²².

²² Podem referenciar-se como exemplos, a título ilustrativo, no conjunto das obras modernistas que se integram de acordo com uma lógica de completamento, o edifício da Garagem do Comércio do Porto, de Rogério de Azevedo (Porto, 1928-32), a Estação do Cais do Sodré, de Porfírio Pardal Monteiro (Lisboa, 1928), o Teatro Rivoli, de Júlio de Brito (Porto, 1929-32), o Cinema Éden, de Cassiano Branco (Lisboa, 1930), o Liceu Dr. Júlio Henriques, de Carlos Ramos, Jorge Segurado e Adelino Nunes (Coimbra 1930-36), a Lota de Peixe de Massarelos, de Januário Godinho (Porto, 1932), o Hotel Vitória, de Cassiano Branco (Lisboa, 1934-36), a Garagem Passos Manuel, de Mário Abreu (Porto, 1930-38), a Casa da Moeda, de Jorge Segurado (Lisboa, 1933-41), os Prédios de Rendimento na Av. Álvares Cabral e na R. Nova de S. Mamede, de Cassiano Branco (Lisboa, 1935-36 e 1935), o Instituto Nacional de Estatística, de Pardal Monteiro (Lisboa, 1931-35), o Prédio de Rendimento na Av. da Boavista, de Arménio Losa e Cassiano Barbosa (Porto, 1935), a Estação dos Correios do Estoril, de Adelino Nunes (Estoril, 1939-42) e o Coliseu do Porto, de Cassiano Branco (Porto, 1939-40). No outro conjunto, das obras que se implantam de modo autónomo ou isolado, podem referenciar-se, exemplificando de modo não exaustivo, o edifício do Capitólio, de Cristino da Silva (Lisboa, 1925-29), o Sanatório Heliantia, de Francisco Oliveira Ferreira (Gaia, 1926-30), a Estação Fluvial de Sul e Sueste, de Cottinelli Telmo (Lisboa, 1928-29), o Instituto Superior Técnico, de Porfírio Pardal Monteiro (Lisboa, 1927-41), o Pavilhão do Rádio do Instituto Português de Oncologia, de Carlos Ramos (Lisboa, 1927-33), o Instituto Navarro de Paiva, do mesmo autor (Lisboa, 1931), o Liceu de Beja, de Cristino da Silva (Beja, 1930-34), a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, de P. Pardal Monteiro (Lisboa, 1934-38), as Estações Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos, do mesmo autor (Lisboa, 1934-43 e 1934-48) e a escola Primária do Outão, de Keil do Amaral (Setúbal, 1938-40). Sobre estes projectos ver: **BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – Arquitectura do Século XX: Portugal. Prestel. Lisboa. 1997. p 166 a 181. E: TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. IPPAR. Lisboa. 2004. p 173 a 186. E: FERNANDEZ, Sérgio – Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988. p 15 a 25. E: PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. in ZEVI, Bruno – História da Arquitectura Moderna. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 707 a 718 e tábuas 101 a 109. Como também: FRANÇA, José-Augusto – História da Arte em Portugal: o Modernismo (Século XX). Editorial Presença. Lisboa. 2004. p 44-45 e 86-104. E: FRANÇA, José-Augusto – Lisboa:**



fig. 8 – Capa da revista *Notícias Ilustrado*, em 1932, e cartaz de propaganda ideológica do Estado Novo

A visão urbanística do Estado Novo

Este ímpeto modernista da arquitectura em Portugal, que indica um acompanhamento cultural atento ao contexto internacional da época, será cerceado pelo cerrar da visão ideológica do Regime a partir do final da década de 1930, impondo uma vontade de marcação do espaço urbano e uma determinação do carácter arquitectónico das edificações formatada pela intenção nacionalista, oscilante entre o cunho monumental e a ruralidade pitoresca.

A *política do espírito* do Estado Novo desvalorizava a modernização, o desenvolvimento industrial e a urbanidade, enaltecendo a vida rural, baseada na agricultura, e até a *vocação de pobreza*. O desenvolvimento urbano do país não constituía uma prioridade, procurando, ao invés, acautelar-se a criação de uma cultura de urbanidade e a referenciação a modelos estrangeiros. Não obstante, mantêm-se durante a década de 1930 as tendências anteriores de evolução urbana, com o crescimento a centrar-se nas grandes cidades de Lisboa e Porto²³.

Urbanismo e Arquitectura. Livros Horizonte. Lisboa. 1997 [3ª ed]. p 86 a 91. E: DUARTE, Carlos – **A Arquitectura Portuguesa dos Anos Trinta à Actualidade.** in Catálogo da Exposição *Tendências da Arquitectura Portuguesa*. Lisboa. 1986. p 11 a 14. E: CALDAS, João Veira – **Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo.** in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 23 a 31. E ainda: AAVV – **Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa.** Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. E: FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – **Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna.** Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. E: FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele (coordenação) - **Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002.** Edições Asa. Porto. 2003 [2ª ed].

²³ Lisboa cresce 138.892 habitantes nesta década, face a 127.435 na anterior, e o Porto 25.867, face a 10.554; de resto, num quadro geral de diminuição da população dos restantes distritos, exceptuam-se Setúbal, com um crescimento de 5.178 habitantes, Bragança, com 1.156, e, praticamente estacionários, Vila Real (com mais 430) e Évora (com mais 28). Ver

É à experimentação da Primeira República no domínio da criação de *Habitação Social* que o Estado Novo vai buscar inspiração para a criação de um modelo de crescimento urbano baseado na edificação de pequena escala, através da multiplicação de pequenas habitações unifamiliares, que pretende seguir a referência à individualização da família como unidade fundamental de toda a sociedade, postulada na Constituição de 1933.

Desde 1919, havia sido desenvolvida uma primeira geração de bairros que pretendiam responder às necessidades habitacionais das classes médias e menos favorecidas, como os bairros do Arco do Cego e da Ajuda, em Lisboa, e Sidónio Pais, no Porto, construindo moradias associadas em banda, claramente individualizadas e directamente relacionadas com a estrutura de arruamentos, que estabeleciam uma urbanidade assente num desenho hipodâmico da malha de arruamentos e numa escala de edificação, com recurso a áreas mínimas, que permitia a identificação individualizada, morfo-tipologia que se distinguia das três principais soluções empregues no desenvolvimento urbano: o prédio de rendimento; a moradia burguesa; e as vilas, ilhas e correntezas ²⁴.

No impulso arquitectónico de pendor modernista que se seguiu, Carlos Ramos havia desenvolvido no Algarve, em Olhão, um bairro habitacional para operários com uma organização tipológica semelhante, marcado no entanto pela utilização de uma linguagem depurada - recorrendo à racionalização do desenho dos vãos, de pequena dimensão, e inclusivamente à cobertura plana (ou, em

ROSAS, Fernando – Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia dos anos 30, in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 27. Quadro VIII.

²⁴ Sobre os primeiros bairros de Habitação Social, desenvolvidos pela República na sequência da situação habitacional da população urbana de menores rendimentos que se equacionava desde a viragem do século, ver: **LÔBO, Margarida Souza – Casas Económicas: Um Programa Emblemático da Política Habitacional do Estado Novo**, in AAVV – *Caminhos do Património*. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte. Lisboa. 1999. p 151 a 158. E

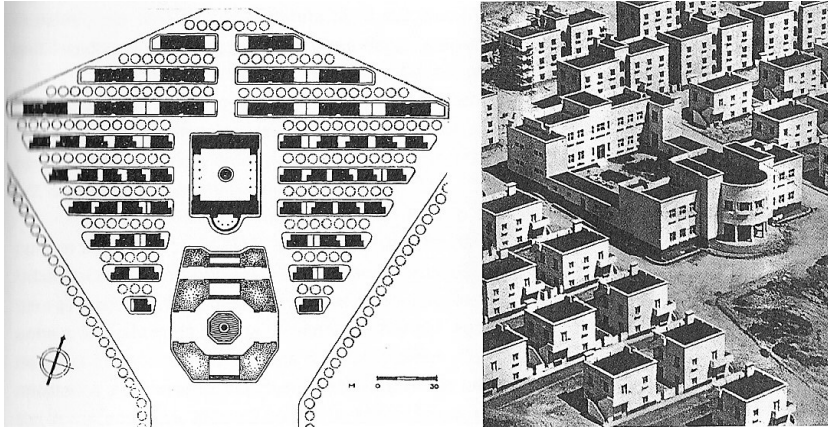


fig. 9 - Bairro do Alvito: planta e perspectiva de conjunto

vocabulário regionalista, à açoteia) - e pela articulação das habitações em torno de pátios centrais individualizados. Seguidamente, em Lisboa, o bairro do Alvito, desenvolvido por Paulino Montez a partir da década de trinta, reforçara o carácter modernista estendendo as novas preocupações da arquitectura até à organização urbana da proposta. Ao purismo dos volumes regulares construídos - independentes e com cobertura plana, com aberturas racionais e *secas* nas fachadas e escadas aparentes ²⁵ - Montez adiciona a disposição dos arruamentos paralelamente entre si, em anfiteatro, orientando as habitações em função do espaço público mas explorando a exposição solar e a implantação isolada para criar livremente relações de abertura entre interior e exterior em todo o perímetro das construções. O projecto do traçado do espaço público do bairro do Alvito apresenta ainda um forte sentido de composição, a partir da criação de um eixo central de simetria definido a partir do prolongamento do arruamento de ligação a Alcântara e da abertura focal relativamente a um ponto relacionado com o principal acesso, em que é disposto um equipamento cultural em posição central, enquadrado por um jardim formal ²⁶.

também: AAVV – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 34 e 35.

²⁵ Significativamente, Paulino Montez evoca a arquitectura vernacular da região de Olhão para justificar a proposta de cobertura em terraço, defendendo assim a sua aprovação. Ver: LÔBO, Margarida Souza – Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 132 e p 230 - nota 124.

²⁶ Sobre estes dois bairros, ver: TOSTÕES, Ana – Conjuntos Urbanos Planeados na Construção da Cidade. in *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. IPPAR. Lisboa. 2004. p 290 a 291; e LÔBO, Margarida Souza – Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 128-133.

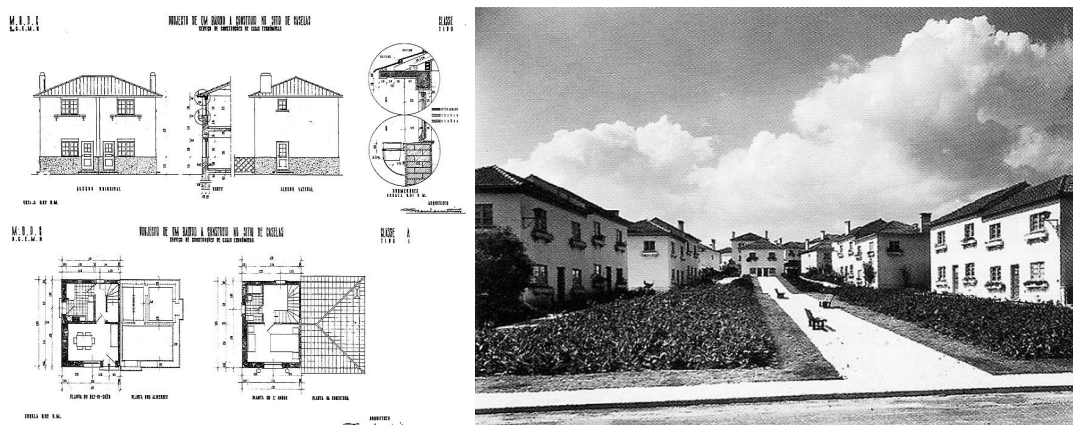


fig. 10 - O bairro de Caselas, exemplo da política de casas económicas do Estado Novo (projecto-tipo e fotografia de conjunto)

Se a linguagem arquitectónica modernista desenvolvida nestes dois bairros seria rejeitada pelos ímpetus nacionalistas, a matriz de organização morfológica e de desenho urbano do Alvito seria desenvolvida nos múltiplos bairros de *Casas Económicas* que o Estado Novo implementaria nas décadas seguintes como contraponto à *Habitação Social* da Primeira República, que criticava como anti-social e anti-económica. Na época, o regime de ocupação de edifícios com múltiplos fogos esgotava-se no arrendamento, não sendo possível a aquisição em regime de *propriedade horizontal*, e o Regime preconizava as casas económicas como solução urbana, fundamentada em dois vectores fundamentais da sua ideologia: por um lado a família, como forma natural de organização dos indivíduos e unidade estruturante de toda a sociedade; por outro lado a posse, a propriedade material do lar familiar independente, embora modesto. O estímulo à construção de habitação a custo controlado era assim considerado um exercício de protecção à família, sendo possibilitada a aquisição progressiva dos fogos através do regime de renda resolúvel ²⁷.

Os bairros de casas económicas constituíram uma promoção de carácter emblemático de um período de afirmação ideológica do Estado Novo, a *lição de Salazar* para o desenvolvimento urbano, distinguindo-se claramente da cidade existente quer pela autonomização e localização (muitas vezes periférica) quer pelo tipo de espaço urbano criado. O modelo urbano pretendia traduzir uma ilustração

²⁷ As dimensões dos fogos destinados ao *Casal Família* (figura instituída na Constituição de 1933) eram verdadeiramente mínimas, claramente inferiores ao que viria a ser previsto no Regulamento Geral das Edificações Urbanas em 1951, e distinguíam-se em categorias baseadas na diferenciação social; para um fogo T1 de categoria A previam-se 36 m², e para um T2 48 m²; a área dos lotes variava entre os 100 m² e os 200 m². De acordo com: **LÔBO, Margarida Souza – *Casas Económicas: Um Programa Emblemático da Política Habitacional do Estado Novo***, in AAVV – *Caminhos do Património. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte*. Lisboa. 1999. p 153. Não obstante, a organização tipológica regia-se por critérios axiomáticos deterministas, de que é exemplar a obrigatoriedade de "[...] um grande hall de cerca de 1 m²[...]" que garantisse a independência dos compartimentos. Ver: **COSTA, Jorge da – *Bairros do Estado Novo: 1933-1958***, in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. ficha 14.

do modelo social promovido, criando a imagem correspondente a uma sociedade e economia que negavam a conflitualidade social, e idealizava uma urbanidade moderada, de crescimento lento - uma verdadeira *aldeia na cidade* –, preservando a simplicidade e a independência características do *nosso feitio*.

Esta concepção urbanística engloba diferentes influências, para além das experiências postas em prática anteriormente. Por um lado, o paradigma da cidade-jardim, preconizado por Ebenezer Howard como alternativa à cidade industrial, desorganizada, densa e poluída, do final do século XIX, que - introduzida no país por Forestier em 1926²⁸ - constituía uma referência urbanística de enquadramento, independentemente da diferença de dimensão relativamente à rede de cidades proposta por aquele autor, em Portugal reduzida a uma materialização à escala de bairros-jardim. Por outro lado, a visão ideológica de sociedade propagandeada pelo Regime, que não se esgotando na valorização da família, assentava também no enaltecimento da ruralidade e da vida campestre, o que se reflecte - para além da escala da ocupação e da dimensão dos próprios conjuntos - na inclusão de resquícios dessa realidade, como o jardim ou quintal associado à habitação, maugrado a pequena dimensão dos lotes. Por último ainda, a ideia de *casa portuguesa*, recuperada pela política de regeneração nacionalista a partir da obra de Raul Lino, que se encontra presente na caracterização formal das construções realizadas, numa deriva - face à dificuldade de transposição da *arte de viver e de habitar* para a construção de custo

²⁸ O urbanista parisiense Forestier apresenta, na sequência de um convite realizado pela comissão encarregue da elaboração de um Plano Geral de Melhoramentos para a Cidade de Lisboa, em 1926, um estudo para o prolongamento da Avenida da Liberdade em que prevê a criação de três pequenas cidades-jardim, a localizar em Benfica, no Lumiar e junto ao Campo Grande: **LÔBO, Margarida Souza – Casas Económicas: Um Programa Emblemático da Política Habitacional do Estado Novo**, in AAVV – *Caminhos do Património. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte. Lisboa. 1999*. p 152. Também Rogério de Azevedo experimentaria singularmente este modelo, propondo uma (muito pequena) cidade-jardim na periferia de Viana do Castelo em 1932. *Op. Cit.*, p 146 a 149.



fig. 11 – A política de casas económicas do Estado Novo, retratada por João Paulo Cotrim e Miguel Rocha

reduzido pretendida - para a utilização de um vocabulário de elementos *típicos* de caracterização arquitectónica²⁹.

Efectivamente, os bairros de casas económicas constituem uma forte marcação territorial, símbolo da política urbana do Estado Novo, tendo sido desenvolvidos ao longo de décadas, concretizando-se, entre outros conjuntos, nos bairros do Alto da Ajuda, da Encarnação, da Madre de Deus, do Alto da Serafina, de Belém, do Restelo e da Calçada dos Mestres, em Lisboa, ou nos bairros das Antas, de Ramalde, de Costa Cabral e Marechal Gomes da Costa, no Porto, ou também, em Coimbra, na sequência das demolições da Alta, nos bairros do Calhabé (General Norton de Matos), de Celas e do Loreto, e ainda em numerosas intervenções espalhadas por todo o país, das periferias das grandes áreas urbanas (como Benfica, Almada, Queluz, Vale Escuro ou Vila Nova de Gaia) às cidades e aos aglomerados mais diversos (entre outros, Guimarães, Viana do Castelo, São João da Madeira, Covilhã, Guarda, Marinha Grande, Alcobaca, Entroncamento, Setúbal, Estremoz, Faro, Portimão e Ponta Delgada).

No entanto, a produção de cidade assim conseguida não constituiu uma resposta eficaz às necessidades de crescimento urbano do país, sobretudo nas duas grandes cidades, tendo sido complementada e progressivamente substituída por outras soluções com maior e mais rápida capacidade de desenvolvimento e de concretização³⁰.

²⁹ Ver: MARTINS, João Paulo – **Portuguesismo: Nacionalismos e Regionalismos na Acção da DGEMN. Complexidade e Alguma Contradição na Arquitectura Portuguesa**, in AAVV – *Caminhos do Património*. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte. Lisboa. 1999. p 124 e 125. Neste texto o autor identifica as influências e inspirações dos bairros sociais construídos pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, citando ainda Margarida Acciaiuoli para definir o período pós-1938 como o momento em que se tornou mais óbvia a vontade de marcação nacionalista na arquitectura oficial, associada em grande parte à preparação da Exposição do Mundo Português.

³⁰ No seu período mais produtivo (1945-49), o programa de casas económicas apresentou uma média anual de 450 casas construídas. No entanto, considerando o contexto de toda a década de 1940, a construção de 3376 habitações económicas em

O preenchimento da malha urbana

No Porto, e sobretudo em Lisboa, com a maior pressão de crescimento urbano sentida, continuou a construir-se sobre a malha de arruamentos organizada, com recurso continuado ao prédio de rendimento como tipologia de edificação para preenchimento dos lotes. Esta solução constituiu o principal modo de fazer cidade, a realidade implementada que marcava a face da urbanidade portuguesa, apesar da idealização e promoção pelo Regime de uma via mais *ruralizante* e menos citadina, mais autónoma e menos *comunitária*.

Se as soluções arquitectónicas, construtivas e formais, do prédio de rendimento foram variando de acordo com tendências sociais, culturais e políticas, e - evidentemente - com os autores das obras (os arquitectos e, também, muitos engenheiros, ou mesmo desenhadores), existem, por outro lado, elementos comuns na sua caracterização, sobretudo no que respeita à sua relação com o espaço público.

A articulação directa com a rua, acompanhando-a e conformando-a espacialmente, constitui um factor de referência que proporciona uma leitura de conjunto ao tecido urbano assim desenvolvido, mantendo-se para além dos jogos volumétricos frequentemente desenvolvidos nos pisos superiores,

todo o país parece quase insignificante face ao aumento populacional de 74.047 habitantes na cidade de Lisboa, e de 30.029 habitantes na cidade do Porto, cidades em que se concentrava o grosso do programa (isto apesar da emigração e da perda populacional de mais de uma centena de milhar de pessoas no país). Sobre o número de fogos finalizado e atribuído pelo programa das casas económicas, ano a ano e bairro a bairro, ver: **LÔBO, Margarida Souza – Casas Económicas: Um Programa Emblemático da Política Habitacional do Estado Novo.** in AAVV – *Caminhos do Património. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte*. Lisboa. 1999. p 157 e 158. Sobre o crescimento dos centros urbanos na primeira metade do século XX, ver: **ROSAS, Fernando – Portugal, um mundo de coisas pequenas: a**

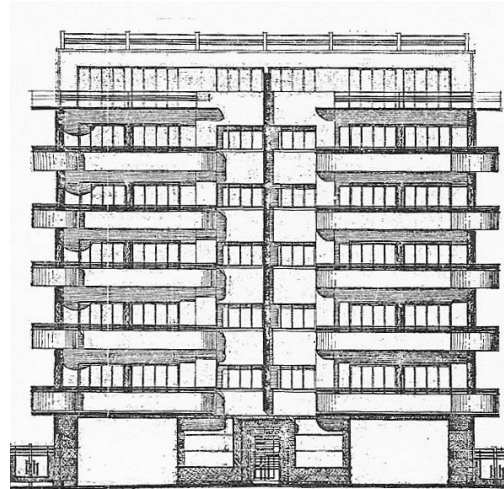


fig. 12 - Prédio de rendimento modernista na R. Nova de S. Mamede, de Cassiano Branco

com base em balanços e em jogos de abertura e encerramento. Também a métrica - decorrente da dimensão dos limites das parcelas traçadas - confere um ritmo determinado, que é muitas vezes sublinhado pela simetria face à posição central da entrada ou face ao *risco ao meio*, e que varia de acordo com a zona da cidade em causa, conferindo uma leitura diversificada ao espaço urbano, com base no sentido de proporção.

Durante a década de 1930, os prédios de rendimento traduziram-se num forte campo de desenvolvimento da modernidade arquitectónica em Portugal, sobretudo enquanto o campo artístico foi objecto de uma relativa indiferença por parte do poder político, antes do endurecimento fascista e nacionalista que acompanhou o eclodir da guerra civil em Espanha, em 1936, apoiado no aumento dos métodos repressivos, e que passava a entender a arquitectura como instrumento de propaganda ideológica, submetida à força de um Estado que pretendia exaltar os valores nacionalistas e que definia o internacionalismo comunista como o principal inimigo a combater ³¹.

O sentido experimental manifestado naquele período na edificação dos múltiplos prédios de rendimento - pela pesquisa formal, pela expressão plástica, pelas técnicas construtivas ou até pela organização tipológica ³²- não teve no entanto o mesmo desenvolvimento no que respeita à

sociedade e a economia dos anos 30, in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 26. Quadro VI.

³¹ A partir de um conhecimento aprofundado, Nuno Teotónio Pereira descreve a mudança de postura do Estado Novo face à criação arquitectónica, com o progressivo aumento da imposição formalista e determinista, em: **PEREIRA, Nuno Teotónio – A Arquitectura de Regime: 1938-1948**, in **BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – Arquitectura do Século XX: Portugal**. Prestel. Lisboa. 1997. p 33 a 39.

³² A partir do prédio de rendimento de Cassiano Branco na Av. Álvares Cabral (de 1935-36), comumente citado como uma das obras emblemáticas deste modo de fazer cidade, Rute Figueiredo sintetiza as suas principais linhas definidoras: "*Embora não revolucionário ao nível das formas do habitar, [...] encerra uma revisão dos princípios formais da arquitectura urbana, que não pode deixar de ser analisada no contexto geral de um desenvolvimento discursivo onde se reconhece o investimento numa matriz racional e moderna [...], constituindo-se num modelo de habitação colectiva cuja fácil adaptabilidade a*

organização urbana, já que estas intervenções não ultrapassavam um carácter parcelar, de pequena escala, e se submetiam à lógica de estruturação de cidade pré-determinada pelo traçado, pelo desenho do espaço público e pelo parcelamento já definidos. Desta forma, contribuindo indubitavelmente para a alteração da imagem da cidade, não alcançaram porém um novo sentido de urbanidade, ou a definição de uma diferente concepção de articulação entre a construção e o espaço urbano em que esta se inscrevia ³³.

Assim, com o final da década de 1930, a posição do poder face à arquitectura modificava-se, impondo uma doutrina formal de pendor nacionalista e historicista, oscilante entre uma vertente rural e pitoresca e uma vontade de dramatismo e monumentalização.

circunstâncias de ordem funcional, económica e construtiva concorreram para a generalização de um modelo que proliferou pela cidade de Lisboa nas décadas seguintes". FIGUEIREDO, Rute – Prédio de Rendimento: Avenida Álvares Cabral 44-48, in TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. IPPAR. Lisboa. 2004. p 186. Deste modo de fazer lisboeta, Alexandre Alves Costa apresenta também um exemplo de João Simões, datado de 1937, em COSTA, Alexandre Alves – Notes pour une caractérisation de l'architecture portugaise, in AAVV – Architectures a Porto. Pierre Mardaga éditeur. Liège. 1990. p 39. Para uma análise mais alargada, com exemplos diversos de prédios de rendimento, estudados a partir das características compositivas das fachadas, ver: FERNANDES, José Manuel – Para o Estudo da Arquitectura Modernista em Portugal: A Evolução Estilística, in Arquitectura #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980. p 64 a 73. Também sobre as obras modernistas de preenchimento da malha urbana lisboeta, ver o levantamento de: JANEIRO, Maria de Lurdes; FERNANDES, José Manuel – Arquitectura Modernista em Lisboa: 1925-1940. Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa. 1991.

³³ Nuno Portas assinala esta falta de dimensão urbanística do primeiro modernismo da arquitectura portuguesa: "*Ora o que é curioso, nos nossos anos 30, é a reduzida intervenção dos arquitectos nos problemas urbanos e o convencionalismo com que o fazem nas poucas ocasiões em que os debatem ou a eles são chamados como profissionais. Cristino, por exemplo, que desde o tempo do Capitólio trabalha num projecto para o prolongamento da Av. da Liberdade, que se arrastará por vários anos, não deu mostras, que se saiba, de preocupações de modernidade paralelas às que traduziam as suas arquitecturas, o que se irá confirmar, já em 38, nos estudos para a P. do Areeiro*". PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação, in ZEVI, Bruno – História da Arquitectura Moderna. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 725.



fig. 13 - Prédios de rendimento modernistas em Lisboa, da autoria de Ávila Amaral, de autor desconhecido e de Cassiano Branco

Esta intrusão no domínio disciplinar encontrava algum eco na consciência autocrítica dos arquitectos da primeira geração modernista portuguesa, desiludidos com a impopularidade e falta de aceitação de obras como o Liceu de Beja e a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, e estes viriam maioritariamente a aderir às determinações estatais, abandonando o *radicalismo* anterior, fosse por vontade própria ou, ao invés, de modo contrariado, numa reviravolta em parte explicável pelo ecletismo da sua formação *Belas-Artes*, mas também pelo modo voluntarista e quase empírico como haviam desenvolvido essas primeiras obras – em paralelo com algumas das mais importantes realizações internacionais, mas à margem da reflexão teórica e da fundamentação crítica que norteavam o primo-modernismo noutros contextos³⁴, e que lhe conferiam uma coerência própria enquanto movimento arquitectónico³⁵.

Não seria a metodologia da produção urbana corrente que sofreria alteração com esta mudança de *cenário*. A imagem da cidade produzida tornava-se sem dúvida diferente, mas continuavam a ser os mesmos investidores a promover o mesmo tipo de construção de preenchimento da malha urbana

³⁴ A geração de arquitectos pioneira da experimentação do moderno no país – Carlos Ramos, Rogério de Azevedo, Cristino da Silva – rapidamente deixou aos seus *aprendizes*, "[...] já nascidos com a República e diplomados depois de 30 [...]" a continuação da *aventura*. PORTAS, Nuno - ***A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação***, in ZEVI, Bruno - ***História da Arquitectura Moderna***. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 707. Cristino, por exemplo, profundamente desiludido com a experiência do Liceu de Beja, só já na viragem da metade do século voltaria a desenvolver uma experiência de modernidade apreciável, em Nova Oeiras, em circunstâncias específicas, sendo entretanto responsável por diversificadas obras *português suave*, de que é exemplo maior o conjunto da Praça do Areeiro.

³⁵ Desde 1928, da primeira reunião dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna, em La Sarraz, na Suíça, que os arquitectos pioneiros do modernismo desenvolviam internacionalmente um entendimento teórico, com algumas contradições mas também com um sentido comum de mobilização. Em 1933, o CIAM IV, subordinado ao tema '*Cidade Funcional*', pretendeu sedimentar um conjunto de princípios respeitantes à transformação urbana, com vista à sua divulgação, conclusões que, no entanto, apenas seriam publicitadas dez anos mais tarde, pela mão de Le Corbusier, dando origem à famosa Carta de Atenas. Ver: MUMFORD, Eric - ***The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960***. MIT. Cambridge. 2000. p 73 a 91. E p 275-276 - Quadro cronológico dos congressos e reuniões do CIAM e do CIRPAC.

traçada, através da edificação de prédios de rendimento diferentes na fachada mas semelhantes na relação urbana, internamente e a nível construtivo.

O urbanismo de Duarte Pacheco

A década de 1930 seria também o período em que teria lugar uma intervenção com vastas repercussões na dinâmica de desenvolvimento urbanístico português, desenvolvida por impulso do engenheiro Duarte Pacheco, figura marcante do Regime, que acumulava as funções de Ministro das Obras Públicas e de Presidente da Câmara de Lisboa. Director do Instituto Superior Técnico muito novo, aos 25 anos, o engenheiro havia promovido a construção da Alameda Afonso Henriques, como operação de enquadramento do conjunto edificado por Pardal Monteiro, o que lhe criara uma aura de homem empreendedor, ambicioso e vocacionado para a acção, e tinha agora em mente uma verdadeira transformação da face urbana do país, que plasmasse a imagem da nova ordem estabelecida ³⁶. Em 1934, cria a figura dos Planos Gerais de Urbanização, tomando em mãos o planeamento dos centros

³⁶ De acordo com José-Augusto França, António de Oliveira Salazar tinha Duarte Pacheco como um homem da sua confiança, relação apenas perturbada em 1936 quando este se preparava para lançar a construção de uma ponte sobre o rio Tejo, ligando o Beato ao Montijo, o que levou ao seu afastamento do Governo por dois anos. No entanto, o seu regresso não representou uma mudança do seu carácter empreendedor, passando a acumular com a função ministerial a presidência da Câmara de Lisboa, e, em entrevista nesse mesmo ano, Salazar afirmava que arquitectos e urbanistas teriam cada vez mais trabalho em mãos. **FRANÇA, José-Augusto – Lisboa: Urbanismo e Arquitectura. Livros Horizonte. Lisboa. 1997 [3ª ed].** p 91. Na Câmara, Duarte Pacheco terá sido responsável por subjugar os negócios especulativos e a arbitrariedade anteriormente reinantes, de acordo com Keil do Amaral, de forma a "[...] *realizar uma obra imensa, tenazmente, implacavelmente, levando de vencida tudo quanto à realização dela se opunha, rotina, burocracia, bajulação, falta de quadros técnicos, de compreensão, de verbas, de apoios [...]*". **AMARAL, Francisco Keil do – Revista Municipal #138-139. CML. Lisboa. 1973.**

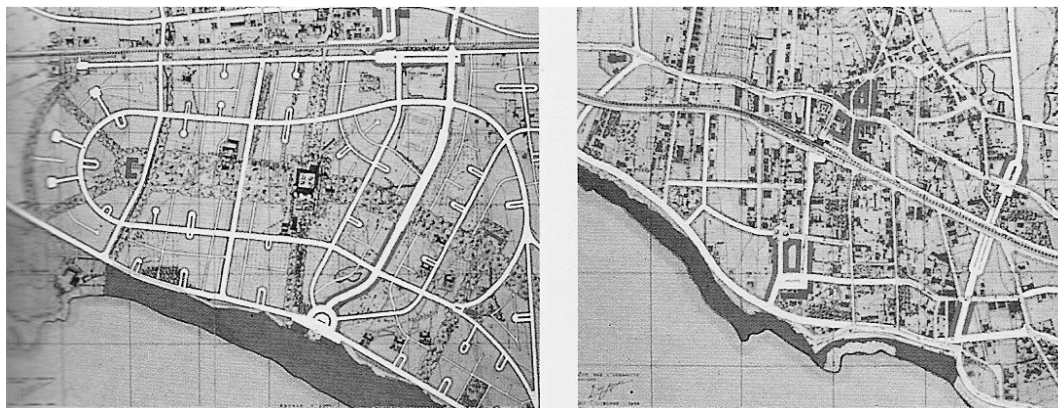


fig. 14 – Planos de Remodelação de Carcavelos e da Paredes

urbanos, e - esvaziando o papel dos organismos locais, embora abrindo excepções para as cidades de Lisboa e Porto - lança a realização de estudos para a generalidade dos aglomerados do país, que pela primeira vez são objecto de um levantamento sistemático com vista ao seu ordenamento, trabalho que demoraria mais de uma década a produzir resultados.

Mas o carácter visionário de Duarte Pacheco seria evidenciado sobretudo na visão estratégica evidenciada no planeamento da Costa do Estoril, pensada numa dimensão de relação territorial com a cidade de Lisboa. Para o efeito, o Ministro - dando continuidade à crónica marginalização dos técnicos nacionais nas mais importantes acções de planeamento urbano - seleccionou um experiente urbanista estrangeiro, Donat-Alfred Agache, que desenvolveu uma análise a uma escala alargada de todo o território a ocidente de Lisboa, numa perspectiva integrada de ordenamento, englobando a infra-estruturação, os sistemas de transporte e o desenvolvimento dos aglomerados urbanos, o que extravasava o âmbito do estudo inicialmente solicitado, referente à *turística* estrada marginal e à sua relação com as praias.

Em resultado deste trabalho, Agache delineou toda uma estrutura territorial, assente em dois eixos paralelos de desenvolvimento para ocidente, que acompanhavam a orientação da costa - a estrada marginal e uma nova auto-estrada - e um conjunto de ligações transversais, antevendo e preparando o crescimento da ocupação de toda a área para o interior, processo que se iria desenrolar ao longo de várias décadas³⁷.

De modo a vencer as dificuldades orográficas apresentadas por alguns estrangulamentos a esta expansão, o urbanista estuda particularmente algumas situações, resolvendo aspectos que bloqueavam a cidade, como o vale de Alcântara, sobre o qual propõe a construção de um viaduto (que mais tarde

³⁷ Margarida Souza Lobo descreve pormenorizadamente o trabalho de Agache em Lisboa no estudo: **LÔBO, Margarida Souza – Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco**. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 52 a 66.

seria baptizado com o nome do Ministro), e a zona ribeirinha entre a Praça do Comércio e o Cais do Sodré (o Arsenal), para a qual redesenha o acesso, com recurso a um aterro e algumas demolições, beneficiando a ligação para poente.

A partir do traçado estruturante de conjunto, as diferentes zonas e aglomerados são tratados num Plano de Urbanização – o Plano de Urbanização da Costa do Sol - de modo diversificado e hierarquizado, de acordo com o papel atribuído: Algés e Dafundo como subúrbios directos da cidade, Cruz Quebrada e Vale do Jamor como um grande parque verde de lazer e desportivo, Oeiras e Carcavelos como praias da classe média, Parede como praia medicinal, S. Pedro, S. João do Estoril e Cascais de um modo mais autónomo. Estas áreas são seguidamente objecto de estudos particularizados, trabalhados individualizadamente a partir da reestruturação da situação pré-existente, englobando o traçado dos acessos desde as duas grandes vias principais, utilizando o desenho para redefinir os espaços urbanos de acordo com o pretendido, projectando praças formais conformadas através de edificação contínua nas áreas centrais, em contraste com zonas envolventes de estruturação sinuosa e menor densidade, que se adaptam de modo flexível às situações de encosta frequentemente encontradas.

O trabalho realizado em Portugal por Agache de 1933 a 1936 deixaria repercussões significativas, não só por estabelecer um planeamento a uma escala alargada e fundamentado numa visão a tempo largo, que delinearia a espinha dorsal do principal desenvolvimento suburbano de Lisboa por praticamente meio século, mas também pela opção por soluções morfo-tipológicas de expansão baseadas em construção de pequena dimensão, em contraste com os modelos de cidade densa associados à industrialização, o que traduzia uma sintonia com as preferências ideológicas do Estado Novo no domínio do espaço urbano.

Este tipo de soluções de baixa densidade era também preconizado por Etienne de Gröer, urbanista que retoma o trabalho anteriormente desenvolvido por Agache a partir de 1938 ³⁸. Adepto informado do modelo de cidade-jardim, que leccionava e que havia defendido explicitamente em artigos comparativos relativamente à construção em altura, de Gröer tem no Plano de Urbanização da Costa do Sol oportunidade de colocar em prática as suas convicções, embora adaptando o modelo original de Howard de cidade-jardim autónoma a uma situação de interligação suburbana, com diferentes núcleos espalhados pelo território na dependência funcional de Lisboa.

De Gröer abdica de uma visão mais acentuadamente estratégica e territorial em favor de um maior pragmatismo, debruçando-se sobre o desenvolvimento dos aglomerados em ligação com a ferrovia já anteriormente electrificada e com a Estrada Marginal em construção, prevendo poucas actividades para além da vertente habitacional e aprofundando menos a individualização e as especificidades de cada parte do conjunto. No entanto, mantém uma atenção particular no que respeita à delimitação de cada núcleo, de modo a preservar cinturas envolventes de protecção com carácter rural, condição que considerava determinante para a qualidade dos espaços urbanos criados, e desenvolve um desenho de conjunto baseado na morfologia do seu modelo de referência, adaptando organicamente a estrutura urbana ao relevo, demonstrando uma forte atenção às condições específicas das pré-existências, que ultrapassava a orografia para se debruçar também sobre a construção já presente, criticada pelo desordenamento *anárquico* e pela densidade de ocupação dos lotes pela edificação. Na sua proposta,

³⁸ Em 1938, Duarte Pacheco regressa ao Ministério e é também nomeado Presidente da Câmara de Lisboa; pretendendo retomar o trabalho de planeamento desenvolvido por Agache, verifica a indisponibilidade do urbanista, que se havia radicado no Brasil devido ao conflito armado na Europa, contratando em sua substituição Etienne de Gröer, que havia sido seu assistente em Paris e colaborador no Plano do Rio de Janeiro, processo em que poderá ter tido influência Faria da Costa, que realizara a sua formação no Instituto de Urbanismo de Paris e havia inclusivamente trabalhado com de Gröer em França. Ver: **LÔBO, Margarida Souza – Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 89.**

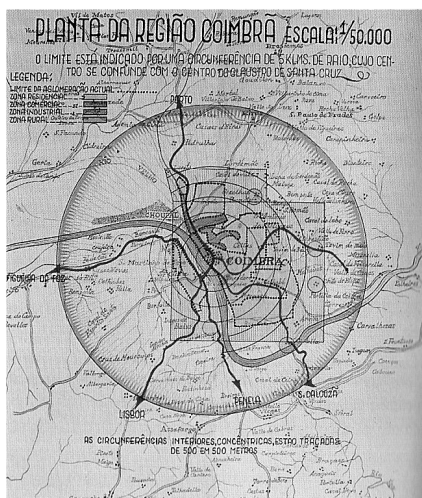


fig. 15 – Plano de Etienne de Gröer para Coimbra

apenas nas áreas centrais dos núcleos eram propostos edifícios multifamiliares, limitados a três pisos de cêrcea e com implantação em banda, enquanto nos espaços envolventes eram dispostas moradias isoladas relacionadas com uma estrutura de impasses e pracetas de retorno, sendo a superfície de ocupação do solo limitada a uma percentagem que variava entre 5% e 23% dos lotes. Diversos espaços públicos de importância significativa eram objecto de estudo específico - sobretudo jardins e parques de maior centralidade - como as áreas próximas das estações ferroviárias de Paço d'Arcos e de St.º Amaro de Oeiras, com a colaboração activa de Faria da Costa, ou de Carcavelos, com inspiração directa em Radburn, em que, retomando as ideias iniciais de Agache, a circulação pedonal era separada claramente do trânsito viário, processando-se através de uma sucessão de largas faixas arborizadas que constituíam no seu conjunto um parque verde.

Com a invasão da França pela Alemanha, Etienne de Gröer fixa residência em Portugal, a partir de 1940, começando a desenvolver uma intensa e variada actividade profissional, que se prolongaria por mais de uma década, realizando planos para múltiplas cidades e aglomerados portugueses, como Coimbra, Luanda, Braga, Évora, Abrantes, Almada, Lisboa ou Sintra.

Nestes trabalhos, as opções urbanísticas adoptadas não são tão declaradamente decorrentes da utilização de um modelo único como a cidade-jardim, sendo estabelecida uma atenção particular às condições específicas pré-existentes, bastante diferenciadas, o que conduz a um conjunto mais eclético de soluções.

Os dois primeiros planos – Coimbra e Luanda ³⁹ – baseiam-se na criação de uma cintura de aglomerados-satélite na periferia das cidades. No entanto, se em Luanda é prevista uma

³⁹ Estes dois planos foram realizados com a colaboração de David Moreira da Silva, também ele recém-regressado de um período de formação no Instituto de Urbanismo de Paris. À semelhança de Guilherme Faria da Costa, Moreira da Silva viria a desenvolver posteriormente de modo autónomo a actividade de urbanista, em que transporece a influência deste seu trajecto.

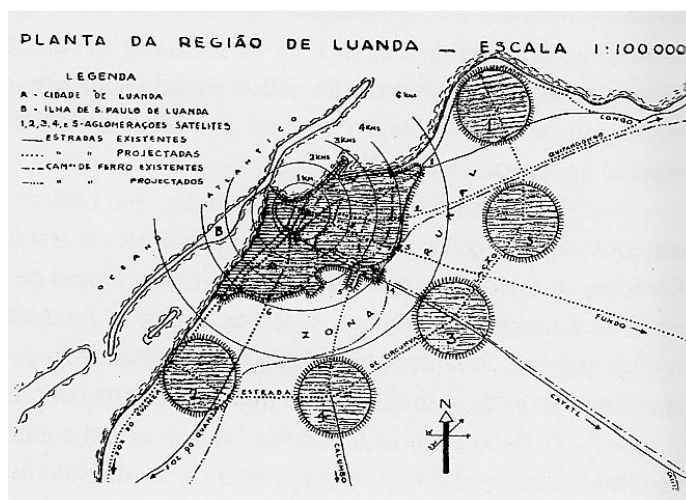


fig. 16 - Plano de de Gröer para Luanda

descentralização consistente, com cinco cidades-satélite de perímetro generoso no exterior de uma faixa rural de separação com cerca de dois quilómetros de largura, e uma rede de ligações viárias radiais e concêntricas, configurando uma proposta de cidade policêntrica credível, já em Coimbra os aglomerados-satélite têm uma escala diminuta, de aldeia, procurando mais o controlo da construção periférica em zonas rurais do que a constituição de uma solução de desenvolvimento urbano para a cidade, efeito para o qual de Gröer prevê o crescimento em continuidade para sudeste e para norte dos limites da época, procurando porém estabelecer uma demarcação clara do perímetro urbano. O plano de Coimbra apresentava um carácter simultaneamente crítico e didáctico, analisando as patologias urbanas detectadas, estabelecendo critérios de actuação e propondo modelos de tecido urbano diferenciados de acordo com o contexto, desde a intervenção de recriação historicista, inserida no centro histórico, à proposta de quarteirão *moderno*, em áreas de crescimento, embora o urbanista marcasse sempre a sua preferência pelas soluções morfo-tipológicas baseadas na habitação unifamiliar, estabelecida como referência qualitativa, tanto a partir de critérios higienistas de salubridade como, mais ideologicamente, pela importância que lhe atribuía no reforço do papel social da família, em contraponto ao avanço do *comunitarismo de esquerda* favorecido pelo alojamento colectivo.

Nos outros planos que desenvolveu, de Gröer demonstrou constância de princípios e de critérios, apresentando porém um cunho pragmático indissociável da atenção perante as singularidades dos sítios e as circunstâncias específicas em presença. Em Braga e, sobretudo, em Évora, defende a preservação do tecido urbano histórico, que valoriza enquanto conjunto integrado e para o qual prevê medidas específicas de intervenção (em Coimbra, pelo inverso, havia esquecido o território da Alta, para o qual o Estado Novo preparava uma acção de *metamorfose* radical), como também em Sintra,

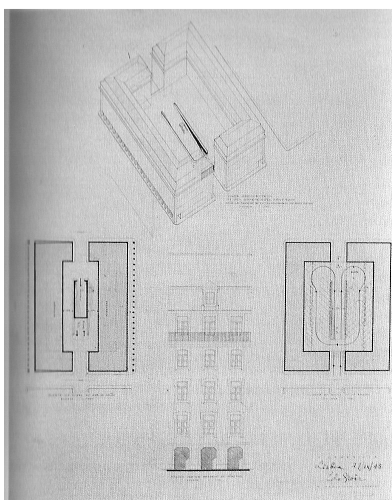


fig. 17 – Proposta de de Gröer para reformulação dos quarteirões da Baixa Pombalina

cujo carácter pretende preservar de modo a potenciar a valorização turística, afastando o crescimento da área antiga, limitando-o volumetricamente e intermediando-o espaçadamente com áreas rurais ou arborizadas. Nas cidades em que projecta extensões de tecido urbano mais densas adopta soluções morfológicas semelhantes às de menor densidade, adaptando organicamente os arruamentos à topografia, aproximando-os de traçados isométricos, e fazendo-os acompanhar marginalmente pela construção, quebrando a continuidade visual dos espaços, recorrendo aos impasses (por vezes alongados) e às pracetas de remate, que transforma em extensões urbanas semi-públicas pelo distanciamento. Mantém especial atenção à insolação e à inclinação do solo, impondo a separação das edificações, ou mesmo impedindo a construção de um dos lados, em situações em que considera ser necessário para proporcionar abertura e iluminação à rua.

Demonstrando uma preocupação específica com a macroestrutura urbana e os transportes, o urbanista procura estabelecer em Lisboa uma visão de conjunto, dando coerência à diversidade de intervenções de urbanização e construção que se desdobravam no terreno, em simultâneo mas sem articulação, transformando a face da cidade ⁴⁰. O plano, desenvolvido em duas fases distintas, tenta conter o crescimento, estabelecendo uma cintura rural de protecção com três quilómetros de largura que delimitava uma área urbana para o máximo de um milhão de habitantes - 10% da população prevista para o país. De modo mais inovador, introduz o zonamento como método de regulamentação do uso do solo, o que é efectuado de modo muito exclusivista, que retira a habitação da zona central e restringe fortemente outras actividades nas zonas residenciais, embora dotando-as de centros de

[2ª ed]. p 148 a 154.

⁴⁰ O plano de Lisboa é realizado sob a directa autoridade de Duarte Pacheco, procurando sedimentar uma nova fase de desenvolvimento da cidade. Na base de todo o processo de transformação estava o propósito de a Câmara Municipal assumir a urbanização da cidade, recorrendo à expropriação e aquisição dos terrenos. Ver: **FRANÇA, José-Augusto – Lisboa: Urbanismo e Arquitectura. Livros Horizonte. Lisboa. 1997 [3ª ed]. p 93-96.**

serviços e comércio. No plano é estabelecida uma estruturação urbana baseada numa série de vias radiais que entroncam nos grandes arruamentos urbanos, articulando-se numa larga rede com uma série de circulares. Nas décadas seguintes, a construção de vias como a Av. António Augusto de Aguiar, a Av. de Berna, o prolongamento da Av. dos Estados Unidos e a Segunda Circular serviriam de suporte ao desenvolvimento do tecido urbano que progressivamente seria edificado. Outros aspectos do plano, pelo contrário, não chegariam à concretização - como a reformulação do centro histórico através da adaptação dos quarteirões pombalinos ao automóvel através da realização de demolições parciais, e a criação de novas vias de atravessamento, em túnel, no interior da cidade - mas são esclarecedores quanto à primazia dada pelo urbanista ao funcionamento e ao sistema de transportes na área central, sobre a cidade hipodâmica *mecanicista*, que desprezava e propunha sacrificar⁴¹.

Agache e de Gröer representaram uma importante componente da revolução no domínio do planeamento conduzida por Duarte Pacheco, quer pelo carácter inovador, quer pela extensão do trabalho realizado, quer ainda pelos métodos e princípios de trabalho, transmitidos aos colaboradores, que lhes dariam posteriormente continuidade.

⁴¹ Margarida Souza Lôbo realiza uma aprofundada análise do trabalho de de Gröer em Portugal. Ver: **LÔBO, Margarida Souza – Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed].** p 74 a 100. Em Lisboa, o urbanista desenvolve o trabalho em dois momentos distintos: primeiro, como consultor, de 1938 a 1940, quando procura estabelecer um programa de análise relativamente às extensas actividades em curso, trabalho que seria depois completado pelo engenheiro António Emídio Abrantes; depois, entre 1946 e 1948, quando, com base na análise realizada, elabora o Plano Director da Cidade, delinearando uma estrutura de conjunto e desenvolvendo soluções específicas para a área central, como uma rodovia de túneis contornando a Baixa, ou a ligação subterrânea por ferrovia entre Sta. Apolónia e o Cais do Sodré, os *park-ways* ajardinando a envolvente das vias rápidas, e também a reforma dos quarteirões pombalinos através da abertura do seu interior por demolição de uma das suas frentes construídas longitudinais, permitindo melhorar as condições de iluminação e ventilação dos edifícios e construir estacionamento no interior de cada par de quarteirões, de modo a "aliviar as vias existentes do movimento de peões e do estacionamento dos carros".

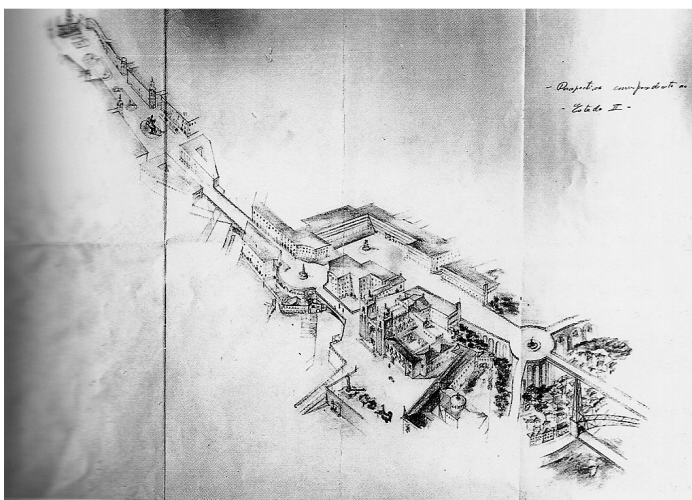


fig. 18 – Proposta de Muzio para a ligação entre a ponte D. Luís e a Av. dos Aliados

No Porto, seria outro arquitecto estrangeiro a ser encarregue da elaboração de um plano geral para a cidade. Marcello Piacentini, arquitecto oficial de Mussolini, é contratado para o efeito em 1938, desenvolvendo o trabalho sem tomar contacto directo com a cidade, através do envio de colaboradores para desenvolver o trabalho no sítio, o que tem como consequência um diferente nível de desenvolvimento das soluções preconizadas e uma forte dificuldade de adequação à difícil topografia portuense. No entanto, deixa o seu cunho no desenvolvimento urbano futuro da cidade, pelo traçado de directrizes viárias como a travessia em ponte na zona da Arrábida, o prolongamento da R. da Constituição ou a ligação entre a Praça do Império e a R. do Campo Alegre, e pela determinação de diversos bairros e zonas de carácter residencial, realizada através de um zonamento socialmente segregativo. A partir de 1940, Piacentini, muito ocupado com a coordenação da grande exposição E42, em Itália, seria substituído por Giovanni Muzio no desenvolvimento do trabalho ⁴², que Duarte Pacheco acompanharia interessadamente.

Muzio elabora um plano de urbanização com especificações de zonamento e regulamentação, dedicando especial atenção à rede viária principal e prevendo o principal desenvolvimento da cidade para poente. Aspectos específicos de desenho do espaço urbano, como a ligação entre a ponte D. Luís e a Av. dos Aliados, merecem especial destaque no trabalho, em que se verifica uma clara desadequação à orografia, dificultando a concretização das propostas.

Para além do trabalho desenvolvido pelos urbanistas estrangeiros em Portugal, o empreendedorismo urbanístico do Ministro das Obras Públicas alastraria também a uma enorme vaga de planos realizados para todo o território por urbanistas e arquitectos portugueses. Com a realização progressiva mas

⁴² Para além de Souza Lôbo, recorrentemente citada (LÔBO, Margarida Souza – **Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco**. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 67-73), ver também: FERNANDEZ, Sérgio – **Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974**. FAUP. Porto. 1988. p 23 a 25. O autor sintetiza as principais linhas de trabalho dos dois urbanistas italianos, identificando as principais marcas de permanência no desenvolvimento subsequente da cidade.

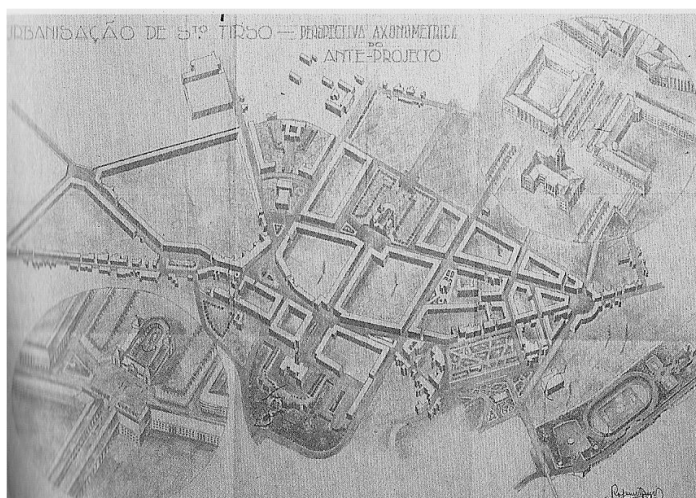


fig. 19 – Anteprojecto de 1944 para a expansão urbana de Sto. Tirso, por Rogério de Azevedo

sistemática de levantamentos de numerosas cidades e aglomerados, gradualmente disponíveis, desenvolvem os novos planos urbanistas com formação específica, como Guilherme Faria da Costa e David Moreira da Silva, arquitectos *vocacionados* para a actividade, como Carlos Ramos, Januário Godinho e Paulo Cunha, ou técnicos dos Serviços de Urbanização dos municípios das duas grandes cidades, como José de Lima Franco, Miguel Jacobetti Rosa, João Aguiar e José Miranda de Vasconcellos. O grupo destes primeiros profissionais encarregues da actividade é seleccionado caso a caso por Duarte Pacheco, por avaliação do seu perfil individual, o que demonstra a importância por si atribuída ao planeamento urbanístico, que entendia como um instrumento para a marcação territorial pelo Regime que pretendia estabelecer, transformando o carácter orgânico de crescimento dos aglomerados através da introdução de espaços urbanos formais estruturados em torno da instalação de edifícios simbólicos do poder, normalmente praças, completadas por alamedas e pelas novas áreas de crescimento urbano propostas.

Da city beautiful à marcação do poder na cidade

Alguns dos arquitectos pioneiros do modernismo no país, como Cristino da Silva, Carlos Ramos ou Paulino Montez, já com experiência anterior no campo do desenho urbano, viriam a desenvolver trabalhos em que se salienta a influência da corrente *city beautiful*, pela fundamentação no desenho de composição de grandes eixos viários e espaços públicos, mas evoluíram individualmente em trajectos de sentido diverso – Ramos com um maior carácter de inovação, Montez mais estacionário em

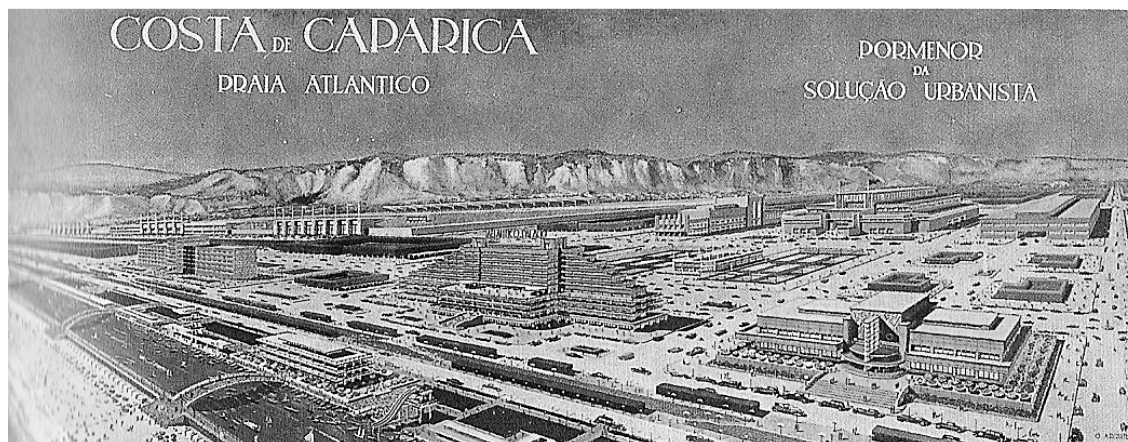


fig. 20 – Proposta desenvolvida por Cassiano Branco para uma nova cidade na Costa da Caparica

soluções próximas de Agache, Cristino desenvolvendo uma linguagem formal que viria a ser emblemática para o Estado Novo ⁴³.

Outros arquitectos modernistas que realizaram também incursões no domínio urbanístico, casos de Jorge Segurado, José Porto ou Paulo Cunha, apresentam o mesmo tipo de abordagem e influências. Pode no entanto destacar-se pela diferença a proposta, de carácter esporádico, de Cassiano Branco para uma nova cidade dedicada ao lazer na Costa da Caparica, distinguindo-se pelo carácter visionário e utópico, que impõe um novo ideal de urbanidade, pela escala, pela incorporação do automóvel, pela imagem e pela força de uma realidade artificializada que domina a paisagem natural, baseada numa estrutura hipodâmica de espaços públicos generosamente dimensionados associada a uma arquitectura de linguagem modernista e grande dimensão, que incluía diversos equipamentos turísticos, um canal navegável e esplanadas marginais associadas ao plano de água e a espaços verdes.

No entanto, num período em que outros regimes ditatoriais europeus, questionando as opções arquitectónicas modernas e *internacionalistas*, afirmavam a defesa de valores identitários e utilizavam o espaço urbano e os edifícios institucionais como forma de afirmação do poder através da arquitectura, também em Portugal é a aproximação a posturas nacionalistas e impositivas que ganha espaço, sob influência da *empatia* ideológica para com o fascismo acentuada com o desenvolvimento da guerra civil espanhola ⁴⁴.

⁴³ As tendências de evolução de cada autor apresentadas têm por base a análise e opinião de Margarida Souza Lôbo, autora que estudou os percursos individuais no período; de igual modo, as influências dos trabalhos mais esporádicos de outros arquitectos modernistas são referenciadas ao estudo da mesma autora. Ver: **LÔBO, Margarida Souza – Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed].** p 103-142. Sobre a escolha dos profissionais para elaboração dos planos ver p 48-49.

⁴⁴ As ditaduras fascistas europeias – sobretudo a alemã, dada a maior aproximação, em Itália, entre a arquitectura modernista e o poder político – implementaram uma lógica de composição urbana com lugar de destaque para a arquitectura institucional, trabalhada segundo princípios de grande monumentalização. Albert Speer, arquitecto de referência de Adolf

Cristino da Silva assume um forte papel no desenvolvimento da linguagem arquitectónica do Regime. Desde o final dos anos 1920, o arquitecto havia elaborado diversos estudos e planos sempre marcados pelo traçado de *grande composição* – prolongamento da Av. da Liberdade, Fátima, Vieira de Leiria –, e, paralelamente ao seu trajecto arquitectónico de consciente aproximação à corrente nacionalista, evolui para a elaboração de um desenho urbano tridimensional, formalista e monumental, impositivo relativamente às pré-existências, em que a praça se torna no elemento morfológico privilegiado de caracterização do espaço urbano.

Em 1938, Cristino projectava a praça do Areeiro, elaborada a partir de uma visão integrada entre espaço urbano e arquitectura, uma concepção unitária entre espacialidade e formalização que proporcionava a exploração da vontade de monumentalização, realizada através de uma marcação axial de simetria, reforçada pela autonomização, no conjunto rígido e austero, de uma torre em posição central ⁴⁵. À composição, conformada por construções que exploravam um forte sentido de massa, era

Hitler e Inspector Geral de Urbanismo de Berlim, teve campo aberto para desenvolver uma extensa obra, com vasta repercussão, que chegaria a Portugal através da organização de uma exposição de arquitectura alemã em Lisboa, em 1941, com apresentação do próprio arquitecto, e da realização de algumas obras por outros autores alemães. No entanto, também a leste a abertura à experimentação modernista deparava com um novo quadro equiparável, exemplarmente expresso no concurso para o Palácio dos Soviéticos, em que foi declarado vencedor o projecto *neoclássico* de Hector Hamilton, à frente, inclusivamente, de um projecto de Le Corbusier, levando o CIRPAC, em 1932, a enviar duas cartas de protesto a Estaline, que incluíam uma colagem fotográfica categorizando a proposta vencedora como "*arquitectura pseudo-moderna de armazém e de igreja*". Ver: MUMFORD, Eric – **The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960**. MIT. Cambridge, 2000. p 71-73 e imagem 2.7

⁴⁵ Para Cristino da Silva, a influência da arquitectura alemã do III Reich era notória e assumida, de acordo com Nuno Teotónio Pereira, que descreve como o arquitecto, na sequência da exposição de arquitectura alemã em Lisboa, em 1941, afirmava aos seus alunos que seria aquela a arquitectura do futuro, e não a do movimento moderno que eles pretendiam seguir. O forte impacto da arquitectura alemã em Portugal – superior na prática à aparente maior proximidade do fascismo italiano e do franquismo espanhol – para além de influências formais e de linguagem diversas, levaria também o Governo português a contratar, entre outros projectistas daquele país, o arquitecto Hermann Diestel para elaborar o projecto de um grande hospital para Lisboa (hospital de Sta. Maria), reprodução da nunca construída Klinik da cidade universitária de

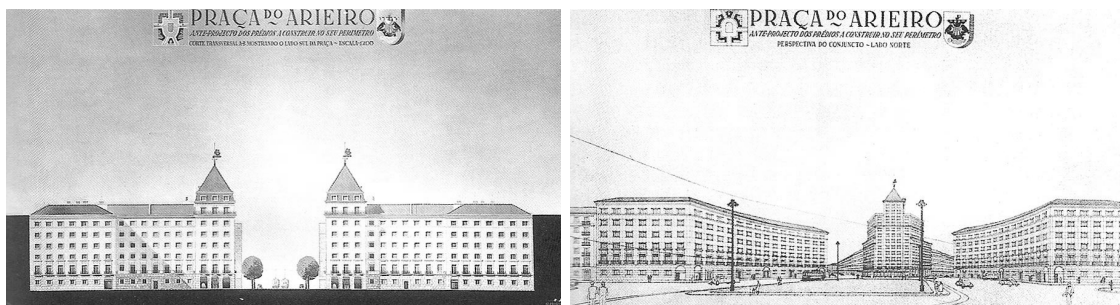


fig. 21 – Alçado de conjunto e perspectiva do projecto para a Praça do Areeiro

adicionado um vocabulário formal historicista, regionalista e tradicionalista – molduras e pilastras em pedra, torreões, beirais, decorações em ferro forjado nas janelas de sacada do andar nobre, destacado, arcarias de pedra, telhados e mansardas em telha cerâmica – que pretendia estabelecer um carácter simbólico e *português*, maquilhando as técnicas construtivas modernas empregues na construção.

O Areeiro constituiu uma marca emblemática da etapa fascista do Regime, estabelecendo a referência construída da sua visão sobre o espaço urbano. Definiu o paradigma de cidade do Estado Novo, centro do Império, pretendido intemporal e imbuído do lastro histórico da nação, que viria a ser seguido como modelo na cidade portuguesa desenvolvida subsequentemente, em Lisboa, noutras áreas urbanas do país e mesmo nos *territórios ultramarinos*, marcando a presença do poder político e da sua visão doutrinária.

No entanto, há que assinalar o alinhamento entre este modelo *português* e outras concretizações arquitectónicas contemporâneas no exterior, que não se limitavam ao contexto dos regimes totalitários, mas eram também construídas em países democráticos como França, Inglaterra ou Estados Unidos, em que surgia uma arquitectura de reacção ao movimento moderno que incorporava classicismos, ecletismos e decorativismos, no quadro de uma resposta à abertura cultural, à pluralidade e à *confusão* social das jovens democracias ⁴⁶.

"[...] *Todos os edifícios retóricos, símbolos da autoridade totalitária ou produtos da inércia e do cinismo, são simétricos. [...] Todos os absolutismos políticos geometrizam, ordenam a estrutura*

Berlim. Ver: PEREIRA, Nuno Teotónio – A Arquitectura de Regime: 1938-1948, in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 35.

⁴⁶ Paralelismo traçado por José Manuel Fernandes em: FERNANDES, José Manuel – Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo. IPPAR. Lisboa. 2003. p 23. O mesmo autor assinala ainda a similaridade de princípios de composição e de linguagem formal entre a Praça do Areeiro, ou o edifício de cunhal da Praça de Londres, e o edifício central da Praça de Espanha de Madrid, exemplo ilustrativo do falso carácter *nacional* atribuído a esta arquitectura, empregue em diferentes países. p 35,71,74.

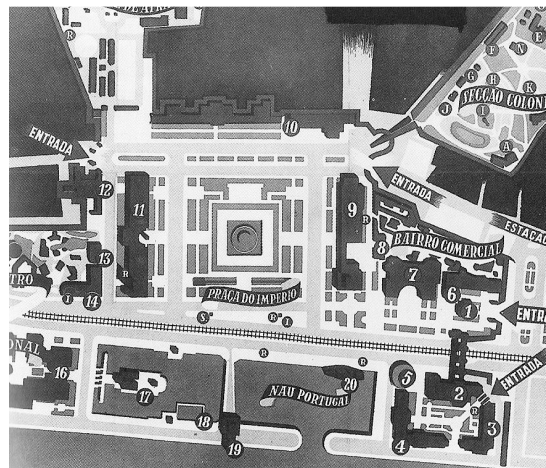


fig. 22 – Exposição do Mundo Português: planta de conjunto

urbana em eixos e mais eixos paralelos e ortogonais"⁴⁷, assinala Bruno Zevi, estabelecendo a ligação entre o autoritarismo e a construção urbana. Neste domínio, a identificação portuguesa referenciava-se à realidade evidenciada nas outras ditaduras da época, em que a procura de monumentalidade e a subjugação do desenho urbano a esse fim tinha como objectivo conferir visibilidade à afirmação de uma nova ordem, que os regimes autoritários pretendiam marcar como sinal de ruptura, expressando o final das perturbações sociais das democracias antecedentes e demonstrando a força do Estado e do poder político, como corroboração de uma nova idealização de modernidade e de ordem social. Em 1940, a realização da Exposição do Mundo Português estabeleceu um momento de transição no entendimento da cidade no país.

O evento, constituindo uma acção propagandística de grande envergadura, em que o Regime procurava mostrar a sua faceta empreendedora marcando simultaneamente uma visão ideológica de Portugal e da sua história, apresentava uma perspectiva de Império ultramarino com o ponto focal centrado em Belém, à qual se reunia um complemento rural e folclórico, consubstanciado pelo olhar sobre o modo de vida popular das aldeias e sobre os vestígios etnográficos das colónias⁴⁸. Paralelamente à monumentalidade de composição urbana, expunha a sua visão ruralista, numa dicotomia de extremos que ficaria plasmada na construção de cidade, expressando todo o seu carácter

⁴⁷ ZEVI, Bruno – A linguagem Moderna da Arquitectura, Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1984 [1ª ed 1973/74]. p 29-30.

⁴⁸ O papel da Exposição do Mundo Português na introdução dos *duros anos 40* é abordado por: TOSTÕES, Ana – Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos, in TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. IPPAR. Lisboa. 2004. p 118-119. Para uma visão mais aprofundada sobre o evento e sobre a produção artística na década que se iniciava, ver: ACCIAIUOLI, Margarida – Exposições do Estado Novo: 1939-1940. Livros Horizonte. Lisboa. 1998. e também: ACCIAIUOLI, Margarida – Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes: 'restauração' e 'celebração'. Dissertação de Doutoramento em História de Arte Contemporânea apresentada na Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 1991.

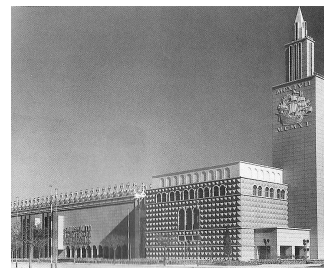
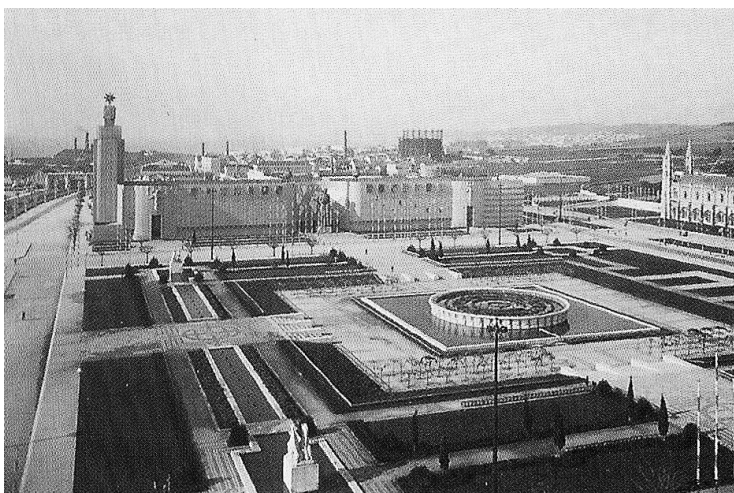


fig. 23 – Exposição do Mundo Português: imagens da época

contraditório – a cidade triunfal exaltando o poder do Estado, sobretudo associada aos grandes eventos e à representação institucional contrapunha-se à pequena dimensão do indivíduo, remetido no contexto da família para a pequena habitação autónoma, ainda associada ao campo e ao modo de vida rural, numa urbanidade minimizada.

Na Exposição do Mundo Português, a monumentalidade era cenográfica e efémera, construída precariamente em gesso e rapidamente desmontada. Pavilhões de estafe materializavam uma rememoração histórica que servia a determinação nacionalista, com uma caracterização formal cunhada pelo revivalismo, recriando os estilos do passado, e uma organização facilmente legível, em torno da Praça do Império, espaço construído para perdurar na cidade posteriormente, prolongando o carácter simbólico da operação ⁴⁹.

No campo da arquitectura, o momento era de viragem, com o cerrar de caminhos à exploração formal, à inovação e à contaminação pela cultura modernista *internacional*. Instalava-se uma postura repressiva, de imposição dos ideais da arquitectura dita portuguesa, que viriam a ser aceites e empregues generalizadamente por praticamente toda a geração de arquitectos pioneira do modernismo no país ⁵⁰.

⁴⁹ O revivalismo historicista não se limitava à construção de um vocabulário formal identificado com a ideologia do Regime. A campanha de reconstrução, restauro e valorização de monumentos históricos – com destaque para castelos e muralhas – constituiu uma das bases da afirmação cultural da *identidade nacional*, de carácter triunfalista, sobre a qual assentava o desenvolvimento da arquitectura e da concepção urbanística. Esta acção, paralela ao que se passava noutros países europeus, é abordada sumariamente em: TOSTÕES, Ana – Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos, in TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. IPPAR. Lisboa. 2004. p 119-120. De modo mais sistemático, é analisado por: NETO, Maria João Baptista – Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1969). FAUP. Porto. 2001.

⁵⁰ Conforme refere Nuno Teotónio Pereira, "a repressão que se abateu sobre a arquitectura moderna em Portugal não teve o carácter violento que ocorreu na Alemanha nazi. Por um lado, o regime português utilizava de preferência métodos administrativos e intimidatórios, recorrendo à repressão directa só quando estes eram insuficientes. Por outro, quase todos

No domínio do urbano, o tempo era de maior continuidade relativamente ao período anterior. A grande modificação realizada pela introdução do carácter monumental de inspiração fascista nas áreas de representação institucional resumia-se a pouco numerosos empreendimentos de grande escala, associados particularmente ao ensino universitário ⁵¹ – curiosamente mais até do que à representação do poder político, com a praticamente completa desmontagem da Exposição do Mundo Português ⁵². A meio da década de 1930, Cottinelli Telmo havia proposto a criação de uma Acrópole de Lisboa, "[...] *uma massa de edifícios imponentes, de museus de arte [...]*" que dominasse visualmente a

os arquitectos que haviam protagonizado o movimento modernista aderiram aos ideais da arquitectura dita portuguesa, por um lado por serem dóceis apoiantes do regime, por outro pela superficialidade com que tinham abraçado os princípios do movimento moderno. Assim, foram eles, com raras excepções, os instrumentos de que a ditadura se serviu para criar os novos modelos". Ver: PEREIRA, Nuno Teotónio – A Arquitectura de Regime: 1938-1948, in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 35.

⁵¹ As características culturais e sociais da população portuguesa, com um forte peso da ruralidade, condicionavam o alcance da propaganda oficial, de acordo com Fernando Rosas. O carácter ordeiro, de uniformidade e submissão militar, de desfiles, concentrações e paradas, era dificilmente valorizado por "*uma população esmagadoramente camponesa, sem hábitos de disciplina e mecanização fabril*", com escassa escolarização e pouco habituada ao exercício físico organizado. Por outro lado, também o próprio Regime era "*avesso a todo o radicalismo*", mesmo de direita, preferindo adaptar ao *viver português* as influências fascistas de natureza ideológica, estética e de métodos. Salazar deixará praticamente a *mobilização política das massas*, e "*a propaganda do Regime tenderá [...] a deixar a política, a formação e mobilização política e ideológica aprofundada para a educação dos seus quadros e a reprodução das suas restritas elites, privilegiando para o exterior, para as massas, a encenação do entretenimento ou do prestígio do Poder*". É neste panorama que os *campus* universitários se constituem como espaço de formação dessas elites o que é marcado pelo seu papel no ambiente urbano, de que constituem exemplo as Universidade de Coimbra e de Lisboa. Ver: ROSAS, Fernando – Saber durar (1926-1949), in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 293-294.

⁵² O Estádio Nacional, outra grande obra de cunho emblemático e inspiração fascista (sobretudo na formalização da bancada central) não alcança o carácter de grande acção urbanística de representação do poder (sobretudo pela implantação, que se adequa ao terreno, e pela localização, periférica, que não maximizam a visibilidade urbana); outras obras adquiririam esse carácter a uma escala local, de menor dimensão, baseando-se na composição urbana em torno de edifícios como Palácios da Justiça ou Câmaras Municipais.

Lisboa do século XVIII, intenção a que se associara com entusiasmo Duarte Pacheco mas que não teria desenvolvimento ⁵³.

Seria na Alta de Coimbra, numa renovação urbana associada programaticamente à criação de novas instalações para a Universidade, que os dois teriam oportunidade de promover uma acção com semelhante grau de visibilidade urbana, que se destacaria, aliás, como a intervenção urbana do Estado Novo mais fortemente agressiva e impositiva relativamente ao contexto em que se inscrevia. Ao carácter retórico e monumental e à rigidez formal e de linguagem, acrescia uma relação com a cidade pré-existente baseada na substituição da realidade, através do recurso a extensos processos de demolição, sem atenção ao testemunho histórico, ao valor patrimonial ou à vitalidade e dinamismo de uma área central verdadeiramente consolidada e habitada, que necessitaria de ser realojada.

Estes aspectos – em conjunto com a disposição orográfica de domínio alargado sobre o território – distinguem esta intervenção das realizadas em Lisboa, quer na Alameda Afonso Henriques, com a fonte monumental de Rebelo de Andrade, quer na Cidade Universitária, com projecto de Pardal Monteiro, conferindo-lhes um sentido ainda mais retórico e um carácter de superior violência sobre o espaço urbano.

Em termos de desenho, a Alta universitária conimbricense organizava-se a partir de um eixo de composição, estruturando um percurso ascendente, das escadas monumentais (ideia de Duarte Pacheco), até à Porta Férrea e ao Pátio das Escolas, edifícios *nobres* que se mantinham no contexto das demolições generalizadas da envolvente. Edifícios de linguagem austera e definição volumétrica regular e clara marginavam espaços públicos geometrizados, estendendo-se por toda a acrópole

⁵³ TELMO, Cottinelli – Os novos edifícios públicos: separata das Conferências sobre problemas de urbanização realizadas no salão nobre dos Paços do Concelho, de Novembro de 1934 a Janeiro de 1935. citado por: Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Minerva. Coimbra. 1996. p 116

universitária. "*Chegámos ao caixote, como depreciativamente se diz*" refere o autor do plano, Cottinelli Telmo. "*É facto. Mas que intenção nobre não há na renúncia a todos os pitorescos, na busca da pureza máxima! [...] O caixote tem o valor da verdade nua e crua [...]. Será este o estilo dos futuros edifícios públicos. [...] A linha recta não morrerá porque é o símbolo da ordem, da orientação, da finalidade atingida, do aprumo, da dignidade [...]*"⁵⁴.

A intervenção de Coimbra apresentava uma linguagem sem decorativismos nacionalistas – comuns em edifícios de menor escala ou grau de representação institucional – nem neoclassicismos tão marcados, como pórticos com colunatas verticais destacadas – que viriam a ser utilizados na universidade de Lisboa –, afirmando um carácter mais austero e seco. Esta dureza contrapunha-se, até, às expectativas de dois impulsionadores iniciais da intervenção, António de Oliveira Salazar e Raul Lino, que demonstravam expressamente a sua divergência face ao rumo tomado na articulação urbana e nas opções arquitectónicas.

Raul Lino, que primeiramente havia desenvolvido, com Luís Benavente, o plano para a intervenção na Alta, critica a inflexibilidade dos planos e dos traçados geométricos impositivos e pouco atentos às situações pré-existentes, o emprego da linha recta e dos *rigores da simetria*⁵⁵, defendendo em

⁵⁴ Declarações do arquitecto sobre a intervenção na Alta de Coimbra, em: TELMO, Cottinelli – **Os novos edifícios públicos: separata das Conferências sobre problemas de urbanização realizadas no salão nobre dos Paços do Concelho, de Novembro de 1934 a Janeiro de 1935**, citado por: Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Minerva. Coimbra. 1996. p 116.

⁵⁵ "*Se formos analisar os motivos que levam os autores destes arranjos urbanísticos a condenar tão impensadamente certos conjuntos ou partes existentes, quer construídos, quer naturais, que nos encantam, veremos que o móbil é quasi sempre a sujeição inútil a qualquer plano geométrico inscrito com inoportuna rigidez e inspirado na mais lastimosa insensibilidade*" - declarações críticas de Raul Lino a propósito da intervenção na Alta de Coimbra, afirmando ainda que "[...] a maioria das construções geométricas, assim como todos os rigores da simetria, são descabidos, inúteis ou – pelo menos – dispensáveis em todos os casos, e muitas vezes prejudiciais". LINO, Raul – **Quatro palavras sobre urbanização: lidas a 26 de Abril de**



fig. 24 – Salazar representado por João Paulo Cotrim e Miguel Rocha

alternativa soluções mais orgânicas como a *grande curva regular* e, sobretudo, que "*a base segura e certa para todo o movimento progressivo é aquilo que já existe; [...] o que nunca devemos esquecer é a tese artística que tem em consideração o carácter da terra, o seu aspecto particular, a linha tradicional da sua evolução*" ⁵⁶.

De modo menos fundamentado mas igualmente expressivo e acutilante, Salazar demonstra a sua decepção para com a linha de concretização adoptada na acrópole conimbricense, comentando "*afinal, fizeram disto uma fábrica de chocolates*" ⁵⁷. O Presidente do Conselho, que havia lançado em 1937 o processo de renovação, tinha na ideia uma acção menos massiva, de remoção das *construções indignas* para reforçar o protagonismo urbano dos edifícios de maior importância histórica e valor simbólico, mas a sua discordância referia-se não só à profundidade da intervenção, mas também à expressão arquitectónica desenvolvida para o conjunto, distante do seu gosto pessoal.

1945 no Teatro Sá de Miranda em Viana do Castelo. citado por: Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Minerva. Coimbra. 1996. p 116

⁵⁶ Lino, principal referência a nível tipológico e formal da arquitectura da habitação – a partir dos seus estudos sobre a *Casa Portuguesa* - apresenta uma visão crítica demolidora para a arquitectura de inspiração fascista e totalitária: "[...] a proporção morreu; está morta e foi substituída pela dimensão, o que é uma forma plástica de expressar que a quantidade é preferida à qualidade. Reparemos bem que nas grandes obras com que se pretende impor às massas um sentimento de respeito, de admiração ou de louvor, o elemento principal de que os edificadores se servem é a dimensão, o tamanho disforme, o sentido descomunal". LINO, Raul – Das cidades e do sentido humanista: conferência proferida no Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa. citado por: Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Minerva. Coimbra. 1996. p 77

⁵⁷ Episódio ocorrido aquando da visita do ditador para inauguração de um dos edifícios, e descrito por Bissaya-Barreto. Uma outra versão faz referência não a uma fábrica de chocolates mas de sabão. Ver: ROSMANINHO, Nuno – O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940). Minerva. Coimbra. 1996. p 56.

As diferentes perspectivas dos intervenientes expressam a existência de diversas sensibilidades dentro do Regime quanto ao papel da arquitectura e da urbanidade na construção do Estado e da sociedade em Portugal, demonstrando um carácter menos unívoco do que se poderia supor.

Se, por um lado, os protagonistas apresentavam entendimentos e influências diferentes – Duarte Pacheco e Cottinelli Telmo admiravam as realizações de Alemanha e Itália, enquanto Salazar e Raul Lino apresentavam uma postura nacionalista e de atenção ao testemunho histórico, com o arquitecto a valorizar a particularidade orgânica e o conhecimento do local –, por outro, também o momento histórico e a variação das circunstâncias – quer nacionais, quer internacionais – tem um papel importante na evolução das opções assumidas, reforçando os seus traços contraditórios.

A morte de Duarte Pacheco, em 1943, perturbaria toda a política de empreendimentos do Estado, e o fim do conflito armado na Europa que se seguiria influenciava Portugal no sentido de uma maior abertura, como anos antes o apogeu dos regimes fascistas havia influenciado em sentido oposto, pelo reforço da presença e do papel do Estado.

Os lentos processos de transformação urbana portugueses, pelo seu desenvolvimento prolongado no tempo, atravessam, deste modo, alterações progressivas do contexto em que se inscrevem, mesmo em casos de valor emblemático como os *campus* universitários monumentais, cuja construção se arrasta ao longo de dezenas de anos, criando dissonâncias entre o carácter do que é edificado e as circunstâncias sociais e políticas do momento.

Na década de 1940 o crescimento urbano permanecia reduzido e centralizado sobretudo na área de Lisboa ⁵⁸. Com o Estado concentrado em acções urbanas simbólicas de marcação do poder, a

⁵⁸ Na década de 1930, a cidade de Lisboa cresce de 594.390 para 709.179 habitantes, e na de 1940 para 783.226; o Porto passa de 232.280 para 262.309 habitantes, e para 281.406 – apesar de a população do distrito praticamente estacionar na década de 1940 (apenas cresce 2.811 habitantes); em termos distritais, nesta década apenas se regista também crescimento em Setúbal, com um aumento de 26.182 habitantes. Globalmente, aliás, o país sofre um esvaziamento entre 1941 e 1950,

construção de cidade encontrava-se entregue aos promotores privados, que concretizavam o preenchimento lote a lote das estruturas de cidade delineadas e edificadas antes pelo poder público, sem que sobre tal fosse desenvolvido um debate teórico, que no campo da arquitectura, quando se estabelecia, se centrava quase exclusivamente sobre questões estilísticas ou de tendência formal ⁵⁹. Com o vocabulário formal e decorativo desenvolvido na praça do Areeiro, uma extensa área de Lisboa adquirira o motivo para a expressão formal da sua edificação, em múltiplas derivações construídas – com cambiantes entre o monumental e o rural e variações de estatuto em função da especificidade do enquadramento - que conformaram os espaços urbanos da malha da então zona norte da cidade, no prolongamento e completamento da estrutura existente.

perdendo 97.096 habitantes no continente (ao contrário dos dez anos anteriores, em que tinha crescido 68.775 habitantes). A taxa de urbanização continua a crescer moderadamente – 20,76% em 1930, 21,96% em 1940 e 24,23% em 1950, considerando centros urbanos com mais de 5000 habitantes. De resto, a agricultura e as pescas ainda empregam 49% da população activa em 1950, com tendência lenta de descida. Ver: **ROSAS, Fernando – Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia dos anos 30**, in **MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)***. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 25, 26 e 27. Quadros V, VI e VIII.

⁵⁹ Sérgio Fernandez enumera alguns acontecimentos significativos para o entendimento cultural do meio português da época: enquanto em Coimbra a marcação da *Nova Ordem* na Alta se sobrepõe à valorização histórica do passado, e no Porto e em Lisboa se encomendam hospitais monumentais a Diestel, Cassiano Branco reproduz "[...] à escala do brinquedo, um Portugal mítico [...]" no Portugal dos Pequenitos; Rogério de Azevedo realiza o projecto das Escolas dos Centenários, depois espalhado por todo o país, e constroem-se as primeiras pousadas, de vocabulário formal historicista; por outro lado, organiza-se o concurso da *Aldeia mais portuguesa de Portugal*, "[...] realização de carácter emblemático que pretende fortalecer a ideia da autenticidade e da adequação da arquitectura rural [...]" e o *Concurso para uma casa de férias*, que premeia a adequação ao *estilo regional*. O debate sobre a cidade era, portanto, praticamente nulo, e desencorajado pela valorização da ruralidade e da casa isolada, sobre a qual se promovia uma imagem *tradicional* e *nacionalista*. Ver: **FERNANDEZ, Sérgio – Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974**, FAUP. Porto. 1988. p 31 a 38.

O empreendedorismo público e Alvalade

É ainda a iniciativa empreendedora de Duarte Pacheco que, já depois do seu desaparecimento, marca de modo assinalável o desenvolvimento urbano do país, não só pelos numerosos planos em elaboração para os mais diversos núcleos urbanos mas também pela herança deixada ao município lisboeta, com uma vasta bolsa de terrenos resultante de processos de expropriação, permitindo à Câmara tomar a iniciativa da construção da necessária expansão da cidade, que mantém um forte crescimento populacional, vincando a macrocefalia urbana do território português.

A dinâmica intervencionista da Câmara de Lisboa, desde 1938 obedecia a uma visão territorial alargada, com diversas vertentes, de entre as quais se destacam a concepção de uma rede infraestrutural global para a cidade, a criação do parque florestal de Monsanto e a preparação da expansão urbana para norte, através de uma acção de expropriação de solos apoiada em legislação forte e na postura autoritária do Estado, vencendo a oposição tanto de proprietários privados como de construtores civis.

O município pretendia tomar em mãos o protagonismo do desenvolvimento urbano, alterando a estratégia anterior de aceitação das diversas iniciativas privadas, que apenas tentava enquadrá-las e integrá-las. O Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, desenvolvido de acordo com as orientações de de Gröer, definia as áreas de crescimento, onde eram municipalizados os terrenos, e estabelecia a realização de estudos de pormenor, que pormenorizariam o tecido urbano, projectando os espaços públicos, regrando o carácter da construção e definindo o tipo de relação entre ambos.

A zona de Alvalade foi desenvolvida enquanto estudo de pormenor por Guilherme Faria da Costa a partir de 1942, tendo constituído uma importante evolução no modo de pensar a construção da cidade, e foi aprovada três anos depois como Plano de Urbanização da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro ⁶⁰. Com um crescimento populacional de Lisboa que se quantificava em 12.000 habitantes por ano, o ritmo lento de construção dos bairros de renda económica de pequenas moradias não apresentava capacidade de resposta para o necessário desenvolvimento urbano, e Salazar procurava, através da atracção do investimento particular para a construção de habitação económica, estabelecer um modo mais eficaz de edificar rapidamente fogos em maior quantidade ⁶¹, permitindo a construção das denominadas *casas de renda económica*, edifícios plurifamiliares com um máximo de quatro pisos, vocacionados para o arrendamento às classes médias urbanas ⁶².

O plano de Alvalade conciliava este modelo de habitação colectiva com áreas destinadas à construção de moradias unifamiliares, numa estratégia de ocupação diferenciada por zonas, designadas por

⁶¹ Ver nota 63, sobre o ritmo de construção dos bairros de pequenas moradias. E também, sobre a atracção de capitais particulares para a construção: ACCIAIUOLI, Margarida – Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes: 'restauração' e 'celebração'. Dissertação de Doutoramento em História de Arte Contemporânea apresentada na Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 1991. p 357.

76

células, mas socialmente, procurava a coexistência de diversas categorias sociais, contrariando as teorias habitacionais dominantes na época. As diferentes células eram divididas entre si pelos principais arruamentos, pretendendo-se que desenvolvessem um certo grau de autonomia, através da criação de um centro social e funcional ligado ao uso habitacional, que pretendia proporcionar uma ideia de bairro com identidade e vida próprias, incluindo zonas de lazer e equipamentos escolares.

Paralelamente a esta organização de pendor *moderno*, apoiada no zonamento, o plano era desenvolvido com recurso a elementos como perfis transversais tipo e plantas dos arruamentos, que hierarquizavam de modo mais *tradicional* os espaços urbanos, prevendo e dimensionando áreas pedonais, de circulação viária e para transportes colectivos, estabelecendo o tipo de arborização e definindo com clareza a conformação das ruas e largos, realizada com o apoio da edificação, que com ela se relacionava pelo contacto directo ou pelo alinhamento.

O espaço urbano conformado que era gerado – a rua-corredor, a praceta, o largo – era complementado por sectores mais abertos visualmente para os logradouros, em situações de transição ou na área de moradias. No interior das células eram usadas situações de impasses urbanos, que permitiam rentabilizar a ocupação dos quarteirões de dimensão apreciável – com a disposição dos edifícios em U ocupando internamente o U exterior que conformava as frentes de rua –, solução que se aproximava simultaneamente das estruturas urbanas dos bairros de pequenas moradias anteriormente desenvolvidos pelo Regime e das soluções urbanísticas do modernismo internacional. O tipo de exploração da abertura e tratamento interno dos quarteirões e a volumetria e escala da generalidade dos edifícios previstos (sobretudo as zonas de *casas de renda económica*) é, no entanto, mais

imediatamente referenciável morfologicamente a experiências como as *siedlung* berlinenses ou as expansões de 1915 e 1934 de Amesterdão ⁶³.

Alvalade constitui uma área de expansão em que foram utilizadas soluções urbanas com um carácter de experimentação, sobretudo no que respeita à articulação dos espaços públicos e à exploração do interior dos quarteirões. Simultaneamente, marca uma nova postura empreendedora do Estado na construção da cidade, de verdadeira urbanidade, baseada fundamentalmente na criação de habitação colectiva e na construção de espaços públicos morfologicamente tradicionais.

Tratando-se de uma área vasta, com cerca de 230 hectares, com 45.000 habitantes previstos, o desenvolvimento da operação foi realizado faseadamente, sendo os diferentes sectores estudados pormenorizadamente de modo parcelar, antes da efectiva concretização no terreno, o que permitiu que se verificasse uma permanente evolução durante o processo, sendo efectuadas adaptações e mudanças permanentes decorrentes dos resultados alcançados, da aprendizagem proporcionada pela gestão e das necessidades verificadas no contexto da cidade. Esta evolução contínua constitui um factor de relevo,

⁶³ João Pedro Costa defende que o Bairro de Alvalade constitui um paradigma de ecletismo no urbanismo português, identificando referências a modelos diversos, como: a cidade tradicional, pela marginação de ruas-canal e pelo uso de praças e avenidas; a cidade-jardim, pela aplicação generalizada de impasses, pela zona de moradias e o seu tipo de organização, pelas redes de caminhos pedonais, pelos espaços públicos centrais de cada célula e pela multiplicação de espaços verdes; o movimento moderno, pela segregação de funções urbanas, pelo recurso a blocos perpendiculares às principais vias, pelo estudo do fogo de renda económica e a definição de fogos-tipo e edifícios-tipo, utilizados repetidamente para composição da forma urbana e pelo tratamento indiferenciado dos gavetos; as expansões de 1915 e 1934 de Amesterdão, pelo processo de abertura do quarteirão e pelo seu tratamento e equipamento interior, e pela intenção de conciliação entre fogos de organização moderna e tratamento exterior com elementos e materiais de cariz nacional; as *siedlungs* de Berlim, pela formalização dos conjuntos edificados, sua escala volumetria e imagem, pela organização do fogo e sua articulação como esquerdo-direito, pelo tratamento dos interiores de quarteirão e pelo desenho de casos localizados; e as unidades de vizinhança, pela aplicação do conceito de células habitacionais com 5.000 a 6.000 habitantes, centradas sobre o equipamento escolar. O autor refere ainda a formação abrangente e culta de Guilherme Faria da Costa para justificar o carácter consciente e informado das opções do planeamento de Alvalade. Ver: **COSTA, João Pedro – Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português. Livros Horizonte e FAUTL. Lisboa. 2002. p 177 a 182.**

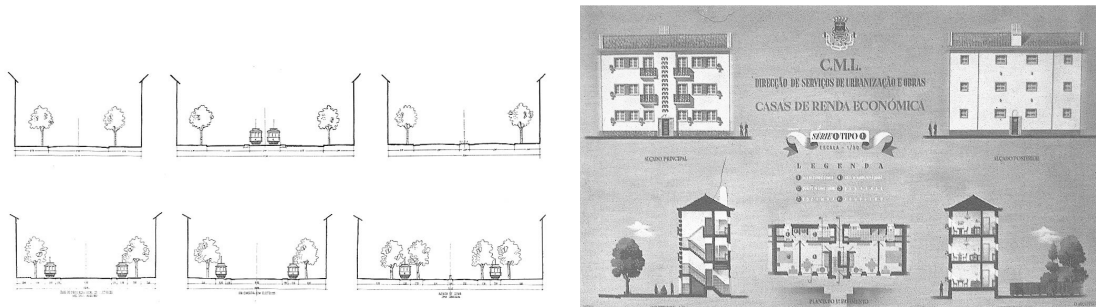


fig. 26 – Plano de Alvalade: perfis transversais dos arruamentos e projecto-tipo de edifício de habitação colectiva

já que, em paralelo com a forma de integração das pré-existências, induz uma diferenciação espacial e formal entre as diversas zonas do conjunto, proporcionando um carácter heterogéneo mas mantendo uma leitura de continuidade no tecido urbano.

Em 1947, sobre as infra-estruturas construídas no terreno, encontrava-se já em edificação um conjunto de casas de renda económica da célula 1, promovido pela Câmara Municipal, a partir de projectos tipo previamente elaborados no plano. O impulso inicial do município, colocando o plano em marcha, servia como atractivo e estímulo para o investimento particular, criando uma dinâmica de desenvolvimento que viria depois a ganhar autonomia, desenvolvendo a construção dos edifícios por todos os sectores do plano, previamente urbanizados pela Câmara, durante os anos seguintes. A arquitectura produzida não explorava uma reformulação da relação com o espaço urbano, e embora tipologicamente as habitações tivessem uma organização claramente moderna e construtivamente fosse empregue o betão armado e a *standardização* de elementos e processos, não apresentava um carácter inovador em termos espaciais ou formais. Neste domínio, particularmente, é de assinalar o emprego de uma linguagem *português suave*, com aplicação de elementos decorativos *nacionais* e *tradicionais*, embora de um modo geralmente não monumentalista⁶⁴, variando de acordo com a escala dos edifícios e com a sua situação urbana de enquadramento.

⁶⁴ O formalismo *português suave* assumia diversos matizes consoante o carácter dos edifícios, de acordo Nuno Teotónio Pereira. Variando entre a retórica monumentalista, para os edifícios do Estado e de representação do poder e das suas elites – como os tribunais ou as universidades – e a ruralidade tradicionalista – nas moradias unifamiliares –, adoptava atitudes híbridas em arquitectura urbana de habitação colectiva ou regional de raiz oficial e dimensão intermédia, como palácios de Justiça, liceus ou estações de Correios em capitais de distrito – empregando um vocabulário histórico ou regionalista em composições monumentalistas -, ou ainda – utilizando preponderantemente elementos de raiz rural ou regional, como beirados, cunhais, cornijas e molduras de pedra - em construções públicas de menor escala, em geral em pequenas cidades e aglomerados, como escolas, edifícios dos Correios, da Caixa Geral de Depósitos ou quartéis da GNR; a arquitectura religiosa, acompanhando a arquitectura oficial, acrescentava ainda um léxico específico de portais e arcarias. Ver: **PEREIRA, Nuno**

Com a extensão da cidade de Lisboa para norte desenvolvida em Alvalade, continuidade em *ensanche* da estrutura do início do século, urbana na morfologia e integradora socialmente, não se alterou, contudo, a predilecção cultural e ideológica pela habitação unifamiliar e pelo conceito de moradia. A burguesia do Regime procuraria uma área para estabelecer a habitação autónoma que constituía uma marcação do seu estatuto social privilegiado. Dada a escassa disponibilidade de área para o efeito no interior da cidade, é a poente, na encosta do Restelo, que é desenvolvido um plano que contempla área de expansão dedicada a essa tipologia, também pela mão de Faria da Costa, em terreno expropriado pela Câmara. Com uma estrutura morfológica que apresentava semelhanças com Alvalade e com os trabalhos de Etienne de Gröer, o plano do Restelo previa exclusivamente a construção de habitações unifamiliares, com uma divisão cadastral que estabelecia lotes de dimensão generosa, em que eram construídas vastas moradias de inspiração historicista e nacionalista, envolvidas por espaços ajardinados, no contexto de um conjunto de espaços públicos dimensionados de modo franco e com áreas verdes e arborização.

A modernidade arquitectónica portuense

Se tanto o modelo de habitação plurifamiliar *português suave* como o da moradia *portuguesa* serviram de inspiração a muitas realizações imediatas no país, num período de fértil produção de planeamento urbanístico (sobretudo focalizado no período entre 1944 e 1954, de acordo com Margarida Souza

Teotónio – A Arquitectura de Regime: 1938-1948, in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 36 e 37.

Lôbo ⁶⁵), destaca-se pela diferença, neste contexto, o desenvolvimento de uma postura independente centrada na cidade do Porto, que estabelecia a exploração de uma arquitectura modernista, em coerente continuidade com as realizações dos arquitectos da geração pioneira do modernismo das décadas anteriores.

No Porto, desde a década de 1920, eram desenvolvidas numerosas obras que traçavam percursos individuais de projecto modernos, por autores como José Porto, Manoel Marques e Armando Lopes, Rogério de Azevedo, Januário Godinho, Arménio Losa, Viana de Lima e Agostinho Ricca. *"A capital nortenha, longe da sede do poder e consequentemente em posição secundária, não sofre com tanta incidência o peso das iniciativas oficiais. Talvez porque mais libertos da sujeição a que, por via das encomendas estatais, quase todos os arquitectos de prestígio radicados no sul se tinham submetido, no Porto, alguns profissionais produzem obras assinaláveis quer pela sua qualidade, quer pelo teor dos modelos que as informam. Nelas se observa uma total dissonância com o receituário estabelecido"* ⁶⁶. A habitação unifamiliar era um programa que servia de sólido suporte a estas experiências arquitectónicas, que desenvolviam uma pesquisa volumétrica, formal e expressiva, mas

⁶⁵ Segundo a autora, este período correspondeu ao apogeu do planeamento urbano em Portugal, com a finalização de cerca de três centenas de antepelos, e nele se distinguem dois momentos. No primeiro, até 1948, é realizado "[...] um urbanismo formal, em que o desenho do espaço público acusa a influência dos modelos alemão e italiano, com uma versão tardia da cidade-jardim, numa ambiguidade entre a ruralidade prevalecente e a inovação tipológica da moradia isolada ou geminada". No segundo, após o I Congresso Nacional dos Arquitectos, são introduzidos alguns princípios da *cidade radiosa*, embora geralmente de modo parcelar. Entre os urbanistas destacam-se Moreira da Silva, Faria da Costa, Miguel Jacobetty, João Aguiar, Lima Franco, Raul Lino, Mário de Oliveira, Januário Godinho, Miguel Rezende, Miranda de Vasconcellos, Almeida Garrett ou Arménio Losa. Ver: **LÔBO, Margarida Souza – Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed].** p 145.

⁶⁶ Sérgio Fernandez expõe assim as razões do diferente enquadramento entre a prática profissional da arquitectura no Porto e em Lisboa. Ver: **FERNANDEZ, Sérgio – Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988.** p 39.



fig. 27 – Habitações unifamiliares de Manoel Marques e Armando Lopes (1933) e de Celestino de Castro (1949-51)

que explorava também a organização tipológica e a espacialidade interna do habitar⁶⁷. Viana de Lima e Celestino de Castro, ainda praticamente recém-licenciados, na viragem para a década de 1950, levariam ainda mais além essa exploração moderna, construindo moradias que quase estabelecem um manifesto arquitectónico de filiação corbusiana⁶⁸. No entanto, estas obras, apesar do seu carácter inovador e experimental, correspondiam no contexto urbano ao preenchimento de lotes citadinos, nos quais se implantavam em atenção ao seu enquadramento, não estabelecendo propostas de novos modos de construir cidade.

Outros edifícios marcantes pela sua modernidade foram desenvolvidos no Porto com diferentes programas, de carácter de utilização público, sobretudo equipamentos, mas também serviços e até habitação colectiva. A garagem do Comércio do Porto, de Rogério de Azevedo, a lota de Massarelos, de Januário Godinho, o Coliseu, de Cassiano Branco ou o Cinema Batalha, de Artur Andrade, como também o edifício Carvalhosa, de Arménio Losa e Cassiano Barbosa, ou o edifício Ouro, de Mário Bonito, são edifícios ícone desse período de produção arquitectónica na cidade, demonstradores da mesma vitalidade criativa visível nas habitações singulares, mas que, como elas, constituíram trabalhos realizados como preenchimento da estrutura urbana já existente. Ocupando lotes e

⁶⁷ Manuel Mendes analisa uma série significativa de habitações unifamiliares da burguesia portuense do período entre 1920 e 1945, incluído ainda obras de Antão Garrett, José Peneda, Manuel Passos, Eduardo Martins, Marques da Silva, Manuel Marques, Jorge Viana e Viana de Lima, desvendando as diferentes consciências dos seus autores face à *arquitectura da nova época*, em: MENDES, Manuel – **Unifamiliar e Moderno – sinais arquitectónicos (1923-1945)**, in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. E em: MENDES, Manuel – **Porto: Ecole et projets 1940-1986**, in AAVV – *Architectures a Porto*. Pierre Mardaga éditeur. Liège. 1990, p 42-51.

⁶⁸ Estas obras foram objecto de apreciação, com enquadramento sobre os respectivos autores, por: CALDAS, João Vieira – **Habitações Modernas: Quatro Habitações Corbusianas (1949-1954)**, in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.

conformando o espaço público tradicional da cidade – ruas, largos e praças – assumiram o seu papel, trabalhando formalmente a particularidade do seu enquadramento, por vezes com grande sensibilidade, sobretudo na exploração da transição entre diferentes espaços, como em situações de gaveto ⁶⁹.

No final da década de 1930, entre 1937 e 1941, por iniciativa da Câmara Municipal foi realizada uma experiência de exploração morfológica do interior do espaço do quarteirão, concretizada no bloco de habitações Duque de Saldanha. Esta experiência, apesar da sua relativamente pequena dimensão, com 115 fogos, desenvolve uma procura de soluções tipológicas de habitação colectiva referenciável às experiências urbanísticas e habitacionais centro-europeias da década anterior, pela disposição em torno do pátio, pela distribuição em galeria com acessos verticais pontuais, pela marcação enfática da situação de entrada e pela formalização global ⁷⁰.

A sedimentação em continuidade da estrutura urbana anteriormente definida nos planos desenvolvidos teve continuidade para a década de 1940, pelo prolongamento no tempo dos processos de ocupação e construção da malha urbana próprio de uma cidade secundarizada face à concentração na capital de um estado centralista, que aí concentrava as suas atenções urbanísticas. A forma urbana mantinha-se

⁶⁹ Sobre estes edifícios e o fértil período da arquitectura portuense em que surgiram, ver: **FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna.** Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. E: **FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele (coordenação) - Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002.** Edições Asa. Porto. 2003 [2ª ed]. E também: **FERNANDEZ, Sérgio – Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974.** FAUP. Porto. 1988. E ainda: **TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50.** FAUP Publicações. Porto. 1997.

⁷⁰ Fátima Fernandes e Michele Cannatá associam o bloco de habitações Duque de Saldanha à influência de experiências como o vienense *Karl-Marx-Hof*. Ver: **FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele (coordenação) - Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002.** Edições Asa. Porto. 2003 [2ª ed]. p 70-71.



fig. 28 – Conjunto urbano da Rua de Ceuta

consequentemente estável, embora acusando uma mudança de imagem, ligada à arquitectura que concretizava esse preenchimento ⁷¹.

Alguns edifícios em situação urbana de preenchimento conseguiram, pela própria disposição conjunta, articular um sistema de relação, proporcionando um momento singular na cidade, de que constitui exemplo paradigmático como síntese de um momento histórico da produção urbanística quotidiana o conjunto urbano da Rua de Ceuta, projectado por diversos autores sobre o estudo do arruamento realizado por Arménio Losa no Gabinete de Urbanização da Câmara em 1941-42. Nos primeiros anos da década seguinte, Arménio Losa, Carlos Neves, Agostinho Ricca, Mário Ferreira, Mário Bonito, José Moura da Costa, Manuel Magalhães, Júlio Brito e Carlos Neves projectavam os diversos edifícios que conformam a rua, com um sentido de conjunto que confere uma ideia de unidade com base no respeito pela diversidade, que se pode ler como um registo construído do modo de fazer arquitectura modernista sem quebrar o sentido morfológico da cidade tradicional ⁷².

⁷¹ Manuel Mendes descreve este processo, em que as estruturas urbanas criadas constituíam elementos secundários numa área já definida e regulamentada e a construção se concentrava nos principais eixos, com algum efeito de densificação da ocupação, através do aumento da dimensão das construções, em: **MENDES, Manuel – Porto: Ecole et projets 1940-1986**, in **AAVV – Architectures a Porto**. Pierre Mardaga éditeur, Liège. 1990. p 48.

⁷² Francisco Barata e Rui Pinto estudam o desenvolvimento da Rua de Ceuta e dos edifícios que a marginam, apresentando de modo interessante este modo de construção de cidade como uma obra colectiva, em que "*se fizemos uma analogia com a escrita, [...] se assemelha mais a um jornal do que a um texto colectivo. É como um projecto aberto e global, que vincula unidade e sentido a textos independentes e autónomos*". Ver: **FERNANDES, Francisco Barata; PINTO, Rui – Rua de Ceuta: Sobre o eixo nascente-poente (1941-1958)**, in **FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna**. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.

A mudança do panorama crítico

Uma alteração de enquadramento preparava-se na segunda metade da década de 1940, com o mundo em forte mutação. A guerra havia terminado, e o Regime português, de diplomacia suave, procurava mostrar uma aproximação à Europa democrática que tinha vencido, e que iniciava a reconstrução social, económica e territorial sobre os escombros.

Como acompanhamento à Exposição de Obras Públicas organizada pelo Governo em 1948, foi realizado com o seu patrocínio o primeiro Congresso Nacional de Arquitectura ⁷³, que proporcionou uma oportunidade singular para a reunião dos arquitectos portugueses e para a produção de um debate disciplinar, sob a expectativa optimista de uma rápida transformação política e social do país, por influência da derrota das ditaduras fascistas e da sua substituição por democracias na Europa.

Nos anos anteriores, a organização das primeiras Exposições Gerais de Artes Plásticas, a partir de 1946, a criação do grupo ICAT (Iniciativas Culturais Arte Técnica), no mesmo ano, e da ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos), em 1947, havia desvendado uma transformação em curso no meio cultural e social. Algumas personagens fulcrais, como Keil do Amaral, Faria da Costa ou Paulo Cunha, com destaque para o primeiro, dinamizavam estas actividades, reunindo diversos jovens arquitectos politicamente próximos da esquerda. A renovada revista *Arquitectura* tornara-se o espaço

⁷³ Conforme refere Ana Tostões, "[...] *O regime encontrava-se num necessário momento de consolidação do poder interessando-lhe apresentar exteriormente uma imagem de eficácia, com sinais ponderados de abertura e apoio a um trabalho que pudesse servir de base a uma propaganda de sinal mais tecnocrático, o que terá permitido certamente aos arquitectos a autorização para apresentarem as teses sem censura prévia. E será interessante atentarmos nos termos utilizados por Pardal Monteiro a propósito do convite feito pelo Eng. José Frederico Ulrich, Ministro das Obras Públicas, à classe para realização do Congresso: 'O ministro manifestou o desejo de que os arquitectos se ocupem de assuntos de interesse geral e que possam ter repercussão no estrangeiro'.*". Ver: **TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. FAUP Publicações. Porto. 1997.** p 34.

público de debate e divulgação, ligado ao ICAT, mostrando obras e projectos modernos de autores nacionais e estrangeiros, e publicava a tradução para português da *Carta de Atenas*, enquanto Keil do Amaral começara a desenvolver alguma produção teórica, como o artigo "*Uma iniciativa necessária*" – expondo a sua ideia de realização de um estudo sobre a arquitectura regional –, diversas crónicas, e os livros "*A Arquitectura e a Vida*", "*A Moderna Arquitectura Holandesa*" e "*O Problema da Habitação*". Paralelamente, desenvolviam-se contactos entre os arquitectos de Lisboa e do Porto, levando os primeiros à cidade nortenha em Agosto de 1947, para observar as realizações de *arquitectura contemporânea* aí desenvolvidas, e sedimentando uma consciência de classe até aí pouco desenvolvida. A reflexão sobre o momento da arquitectura portuguesa, as suas especificidades próprias e relação com as influências externas, é ainda aprofundada por um jovem e ponderado arquitecto portuense, Fernando Távora, levando-o à elaboração do ensaio "*O Problema da Casa Portuguesa*", que – paralelamente ao que escrevera Keil – alerta para a necessidade de estudo da arquitectura popular portuguesa, estabelecendo ainda premissas que influenciariam a transformação da produção arquitectónica no país durante a década seguinte.

No Congresso de 1948

No Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, são já gerações e sensibilidades diversas de arquitectos portugueses que se encontram, num momento marcante, de viragem, em que se dá pela primeira (possivelmente única) vez uma união corporativa da classe e se definem os sentidos de desenvolvimento da arquitectura moderna portuguesa nas décadas seguintes.

A geração mais velha, dos pioneiros modernistas, numa situação de compromisso e proximidade com a obra pública do Regime, com expressão pública na Exposição, procurava uma afirmação de classe,

abrindo dois temas para discussão que se prestariam a *conclusões úteis* – a *Arquitectura no Plano Nacional* e o *Problema Português da Habitação*. Em diferente posição encontrava-se a geração seguinte, dos arquitectos com uma agenda ideológica e uma perspectiva disciplinar aberta ao exterior, que assumiriam "[...] *um papel determinante no tom geral do Congresso, aliando ao pragmatismo, que a prática profissional já ensinara, um desejo de profunda mutação* [...]" ⁷⁴, traduzindo a sua participação numa postura reivindicativa e decidida, motivada pelas suas preocupações sociais e pela sua vontade de realizar uma arquitectura vincadamente alinhada com o momento histórico: uma modernidade que traduziria também a modificação do espaço político em que era produzida, imbuída de uma visão utópica de transformação da vida e da sociedade realizada também através da arquitectura.

Modernidade, arquitectura e habitação *para o maior número* - a democratização dos fundamentos de uma nova sociedade - eram as pretensões evidenciadas por estes profissionais, com um sentido humanista da sua actividade e uma vontade de a colocar ao serviço da comunidade, construindo as habitações necessárias aos homens do seu tempo. Para além das questões da linguagem arquitectónica, e da intenção de imbuir de pureza e *verdade racional* a arquitectura, também o *problema da habitação* e de criação de espaço urbano nas grandes cidades era conscientemente abordado no Congresso, a uma escala do território. Aspirando a ultrapassar o enquadramento de privilégio e de preconceito em que os arquitectos anteriormente trabalhavam, afirmava-se agora o urbanismo como primeiro problema da criação de alojamento, procurando responsabilizar a classe pela "*sagrada missão de construir racionalmente casas no sentido de manter o equilíbrio da sociedade; por isso a forma radiosa*

⁷⁴ Nas palavras de: TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. FAUP Publicações. Porto. 1997. p 35.

proposta pela Carta de Atenas é a única forma de dar aos homens alegria e optimismo" – nas palavras de António Lobão Vital no Congresso ⁷⁵.

Eram assim, também, novos princípios morfológicos de organização do espaço urbano que eram discutidos e reclamados, pondo em causa as soluções tradicionais de rua-corredor, por influência do modelo teórico divulgado pelos CIAM: blocos habitacionais dissociados das rodovias, implantados em áreas verdes e construídos em altura, libertando o solo e relacionando-se directamente com a melhor exposição solar. Para esta nova organização morfológica apontava-se também a necessidade de diferentes metodologias de planeamento – planos directores com incidência sobre a afectação do solo - e de *standardização* e racionalização da construção – proporcionando economias de escala e maior capacidade de resposta, a partir do desenvolvimento de um superior rigor técnico e de uma nova aptidão industrial.

O calor desta primeira oportunidade de discussão proporcionada à classe profissional através da reunião de centena e meia de arquitectos, despoletava a discussão sobre "[...] *tudo o que considerávamos importante, de uma maneira caótica, mas cheia de vida e de intenções generosas, ...acreditávamos que havia um mundo novo em gestação, mais belo e equitativo e que tínhamos um papel importante a desempenhar nele: uma função social*" ⁷⁶.

Contrariando as expectativas oficiais do Regime que o patrocinara, o Congresso desenvolve-se num tom reivindicativo, ocasionalmente até panfletário. As conclusões expressam a ambição por novas condições sociais e económicas, do exercício da arquitectura e da sua concretização, e afirmam a

⁷⁵ VITAL, António Lobão – A casa, o Homem e a Arquitectura. citado por: TOSTÕES, Ana – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. FAUP Publicações. Porto. 1997. p 36.

⁷⁶ AMARAL, Francisco Keil do – Entrevista. in *Arquitectura* #125. Casa Viva Editora. Lisboa. 1972. citado por: TOSTÕES, Ana – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. FAUP Publicações. Porto. 1997. p 39.

opção por uma linguagem arquitectónica *internacional* e a necessidade de adopção de soluções urbanísticas modernas para solucionar o *gravíssimo problema da habitação*.

Estes aspectos viriam a marcar o desenvolvimento da arquitectura e da produção urbana, em torno da viragem do meio do século XX, por uma jovem geração de profissionais. No Congresso ainda, por outro lado, seria lançada a semente de uma mudança de perspectiva de entendimento da especificidade disciplinar, através da proposta de realização de um estudo sobre a arquitectura popular portuguesa, em linha com as preocupações de Keil do Amaral, de Fernando Távora e de outros discretos mas lúcidos jovens, como Nuno Teotónio Pereira e Manuel Tainha. Este projecto, mesmo se primitivamente enraizado no propósito de desmistificar a construção nacionalista do Estado Novo sobre a arquitectura, cristalizada no conceito de *casa portuguesa* e no vocabulário formal *português suave*, viria, depois de passado à prática, a constituir o alicerce de uma nova postura crítica face aos modelos internacionais, criando as bases para uma renovação do entendimento dos critérios de criação arquitectónica no país.

O desenho urbano modernista na *cidade tradicional*

A partir do final da década de 1940, a vontade declarada de projectar moderno teria repercussão directa no modo de construir cidade em Portugal, concretizando-se em diversos conjuntos edificados que alteravam a escala, a linguagem formal e a expressão plástica da arquitectura, aproximando-se das referências internacionais, mas que sobretudo modificavam a relação entre a construção e a organização do espaço urbano, desenvolvendo novas soluções de disposição e composição. Esta renovação, apesar do seu carácter marcante, submetia-se no entanto à forma de organização do tecido



fig. 29 – Bairro das Estacas: perspectiva

urbano em que se inseriam os conjuntos, numa lógica de continuidade e de articulação que evitava fracturas de composição do tecido urbano.

Os primeiros exemplos construídos deste novo modo de organização morfo-tipológica surgem no contexto das áreas de cidade já em construção, com destaque para o lisboeta bairro de Alvalade, em que se inscrevem as primeiras experiências, pela mão de Joaquim Ferreira, que implanta edifícios de habitação colectiva perpendicularmente à via, conformando espaços ajardinados entre si, na Av. D. Rodrigo da Cunha, junto à Av. do Aeroporto, na denominada *Célula 8* do Plano de Alvalade, e, com uma disposição semelhante mas com uma linguagem formal mais assumidamente modernista, na Av. dos Estados Unidos da América ⁷⁷.

Outro conjunto inserido no mesmo plano, depois popularmente denominado de modo emblemático como *bairro das Estacas*, era projectado concomitantemente por Sebastião Formosinho Sanchez e Ruy Jervis d'Athouguia, transformando dois quarteirões também da *Célula 8* em área ajardinada, sobre a qual se implantava levantada sobre *pilotis*, apenas parcialmente ocupando o embasamento, uma sequência de edifícios de habitação em banda, geometricamente alinhados de acordo com a estrutura de arruamentos definida, o que permitia preservar a leitura do espaço urbano tradicional da rua ⁷⁸.

⁷⁷ Os blocos residenciais da Av. D. Rodrigo da Cunha, projectados por Joaquim Ferreira em 1949 na Câmara Municipal de Lisboa, constituem uma alteração à solução inicialmente preconizada no plano, realizada com o acordo de Faria da Costa, "[...] o qual procurava então corrigir problemas semelhantes aos que tinha detectado nas zonas de casas de renda económica, onde os logradouros se tinham tornado insalubres devido ao seu abandono pelos locatários". Ver: COSTA, João Pedro – Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português. Livros Horizonte e FAUTL. Lisboa. 2002. p 95 a 99. O projecto dos espaços ajardinados entre os 20 edifícios seria elaborado no ano seguinte por Gonçalo Ribeiro Telles. O projecto dos edifícios na Av. dos EUA, de 1950, é referenciado em: TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. FAUP Publicações. Porto. 1997. p 72 e p 279 fig 124.

⁷⁸ O projecto do *bairro das Estacas* encontra-se publicado em: d'ATHOUGUIA, Ruy; SANCHEZ, Sebastião Formosinho – Bairro das Estacas: Bairro S. João de Deus, Alvalade, Lisboa, 1949/1953, in *Jornal Arquitectos* #257. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2004. p 78 a 83. E também pelos autores anteriores: COSTA, João Pedro –



fig. 30 – Perspectiva do conjunto da Av. dos Estados Unidos da América

Este conjunto adquiriria um carácter carismático na cidade. Por um lado, por associar uma nova forma de presença urbana – com a criação das áreas ajardinadas e a abertura do interior dos quarteirões – em conjunto com soluções arquitectónicas modernistas que rompiam com o modo e a formalização *português suave* – procura de horizontalidade na volumetria e na composição formal, definição volumétrica purista, emprego de *pilotis*, grelhas e consolas, organização tipológica com recurso a *duplex*. Por outro lado, por ter sido objecto de reconhecimento pelo seu valor arquitectónico, sendo premiado a nível internacional, na Bienal de São Paulo, e nacional, pelo município, dois anos após o início da sua construção, em 1952.

Constitui também exemplo deste desenho urbano modernista adaptado ao contexto da cidade pré-existente o conjunto da Av. dos Estados Unidos da América, estudado por Manuel Laginha, Pedro Cid e Vasconcelos Esteves, a partir de 1954, entre a Av. do Rio de Janeiro e a Av. do Aeroporto. Do lado norte da avenida, pensada desde antes do plano de Alvalade como uma grande via de tráfego intenso, os arquitectos definiam uma mudança de escala e dispunham perpendicularmente à via grandes blocos habitacionais com dez pisos, levantados sobre *pilotis*, conformando espaços ajardinados abertos sucessivamente sob os embasamentos e rematados perpendicularmente por edifícios de menor altura (marginais à rua a norte), de forma a conseguir ganhar afastamento e separação relativamente ao movimento e agitação próprios da rodovia.

Esta solução seguia a versão de 1951 do plano, e até ao final da década outros troços do lado norte da Av. dos EUA seriam projectados por Lucínio Cruz, Alberto Ayres Sousa, Mário Oliveira e Joaquim Areal e Silva, de acordo com os mesmos princípios de organização, com edifícios de grande dimensão perpendiculares ao arruamento, conformando espaços verdes geometricamente regulares

Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português. Livros Horizonte e FAUTL. Lisboa. 2002. p 99 a 103. E: TOSTÕES, Ana – **Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50.** FAUP Publicações. Porto. 1997. p 72-73 e p 280 fig 127 a 131.

conjuntamente com edifícios mais recuados e de menor dimensão implantados ortogonalmente, garantindo um carácter unitário a este espaço urbano, apenas quebrado pontualmente no cruzamento com a Av. de Roma, que marca um momento de transição para a estrutura de arruamentos conformados lateralmente com que se organiza o interior do bairro de Alvalade. No lado oposto da avenida eram desenvolvidas soluções de remate do conjunto e de transição para o tecido envolvente, procurando estabelecer igualmente espaços de recolhimento relativamente à artéria viária, quer com a disposição de edifícios de habitação colectiva da mesma escala mas orientados com uma rotação de 30° relativamente à via, seguindo a métrica definida do outro lado, por projecto de Croft de Moura, Henrique Albino e Craveiro Lopes, quer com soluções de disposição simétrica às opostas mas de menor dimensão, segundo projecto de Leonardo Castro Freire, já na década seguinte.

Também o conjunto edificado por promoção do Montepio Geral na Av. do Brasil apresenta uma organização morfológica de princípios idênticos, embora com uma menor escala de edificação e dos espaços abertos, com um tratamento de menor destaque à face orientada para a avenida e com uma maior continuidade construída entre os volumes perpendiculares, maiores, e os volumes de remate dos espaços abertos, apenas de piso térreo, que aqui os intersectam. O projecto, parte da *Célula 3* do plano de Alvalade, que altera substituindo a volumetria construída paralelamente ao arruamento prevista, foi elaborado por Jorge Segurado em 1958 ⁷⁹.

Noutra área de Lisboa, a Av. Infante Santo, Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta realizavam em 1955 o projecto de um outro conjunto urbano marcante. Desenvolvido ao longo da pendente do arruamento, que conforma lateralmente de ambos os lados de modo a conferir ao espaço a

⁷⁹ Os projectos dos conjuntos referidos no bairro de Alvalade, incluindo os edifícios da Av. dos EUA, da Av. do Brasil e diversos edifícios em situações de transição para as malhas envolventes, com destaque para o cruzamento entre a Av. dos EUA e a Av. de Roma, encontram-se publicados e analisados em: **COSTA, João Pedro – Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português. Livros Horizonte e FAUTL. Lisboa. 2002. p 103 a 139**

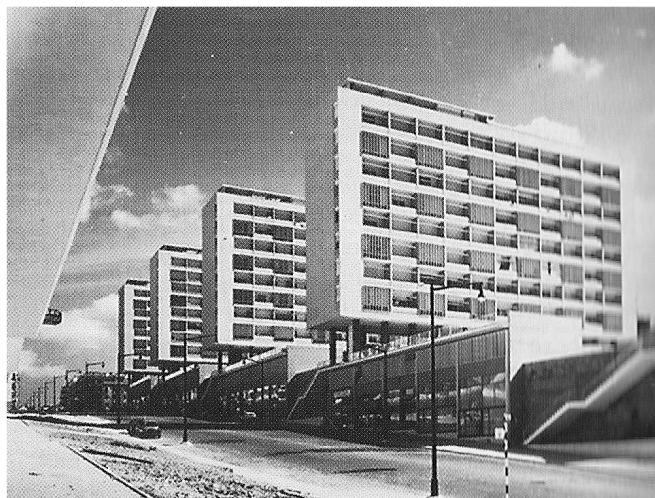


fig. 31 – Conjunto habitacional na Avenida Infante Santo

leitura de continuidade do canal, o conjunto construído organiza-se de modo diferenciado dos dois lados - enquanto edificação contínua convencionalmente paralela à rua, na frente noroeste, mas do lado oposto transformando a topografia em plataformas sobre-elevadas de embasamento, para a implantação de unidades habitacionais autónomas expressivamente soltas e orientadas perpendicularmente à avenida, procurando uma relação paisagística com a cidade. Com princípios de organização semelhantes aos conjuntos da Av. dos EUA e do Brasil, este agrupamento de edifícios assume, apesar da menor extensão, um tratamento mais afirmativo, que reforça a expressão da solução urbana, quer pela disposição orográfica em que se insere, com o dinamismo da pendente e da curvatura do arruamento, quer pela solução dos embasamentos construídos na frente de rua, trabalhada no contacto visual entre interior e exterior, no tratamento dos panos cegos com painéis de azulejos entregues a artistas plásticos e na evidenciação formal das escadas que proporcionam o acesso urbano aos pátios ajardinados em cima ⁸⁰.

Estes pedaços de cidade constituem exemplos da afirmação de uma geração de arquitectos que, no rescaldo do Congresso de 1948, demonstrava no país uma nova postura no entendimento da produção urbana. Esta geração do pós-guerra conseguia marcar a sua presença na cidade, definindo uma imagem arquitectónica de renovação e organizando o espaço urbano de novos modos, que estruturavam espaços públicos recriando o conceito de rua enquanto canal conformado, transformando-a e abrindo-a.

Embora intrinsecamente imbuída de uma abertura aos princípios arquitectónicos modernistas, esta abordagem demonstrava, no entanto, uma particular atenção à estrutura de organização do tecido urbano em que intervinha, relacionando-se com as unidades morfológicas dos espaços urbanos

⁸⁰ Sobre o conjunto da Av. Infante Santo, ver: **TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. FAUP Publicações. Porto. 1997.** p 74 e p 284, figs 147 a 151.

segundo uma lógica de completamento, evitando descontinuidades e rupturas. Por outro lado, inculcia um novo carácter a essas mesmas unidades morfológicas: os arruamentos, continuando a constituir a espinha dorsal e o motivo de organização formal tanto do espaço público como dos edifícios, transformavam-se em entidades de maior abertura e complexidade, organizando diferentes espaços de usufruto urbano, ligados à rua física e geometricamente, mas simultaneamente ganhando um sentido de autonomia e individualização.

Na relação central que estabelece com a estrutura de rua reside um dos principais pontos de divergência destes conjuntos relativamente à doutrina urbanística modernista, consubstanciada na Carta de Atenas, que determinava a dissociação entre as rodovias e a construção, organizada individualmente em função da insolação e disposta livremente sobre uma estrutura verde naturalista. Embora demonstrando motivações aproximadas – no que respeita à abertura, iluminação e insolação, aos espaços verdes, à disponibilização de áreas de estar exteriores no contexto urbano – e uma arquitectura informada pelos modelos modernistas, o desenho urbano destes conjuntos constitui uma abordagem diferenciada e autónoma, caracterizada – para além da estruturação a partir da rua – pela criação de espaços urbanos conformados na relação com a edificação, pela inscrição das áreas verdes como parte de uma estrutura urbana artificializada, de modo delimitado, e pela orientação da construção de um modo geometrizado e relacionado com a formatação dos espaços públicos, o que implicava em frequentes situações a pesquisa de soluções arquitectónicas para a resolução interna de problemas relacionados com a implantação e orientação, ao invés da aplicação de modelos tipológicos ideais ou predefinidos.⁸¹

⁸¹ Tem sido assinalada a influência da arquitectura brasileira da época em Portugal por diversos autores, como Sérgio Fernandez, o que é corroborado pela visibilidade proporcionada aos arquitectos portugueses da obra dos seus colegas brasileiros, através da realização de exposições em Portugal em 1948 e em 1953, e pelo contacto de alguns profissionais com ateliers dos mestres do outro lado do Atlântico, caso de Maurício de Vasconcelos, Eduardo Anahory, Nadir Afonso ou

Para além destas características, estes conjuntos urbanos da viragem do meio do século apresentam uma extensão, uma autonomia e uma multiplicabilidade que permitem inferir um sentido paradigmático de criação de tecido urbano com identidade própria, isto é, demonstram capacidade para configurar um modelo de organização urbana a uma escala alargada.

Por outro lado, a sua procura de adequação ao local e de continuidade face ao contexto pré-existente, evitando rupturas, demonstra um perfil mais próximo da tradição da arquitectura portuguesa do que da atitude de *tabula rasa* de intervenção modernista⁸².

Delfim Amorim. Tânia Ramos considera, no seu estudo comparativo entre a habitação colectiva moderna portuguesa e brasileira, haver princípios de organização urbana comuns, baseados na inserção dos edifícios no quarteirão e na relação entre edifício e lote urbano, sem alterar a estrutura morfológica da cidade. De facto, os conjuntos urbanos portugueses apontados encontram-se mais próximos destas soluções do que dos modelos corbusianos de aplicação da *Carta de Atenas*. Ver: **FERNANDEZ, Sérgio – Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988.** p 73. E também: **MARTINS, João Paulo - Arquitectura Moderna em Portugal: A difícil internacionalização. Cronologia. in TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. IPPAR. Lisboa. 2004.** p 162 a 164. **RAMOS, Tânia Liani Beisl – Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os Casos Português e Brasileiro. Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território apresentada no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. 2003.** p 120 a 123.

⁸² "A arquitectura portuguesa é terreno de cruzamento de culturas. É na forma como interpreta os modelos exteriores e os adapta à sua realidade que encontraremos a sua especificidade". A adaptação dos princípios do urbanismo modernista por esta geração segue o modo pragmático de adaptação dos modelos internacionais que, segundo Alexandre Alves Costa, caracteriza a arquitectura portuguesa: "[...] ameniza-se o cumprimento das regras paradigmáticas, recorre-se a outros saberes, abre-se, no limite, a questão dos próprios fundamentos do paradigma até então vigente". E mesmo do urbanismo: "O urbanismo português caracteriza-se sobretudo pela inteligência do lugar, da escolha ao desenho, numa compatibilização única de organicidade e de racionalidade, do entendimento da paisagem e da funcionalidade urbana". Ver: **COSTA, Alexandre Alves – Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. FAUP Publicações. Porto. 1995.** p 27; p 30; p 48. Esta opinião é concordante com a de Paulo Varela Gomes: "A arquitectura portuguesa 'progrediu' sempre pela domesticação dos impulsos cosmopolitas, através de uma mistura de Nostalgia do passado e de assunção daquilo que, nos procedimentos tradicionais, é intrinsecamente adaptável às circunstâncias". **GOMES, Paulo Varela – Do Inquérito ao Chiado: Nostalgia e Modernidade na cultura arquitectónica portuguesa. Conferência na Fundação de Serralves. Porto. 1988.** Citado por: **COSTA, Alexandre Alves – Só fazemos bem torres de Belém. in Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa. FAUP Publicações. Porto. 1995.** p 76.



fig. 32 – Conjunto Vavá, no cruzamento entre a Av. de Roma e a Av. dos EUA

Outros conjuntos urbanos podem também referir-se como identificados com esta *corrente* de intervenção, embora a sua dimensão e a sua procura contextualista de adequação à cidade não lhes permitam constituir propostas de articulação urbana com carácter autónomo. É o caso do conjunto no cruzamento da Av. dos EUA com a Av. de Roma, projecto de Filipe Figueiredo e Jorge Segurado de 1951, cuja implantação altera a configuração de praça prevista para o local para afirmar os volumes que avançam sobre o espaço público, com uma arquitectura claramente inspirada nas soluções de *unidade de habitação*, a que não faltam soluções arquitectónicas como galerias de distribuição, optimização de áreas interiores, tipologias em *duplex* e uma marcação horizontal a meia altura prevista inicialmente como galeria comercial e de serviços, com um efeito formal de separação volumétrica dos volumes de treze pisos de altura. Também em Alvalade, outros edifícios e conjuntos são referenciáveis, como o grupo habitacional junto do cruzamento entre a Av. D. Rodrigo da Cunha e a Av. do Aeroporto, de J. M. Andrade Barreto, em 1955, o bloco residencial e comercial de Joaquim Ferreira e Orlando Azevedo na Av. do Aeroporto, de 1952, e, já de 1960, o conjunto edificado no cruzamento entre a Av. de Roma e a Av. da Igreja, de Fernando Silva e Ruy d'Athouguia. Como também, ainda em Lisboa, o Centro Comercial do Restelo, na encosta da Ajuda, projectado em 1951 por Raul Chorão Ramalho, o quarteirão do hotel Ritz, de Pardal Monteiro, de 1952, e o bloco da Mãe de Água, nas Amoreiras, de Joaquim Ferreira e Faria da Costa, de 1960.

No Porto, o conjunto da cooperativa O Lar Familiar, de Mário Bonito, de 1950, o bloco da rua Costa Cabral, projecto de Viana de Lima de 1953, o bloco da praça D. Afonso V, projecto de Pereira da Costa do mesmo ano, ou o edifício Parnaso, de 1954, da autoria de José Carlos Loureiro, e ainda o conjunto residencial da Boavista, de Agostinho Ricca, com início em 1962, mas também algumas soluções habitacionais em altura, como, igualmente de Agostinho Ricca, o edifício do Montepio Geral na rua Júlio Dinis, de 1961, ou o Hotel D. Henrique, desenvolvido por José Carlos Loureiro, C. de Almeida e Luís Pádua Ramos após vencer um concurso em 1965.



fig. 33 – Centro Comercial do bairro de Casas Económicas do Restelo, em Lisboa, e conjunto Residencial da Boavista, no Porto

Em Coimbra, o conjunto da Associação Académica, de Alberto Pessoa e João Abel Manta, de 1958, e o bairro da Solum, desenvolvido por Rogério Alvarez a partir de 1962. Poderiam ainda referir-se alguns conjuntos de habitação da Caixa de Previdência em diversos pontos do país, e provavelmente diversas outras construções no país e nas colónias ainda mal estudadas (como por exemplo o prédio Cirilo, projecto de 1958 para Luanda de Pereira da Costa, ou o conjunto da Caixa de Previdência de Luanda, de 1965, e o edifício Mutamba, já de 1969, de Vasco Vieira da Costa), que denotem igualmente a adequação ao contexto e a atenção ao particular que demonstram a filtragem na transposição dos modelos internacionais, relacionando-os com o tecido urbano existente ⁸³.

Alguns destes projectos apresentam um carácter singular que não lhes permite constituir um princípio de organização urbana multiplicável ou alargado, outros constituem soluções de preenchimento de quarteirões, a sua grande maioria soluciona situações de excepção e de adequação às condições particulares do sítio. Embora o seu carácter não seja tão afirmativo e propositivo quanto o dos conjuntos urbanos primeiramente descritos, não respondem a um mero preenchimento de lote urbano,

⁸³ Estes projectos encontram-se apresentados em publicações, por exemplo, em: COSTA, João Pedro – Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português, Livros Horizonte e FAUTL. Lisboa. 2002. p 106 a 109; p 122 e 123; p 124 a 127; 136 a 139. TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50, FAUP Publicações. Porto. 1997. p 285, p 288, p 289, p 290, p 333. FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele (coordenação) - Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002. Edições Asa. Porto. 2003 [2ª ed]. p 102-103; p 122-123; p 124-125; p 134-135; p 154-155; p 162-163; p 174-175; p 176-177. FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. fichas 14, 15 e 17. AAVV – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 162, p 163, p 197, p 250, p 251, p 252. TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. IPPAR. Lisboa. 2004. p 228-229, p 230-231, p 242-243, p 246-247, p 252-253, p 300. FERREIRA, Fernando Zeferino; SANTOS, Lusitano dos – A unidade residencial do Calhabé (SOLUM): Um paradigma na história recente do urbanismo em Portugal, in *Sociedade e Território* #21. Edições Afrontamento. Porto. 1995. p 77 a 85. FERNANDES, José Manuel – Geração Africana: Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975. Livros Horizonte. Lisboa. 2002. p 26-36

como os prédios de rendimento de duas décadas antes, nem efectuem ainda uma verdadeira transposição dos princípios modernistas de organização urbana. Constituem soluções construídas com base numa filtragem dos modelos, propostas projectadas na procura de uma adequação ao local e da resolução das questões específicas em presença, através da adaptação pragmática à realidade determinada pelas estruturas urbanas pré-definidas.

A introdução da Carta de Atenas

Nalgumas das soluções desenvolvidas para os conjuntos de desenho urbano modernista adaptado ao contexto da cidade pré-existente são apresentados apontamentos de maior aproximação à doutrina urbanística modernista.

Formosinho Sanchez e Ruy de Athoughia, nos estudos de implantação e organização urbana do bairro das Estacas, demonstram, de início, uma procura de maior abertura na área norte, numa situação de transição para a malha urbana envolvente, abrindo o quarteirão para propor uma solução de parque verde mais alargado, sobre o qual os edifícios se implantariam de modo mais liberto, sem preocupação de conformação da frente do arruamento. Esta proposta seria depois alterada para uma solução de relação mais tradicional com a rua, que viria a ser construída.

Também o projecto do conjunto para a Av. dos EUA de João Simões, Hernâni Gandra, Francisco Castro Rodrigues, Celestino de Castro e José Huertas Lobo, desenvolvido entre 1951 e 1952, propunha a disposição de uma série de unidades habitacionais colectivas de acordo com um princípio de orientação semelhante, sem relação geométrica ou de conformação espacial com a rua, procurando uma melhor relação de insolação do lado oposto. Este conjunto não seria aprovado pela Câmara Municipal, mas a sua expressão formal – orientando para a avenida a torre de acessos verticais,

salientada em posição central – e a sua publicação na revista *Arquitectura*, em 1953, conjuntamente com a unidade de habitação de Marselha de Le Corbusier, são reveladores do seu impacto no panorama do momento.

Desenhava-se uma forte alteração de perspectiva no desenho urbano em Portugal, acompanhada de um novo quadro de informação e discussão sobre a arquitectura. Ilustrativa dessa mudança e da importância da *Arquitectura* nesse contexto, é a publicação do texto da *Carta de Atenas* na revista, traduzido para português, realizada progressivamente, em números sucessivos, entre 1948 e 1949 ⁸⁴.

É assinalável a elaboração, ainda no plano académico, de um *projecto de cidade* para as imediações de Luanda desenvolvido com base em princípios modernistas de organização urbana por um jovem de origem angolana, Vasco Vieira da Costa, que o apresenta em prova para obtenção do diploma de arquitecto na Escola de Belas-Artes do Porto, em 1948 ⁸⁵.

O projecto da cidade satélite nº3 de Luanda enquadrava-se no âmbito do Plano de Urbanização anteriormente desenvolvido para aquela cidade por Etienne de Gröer e David Moreira da Silva, sendo delineada como uma área habitacional para 50.000 habitantes, implantada a partir da articulação das

⁸⁴ A revista *Arquitectura*, pela mão de uma jovem geração de profissionais interessados no debate crítico disciplinar, adquiriria um papel de importância constante ao longo das décadas de 1950 e 1960, como veículo privilegiado de apresentação da prática nacional e internacional, mas também como espaço de produção de opinião, sobretudo a partir da inclusão de colaboradores como Carlos Duarte, Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida. Podem salientar-se, no entanto, outros factores de particular relevância nessa alteração, como o rumo da Escola de Belas-Artes do Porto sob a direcção de Carlos Ramos, o estabelecer de ligações ao CIAM e ao CIRPAC de alguns atentos arquitectos da mesma cidade, ou o aparecimento da revista *Binário*. Ver: **SILVA, Jorge Henrique Pais da – Arquitectura e Urbanística em Portugal Continental**, in *Arquitectura* #134. Casa Viva Editora. Lisboa. 1979. p 58.

⁸⁵ O plano para a cidade satélite nº3 de Luanda encontra-se publicado em: **COSTA, Vasco Vieira da – Luanda: Plano para a Cidade Stéllite nº3. Concurso para obtenção do diploma de arquitecto**. Escola Superior de Belas Artes do Porto (Curso de Arquitectura) e Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola. Porto. 1984. p 46 em diante.

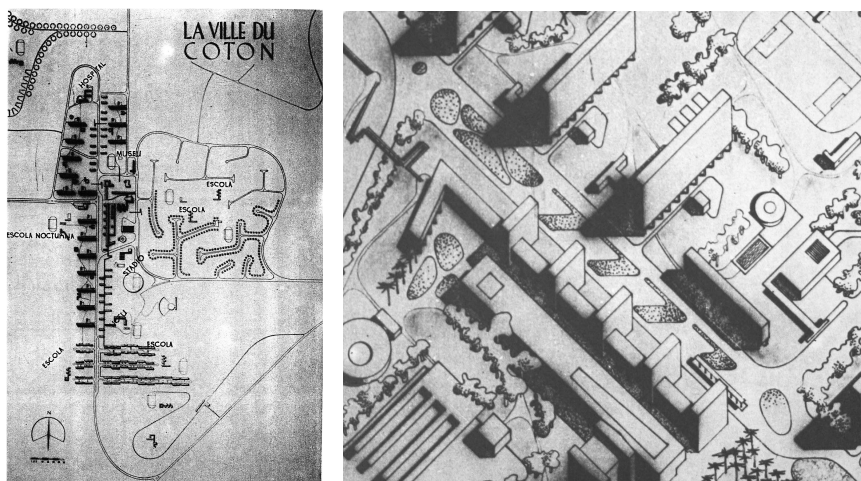


fig. 34 – Cidade satélite nº3 para Luanda: plano do conjunto e perspectiva da área do centro cívico

infra-estruturas de acesso constituídas pela estrada de Catete e pelo caminho-de-ferro de Malange, com uma nova estrada de circunvalação.

A experiência de aprendizagem de Vasco Vieira da Costa no atelier de Le Corbusier, no final dos anos 1940, após a sua formação escolar no Porto, num período em que o gabinete do arquitecto franco-suíço desenvolvia trabalhos como a unidade de habitação e os planos de urbanização para Marselha, e as urbanizações de Saint-Dié e de la Rochelle-Pallice, deixaria uma marca indelével que se reflectiria em toda a sua obra, e que na cidade satélite nº3 de Luanda é expressa com toda "[...] a frontalidade e a inocência da certeza, formulada em território próprio [...] na reprodução e na consumação do paradigma do Mestre; também, invenção que a intuição alimenta; intuição musculada num rigor que precede atenta reflexão, educada à luz e à sombra da Carta de Atenas"⁸⁶.

Primeiro projecto de urbanização apresentado como prova de final de curso, a cidade satélite nº3 era estruturada como uma área não artificializada, um parque naturalista atravessado por vias de circulação, no qual se inseriam os edifícios de modo espaçado e autónomo. Evidenciava uma atenção

⁸⁶ Conforme expressa Manuel Mendes, identificando directamente a influência de Le Corbusier no trabalho de final de curso do arquitecto angolano, e procurando esboçar pontos de ancoragem do seu trajecto no Porto: MENDES, Manuel – Em (des)coberta racionalidade, construir desejava, in COSTA, Vasco Vieira da – *Luanda: Plano para a Cidade Stéllite nº3. Concurso para obtenção do diploma de arquitecto*. Escola Superior de Belas Artes do Porto (Curso de Arquitectura) e Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola. Porto. 1984. p 9 a 14. Ver também, sobre as características do trabalho desenvolvido por Vasco Vieira da Costa em Luanda e sobre o seu percurso de formação enquanto *estrangeirado* - no Porto, no curso de Arquitectura, entre 1940 a 1945, e em Paris, no *atelier* de Le Corbusier, entre 1945 e 1948: FERNANDES, Manuel Correia – Vasco Vieira da Costa, arquitecto angolano (1911-1982), in COSTA, Vasco Vieira da – *Luanda: Plano para a Cidade Stéllite nº3. Concurso para obtenção do diploma de arquitecto*. Escola Superior de Belas Artes do Porto (Curso de Arquitectura) e Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola. Porto. 1984. p 5 a 8. E: FERNANDES, José Manuel – Vasco Vieira da Costa e Luanda, in *Cidades e arquitecturas*. Livros Horizonte. Lisboa. 1999. p 53 a 55. E ainda: REAL, Troufa – O arquitecto Vasco Vieira da Costa, in *Jornal Arquitectos # 8-9*. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1982. p 20.

particular às condições climáticas – através do amplo espaçamento, da dimensão e orientação dos edifícios, dos sistemas de sombreamento e ventilação e do cuidado posto na vegetação e arborização do espaço exterior (chegando a configurar canais cobertos) – e também ao enquadramento social – assumindo a condição colonialista, com separação de zonas para europeus e indígenas, para as quais eram previstas organizações tipológicas absolutamente distintas. Denotando um grande cuidado no desenvolvimento, evitava a uniformidade espacial e arquitectónica, diferenciando ecleticamente espaços urbanos organizados a partir de uma estrutura viária que conjugava aspectos rígidos e racionais com traçados mais orgânicos. Pela escala da proposta, pelo seu cuidado desenvolvimento e pelo voluntarismo da iniciativa, ainda que sem continuidade prática, o projecto de Vasco Vieira da Costa constitui um momento de referência na introdução do urbanismo modernista em Portugal.

Na cidade do Porto, a realidade da produção arquitectónica até aos anos 1950 caracterizava-se sobretudo pela produção cuidada de obras singulares de grande qualidade, mas sem o desenvolvimento de urbanizações morfologicamente inovadoras. No entanto seria também nesta cidade que se verificaria um dos principais sinais de mudança para a concretização prática de novos princípios de urbanismo, através do contributo de um jovem Fernando Távora ⁸⁷.

A partir de 1951, o arquitecto desenvolvia o bairro de Ramalde, iniciativa habitacional promovida pela Federação das Caixas de Previdência, em que as opções de organização espacial e de implantação dos edifícios assumem com clareza a importância atribuída à exposição solar e à abertura espacial, através da orientação dos blocos de três pisos de acordo com os pontos cardeais e do seu espaçamento no

⁸⁷ Fernando Távora mantinha uma postura crítica relativamente à modernidade da arquitectura e do urbanismo que se iam construindo no país, conforme referia em Abril de 1953 em entrevista à revista *A Arquitectura Portuguesa*: "*as muito louváveis obras que surgem aqui e ali no espaço nacional e que pretendem de qualquer modo seguir o caminho de modernidade não são suficientes para definir uma arquitectura e um urbanismo modernos*". Ver: **TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50**. FAUP Publicações. Porto. 1997. p 46. nota 157 p 213.

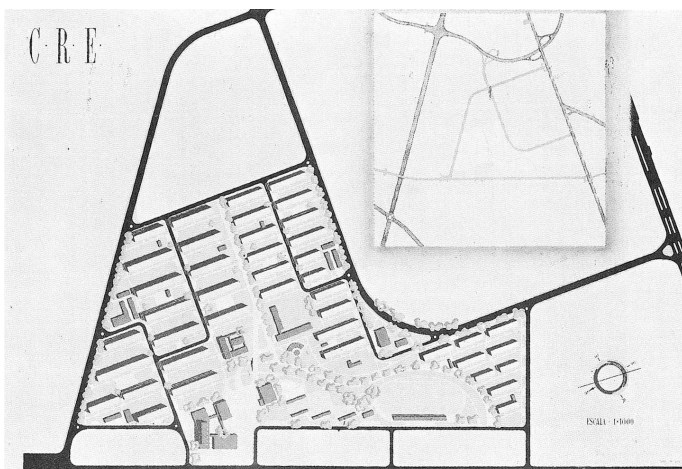


fig. 35 – Planta de conjunto da Unidade Residencial de Ramalde

contexto de uma área ajardinada e arborizada. A hierarquização da estrutura viária, a separação dos percursos pedonais e a sua dissociação dos edifícios, implantados paralelamente, conjugam-se com a separação funcional das diferentes áreas do conjunto no seguimento dos preceitos urbanísticos modernistas, ultrapassando a estrutura de organização que o arquitecto anteriormente havia desenvolvido no plano da zona residencial do Campo Alegre, ainda submetida à orientação da estrutura de arruamentos da zona, com que os edifícios geometricamente se relacionavam ⁸⁸.

Em Lisboa, após os diversos apontamentos parcelares anteriores e ainda da realização referencial da singular obra do bloco de habitação, comércio e serviços das Águas Livres, de Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu da Costa Cabral, inspirado na unidade de habitação corbusiana, mas ainda numa situação ambígua de relacionamento com o tecido urbano ⁸⁹, surgem finalmente duas experiências urbanísticas de expansão indiscutivelmente informadas por uma matriz de desenho *Carta de Atenas* – o bairro de Nova Oeiras e o plano de Olivais Norte ⁹⁰.

Na zona de expansão da vila de Oeiras, na linha de Cascais, o conjunto residencial do bairro Nova Oeiras inseria-se no contexto do Plano de Urbanização da Costa do Sol, ocupando uma área envolvida por moradias, morfologicamente estruturada de acordo ainda com princípios de desenho *city beautiful*.

⁸⁸ Sobre o bairro de Ramalde, desenvolvido por Fernando Távora entre 1951 e 1960, e também sobre o Plano da Zona Residencial no Campo Alegre, de 1949, ver, por exemplo: **TRIGUEIROS, Luiz (edição) - Fernando Távora. Editorial Blau. Lisboa. 1993.** p 49; p 52-55; ou **FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele (coordenação) - Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002, Edições Asa. Porto. 2003 [2ª ed].** p 106-107.

⁸⁹ O projecto do edifício de habitação, comércio e serviços, Bloco das Águas Livres, datado de 1953-1956, encontra-se publicado com um completo conteúdo documental em: **TOSTÕES, Ana (coordenação) - Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira. Quimera Editores. Lisboa. 2004.** p 148-157.

⁹⁰ José Fernando Gonçalves sublinha o papel desempenhado pela cidade de Lisboa na introdução da modernidade urbanística em Portugal, quer pela sua dimensão no contexto do país quer pelo carácter empreendedor do Estado na cidade. Ver: **GONÇALVES, José Fernando - Habitação Colectiva na Lisboa Moderna.** in **FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele - Habitação Contemporânea, Formas de Habitar. Asa Editores. Porto. 2003.** p 25-29.

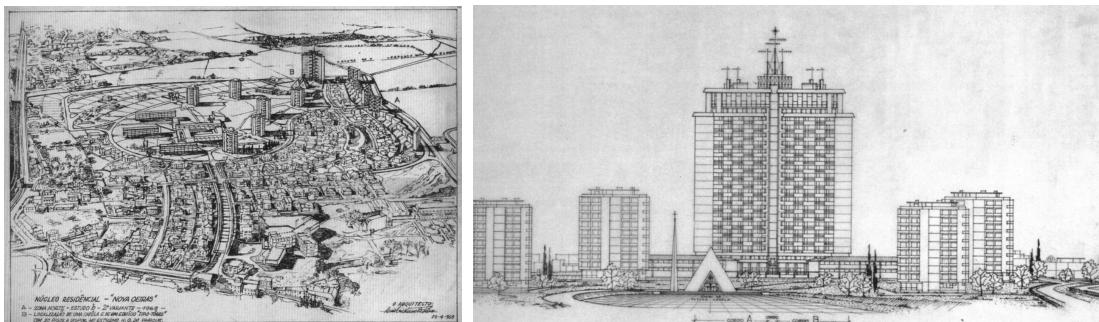


fig. 36 – Perspectiva e perfil de conjunto do plano do bairro de Nova Oeiras

A partir de 1954, era desenvolvido segundo moldes que o diferenciavam da área em que o envolvia, experimentando soluções preconizadas pelo receituário modernista, através de uma concepção aberta e ajardinada do espaço urbano, sobre a qual se implantavam os diferentes edifícios.

Ironicamente, a responsabilidade autoral do plano do conjunto era de Cristino da Silva. No entanto, a sua especificidade na obra do autor aponta para a importância determinante da participação de Pedro Falcão e Cunha, jovem arquitecto que o acompanhava no trabalho e que participava igualmente na praticamente simultânea concepção do Plano de Olivais Norte ⁹¹.

Circundado por uma rodovia em anel, que o separa do tecido urbano envolvente e proporciona o acesso aos braços de distribuição em *cul-de-sac* para o seu interior, o bairro Nova Oeiras é autónomo e

⁹¹ O bairro de Nova Oeiras é baseado em princípios de organização urbana claramente distintos de outras obras do autor da praça do Areiro, reintroduzindo um forte carácter de modernidade, que Cristino abandonara havia mais de duas décadas e que tinha retomado menos abertamente no Plano de Urbanização do Bairro Operário do Barreiro, sobretudo na versão final, de 1951. Ver: LÔBO, Margarida Souza – Cristino da Silva e o Urbanismo, in AAVV – Luís Cristino da Silva (arquitecto), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p 126 a 137. E também: RODOLFO, João de Sousa – Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2002, p 205 a 223. De acordo com o testemunho de Gonçalo Ribeiro Telles, responsável pelo projecto das áreas ajardinadas, a participação de Cristino no trabalho era efectiva. Sobre este testemunho ver: TELLES, Gonçalo Ribeiro – O meu primeiro encontro com o mestre Cristino da Silva, em: AAVV – Luís Cristino da Silva (arquitecto), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p 149. Sobre o plano de Nova Oeiras (ou Quinta Grande), ver a mesma obra, p 82 a 85. De acordo com José Manuel Fernandes, arquitecto coordenador do Gabinete de Apoio Local de Nova Oeiras, encarregue da elaboração do Plano de Regulamentação e Classificação do Bairro Residencial de Nova Oeiras, a inclusão de uma grande torre dominante, que nunca viria a ser construída, com o dobro da dimensão das restantes e uma formalização mais próxima da linguagem formal de Cristino, demonstra o cunho identitário do arquitecto no projecto, representando ainda, possivelmente, a sua consciência enquanto figura tutelar da equipa de autores. (FERNANDES, José Manuel. Entrevista por Rui Seco. 20 de Julho de 2004. Oeiras). A análise dos processos de licenciamento dos edifícios evidencia, por outro lado, a assinatura de Pedro Falcão, nas peças desenhadas e memórias descritivas: Processo de licenciamento de urbanização OCP 660/54. Câmara Municipal de Oeiras. E: Processos de licenciamento de construção OCP 816/57; OCP 1014/57; OCP 1015/57; OCP 81/59; OCP 83/59; OCP 84/59; OCP 1088/62; OCP 518/65. O processo da Torre H, com uma variação do projecto inicial através da supressão da tipologia *duplex*, apresenta ainda a autoria de Manuel d'Assunção Lino. Processo de licenciamento de construção OCP 869/65.

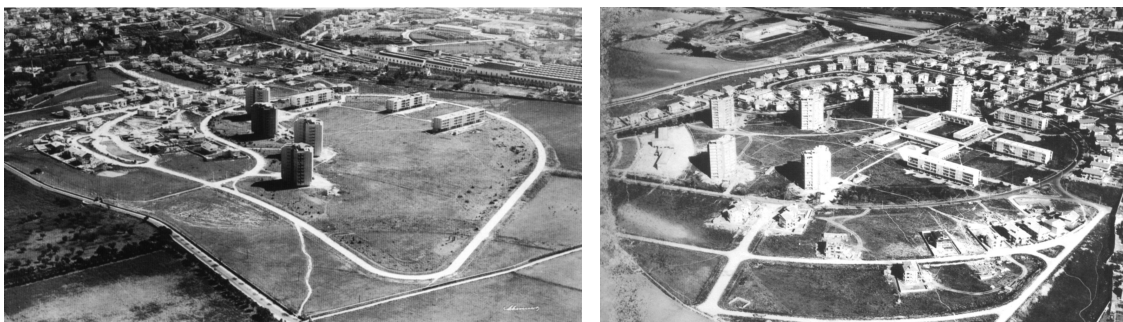


fig. 37 – Imagens do processo de construção do bairro de Nova Oeiras

delimitado, abrindo-se enquanto espaço público ajardinado e arborizado. A sua concepção enquanto parque verde no qual se inserem as construções, soltas da estrutura viária e *radiosamente* implantadas, relacionadas com o ar e o sol e orientadas de acordo com os eixos cardeais, ultrapassa definitivamente a submissão à geometria da rua.

Todos os edifícios eram rigorosamente orientados de acordo com os eixos cardeais. Unidades residenciais mais baixas, levantadas sobre *pilotis* e com distribuição por galeria agrupavam-se na proximidade do centro cívico e comercial, conjunto edificado constituído por uma galeria e uma estrutura de lojas em banda, de acordo com uma disposição ortogonal, enquanto as *torres*, mais altas e exclusivamente habitacionais, eram espalhadas pela área circundante, com algum afastamento. Deste modo, a área central procurava constituir uma relação de vizinhança e centralidade, fornecendo os serviços e o comércio diários necessários à independência do conjunto, enquanto os edifícios mais afastados se centravam em proporcionar o contacto entre o interior dos alojamentos e a área verde e o sol, intenção bem expressa pela sua forma de torres *abertas ao sol*.

O bairro, promovido por uma sociedade de construção privada, seria construído de forma demorada, que se prolongaria até ao final da década de 1960 ⁹². O passar do tempo não introduziria, no entanto, alterações significativas nas características urbanísticas inicialmente conceptualizadas - com excepção da grande torre inicialmente prevista para o extremo noroeste, nunca construída – preservando o seu carácter intrinsecamente modernista, apesar das modificações e avanços na procura de novas soluções urbanísticos que entretanto se verificavam no plano internacional e também no país.

⁹² Inicialmente, a promoção do bairro era da iniciativa da Sociedade Nova Oeiras; a partir de 1965, seria já da responsabilidade da Sociedade Nacional de Habitações Económicas, de acordo com a análise dos processos de licenciamento na Câmara Municipal de Oeiras: **Processo de licenciamento de urbanização OCP 660/54. Câmara Municipal de Oeiras. E: Processo de licenciamento de construção OCP 518/65.** Entretanto, nas décadas mais recentes, depois já da sua finalização, têm-se verificado algumas alterações na ocupação do espaço público, inclusivamente com novas construções.

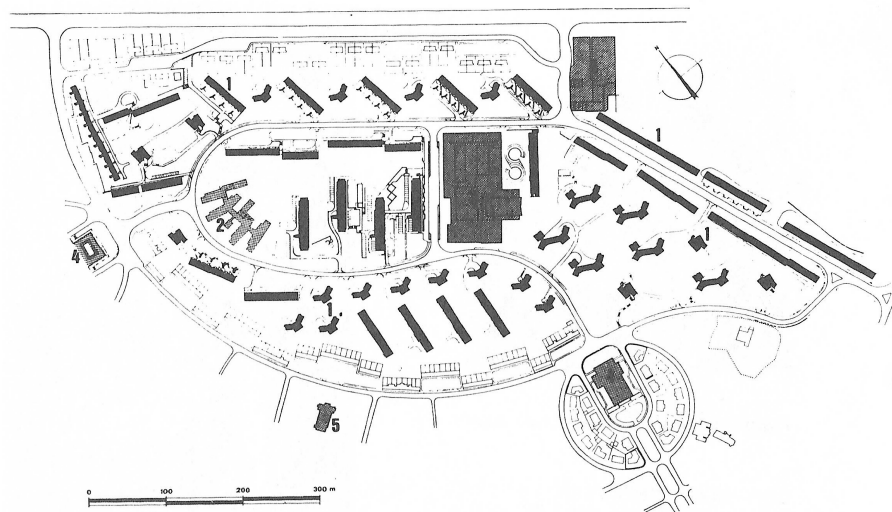


fig. 38 – Plano de conjunto de Olivais Norte

Em 1955, iniciava-se o desenvolvimento de uma outra expansão baseada nos pressupostos urbanísticos *Carta de Atenas*, o bairro dos Olivais Norte.

Esta operação de expansão da cidade de Lisboa realizava-se em solo adquirido ainda por iniciativa de Duarte Pacheco, sendo o plano desenvolvido por uma equipa de arquitectos do recentemente constituído Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) da Câmara Municipal – Guimarães Lobato, Sommer Ribeiro e Pedro Falcão e Cunha.

Situando-se na zona oriental da cidade, numa área exterior ao tecido urbano consolidado na época, apenas marginada a sul pelo bairro da Encarnação, o bairro de Olivais Norte apresentava as características de autonomia que propiciavam as condições para o desenvolvimento do ensaio de novas soluções morfológicas e arquitectónicas, através da adopção consciente de princípios urbanísticos modernistas, numa área de 40 hectares, para a qual era previsto o alojamento de 8.500 habitantes⁹³.

Espaço aberto público predominantemente ocupado por áreas verdes, rede viária de circulação de traçado *orgânico*, dissociada das construções e com ramificações em *cul-de-sac*, edifícios espalhados livremente, isolados no contexto do parque verde e com orientação baseada na exposição solar, são características estruturantes do bairro. À semelhança de Nova Oeiras, a rede viária contribuía para a definição de unidade do conjunto, embora não o separasse absolutamente do entorno. Igualmente, o

⁹³ A situação de crescimento urbano de Lisboa configurava um quadro de cada vez mais premente falta de alojamento, com o constante crescimento da população, e a proposta de novas soluções urbanísticas era perspectivada por muitos arquitectos, depois do Congresso de 1948, como a procura de respostas eficazes ao grave *problema da habitação*. Sobre o plano de Olivais Norte, ver, entre outros: HEITOR, Teresa Valsassina – A expansão da cidade para oriente: os planos de urbanização de Olivais e Chelas, in AAVV – *Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001. p 73 a 75. E: BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – Arquitectura do Século XX: Portugal. Prestel. Lisboa. 1997. p 244. E também: TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. FAUP Publicações. Porto. 1997. p 76 e p 287, figs 163 a 167.

núcleo central englobava as funções cívicas e comerciais, procurando conferir um relativo grau de autonomia à unidade residencial. Também a hierarquização da rede de transportes e de acessos, incluindo trajectos pedonais separados da circulação viária demonstrava uma similaridade conceptual com a experiência oeirense.

No entanto, os Olivais destacam-se por uma menor clareza de organização – quer na disposição, quer na orientação - e por uma maior permeabilidade à incorporação de evoluções conceptuais, apesar da sua mais rápida concretização no terreno. A elaboração dos projectos dos edifícios por diferentes autores – Vasconcelos Esteves, Pires Martins e Palma de Melo, Victor Palla e Bento d'Almeida, Teotónio Pereira e Pinto de Freitas, Pedro Cid e Fernando Torres, Braula Reis e João Matoso – introduzia o contributo de sensibilidades diversas e atentas à procura de aperfeiçoamento das soluções, e os edifícios desenvolvidos reflectiam essa evolução na procura de sentidos diversos, logo na viragem para a década de 1960 ⁹⁴. A liberdade de composição urbanística abria espaço para a diversidade de interpretação das tipologias de banda e torre preconizadas para as habitações, proporcionando independência na concepção formal e na pesquisa de organização tipológica, em duas ordens de edifícios diferenciadas pela escala – 4 pisos ou 8 a 12 pisos. O conjunto de habitação em banda de Pedro Cid e Fernando Torres, concebido a partir da sobreposição de dois apartamentos *duplex* sucessivamente associados, e as torres de Teotónio Pereira e Pinto de Freitas, com a dinamização dos espaços comuns através da abertura e tratamento *socializante* dos patamares de distribuição, constituem dois exemplos distintos da procura de novos caminhos no projecto dos edifícios, a partir das diferentes sensibilidades e preocupações e das distintas culturas e influências dos diversos autores.

⁹⁴ Após a realização do plano geral, iniciado em 1955 e revisto em 1957 e 1958, o desenvolvimento dos projectos dos edifícios de Olivais Norte decorreu generalizadamente no ano de 1959, em simultâneo com a construção dos arruamentos, com o início da construção dos edifícios em 1960. Sobre estes projectos, ver: **AAVV – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987.** p 253 a 255.

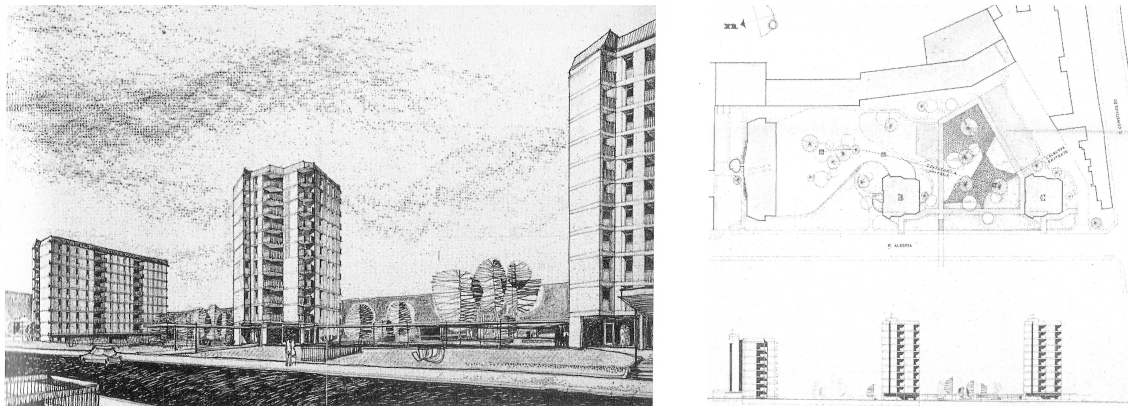


fig. 39 – Conjunto habitacional do Campo do Luso

A experiência urbanística dos Olivais Norte ultrapassaria, no entanto, a mera aplicação do receituário modernista acrescido de um sentido mais inovador, de pesquisa, nos projectos de arquitectura dos edifícios isoladamente espalhados no espaço urbano aberto. Prenunciando o desenvolvimento subsequente, nos Olivais Sul, de uma generalizada experimentação de soluções morfo-tipológicas, já neste primeiro bairro era delineada uma relação de maior acompanhamento entre a edificação e a rua, no sector com edifícios com projecto de Braula Reis e João Matoso, com um forte sentido de continuidade espacial e conformação do espaço público.

Outro desenvolvimento urbanístico, na cidade do Porto, apesar da sua dimensão consideravelmente inferior, apresentava também, no mesmo período, uma evolução na introdução dos pressupostos modernistas de concepção urbana naquela cidade, com algumas particularidades.

O Campo do Luso, conjunto habitacional projectado em 1959 por José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos, abria decididamente o espaço urbano em que se inseria, criando um parque em que se individualizavam diferentes volumes soltos, adoptando a tipologia da torre e do bloco. Promovido pela Sta. Casa da Misericórdia, o conjunto dispunha de um total de 150 fogos e de uma inscrição urbana que partia de arruamentos já existentes, a R. da Alegria e a R. da Constituição, dedicando o projecto especial atenção à organização do espaço livre, trabalhando percursos e desníveis, e à caracterização diferenciada das diferentes construções, com diferentes volumetrias e cêrceas – 5, 9 e 12 pisos – e com uma disposição que simultaneamente delimitava o Campo, soltava os volumes de maior verticalidade e dava continuidade à conformação da massa construída pelos edifícios envolventes.

Este conjunto evidencia um interessante distanciamento relativamente à estrita transposição dos princípios *Carta de Atenas*, com intenção de humanizar o seu carácter abstracto através do tratamento particularizado e diversificado das situações, o que é aprofundado no tratamento arquitectónico dos

edifícios, na conformação dos espaços internos e no emprego expressivo de materiais como o azulejo ou o granito, em conjugação com elementos em betão aparente plasticamente explorados ⁹⁵.

⁹⁵ Sérgio Fernandez identifica no Campo do Luso a influência das então recentes experiências urbanísticas italianas, que o distanciam já da adopção estrita da *Carta de Atenas*. Ver: **FERNANDEZ, Sérgio – Percorso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974**. FAUP. Porto. 1988. p 148-149. Sobre o projecto, ver: **FERNANDES, Manuel Correia – Campo do Luso (1959-1962)**, in **FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna**. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. E também: **FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele (coordenação) – Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002**. Edições Asa. Porto. 2003 [2ª ed]. p 152-153.

3. Da inevitável mudança à Revolução: uma transformação (também) urbana

3. Da inevitável mudança à Revolução: uma transformação também urbana

Com esta experimentação prática da construção de conjuntos edificados imbuídos de uma inspiração modernista, era introduzido no país um novo modo de conformar tecido urbano, de acordo com conceitos de urbanidade substancialmente diferentes dos empregues no desenvolvimento anterior e referenciados às experiências internacionais.

A esta introdução corresponderia também, no entanto, um novo sentido de abertura e de aproximação ao campo disciplinar no exterior, que marcaria a construção da cidade de forma igualmente irreversível no período seguinte. Em lugar de uma cristalização na aplicação mecanicista de soluções, desenvolver-se-iam novos sentidos de evolução e teste de propostas, que se vincariam nos anos subsequentes, com um envolvimento significativo dos arquitectos na concepção urbana.

Simultaneamente, a sociedade portuguesa apresentava também sinais divergentes de evolução, não escapando já a uma forte influência das transformações europeias do pós-guerra, num processo que viria a configurar uma recomposição social com repercussões evidentes também na definição da urbanidade.

Um lento princípio de mudança

Após o virar do meio do século XX, Portugal apresentava tendências de mudança diversificadas, nos planos social, económico e físico. Nas duas décadas que se seguiriam, sob a aparência de imobilismo que abafava o país, dá-se uma verdadeira transformação, tanto por iniciativa do poder instituído – procurando criar um renovado dinamismo económico - como através de processos subterrâneos de

iniciativa diversa – de emigração, de migração interna, de defesa corporativa, de resistência ou contestação política⁹⁶.

Face a uma Europa em rápida mutação, recuperando da destruição a que havia sido sujeita pela guerra, essa mudança era tímida e lenta. Faltariam ainda duas décadas para que se desse a verdadeira transformação política, com todas as suas consequências.

Nesta situação, ante o quadro depressivo da economia portuguesa, ainda baseada em grande parte na produção agrícola, e a dificuldade das condições de vida – ou de sobrevivência - da generalidade da população, a emigração para a Europa, para as colónias ou para a América constituía uma opção a que recorrería uma importante faixa populacional, mais tarde alargada ainda pela guerra colonial.

Na década de 1950, os distritos de Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal são os únicos no país a não registar uma redução populacional, o que na década seguinte apenas se registaria já nos dois últimos. Apenas entre 1960 e 1970, mais de um milhão de portugueses, legal ou clandestinamente, emigrariam para o estrangeiro, num processo de esvaziamento territorial que incidia sobretudo sobre as áreas rurais e o interior do território, que perdiam cumulativamente população para as grandes áreas urbanas. Como consequência deste êxodo, dá-se uma perda de população jovem, sobretudo notória nas

⁹⁶ Este período corresponde a uma das mudanças estruturais mais importantes da História de Portugal, alterando progressivamente a sociedade dos anos 1930 e 1940 através de um ímpeto acentuado de infra-estruturação e industrialização com paralelo numa transformação social que o condicionamento da imprensa e da liberdade de opinião não permitiam aperceber, mas que é progressivamente legível até na construção do discurso do líder político: "[...] *por mim, continuaria a preferir a agricultura à indústria; mas se quereis ser ricos não chegareis lá pela agricultura [...] A faina agrícola é, acima de tudo, uma vocação de pobreza.*" - António de Oliveira Salazar, 28 de Maio de 1966 (ROSAS, Fernando – **Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)**, in MATTOSO, José (direcção) – **História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)**, Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 417 e 419).

zonas rurais, em que se instalaria um endémico processo de envelhecimento populacional, que se revelaria de difícil reversibilidade ⁹⁷.

Aparentemente, no entanto, os dois principais centros perdiam peso no contexto urbano do país, com a diminuição populacional em termos relativos e absolutos, contradição que oculta a introdução de um processo territorial de suburbanização que se desenvolveria nestas duas áreas urbanas, através da terciarização das áreas centrais *tradicionais* e do estabelecimento de áreas residenciais nos concelhos periféricos, onde se vem fixar grande parte da população migrante para as cidades. O elevado custo e a escassez habitacional no centro motivam essa *espectacular* periferização, deficientemente infra-estruturada no que respeita a rodovias, transportes, saneamento ou mesmo a alojamento, e desenvolve exponencialmente os processos de movimentação pendular diária.

Assim se constituem as duas áreas metropolitanas do país – a *grande Lisboa* e o *grande Porto* -, em plena expansão a partir dos anos 1960 ⁹⁸.

⁹⁷ De acordo com Fernando Rosas, "*a emigração portuguesa do segundo pós-guerra conheceu, fundamentalmente, dois pontos altos. O primeiro, entre 1955-1956, tendo ainda o Brasil como principal destino. O segundo terá tido início em 1963-1964 e estende-se até 1973-1974, quando a crise económica europeia refreia a procura desenfreada de mão-de-obra não especializada dos países periféricos, iniciada cerca de 10 anos antes. Esta segunda leva teve a Europa como principal destino e revestiu-se de uma particularidade: o enorme peso das saídas clandestinas*". A emigração para fora do país manteve-se elevada durante toda a década de 1960, que se iniciava com 32.732 emigrantes em 1960, crescendo permanentemente até alcançar os 173.267 em 1970, valor marcado pelo contexto político e a guerra colonial: nesta data, dois terços da emigração davam-se clandestinamente, quando dez anos antes a emigração clandestina era perfeitamente residual. Em duas décadas, descontando já as saídas para o Ultramar e os regressos definitivos, terão emigrado cerca de dois milhões de pessoas (1.968.921). Ver: **ROSAS, Fernando – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974), in MATTOSO, José (direcção) – História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74). Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.** p 420-421 e 423. quadros III, IV e V.

⁹⁸ Fernando Rosas apresenta o exemplo do crescimento populacional dos concelhos limítrofes de Lisboa entre 1950 e 1970 para ilustrar este processo. Se a cidade começava a diminuir a população (de 783.226 habitantes em 1950 crescia ainda para 802.230 em 1960 e descia para 769.044 em 1970) na linha de Sintra dava-se o processo inverso (Aguilva-Cacém, Algueirão-Mem Martins e Damaia mais do que duplicavam entre 1960 e 1970 – de 7.169 para 14.590; de 5.579 para 13.698; e de 7.293

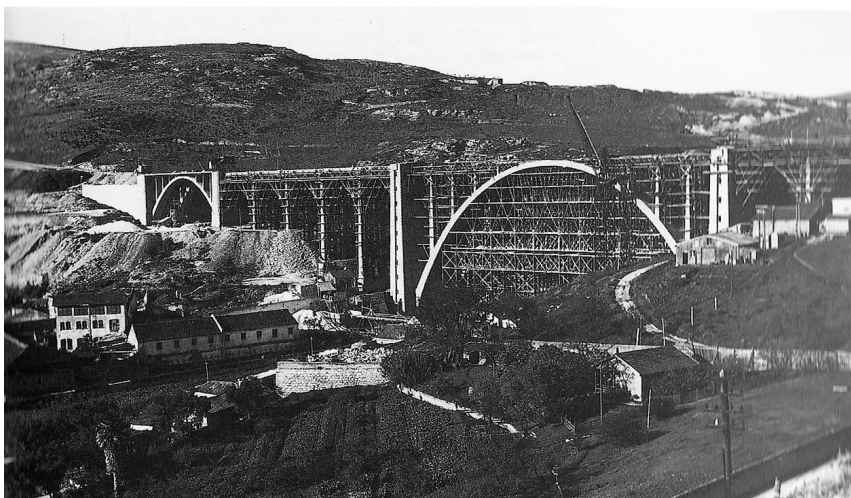


fig. 40 – Construção do viaduto Duarte Pacheco, sobre o vale de Alcântara

Neste contexto de acelerado crescimento urbano, os processos de expansão urbana por planeamento ou promoção estatal - nesta altura desenvolvidos criteriosamente por um empenhado conjunto de arquitectos atentos à evolução de conceitos e ao debate internacional e abertos à procura e experimentação de soluções - constituíam uma parte diminuta deste processo, sem capacidade de resposta efectiva às necessidades existentes, e possivelmente sem visibilidade, sequer, para se constituir como referência modelar ou qualitativa. *"De facto, os 'bairros sociais' dos últimos vinte anos do Estado Novo não eram os das excepções 'cultas' [...], mas sim por omissão do Estado os das extensas urbanizações periféricas nascidas na sua maioria como loteamentos ilegais"*, refere Nuno Portas, assinalando a falta de capacidade do poder público para liderar já a transformação urbana no país, à qual não conseguia já impor modelos ou referências, mais ou menos marcados pela doutrina ideológica do Regime ⁹⁹.

A tolerância urbanística do Estado traduz dois aspectos importantes da mudança em curso. Por um lado, a concentração prioritária do investimento público no desenvolvimento económico, na

para 17.243. Localidades como Queluz ou Amadora tinham um crescimento ainda mais exponencial – de 1950, para 1960 e para 1970 passavam de 6.108 para 14.703 e para 25.913; e de 9.970 para 36.331 e para 66.189). O mesmo se passava na zona norte (Odivelas passava na década de 1960 de 9.622 para 25.978), na área oriental (Moscavide passava de 8.810, em 1950, para 22.065 e 21.647 habitantes), na linha de Cascais (enquanto esta vila passava de 7.887 para 10.861 e para 14.561, Algés subia de 9.826 para 14.517 e 18.388) e na margem sul (Almada, Baixa da Banheira, Barreiro e Montijo cresciam respectivamente de 11.995 para 30.688 e 38.714; 5.196 para 12.525 e 18.481; 22.190 para 30.399 e 53.200; e 13.306 para 17.751 e 25.949 habitantes). Ver: **ROSAS, Fernando** – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974), in **MATTOSO, José (direcção)** – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 425. quadro VIII.

⁹⁹ "E assim, Lisboa (e não só), no início da segunda metade do século, é uma cidade-metrópole urbanisticamente dualista, na qual o sector marginal tomou o lugar que nos países europeus avançados tinham os grandes bairros públicos do Estado-Providência" considera Portas, afirmando ainda que "[...] estas suburbanizações em extensão só eram possíveis num regime autoritário se toleradas (porque eram tudo menos 'clandestinas', nome por que ficaram conhecidas)". Ver: **PORTAS, Nuno** – A Arquitectura da Habitação no Século XX Português, in **BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização)** – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 119-120.

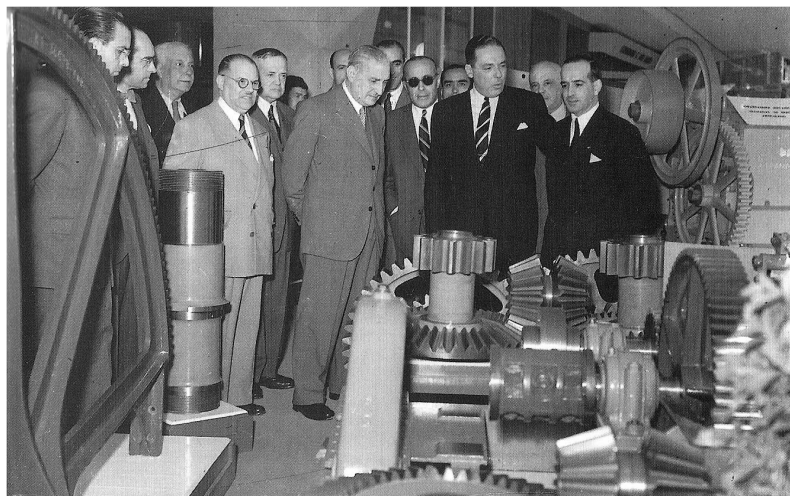


fig. 41 – Oliveira Salazar visita a Feira das Indústrias, em Junho de 1951

infra-estruturação e na industrialização, esquecendo a transformação urbana e a habitação e prescindindo definitivamente do carácter agro-ruralista que pretendia como modelo social e económico. Por outro, a concentração urbana, mesmo se despoletada pela procura individual de melhores condições de vida, era também indispensável a esse mesmo desenvolvimento económico, assegurando a mão-de-obra para funcionamento da indústria e dos serviços. Era necessária a criação massiva de alojamento, e o processo de suburbanização instalado permitia o aproveitamento do investimento dos emigrantes no exterior, das poupanças da classe média e dos pequenos construtores que se viam afastados dos centros urbanos pela dimensão dos edifícios e empreendimentos e pelos grandes investidores de forte capital financeiro.

O impulsionar do desenvolvimento económico levava a uma mutação da actividade dominante da população, progressivamente abandonando a agricultura a favor de actividades industriais, de serviços, do comércio e da administração pública. Esta *modernização* sócio-económica, primeiramente orientada, desde o início dos anos 1950, para as indústrias *de base*, relacionadas com a produção de bens duradouros – química, metalurgia, máquinas – estaria socialmente consolidada na viragem para a década de 1970, quando a produção industrial emprega um terço da população activa, à semelhança dos sectores agrícola e terciário. Neste período dá-se também uma concentração empresarial e patronal, com um aumento do número de assalariados e uma retracção do pequeno terciário, numeroso na viragem do meio do século, e uma aglomeração de diversas actividades em grandes grupos económicos dominantes, que englobavam diversos sectores de actividade, desde a indústria pesada ao sector financeiro ¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Sobre estes desenvolvimentos, ver: ROSAS, Fernando – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974), in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 426 a 431. quadros IX a XIV.



fig. 42 – Vantagens da infra-estruturação e modernização ao serviço do Estado, por João Paulo Cotrim e Miguel Rocha

A partir da década de 1950, Portugal deixava de pretender cristalizar-se como *a mais formosa das herdades*, e o discurso industrialista transforma-se em discurso oficial. O I Plano de Fomento, aprovado em 1953, assume a incapacidade de resposta da agricultura para as necessidades crescentes de consumo interno e de exportação, dadas as suas técnicas pouco evoluídas e a fragmentação da propriedade, apontando como solução para uma balança comercial que se mantinha estruturalmente desequilibrada desde a II guerra a modernização e a industrialização.

A concentração do Estado orientava-se estrategicamente, de modo coerente, em função dos instrumentos de coordenação que constituíam os Planos de Fomento, voluntarista e agressivamente empenhados na industrialização, que seria supostamente, só por si, capaz de assegurar o desenvolvimento económico.

É assim colocado em prática o projecto reformista já anteriormente delineado por Ferreira Dias, apoiado num programa de investimentos públicos sem objectivos precisos de desenvolvimento económico e social. Desenvolvimento das vias de comunicação e meios de transporte, produção de electricidade a partir de energia hidráulica, instalação de uma siderurgia, conclusão das indústrias de base, refinação de petróleo e produção de adubos e celulose, e desenvolvimento da marinha mercante eram os principais objectivos do primeiro Plano de Fomento, complementados ainda com a realização de algumas infra-estruturas complementares. Embora de execução relativamente modesta, procurando contornar a relutância e as preocupações de Oliveira Salazar quanto ao desequilíbrio da balança de pagamentos, este seria o passo de transição para uma maior abertura e desenvolvimento económico do país, com continuidade nos Planos de Fomento seguintes ¹⁰¹.

¹⁰¹ A preocupação do Presidente do Conselho com o desequilíbrio do comércio externo, agravado pela importação de matéria-prima e equipamentos industriais, levá-lo-ia, inclusivamente, à troca sucessiva de titulares da pasta da Economia, desde o final dos anos 1940, procurando refrear o ímpeto das mudanças (Daniel Barbosa, de Fevereiro de 1947 a Outubro de 1948; Castro Fernandes, de Outubro de 1948 a Agosto de 1950; Ulisses Cortês, que poria em prática o I Plano de Fomento,

A industrialização acentuava as assimetrias territoriais, concentrando-se fortemente em cinco distritos - Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal – embora de modo diferenciado, assentando nos três distritos mais a norte numa indústria de menor valor acrescentado da produção, em menores salários e numa interdependência com a produção agrícola familiar de complemento, e nos dois distritos a sul por uma indústria mais dinâmica, com uma remuneração salarial mais elevada.

Durante a década de 1950 a produção industrial foi o motor do crescimento económico, sustentando o crescimento do PIB a uma taxa anual de 4,4%. Após a sua legitimação política, dentro do Regime surgia a vontade de atribuir o protagonismo desenvolvimentista aos agentes privados e ao mercado, através de vozes como Marcello Caetano, ministro da Presidência, ou Ulisses Cortês, ministro da Economia, abrindo as portas ao domínio dos grandes grupos económicos sobre a produção industrial e o sector financeiro, em simultâneo com a mudança das personalidades e tendências políticas dominantes dentro do próprio Regime. Em 1960 Portugal aderiu à EFTA e ao FMI, demonstrando uma preocupação pela relação económica com o exterior, com uma nova vontade de abertura, e procurava, contraditoriamente, desenvolver o projecto do *mercado comum português*, através da exploração dos recursos naturais e das matérias-primas das colónias, territórios sobre os quais procurava igualmente lançar algum dinamismo e desenvolvimento económico e social. Nos anos seguintes o crescimento da economia de mercado em Portugal espelhava a situação internacional, conseguindo uma média anual de crescimento do PIB de 7%, superior à da Europa no seu conjunto, através do ímpeto industrialista dos principais grupos económicos ¹⁰².

de Agosto de 1950 a Agosto de 1958). Ver: **ROSAS, Fernando – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)**, in **MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)***. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 452-453.

¹⁰² O crescimento económico acelerava-se decisivamente a partir de 1960. A concentração económica seria tão forte que, de acordo com Américo Ramos dos Santos (citado por Fernando Rosas), no momento da revolução de abril, 44 famílias



fig. 43 – A tentativa de golpe de Botelho Moniz, retratada por João Paulo Cotrim e Miguel Rocha

Também em África, nas províncias ultramarinas, o Estado português investia fortemente na criação de infra-estruturas de comunicação e transportes – estradas, pontes, caminhos-de-ferro, aeroportos, portos e transportes marítimos e fluviais – e promovia o investimento do sector privado, quer na produção agrícola, quer na exploração das riquezas naturais e na industrialização, procurando demonstrar uma assimilação daquelas áreas como território nacional transcontinental. Significativo quanto a este investimento keynesiano, o crescimento económico de Angola ao longo da década de 1960 atingiria também valores médios anuais de 7%.

Esta linha de desenvolvimento, baseada, desde o pós-guerra, na industrialização, no êxodo rural, e posteriormente pela abertura económica à Europa - marcada, de resto, por hesitações, contradições e apostas estratégicas equívocas - era, no entanto, demasiado lenta para a transformação social do país a que se assistia nos anos 1960.

Politicamente, o Estado Novo atravessava um período difícil desde o vendaval delgadista das eleições de 1958 para a presidência da República, a que lograria no entanto sobreviver. Nos anos seguintes, apesar de alguns sinais de reformismo na remodelação do elenco governativo, agravava-se a prática repressiva sobre a contestação interna, que deflagrava em diversos campos, com um endurecimento da acção da polícia política, enquanto no plano internacional ganhava visibilidade crítica a situação interna do país e a evolução da conjuntura política internacional ia cortando os apoios no exterior à política portuguesa e à questão colonial ¹⁰³. Começava a tornar-se iniludível a crise de um Regime

dominavam globalmente a economia portuguesa, através de 7 principais grupos económicos – CUF, Espírito Santo, Champalimaud, Português do Atlântico, Borges & Irmão, Nacional Ultramarino e Fonsecas & Burnay. Ver: **ROSAS, Fernando** – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974). in **MATTOSO, José (direcção)** – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 470-471.

¹⁰³ Entre 1958 e 1962, o Estado Novo era sujeito a uma sucessão de graves acontecimentos políticos e militares, tanto no país como no exterior, a que conseguia sobreviver, mas que deixariam marcas inultrapassáveis na polarização e divisão social do país e no seu isolamento internacional. Com a candidatura de Américo Tomás à presidência da República, Salazar procurava



fig. 44 – Tomada do Santa Maria, crise académica de Lisboa, guerra colonial

excessivamente centrado na figura do chefe do Governo, sem o qual se desagregaria, e que se encaminhava para uma idade avançada.

Com o início das guerras em África, com a aceleração galopante da emigração, com as surdas lutas políticas internas pela sucessão no poder, com as revoltas estudantis e com a instalação da descrença generalizada na capacidade de regeneração política e social, o Regime era conduzido para uma via fechada, imerso em adiamentos e atrasos, sem encontrar soluções para os problemas em que se encontrava encerrado, que se agudizariam com a eternização da guerra e com a crise económica do início da década seguinte.

Uma nova consciência disciplinar e teórica

Com o I Congresso Nacional de Arquitectura surgira entre os arquitectos portugueses uma consciência de classe que ainda não se havia antes desenvolvido, e com ela uma afirmação corporativa que

contornar a sua sucessão pelo *delfim* Marcello Caetano, desenhada com a abertura de Craveiro Lopes. No entanto, seria surpreendido pela onda de entusiasmo gerada em torno da candidatura de Humberto Delgado, que expunha o descontentamento do país interior e exteriormente. A sua resposta dura à agitação, com o afastamento dos envolvidos e o reforço da repressão, não evitava dissabores como o aparecimento de greves operárias, a *conspiração da Sé*, a fuga espectacular dos dirigentes comunistas da prisão do forte de Peniche, com consequências *efervescentes* no plano social e político, a preparação do golpe de Botelho Moniz com a conivência dos Estados Unidos, o caso embaraçoso da tomada do paquete Santa Maria (*Santa Liberdade*), o assalto ao quartel de Beja, as crises académicas de Lisboa e Coimbra e o início da guerra colonial *rapidamente e em força*, e no plano internacional, a evidência nos *media* da podridão do Regime pela manipulação eleitoral contra Humberto Delgado, a tomada do *Estado Português da Índia* pela União Indiana, a perda de apoios pela eleição de Kennedy, nos EUA, e de Kubitschek, no Brasil, e pela inflexão inglesa de MacMillan, a hostilização na ONU devido à política colonial e a organização dos movimentos independentistas africanos no contexto da guerra fria. Ver: ROSAS, Fernando – **Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)**. in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 507 a 543.

assumia reivindicativamente um papel social e uma nova postura profissional, ambiciosa quanto à definição da evolução disciplinar.

No entanto, para além dos consensos afirmados no encontro, a observação das diferentes sensibilidades geracionais e pessoais indiciava já, numa análise atenta, pistas para diferentes rumos que seriam traçados por aqueles profissionais nos anos seguintes.

Se a liberdade de criação presidia às preocupações expressas, imbuída de questões de linguagem arquitectónica e de vontade de abertura ao exercício do projecto de modo mais aberto à influência exterior e *moderna*, a procura das especificidades arquitectónicas portuguesas havia também sido enunciada, e iria influenciar fortemente tanto os campos da pesquisa teórica como da prática do projecto no período seguinte, de um modo mais informado e mais consciente, distanciado do determinismo formal e ideológico que antes havia presidido às imposições do Estado Novo.

Por outro lado, também a consciência social do papel do arquitecto na modificação do território e da sociedade, em curso através de uma profunda transformação económica e de uma urbanização em desenvolvimento acelerado, marcava as preocupações da classe, tradicionalmente mantida à margem do processo de definição do espaço urbano, e agora voluntariosamente envolvida na criação de soluções para um progressivamente crescente problema de escassez de alojamento.

A consequência mais imediata do Congresso, concretizada na possibilidade de projectar e materializar no terreno edifícios modernistas, que iniciavam uma transfiguração da cidade portuguesa, seria depois ultrapassada por desenvolvimentos teóricos e práticos tanto no domínio da arquitectura como da modelação do espaço urbano.

O Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, iniciado em 1956, viria permitir o conhecimento real de muitos aspectos da cultura arquitectónica do país - da sua diversidade ao seu carácter pragmático, da adequação ao clima e ao sítio à sua *pureza* construtiva, do seu engenho à sua relação com as condições económicas e sociais -, constituindo um passo decisivo na afirmação da classe e no

reconhecimento das especificidades portuguesas¹⁰⁴. Este trabalho, publicado cinco anos depois, teria uma influência marcante no desenvolvimento da prática de projecto de várias gerações de arquitectos. Com o fim do mito da *casa portuguesa*, o conhecimento adquirido sobre as diversas tradições e soluções da arquitectura popular, em correspondência com factores antropológicos, orográficos, climáticos e sócio-económicos, constituiria a base de fundamentação para a pesquisa conceptual e formal de uma renovação da prática do projecto, sentida como necessária pelos autores mais atentos à evolução disciplinar, questionando a homogeneização e *standardização* de soluções arquitectónicas anónimas, a uniformidade e transversalidade de respostas de suposta universalidade¹⁰⁵.

Embora mais directamente ligado à renovação formal, espacial e construtiva da arquitectura do que à revisão dos conceitos de produção do espaço urbano, o Inquérito também viria a ter influência neste

¹⁰⁴ Despoletado por um texto de Keil do Amaral, "*Uma Iniciativa Necessária*", e patrocinado pelo Ministério das Obras Públicas, que pretendia fundamentar o *aportuguesamento* da arquitectura, o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal foi realizado por 18 arquitectos, organizados em equipas encarregues da pesquisa no terreno em áreas geográficas determinadas. Encontra-se publicado em quatro edições, como: AAVV – Arquitectura Popular em Portugal. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1988 [3ª edição]. Nuno Portas considera ser a '*nata*' da profissão que se envolve na realização prática do Inquérito. (Ver: PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação, in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 733).

¹⁰⁵ "O inquérito é o despertar de nova ideia já tocada pelas cisões nos CIAM, pelas críticas ao Movimento Internacional, pelas experiências urbanas da reconstrução. [...] Constitui uma aproximação ao 'sítio' e às formas de vida traduzidas nos modos de apropriação do espaço – o território, o aglomerado, o edifício: enquadramento na paisagem e caracterização ambiental, a diversidade tipológica; a definição volumétrica e a domesticação dos sítios, as ancoragens e as orientações, a diversidade de processos construtivos e a engenhosidade das soluções técnicas, a ornamentação; as tradições locais do construir e as soluções de controlo climático; a qualificação do espaço interior (a organização, o uso, o equipamento, o mobiliário); os factores psicológicos na utilização e tratamento dos materiais, texturas e cor no ordenamento e leitura do espaço. O inquérito quebra o mito da «pucarinha» nacionalista, mas sobra ainda o tema da 'arquitectura portuguesa': 'moderno' e 'regional' marcam-se na significação da intervenção disciplinar e projectual", analisa Manuel Mendes em: MENDES, Manuel – Nós: Uma modernidade de fronteira – nós para uma passagem inconclusa, in AAVV - *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico*. Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies van der Rohe e Docomomo Ibérico. Lisboa. 1997. p 20.

domínio. É certo que seria primordialmente em obras de pequena escala ou isoladas que as novas referências deixariam forte marca – o pavilhão de ténis da Qta. da Conceição e a casa de Ofir, de Fernando Távora, a casa de chá da Boa Nova e as piscinas da Qta. da Conceição, de Álvaro Siza, ou as casas na Praia das Maças e em Vila Viçosa, de Nuno Teotónio e Nuno Portas, para limitar os exemplos – vindo a constituir referência para todo o campo de produção arquitectónica das décadas seguintes ¹⁰⁶. Mas também alguns conjuntos construídos de pequena escala, como os bairros habitacionais de Vítor Figueiredo para Benavente, Santo Estêvão e Torres Novas, as casas de renda económica de Nuno Teotónio Pereira para Barcelos ou o bairro de habitação para a Chamusca de Bartolomeu da Costa Cabral e Vasco Croft de Moura, demonstravam uma incorporação de conceitos e uma reflexão crítica influenciada pelo Inquérito, expressa na proporção e nas soluções arquitectónicas das construções, e igualmente na concepção de conjunto, pela adequação ao meio, pelos traçados estruturados com preocupação de criar dinamismo e diferenciação de enquadramentos, pelo trabalho sobre a especificidade, procurando um carácter *rural* e uma resposta à realidade objectiva das pessoas e das suas condições sociais ¹⁰⁷. Estes trabalhos sucediam-se já à apresentação internacional por

¹⁰⁶ Estas obras marcariam de um modo fundamental a relação entre a tradição e a modernidade na arquitectura portuguesa, abordando aspectos como a incorporação de materiais ancestrais e novos, marcando a evolução da linguagem formal, a relação entre a construção e o sítio, orográfica ou volumétrica, a pluralidade de soluções e a especificidade da situação do projecto, a atenção ante os habitantes e as suas concretas situações de vida. Sobre a influência do Inquérito na obra de Álvaro Siza, ver: **COSTA, Alexandre Alves – Álvaro Siza**, in **TRIGUEIROS, Luiz (edição) - Álvaro Siza 1954-1976. Editorial Blau. Lisboa. 1997.** p 12 a 20. Na mesma obra, encontram-se publicados os projectos mencionados. Sobre os projectos de Fernando Távora: **TRIGUEIROS, Luiz (edição) - Fernando Távora. Editorial Blau. Lisboa. 1993.** p 73 a 83. Sobre os de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas: **TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira. Quimera Editores. Lisboa. 2004.** p 178 a 185.

¹⁰⁷ Estes conjuntos foram desenvolvidos através da Federação das Caixas de Previdência, sob influência de Teotónio Pereira e Braula Reis, que então trabalhavam para a instituição. Sérgio Fernandez apresenta alguns dos princípios orientadores dos projectos em: **FERNANDEZ, Sérgio – Percorso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988.** p 145-146. Sobre o papel de Teotónio e também de Alcino Soutinho na Federação das Caixas de Previdência e o seu modo de

Arnaldo Araújo, em 1956, no CIAM X, com o tema *o Habitat*, de uma proposta para um Plano de uma Comunidade Rural para Bragança, em que o arquitecto previa o desenvolvimento evolutivo dos fogos e procurava aproximar-se das pretensões e dos modos de vida dos destinatários, demonstrando uma mudança de rumo na consciência do papel do arquitecto perante a comunidade.

Menos directamente, a pesquisa e a experimentação da construção do espaço urbano seria igualmente contaminada por um conteúdo crítico a que era comum uma vontade de humanização e de qualificação, que influenciaria progressivamente os desenvolvimentos realizados de modo mais informado no país.

Nos meios do debate e da crítica, a um primeiro momento de empenho da geração *moderna*, vai suceder-se, igualmente, um aceso protagonismo da geração mais nova.

O início da década de 1950 é marcado pela realização em Lisboa do III Congresso da União Internacional dos Arquitectos, com a presença de delegações de 35 países e seis centenas de participantes, em 1953. Este evento é significativo quanto a um sentido de maior abertura do Regime, que no campo internacional procurava uma maior integração e internamente fomentava uma visão desenvolvimentista e capitalista, com o início dos Planos de Fomento.

Neste encontro, são já apresentadas algumas inovadoras tendências internacionais de evolução da concepção do espaço urbano, como alguns projectos italianos da INA-Casa e planos para a reconstrução holandesa, incluindo projectos de Bakema.

Na Bienal de São Paulo, no ano seguinte, Formosinho Sanchez e Ruy d'Athouguia eram premiados pelo seu trabalho do bairro das Estacas, simultaneamente distinguida no plano nacional com o prémio Valmor, nos anos seguintes atribuído a Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta pelo

funcionamento, ver: MATOS, Madalena Cunha – Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002. p 32 a 41.

conjunto da Av. Infante Santo, a Manuel Laginha, Pedro Cid e Vasconcelos Esteves por parte do conjunto da Av. dos Estados Unidos e a Carlos Manuel Ramos pelo laboratório do Instituto Pasteur¹⁰⁸. Esta geração conseguia afirmar-se e ganhar espaço para o exercício mais livre da prática de projecto, marcando a sua presença na cidade, enquanto paralelamente, se ausentava do panorama crítico, sendo substituída por profissionais mais jovens e motivados. É o que se verifica na revista *Arquitectura*, principal publicação e meio de divulgação teórica e da actividade profissional em Portugal, fugazmente dirigida pela geração *moderna*, do ICAT, que era em 1956 reestruturada por um conjunto de profissionais mais novos, como Carlos Duarte, Raul Hestnes Ferreira, José Daniel Santa-Rita, Fernando Gomes da Silva e Frederico Sant'Ana, a que se juntariam seguidamente Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida.

A revista *Arquitectura* seria durante década e meia o veículo privilegiado no país para o desenvolvimento de um sentido crítico e para a construção de um pensamento teórico sobre a arquitectura e a cidade, abrindo horizontes sobre a produção contemporânea de vanguarda, nos países nórdicos, em Inglaterra, em Itália e em Espanha. Simultaneamente, mostrava e discutia criticamente obras e projectos construídos em território nacional, estabelecendo uma linha de análise informada pela sua atenção perante a evolução do panorama no exterior, desenvolvida como uma reflexão profunda sobre a prática e o papel disciplinar no contexto da sociedade: *"Julgando necessária na construção do projecto uma profunda reflexão crítica dos conceitos de modernidade e tradição, argumentam o dever-intelectual do arquitecto nos confrontos da própria disciplina, fazendo desta uma forma de aceder ao mundo; transformando-o através da sua participação, e assumindo, com*

¹⁰⁸ Prémios Valmor (ou 'Prémio Municipal de Arquitectura') de 1954, 1956, 1957 e 1958, respectivamente. Ver: AAVV; LEITE, Ana (direcção) – Arquitectura Premiada em Lisboa: Prémio Valmor e Prémio Municipal de Arquitectura. Câmara Municipal de Lisboa (catálogo da exposição comemorativa do 50º aniversário da criação do prémio municipal de arquitectura). Lisboa. 1988.

plena consciência, a responsabilidade colectiva do próprio agir criativo como material primário do projecto", nas palavras de Manuel Mendes ¹⁰⁹.

É, assim, num contexto de conhecimento da realidade exterior e de construção de um discurso crítico que se desenvolve a prática disciplinar da época, marcada por algumas figuras fundamentais ¹¹⁰.

Evoluções urbanísticas e arquitectónicas como as experiências neo-realistas italianas da viragem para a década de 1950, por Quaroni, Ridolfi e Aymonino, por Gregotti, Gardella, De Carlo, Rogers ou Ponti, ou ainda pelos arquitectos catalães como Oíza, Coderch e Bohigas, as obras brutalistas de Allison e Peter Smithson, de Leslie Martin e de James Stirling, em Inglaterra, as inflexões de direcção na linha de projecto de Le Corbusier, a obra construída e o discurso de *autenticidade e enraizamento* de Alvar Aalto, o trabalho de Aldo Van Eyck, de Van der Broek e Bakema na Holanda, do Atelier 5 na Suíça, ou de Kenzo Tange no Japão, a evolução dos CIAM para o crescimento e para a divergência de orientações, o nascimento do Team X, os textos de Bruno Zevi valorizando o organicismo, são aspectos que mostram a profunda evolução da arquitectura e da cidade nesta época, que se repercutia no interior do país de uma forma muito mais aberta do que anteriormente, não só por meio de publicações mas também pela participação em encontros internacionais, por relações profissionais

¹⁰⁹ Ver: MENDES, Manuel – **Nós: Uma modernidade de fronteira – nós para uma passagem inconclusa**. in AAVV - *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico*. Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies van der Rohe e Docomomo Ibérico. Lisboa. 1997. p 22.

¹¹⁰ Uma dessas figuras, Nuno Portas, afirmaria, sobre a prática no *atelier* de Nuno Teotónio Pereira: "*Não prescindíamos do método dito 'funcional', (sempre presente na pedagogia do NTP), mas removíamos sucessivamente e sem complexos os axiomas e figurinos estéticos [...]. Percorremos os bairros sociais e as igrejas (as encomendas mais frequentes do 'atelier') em Espanha, Itália, Escandinávia; conhecemos Oíza, Coderch, Bohigas, Moneo, Scarpa, Gregotti e Rossi; Martin, Aalto, sem esquecer Asplund; e, por cá, interessava-nos a obra de Keil, Godinho, Távora, Taíña e entusiasmava-nos o que faziam o Siza, o Vítor Figueiredo e outros parentes próximos*". Ver: PORTAS, Nuno – **Atelier Nuno Teotónio Pereira: Um testemunho, também pessoal (Anos de 1957 a 1974)**, in TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*. Quimera Editores. Lisboa. 2004. p 52.

desenvolvidas no exterior e pelo conhecimento e afinidade entre alguns destacados arquitectos nacionais e estrangeiros.

Por outro lado, no país iniciava-se também o desenvolvimento de alguma investigação no domínio disciplinar, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no gabinete de estudos das construções escolares, na Federação das Caixas de Previdência ou no Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa – os dois últimos editando boletins informativos de divulgação - incidindo sobre programas habitacionais e escolares e também sobre metodologias de projecto, com alguma troca de informação com outros centros de investigação no estrangeiro. Como complemento das publicações periódicas – para além da Arquitectura, também a revista Binário apresentava projectos e alguns textos teóricos, e ainda alguns periódicos mais generalistas, como o semanário Letras e Artes – surgem também alguns textos teóricos, despoletados em grande parte, pelo investimento individual na carreira académica de profissionais ligados ao ensino – Fernando Távora, João Andresen, Pedro Vieira de Almeida, Nuno Portas, Octávio Lixa Filgueiras – embora possivelmente com consequências menos directamente marcantes na formação ou no exercício profissional da época ¹¹¹.

Anos 1960, tempo de transformação social

Em oposição à estagnação política que se verificava no país, a sociedade portuguesa era objecto de uma acentuada transformação ao longo de toda a década de 1960.

¹¹¹ Segundo a opinião de Nuno Portas, expressa em: **PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação.** in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 743.

A mudança social e o desenvolvimento económico tinham repercussão também na ocupação do território, tanto pelo processo de urbanização de algumas zonas como pelo esvaziamento significativo de outras áreas. De importância fulcral, a migração da população - tanto no plano interno como para o exterior - é o reflexo da alteração da actividade económica e dos modos de vida. Se a emigração seria marcante durante toda a década, com a partida para o estrangeiro de cerca de dois milhões de pessoas ¹¹², no país assiste-se a uma reestruturação da ocupação e da organização do espaço, também ela fortemente expressiva.

As tendências de organização do povoamento apresentam grandes diferenças regionais, assim como diferentes tendências evolutivas.

No norte litoral subsistia uma dispersão muito acentuada, paralelamente ao desenvolvimento de diversos centros urbanos importantes, verificando-se uma concentração contínua, em que os vários lugares iam crescendo lentamente. No norte e centro interiores a tendência verificada era de sentido oposto, com perda de população no conjunto do território, em todas as escalas de aglomerados, e com o (escasso) crescimento económico a concentrar-se nas sedes administrativas. No centro litoral verificava-se um crescimento dos maiores centros urbanos e das suas periferias, áreas que constituíam bacias de emprego, com perda de população dos centros menores de 10.000 habitantes, embora se mantivesse um baixo grau de concentração urbana global. Na região do Alentejo evidenciava-se uma dinâmica idêntica: no quadro de um decréscimo populacional global, incidindo nos aglomerados menores do que 10.000 habitantes, assistia-se, como excepção, ao crescimento dos maiores centros urbanos. O Algarve desenvolvia uma transformação importante na sua estrutura de povoamento, através de um processo de redistribuição baseado numa concentração urbana na faixa litoral, contraposta ao escassear da fixação nas zonas interiores. Acentuando a polarização urbana do território

¹¹² Ver nota 97.

nacional, é nas duas áreas metropolitanas, de Lisboa e Porto, que se verifica um forte crescimento populacional ao longo deste período, com um aumento na ordem das três centenas de milhar de habitantes na primeira e da centena de milhar na segunda. No Porto, este crescimento correspondia sobretudo aos aglomerados com 2.000 a 5.000 habitantes, núcleos secundários que apresentavam uma densificação reveladora de um processo de suburbanização, em que a cidade central progredia para a terciarização da actividade e os centros urbano-industriais envolventes polarizavam um tecido difuso de pequenos aglomerados rurais misturando actividades industriais e habitacionais. Em Lisboa, também os lugares de 2.000 a 5.000 habitantes e de 5.000 a 10.000 habitantes apresentavam um forte crescimento, no contexto de um aumento populacional que se verificava também nos centros maiores, ainda mais acentuado em valor absoluto, quadro que ilustrava um processo de suburbanização relacionado quer com a instalação periférica da indústria, quer com a pendularidade da população activa na dependência do centro, em processo de terciarização, e que expressava também o desenvolvimento de áreas periféricas de urbanização de grande dimensão, em parte realizadas de modo clandestino ¹¹³.

¹¹³ As modificações da ocupação do espaço territorial português entre o início da década de 1960 e o início da década de 1980 foram analisadas pelo geógrafo Jorge Gaspar (conjuntamente com alguns colaboradores), como suporte de fundamentação para uma investigação prospectiva referente ao projecto '*Portugal, Ano 2000*', originalmente ligado a um seminário realizado em Lisboa em Setembro de 1983 com o tema '*Aspectos metodológicos da prospectiva de longo prazo*'. Os resultados desse trabalho demonstram o agravar de uma assimetria na ocupação do território, em que o interior e o Alentejo perdem população (sobretudo das faixas mais jovens) e actividade económica, a favor do litoral e sobretudo das duas áreas metropolitanas em expansão, num processo de litoralização e bipolarização urbana que teria continuidade (e se agudizaria, até) para além do processo revolucionário e de transformação política de 1974, prolongando-se para a década de 1980. Ver: **GASPAR, Jorge – Portugal, os próximos 20 anos: A Ocupação e a Organização do Território, Análise retrospectiva e tendências evolutivas**. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1987. vol I p 17 a 43). Com conclusões idênticas relativamente à litoralização e urbanização ao longo da década de 1960 e uma análise da evolução posterior, ver também o estudo: **ALMEIDA, João Ferreira; COSTA, António Firmino; MACHADO, Fernando Luís – Recomposição socioprofissional**

O segundo Plano de Fomento, implementado a partir de 1959, era claramente animado pelo objectivo de promover o crescimento económico. Contrariamente ao seu antecessor, que ainda pretendia defender os princípios de uma sociedade rural, num momento em que o Regime diversificava as linhas de investimento e procurava dar sinais de fundação de um estado assistencial, através da criação do Ministério das Corporações e Previdência Social, o II Plano de Fomento apontava objectivamente para a aceleração do crescimento do Produto, como modo de aumentar o nível de vida.

A aposta no desenvolvimento económico levava o poder público a seleccionar os investimentos, optando por realizar as infra-estruturas de suporte ao desenvolvimento industrial, realizado por intermédio do investimento de iniciativa privada.

Esta estratégia viria a dar os seus frutos, com um aumento do ritmo de crescimento económico e uma modernização dos meios de produção, assente no estabelecimento de indústrias *de base*, com vista à produção de bens que anteriormente necessitavam de ser importados, e posteriormente ao fomento das exportações tradicionais ¹¹⁴. No entanto, teria como efeitos secundários três diferentes aspectos concentracionários, traduzidos tanto por uma concentração dos sectores de produção, como também por uma concentração económica em escassos grupos empresariais, como ainda por uma concentração geográfica dos investimentos realizados pelo poder público e pelos investidores privados.

O crescimento económico adquiria assim expressão no modo de organização territorial, com o agravamento das assimetrias já assinaladas e o agudizar da macrocefalia em torno das áreas

e novos protagonismos, in REIS, António (coordenação) - *Portugal: 20 anos de democracia*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 309-310.

¹¹⁴ Sobre o desenvolvimento industrial nos anos 1960, o aumento sem precedentes da produção e do produto industrial mas também com a falência da ideia de *indústria-locomotiva*, capaz por si só de gerar desenvolvimento económico e bem-estar de modo socialmente transversal, ver: ROSAS, Fernando – **Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)**, in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 467 e seguintes.

metropolitanas, em especial de Lisboa ¹¹⁵. Esta cidade e a sua área envolvente eram privilegiadas na implantação de um novo tecido industrial, com unidades de grande dimensão, que se estendia também à península de Setúbal, num processo responsável pela atracção de um forte afluxo populacional.

No entanto, este espaço territorial não se desenvolvia de modo convenientemente estruturado e organizado, levando ao agravamento de problemas como a falta de alojamento e os movimentos pendulares diários. Enquanto no interior da cidade eram desenvolvidas soluções de crescimento urbano e construção habitacional realizadas de forma planeada, recorrendo aos serviços técnicos municipais e a arquitectos diversos, nas áreas periféricas progredia um crescimento urbano desorganizado, *clandestino*, que proporcionava, "(...) *embora com custos ecológicos, às classes populares da capital, aos emigrantes desejosos de investir no seu país, ou mesmo às poupanças das classes médias, a oportunidade de construírem casa própria, de a ampliar ou melhorar, ou de instalarem actividades produtivas mais ou menos marginais que as cidades planeadas ou regulamentadas já não podiam integrar*" ¹¹⁶.

O espaço metropolitano desenvolvia-se de forma desigual e sujeita a tensões diversas, quadro em que o *problema da habitação* adquiria importância crescente, pela grave carência verificada, que o colocava entre as maiores preocupações sociais do país, a que o Estado não mostrava capacidade de

¹¹⁵ Conforme refere Carlos Nunes Silva, "*desenvolveu-se, por isso, um processo de crescimento especialmente desequilibrado, com forte atracção da população à Grande Lisboa. Se associarmos a isto a carência de habitação já existente anteriormente e a incapacidade da oferta acompanhar a procura, em parte devido às tendências especulativas do mercado de solos urbanos, encontraremos as causas próximas dos problemas que há décadas se vinha tentando resolver em Lisboa: bairros de lata, sublocação e carências de equipamentos colectivos e sociais*". Ver: **SILVA, Carlos Nunes – Política Urbana em Lisboa: 1926-1974**. Livros Horizonte. Lisboa. 1994. p 23.

¹¹⁶ Segundo as palavras de Nuno Portas, em: **PORTAS, Nuno – A Arquitectura da Habitação no Século XX Português**. in **BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – Arquitectura do Século XX: Portugal**. Prestel. Lisboa. 1997. p 119-120.

dar resposta. Situações de alojamento precário, através de sobrelotação ou sublocação, de construções desqualificadas, como barracas, ou de autoconstrução em urbanizações sem infra-estruturas nem acesso a equipamentos, eram expressão da insuficiência habitacional verificada.

Na sequência das operações anteriormente realizadas nos bairros de Alvalade e de Olivais Norte, o poder público procuraria, no entanto, promover o desenvolvimento urbano de áreas significativas, embora a insuficiência dos recursos empregues atrasasse e limitasse a sua concretização – problema que se agravaria com o esforço financeiro originado pela guerra colonial. A concepção destas urbanizações traria, porém, interessantes desenvolvimentos disciplinares, no desenvolvimento de novas soluções.

As grandes expansões planeadas: Olivais e Pasteleira

É, portanto, como resposta às fortes necessidades de crescimento das duas maiores cidades que são propostas novas expansões planeadas de forma cuidada, e a uma escala nunca atingida anteriormente. Em Lisboa, os bairros de Olivais Sul e de Chelas, e no Porto, o da Pasteleira, constituem urbanizações planeadas por profissionais qualificados e informados, com a participação substantiva de arquitectos de diferentes gerações, que aí tiveram oportunidade de desenvolver soluções arquitectónicas com um sentido evolutivo próprio, contaminado pelos desenvolvimentos em curso no momento na Europa, no sentido da revisão dos modelos urbanísticos e arquitectónicos modernistas.

Em Lisboa, o Gabinete de Estudos de Urbanização municipal, responsável pela experiência de Olivais Norte e pelo Plano Director de 1958, havia dado lugar ao novo Gabinete Técnico de Habitação (GTH),

incumbido do estudo da urbanização de diversas áreas da cidade e da promoção da construção de habitação social ¹¹⁷.

A primeira urbanização desenvolvida pelo GTH, o bairro de Olivais Sul, teve ainda por base solos maioritariamente adquiridos nas décadas de 1930 e 1940, ao abrigo do *regime dos centenários*. Os arquitectos José Rafael Botelho e Carlos Duarte eram os autores do plano, em conjunto com Mário Bruxelas, Celestino de Castro e António Pinto de Freitas, sendo os projectos de arquitectura dos diversos edifícios posteriormente encomendados a diversas equipas de arquitectos exteriores ao município, num processo metodologicamente semelhante àquele seguido na urbanização vizinha de Olivais Norte ¹¹⁸.

Perfazendo um total de 186 hectares, a área da urbanização era mais de quatro vezes superior à da experiência vizinha anterior, embora a densidade prevista fosse menor: 180 habitantes por hectare, para um total de 8.500 fogos previstos ¹¹⁹. A sua génese conceptual partia ainda dos princípios urbanísticos preconizados na Carta de Atenas, privilegiando a relação entre a construção e as áreas

¹¹⁷ Sobre os planos para Lisboa, as suas sucessivas opções, a situação camarária e o enquadramento relativamente à evolução da transformação urbana em curso, ver: **SILVA, Carlos Nunes – Política Urbana em Lisboa: 1926-1974. Livros Horizonte. Lisboa. 1994.** p 23 a 29.

¹¹⁸ Os planos para Olivais Norte e Sul e os projectos desenvolvidos em cada uma das urbanizações encontram-se referenciados, apresentando os respectivos autores e datas de realização, em: **AAVV – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987.** p 253 a 259. fichas 54 a 81 do sector 5. Segundo Carlos Duarte, após um período inicial de concepção do plano, sob direcção de José Rafael Botelho, seria ele próprio a dirigir a equipa a partir de 1961, conforme refere em: **DUARTE, Carlos S. – Memória de Olivais-Sul**, in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002. p 54.

¹¹⁹ Olivais Norte havia urbanizado uma área total de 40 hectares, para construção de 2.500 fogos, com uma capacidade prevista de 10.000 habitantes, da qual resultava uma densidade habitacional de 250 hab/ha, superior aos 180 hab/ha de Olivais Sul, para onde se previa uma capacidade total de 34.000 habitantes. O novo bairro correspondia também a um investimento muito superior: 1.000.000 contos, comparativamente a 240.000 contos de Olivais Norte, a preços de 1972. Ver: **SILVA, Carlos Nunes – Política Urbana em Lisboa: 1926-1974. Livros Horizonte. Lisboa. 1994.** p 168. quadro III.10.

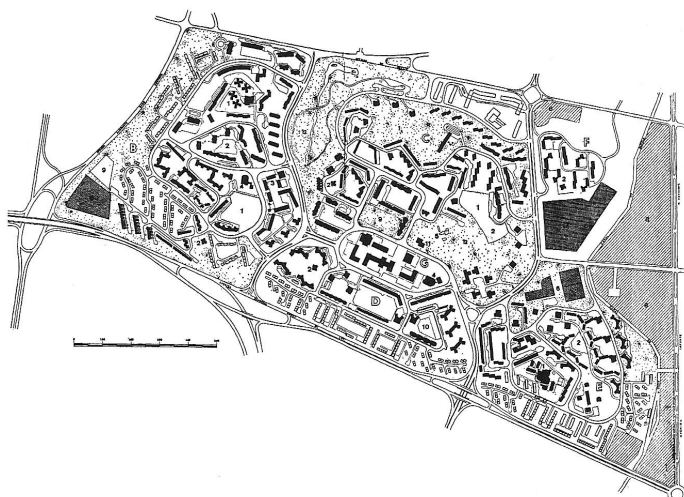


fig. 45 – Plano de conjunto do bairro de Olivais Sul

livres e *verdes*, seguindo princípios de zonamento funcional entre diferentes sectores de organização, separando as faixas de circulação dos edifícios, diferenciando-as e hierarquizando-as consoante o tipo de tráfego, viário e pedonal. Por outro lado, apresentava igualmente assinaláveis evoluções relativas a alguns aspectos estruturais, morfológicos e de organização.

O conjunto estruturava-se em cinco células de cerca de 5.000 habitantes, organizadas individualmente em torno de centros locais próprios, dotados dos equipamentos recreativos e escolares e do comércio de proximidade considerados adequados. Complementarmente, uma sexta célula proporcionava um centro cívico e comercial comum a todo o bairro, constituindo o núcleo central de organização, com um papel agregador e de integração entre os diversos sectores. Intencionalmente, foi excluído do plano qualquer equipamento de uso alargado à restante área da cidade, procurando assegurar um forte nível de autonomia.

A estruturação do plano baseava-se numa hierarquização entre três diferentes níveis: os conjuntos de edifícios, que constituíam unidades de vizinhança, organizavam-se em torno de centros locais, estabelecendo as células, que em conjunto se relacionavam ainda com o centro cívico e comercial (a célula G), disposto em posição central.

Este modo de organização introduzia uma mudança conceptual que, em conjunto com a experimentação de novas formas de agregação da edificação, estabelecia os aspectos mais inovadores desta nova área de expansão da cidade, evidenciando a influência das recentes evoluções urbanísticas internacionais, como as experiências inglesas de Harlow, Roehampton ou Cumbernauld ¹²⁰.

¹²⁰ Estas acções de expansão urbana são referenciadas por Teresa Valsassina Heitor como influências dos Olivais. Harlow, cidade-satélite de Londres, "[...] paradigma de uma estrutura celular hierarquizada"; Roehampton como "[...] exemplo de articulação e síntese entre o edificado e a paisagem envolvente"; e Cumbernauld, pela experiência de densificação residencial, pela estruturação em torno de um centro cívico de grande dimensão e pelo abandono do conceito de unidade de vizinhança. Ver: HEITOR, Teresa Valsassina – A expansão da cidade para oriente: os planos de urbanização de

Em Olivais Sul, o plano procurava desenvolver uma maior continuidade da massa construída, alterando um dos princípios fundamentais das experiências mais estritamente seguidoras dos modelos modernistas, a implantação da construção de modo pontuado e disperso. A concentração da volumetria edificada era superior nas áreas centrais, diminuindo com o afastamento para a envolvente.

Esta alteração traduzia uma evolução no entendimento da produção de tecido urbano, consubstanciada num conceito de *desenvolvimento celular espontâneo organizado*.

A disposição da rede viária no terreno contribuía para a estruturação e definição das células, enquanto os circuitos pedonais ligavam os equipamentos colectivos e os espaços de permanência exteriores. A diferenciação espacial e a referenciação individual das diferentes partes eram um objectivo que a proposta pretendia alcançar, sendo adoptadas diferentes soluções de organização, de implantação e de formalização das construções, trabalhadas por diversos profissionais – Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas, Duarte Castelo Branco e Rui Pimentel, Frederico George e M. Alzira Menezes, Raul Chorão Ramalho e Santiago Pinto, Manuel Tainha e Raul Hestnes Ferreira, J. Correia Rebelo, A. Silva Gomes, A. Freitas Leal e Teotónio Pereira, Silva Gomes e Rui Pimentel, João Santa Rita, J. Telo Pacheco, A. Duarte Leitão, C. Abreu de Castro e Celestino de Castro, Vítor Figueiredo e V. Costa Lobo, Costa Martins, Hernâni Gandra, Coutinho Raposo e Neves Galhoz, Vasco Croft de Moura, Justino de Moraes, Joaquim Cadima e João Matoso, António Abrantes, António Modesto e João Caetano ou Augusto Brandão ¹²¹.

Olivais e Chelas, in AAVV – *Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001. p 73-74.

¹²¹ Os projectos desenvolvidos para os diferentes edifícios dos Olivais Sul – fundamentalmente dedicados programaticamente à habitação colectiva -, os seus autores e datas de desenvolvimento encontram-se referenciados de modo sistematizado em: AAVV – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 255 a 259. fichas 63 a 79 do sector 5.



fig. 46 – Fotografia aérea do bairro de Olivais Sul, depois da construção

O início da construção deu-se em 1963, um ano depois da finalização da generalidade dos projectos e três anos após o começo de Olivais Norte. Foi dada prioridade à execução das células destinadas a habitação, que seriam construídas ao longo de quase uma década, sendo relegada para um segundo momento a célula central, do centro cívico e comercial, que viria a ser realizada tardiamente, com um atraso superior a duas décadas.

Os edifícios projectados para as células habitacionais facultam uma componente fundamental do teor inovador do bairro, pelo desenvolvimento de soluções arquitectónicas criativas, em diferentes linhas de procura e experimentação, versando aspectos relacionados com a estruturação e organização, a evolução tipológica, a flexibilidade e adaptabilidade aos utilizadores, a sociabilidade dos espaços e sistemas, ou a identificabilidade e capacidade de diferenciação.

Informadas pelas sensibilidades e culturas diversas dos autores, as respostas projectuais desenvolvidas seguiram distintas opções conceptuais de base, organizando-se quer sob a forma de torres, de implantação isolada, quer como edifícios de menor dimensão, procurando maior proximidade física entre si, quer ainda em unidades de maior escala ou em massas construídas com maior continuidade volumétrica ou elementos de ligação. As diferentes vias de experimentação levaram também ao trabalhar de diferentes soluções de formalização, a partir da expressão dos materiais empregues – betão aparente, tijolo à vista, azulejo, alvenaria -, da geometria e revestimento das coberturas – com adopção de platibandas, de coberturas planas ou através de diversas soluções de recuperação da utilização de telhados -, do proveito formal retirado dos sistemas de distribuição e acesso - evidenciando no exterior galerias de distribuição ou escadas comuns de acesso - e da expressão formal resultante da modelação volumétrica – pela adopção de superfícies contidas e *limpas* ou, ao contrário,

pela criação *orgânica* de avanços e recuos, de recortes e consolas, acentuando o contraste entre zonas de luz e de sombra ¹²².

Com um contexto diversificado de experiências arquitectónicas experimentadas no bairro, Olivais Sul não perderia, no entanto, uma leitura unitária, de identificação própria. Este sentido de reconhecimento tem por base fundamentalmente as características herdadas do modelo Carta de Atenas - a implantação dos edifícios, isoladamente, num contexto de parque verde naturalista, em que a ordem formal se interliga com a composição volumétrica, obtida através da disposição da construção, desligada das infra-estruturas urbanísticas e das vias de comunicação e transporte.

Com uma escala mais contida, o bairro da Pasteleira, no Porto, assentava nos mesmos princípios conceptuais, com uma área verde a enquadrar a implantação de um conjunto diverso de edifícios de habitação colectiva e uma área comercial de proximidade.

Delimitado por uma via circundante, a poente e a sul, a partir da qual se desenvolvem para o interior do bairro braços de acesso viário terminando em impasses, a nascente apresenta uma duplicação dessa

¹²² Diversos autores acusam, na sua análise, as influências sobre os arquitectos envolvidos, diferenciadas pelos seus percursos, culturas e sensibilidades próprios. As experiências italianas da INA-casa, o grupo R de Barcelona, o Team X, os brutalistas britânicos, a arquitectura nórdica, os trabalhos de Candilis, Josic e Woods e as linhas de autores como Kahn, Aalto ou Wright são algumas das referências principais, de acordo com diferentes afinidades individuais, acompanhadas pela repercussão interna do estudo sobre a arquitectura popular em que a classe se havia empenhado. Ver, entre outros: **PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação**, in **ZEVI, Bruno - História da Arquitectura Moderna**, Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 740-745; **FERNANDEZ, Sérgio - Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974**, FAUP. Porto. 1988. p 93-172; **TOSTÕES, Ana - Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50**, FAUP Publicações. Porto. 1997. p 142-184; **DUARTE, Carlos - A Arquitectura Portuguesa dos Anos Trinta à Actualidade**, in **Catálogo da Exposição Tendências da Arquitectura Portuguesa**, Lisboa. 1986. p 11 a 14; **MENDES, Manuel - Nós: Uma modernidade de fronteira - nós para uma passagem inconclusa**, in **AAVV - Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico**, Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies van der Rohe e Docomomo Ibérico. Lisboa. 1997. p 14-24.

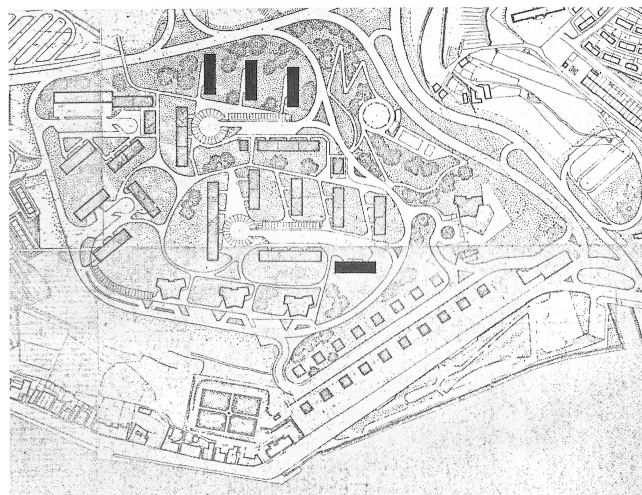


fig. 47 – Planta de conjunto do plano do bairro da Pasteleira

circulação periférica, que permite uma mais fácil adaptação ao declive. Interiormente, diversos percursos pedonais estabelecem ligações entre os diversos edifícios, que se distinguem fundamentalmente em duas tipologias de organização – torres de 16 pisos, dispostas na área mais a sul, e unidades lameliformes de altura mais reduzida, organizadas segundo um princípio de ortogonalidade, paralela e perpendicularmente entre si, de acordo com duas orientações diferenciadas por núcleos. Esta disposição, mais próxima da organização de Olivais Norte do que da de Olivais Sul, revelaria uma maior fidelidade à concepção do plano, subvertida no desenvolvimento da maior das urbanizações lisboetas ¹²³.

O Plano de Pormenor para o Sector a Nascente do Bairro Rainha D. Leonor, que deu origem ao bairro da Pasteleira, foi desenvolvido pelo arquitecto Rogério Barroca, para uma área ainda representada no Plano Director da Cidade do Porto de Robert Auzelle, em 1961, como terreno predominantemente agrícola ¹²⁴. Enquadrando-se no Plano de Extinção das Ilhas habitacionais da área central da cidade, previa a construção de seiscentos fogos, seguindo uma solução urbanística próxima das propostas

¹²³ Para Nuno Portas, Olivais Norte apresentava uma mesma repetitividade de elementos e uma organização em *barras paralelas*, de cariz *académico*, como um *siedlung*, ao contrário de Olivais Sul, dividido celularmente por equipas de projectistas que lhe conferiram uma dissemelhança entre zonas que constituíam conjuntos de blocos de lógica diversa, desde *quase-quarteirões* até torres, de disposição e características arquitectónicas arbitrariamente variadas. **PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação**, in ZEVÍ, Bruno - *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 742.

¹²⁴ Alguma informação importante sobre o bairro da Pasteleira, encontra-se em: **RAMOS, Rui – Pasteleira: Cinco edifícios de habitação colectiva e Supermercado (1961-1973)**, in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. Em: RAPAGÃO, João; PEREIRA, Rafael Gonçalves (coordenação) – **Pedro Ramalho: Projectos e Obras de 1963 a 1995**. Associação dos Arquitectos Portugueses CDRN. Porto. 1995. p 10-15. E também em: FERNANDEZ, Sérgio – **Arquitectura Portuguesa: 1961-1974**, in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 57. E ainda em: FERNANDEZ, Sérgio – **Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974**. FAUP. Porto. 1988. p 111-113.



fig. 48 – Fotografia de conjunto do bairro da Pasteleira

preconizadas pelo urbanista francês, e baseando-se na elaboração de projectos-tipo para implementação da construção dos edifícios, sucessivamente repetidos no terreno. À semelhança do sucedido nos projectos para os Olivais, também na Pasteleira os edifícios demonstrariam a atenção dos seus autores ante a evolução disciplinar, acusando a influência de experiências internacionais e do debate interno sobre a *arquitectura portuguesa*, nomeadamente nos blocos de habitação projectados por Pedro Ramalho e Sérgio Fernandez e, posteriormente, no supermercado da cooperativa Unicoope, projectado já no início da década seguinte por Álvaro Siza, a introdução de uma ambiguidade e contradição em sincronia com o momento crítico no exterior.

A pequena dimensão do bairro, a acidentada orografia do local e a forte arborização permitiram quebrar a repetitividade e uniformidade da sua leitura urbanística. De acordo com a opinião de Sérgio Fernandez, *"a monotonia que poderia resultar do emprego de dois únicos tipos de projecto de nível relativamente modesto, agravada ainda pela rígida distribuição no terreno, não se verificará neste caso, devido às fortes variações de relevo e à densidade da vegetação existente; estes dois elementos permitirão criar uma variada gama de perspectivas e um certo dinamismo na configuração dos espaços exteriores"*¹²⁵.

Na Pasteleira, tal como nas duas experiências dos Olivais, as características atribuídas e comumente criticadas ao desenho urbano modernista eram minimizadas pelas circunstâncias específicas da sua concretização – os autores diferenciados, a diversidade das suas culturas e influências, a qualidade dos projectos, a orografia, a dimensão, a distinguibilidade e identificabilidade entre sectores distintos – ao

¹²⁵ Opinião expressa pelo autor em: **FERNANDEZ, Sérgio – Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988.** p 113.

ponto de, em Olivais Sul, surgirem críticas quanto ao ecletismo da arquitectura e à falta de unidade formal do bairro no seu conjunto ¹²⁶.

Em Portugal, estes bairros constituíam uma inusitada aproximação temporal à prática e ao debate contemporâneos sobre desenho urbano em curso no plano internacional. A recuperação face ao atraso com que ao longo do século XX as soluções usualmente haviam sido transpostas para o espaço nacional reflectia tanto as pontes de comunicação agora estabelecidas com o exterior, de um modo mais plural e diversificado, como o papel de relevo desempenhado pelos novos (ou renovados) meios de divulgação e debate internos ¹²⁷.

Também significativo para o carácter de actualidade destes bairros era o envolvimento conjunto de diversas gerações de arquitectos, incluindo os mais jovens e *revisionistas* ¹²⁸, contribuindo para as

¹²⁶ De acordo com Carlos Duarte, a operação urbanística de "Olivais Sul foi mais tarde criticada pelo ecletismo da sua arquitectura, que efectivamente comprometeu a ordem formal e a coerência do conjunto, mas foi uma experiência necessária, um vasto laboratório experimental nos terrenos do urbanismo, da tecnologia da construção, da metodologia do projecto, da concepção habitacional". Ver: DUARTE, Carlos – A Arquitectura Portuguesa dos Anos Trinta à Actualidade, in Catálogo da Exposição Tendências da Arquitectura Portuguesa. Lisboa. 1986. p 19.

¹²⁷ Possivelmente, o anterior momento de maior aproximação no tempo entre as tendências de evolução internacionais no domínio da cidade e a sua concretização no país terá sido no período de afirmação do fascismo, embora sempre se mantivessem as especificidades da realidade portuguesa, ideologicamente mais interessada na valorização da ruralidade do que na encenação do poder e na afirmação do espaço urbano. Ver: "Da *city beautiful* à marcação do poder na cidade", no capítulo 2. Sobre a alteração do panorama relativo ao debate disciplinar em Portugal, ver, no mesmo capítulo: "Uma nova consciência disciplinar e teórica".

¹²⁸ Carlos Duarte, que assim se refere, indica que alguns destes jovens arquitectos aí terão realizado os seus primeiros projectos (DUARTE, Carlos – A Arquitectura Portuguesa dos Anos Trinta à Actualidade, in Catálogo da Exposição Tendências da Arquitectura Portuguesa. Lisboa. 1986. p 19). Os arquitectos exteriores ao GTH contratados para elaboração de projectos para os Olivais foram primeiramente escolhidos por Rafael Botelho (depois com Celestino Castro, Silva Dias e Carlos Duarte) com base no reconhecimento da sua qualidade profissional; depois, para a segunda fase, a sul, os *juniores* recomendados pelos primeiros; e, posteriormente, em Chelas, o procedimento seria idêntico para contratação de uma nova

tendências contraditórias de concepção dos projectos dos edifícios e para a panorâmica geral de representação de diversos sentidos da evolução do debate crítico sobre a urbanidade. No momento do questionar das certezas e da fragmentação das perspectivas sobre a concepção urbana, em que a univocidade doutrinária do modernismo era quebrada, em Portugal começava a desenvolver-se uma prática urbanística alinhada com o seu tempo, a que se associava uma parte substantiva dos arquitectos mais informados e empenhados do período ¹²⁹.

As grandes expansões planeadas: Chelas

Este cenário de experimentação e aperfeiçoamento de soluções teria desenvolvimento imediato numa nova operação de extensão urbana em Lisboa, junto dos Olivais, na área contígua de Chelas, para a qual era prevista a expansão urbana desde o Plano Director de 1948.

O plano para esta nova urbanização era novamente realizado pelo GTH, sendo desenvolvido numa primeira fase, como Plano-Base, sob responsabilidade do arquitecto José Rafael Botelho, entre 1960 e

geração (ver: **PORTAS, Nuno – A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria**, in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002, p 48-49).

¹²⁹ Para Nuno Portas, os Olivais, e também a Pasteleira e Chelas, foram operações que juntaram "[...] *sem limitações de tipologia ou de linguagem, o melhor dos arquitectos portugueses modernos, incluindo os mais jovens. O resultado mostra a diversidade das atitudes e a vivacidade da polémica cultural, que no exterior levariam à crítica interna dos CIAM e logo à sua dissolução. Na verdade, o plano do bairro dos Olivais [...] partia da organização em células, corrente nas 'new towns' nórdicas, que logo foram interpretadas por equipas de arquitectos, na sua maioria jovens, de acordo com ideias de arquitectura urbana já então muito diversificadas, quando não opostas. [...] Olivais, como Chelas, de forma ainda mais acentuada, é o primeiro 'grand-ensemble' português 'de e por arquitectos', reflectindo mais o experimentalismo das linguagens particulares do que uma matriz urbana unificadora que num e noutro caso tinham sido propostas mas não resistiram à pulverização tipológica e compositiva*". Ver: **PORTAS, Nuno – A Arquitectura da Habitação no Século XX**

1962, em conjunto com Francisco da Silva Dias e João Reis Machado, arquitectos que desenvolveriam o Plano Definitivo nos dois anos seguintes, em conjunto com Alfredo da Silva Gomes, Luís Vassalo Rosa e Carlos Worm¹³⁰.

O trabalho realizado em Chelas levava mais longe a procura ensaiada nas experiências anteriores, reflectindo inequivocamente as modificações em curso no domínio do desenho urbano e do planeamento, com o desmoronamento das soluções mitificadas e a necessidade - quebrada a univocidade teórica - de desenvolvimento de diferentes linhas de pesquisa¹³¹.

Português. in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 120.

¹³⁰ Francisco da Silva Dias e João Reis Machado desenvolveriam também a fase de Revisão do Plano Definitivo, entre 1964 e 1966, desta feita em conjunto com Raul Hestnes Ferreira, Carlota Zúquete e F. Figueira. Concomitantemente era também realizado o desenvolvimento da Zona I, por uma equipa de que faziam parte Francisco da Silva Dias, Luís Vassalo Rosa, Alfredo da Silva Gomes e João Reis Machado. A equipa de engenheiros era constituída por António Simões Mamede, José Pinto Faria e José Pereira Gomes (Plano –Base), José Simões Coelho e Gonçalo Malheiros de Araújo (Plano Definitivo), José Simões Coelho e Serras Belo (Revisão) e por José Simões Coelho (Zona I). Ver: GONÇALVES, Fernando – A propósito do Plano de Chelas: urbanizar e construir para quem?. Afrontamento. Porto. 1972. p 142-143.

¹³¹ Modificações, no plano internacional, aceleradas pela dissolução dos CIAM e pela formação do Team X, e logo sedimentadas pela irredutibilidade do seu debate interno à cristalização numa doutrina comum – a ambicionada Carta do Habitat, consenso impossível para a substituição da Carta de Atenas - e pela aceitação do desafio da *resposta às necessidades particulares da realidade*. Sobre os desacordos internos sobre a concepção urbana e o fim dos CIAM, delineado a partir do seu IX Congresso, ver: MUMFORD, Eric – The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960. MIT. Cambridge. 2000. p 225 em diante. Sobre o Team X e as suas orientações divergentes, ver, por exemplo: BENEVOLO, Leonardo – O Último Capítulo da Arquitectura Moderna. Edições 70. Lisboa. 1997. [edição portuguesa]. p 15 a 22. Sobre os ecos destes acontecimentos no país, a que se juntava a repercussão da publicação do Inquérito à Arquitectura Popular, o estabelecimento de contactos com a Europa e a percepção da necessidade de desenvolvimento de uma consciência de cidadania, ver, para uma leitura sintética: FERNANDEZ, Sérgio – Arquitectura Portuguesa: 1961-1974. in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 56. E também: PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 739 a 746. Ou, mais pormenorizadamente, em: FERNANDEZ, Sérgio – Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988. p 93 a 172. E em:

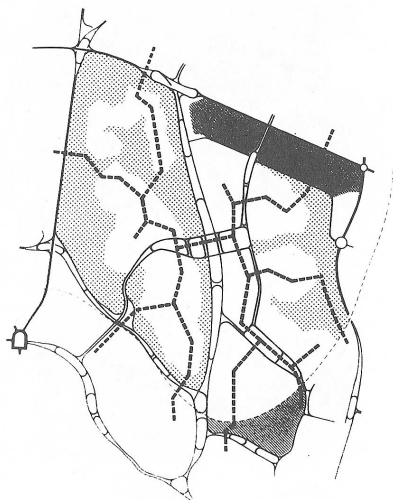


fig. 49 – Planta do plano do bairro de Chelas

Na primeira fase, o plano previa a organização de núcleos habitacionais de alta densidade e de um núcleo principal de equipamento, bem como a distribuição de actividades mistas de modo mais alargado. Baseando-se na distribuição prevista por De Gröer no seu Plano Director - uma área de habitação colectiva a poente e uma zona de indústria e habitação unifamiliar a nascente, divididas pelo vale de Chelas, com disposição na direcção norte-sul – propunha a redução da área industrial, o aumento da densidade habitacional e a ampliação dos espaços verdes de protecção entre as duas zonas. Tinha como objectivo expresso a criação de um conjunto urbano plurifuncional e socialmente diversificado, integrado na cidade a uma escala alargada e articulado com a faixa ribeirinha, estendida até Vila Franca de Xira. O traçado viário, estruturado como parte do sistema global de circulação da cidade, apresentava duas vias largas que se cruzavam em posição central, prolongando-se para o exterior em ligação com as principais vias circundantes.

Nesta fase inicial, a solução baseava-se ainda numa lógica celular e agregacionista, que seria revista com o desenvolvimento da proposta definitiva.

BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade de Coimbra. Coimbra. 2001. p 77 em diante. O determinismo com que era encarado o planeamento começava a ser colocado em causa; por exemplo, a divulgação dos estudos no domínio da sociologia urbana de Chombart de Lauwe (apresentados em Portugal presencialmente em Fevereiro de 1960, em conferência organizada pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses) demonstrava como o estabelecer de relações de sociabilidade no meio urbano se processava independentemente das circunstâncias físicas; como resultado, algumas das experiências habitacionais mais inovadoras no país, que procuravam criar soluções indutoras de relações de proximidade entre vizinhos, eram colocadas em causa – caso do edifício de Teotónio Pereira, Pinto de Freitas e Nuno Portas na R. General Silva Freire, nos Olivais, entre outros ("*Nós estávamos obcecados pelo convívio*") referem Teotónio e Portas, revisitando a obra, em: **PORTAS, Catarina; FREIRE, Adriana – Trinta Anos Depois.** in *Jornal Arquitectos* #204. **Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.** p 59). Esta nova perspectiva, evidenciando a discrepância entre objectivos conceptuais e seus resultados práticos, alertava os arquitectos para a importância do papel das ciências sociais para a compreensão da cidade e dos seus modos de apropriação.

Mantendo os objectivos globais e a mesma disposição genérica da proposta base, o plano definitivo adopta uma morfologia urbana linear e direccionada, abandonando a hierarquização e a organização em células de anteriormente, na procura de uma maior continuidade das estruturas construídas e dos espaços. Esta opção, granjeando dar resposta aos problemas detectados nas realizações dos Olivais e, em geral, apontados às soluções urbanas racionalistas, demonstra – segundo a leitura de diversos autores ¹³² – uma visível influência das propostas desenvolvidas no mesmo período em planos como o da cidade satélite de Hook, da autoria do London County Council (1958-60), ou o de Toulouse-le-Mirail, da autoria de Candilis, Josic e Woods (1961-75).

As *faixas de vida urbana* são o elemento fundamental de composição do plano de Chelas, constituindo zonas lineares em que se associam actividades comerciais, equipamentos culturais, recreativos e escolares, em paralelo com habitação multifamiliar, segundo um acompanhamento continuado dos

¹³² São de referir, entre os mesmos, Teresa Valsassina Heitor, que referencia ainda os conjuntos de Robin Hood Gardens, por Allison e Peter Smithson, de Golden Lane, por Chamberlin, Powell e Bon, de Park Hill e Hyde Park, por Smith e J. Lynn, e de Salerno, por Gorio (HEITOR, Teresa Valsassina – A expansão da cidade para oriente: os planos de urbanização de Olivais e Chelas, in AAVV – *Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001. p 77); Nuno Portas, que refere também Roehampton (PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação, in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 742), Sheffield e Gallarate (PORTAS, Nuno – A Arquitectura da Habitação no Século XX Português, in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 120); Fernando Gonçalves, que refere igualmente Cumbernauld, Hook e Park Hill, e mesmo, quanto à *destruição* do conceito celular, as mega-estruturas de Kenzo Tange e Lubicz-Nicz (GONÇALVES, Fernando – A propósito do Plano de Chelas: urbanizar e construir para quem?. Afrontamento. Porto. 1972. p 148-152); Carlos Duarte, que refere também Park Hill, em Sheffield (DUARTE, Carlos – A Arquitectura Portuguesa dos Anos Trinta à Actualidade, in *Catálogo da Exposição Tendências da Arquitectura Portuguesa*. Lisboa. 1986. p 12); e ainda Sérgio Fernandez (FERNANDEZ, Sérgio – Arquitectura Portuguesa: 1961-1974, in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 57). Por seu lado, Paulo Varela Gomes considera que a organização dos eixos de orientação de Chelas eram apenas "[...] vagamente baseados no célebre projecto de Toulouse-le-Mirail [...]"; ver: GOMES, Paulo Varela – Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos, in PEREIRA, Paulo (direcção) – *História da Arte Portuguesa (volume III)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 557.

principais percursos pedonais pelas massas edificadas. Estes percursos funcionam tanto com o apoio de galerias como com sequências intercaladas de praças, tendo o objectivo de proporcionar tanto unidade formal aos conjuntos como capacidade de diferenciação visual e memorização ¹³³.

Esta estruturação procurava induzir a apropriação da rua pedonal como espaço de convívio, recuperando um sentido de vida urbana característico da cidade tradicional mediterrânica, entretanto desaparecido nas urbanizações racionalistas. Em relação directa com as construções, estes percursos organizavam-se em articulação com as vias de trânsito motorizado, com as quais se relacionavam funcionalmente sem no entanto se fundirem.

O abandono da lógica de compartimentação celular conferiu ao plano desta vasta área de expansão da cidade de Lisboa uma estruturação espacial e uma imagem urbana muito diferentes das dos Olivais Norte e Sul. A pulverização e disseminação das edificações nas áreas verdes era substituída por uma maior continuidade e presença visual dos elementos construídos, que proporcionavam ainda uma composição urbana favorável à possibilidade de conformação espacial.

Chelas traçava uma busca de novas soluções, ambicionando organizar um meio urbano mais adaptado às vivências da cidade e às suas reais possibilidades de apropriação e de participação, em lugar de seguir uma visão ideológica, de pendor higienista, do que essa vivência deveria ser, que na doutrina urbanística modernista levava à formatação conceptual nuclearizada e pontualizada, isolando os diferentes sectores e os espaços habitáveis numa relação abstracta com os elementos ¹³⁴.

¹³³ Sobre a estruturação da área urbana de Chelas e os princípios fundadores do Plano, nomeadamente as *faixas de vida urbana* e a organização das zonas I, J e N2, ver: FERREIRA, Fátima; DIAS, Francisco Silva; CARVALHO, José Silva; PEREIRA, Nuno Teotónio; PONTE, Teresa Nunes da - Uma leitura sobre o desenvolvimento da cidade, in AAVV – *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 40-41.

¹³⁴ A Unidade de Habitação de Marselha havia colocado no terreno, nas palavras de Allison e Peter Smithson, "[...] o resultado de uma técnica de pensamento sobre o habitat que se iniciara quarenta anos antes [...]", ou seja, constituía uma



fig. 50 – Imagem aérea do bairro de Chelas

A habitação era distribuída pelos espaços de orografia mais favorável, como as encostas menos inclinadas, as áreas mais elevadas e os vales mais largos. A disposição adoptada, demonstrativa de uma forte valorização da diferenciação e da organicidade, apresentava articulações geométricas de implantação distintas para os diferentes sectores, enquanto a estrutura viária se organizava em rede e as áreas verdes se mantinham mais naturalistas por contraste com os espaços urbanos artificializados. Na zona central, em associação com o nó viário principal, era proposta a localização de uma área de actividade terciária com interesse à escala da cidade, de forma a gerar interacção funcional com o resto do tecido urbano, com vista a uma mais rápida integração ¹³⁵.

O plano previa um total de 20.000 alojamentos de quatro diferentes categorias, com uma capacidade total de 80.000 habitantes, a que correspondia uma densidade de 160 habitantes por hectare, e era

demonstração do que pretendia ser a *arquitectura para o maior número* de acordo com os pressupostos modernistas (SMITHSON, Allison; SMITHSON, Peter – **Collective Housing in Morocco**, in *Architectural Design*, #Janeiro 1955. London. 1955). As novas evoluções críticas do debate sobre a cidade perseguiram já, no entanto, uma ideia de habitat *para viver e para tudo aquilo que o homem planeia e constrói para viver*, e já não apenas para responder às quatro funções da Carta de Atenas, segundo uma nova convicção da necessidade de uma aproximação *anti-heróica* e contextualista na arquitectura e no urbanismo, com atenção às necessidades sociais e culturais (ver: TAYLOR, Brian – **Chants d'innocence et d'experience**, in *L'Architecture d'aujourd'hui* # 177. Groupe Expansion. Paris. 1975. p 2-3). Chelas demonstrava um atento acompanhamento desta discussão, apresentando pela primeira vez em Portugal uma estrutura urbana intencionalmente organizada de acordo com novos princípios conceptuais.

¹³⁵ Sobre a estruturação, as soluções desenvolvidas e a implementação do Plano de Chelas, para além da obra colectiva citada (FERREIRA, Fátima; DIAS, Francisco Silva; CARVALHO, José Silva; PEREIRA, Nuno Teotónio; PONTE, Teresa Nunes da - Uma leitura sobre o desenvolvimento da cidade, in AAVV – *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 40-41) ver igualmente: HEITOR, Teresa Valsassina – A expansão da cidade para oriente: os planos de urbanização de Olivais e Chelas, in AAVV – *Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001. p 77-85; e também: SILVA, Carlos Nunes – Política Urbana em Lisboa: 1926-1974, Livros Horizonte. Lisboa. 1994. p 168-176; e ainda: GONÇALVES, Fernando – A propósito do Plano de Chelas: urbanizar e construir para quem?, Afrontamento. Porto. 1972. p 139-188.



fig. 51 – Fotografia da zona I de Chelas

reconhecida a necessidade de alojamento por grupos de famílias com relações de afinidade, fosse por vizinhança, laços familiares ou de amizade anteriores à ocupação.

Prevista para finalização no ano 2000, a operação urbanística, de 510 hectares, seria objecto de atrasos na implementação desde o seu início. Contrariamente à situação das urbanizações dos Olivais, em que os terrenos eram já propriedade do Estado, em Chelas a maior parte dos terrenos encontrava-se ainda por expropriar, o que introduzia um acréscimo substancial no investimento necessário para a sua concretização, sendo considerado que as características do tecido urbano preconizado não eram favoráveis à urbanização através de iniciativa privada. Deste modo, sendo necessário efectuar a expropriação de uma grande parte do solo em causa, para ser então realizada a infra-estruturação pelo município, foi declarada a utilidade pública e elaborada a versão definitiva do Plano, em 1964.

No entanto, o atrasar da concretização das urbanizações dos Olivais empregava ainda uma parte considerável dos recursos disponíveis, o que levaria à opção por uma estratégia de implementação faseada em Chelas, em contraste com o modo articulado e global com que havido sido planeada, o que marcaria definitivamente a operação. As intervenções no terreno assumiriam um carácter parcelar, de realização sector a sector, que se arrastaria por décadas e quebraria a relação de conjunto, perturbando os objectivos de integração delineados no plano. Mesmo a execução da rede viária principal foi sendo adiada, comprometendo a relação urbana à escala mais alargada.

As zonas mais a norte, próximas dos Olivais – denominadas zonas I, N2 e J -, foram as primeiras áreas em desenvolvimento, das quais os primeiros edifícios só iniciariam a construção já no ano de 1972. Realizados em momentos distintos, os planos parcelares acusavam diferentes princípios conceptuais e soluções de desenho urbano. A zona I, da autoria de Silva Dias, Vassalo Rosa, Silva Gomes e Reis



fig. 52 – Fotografia das zonas N1 e N2 do bairro

Machado, em 1966; a zona J, de Silva Dias e Lobo de Carvalho, em 1974; a zona N1, de Silva Dias, Lobo de Carvalho, Tércio Guimarães e Machado Rodrigues, em 1979 ¹³⁶.

Estes estudos incidiam particularmente na definição dos espaços colectivos e da sua relação com as construções, que condicionavam volumetricamente e também através da determinação do programa, das tipologias e de regras específicas. Os edifícios eram depois desenvolvidos por equipas de arquitectos diversificadas, responsáveis pela elaboração dos projectos, de acordo com um procedimento idêntico à situação registada nas duas fases dos Olivais, e em que se verificava a preocupação de requerer a participação de arquitectos da geração mais nova. Entre os projectos elaborados ainda na década de 1960, contam-se os conjuntos habitacionais de José Pacheco e Raul Cerejeiro, de A. Silva Gomes, Carlos Worm e José Leitão e de Raul Cerejeiro e F. Gomes da Silva. Posteriormente, já na década de 1970, projectos de Gonçalo Byrne e Reis Cabrita, realizado no gabinete de Nuno Teotónio Pereira – a *Pantera Cor-de-Rosa* -, de Vítor Figueiredo - os *Cinco Dedos* - e de Tomás Taveira – na Zona J -, viriam a constituir conjuntos habitacionais emblemáticos na cidade de Lisboa ¹³⁷.

De realização sucessivamente adiada ao longo do tempo, apenas no final da década de 1990 seria concretizada a estrutura viária principal do plano, finalmente interligando a zona em rede com a cidade. No entanto, os atrasos na execução do plano no seu todo geraram situações de inadequação das soluções planeadas à realidade, e o incumprimento dos programas previstos na sua totalidade, em

¹³⁶ Ver: HEITOR, Teresa Valsassina – A expansão da cidade para oriente: os planos de urbanização de Olivais e Chelas, in AAVV – *Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001. p 81.

¹³⁷ Referência aos projectos destes autores, datada, encontra-se em: AAVV – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 260 e 261. Ou em: PORTAS, Nuno – A Arquitectura da

conjunto com a manutenção de áreas por construir em sectores significativos do plano, conduziu a um afastamento dos conceitos e objectivos originais do plano.

A demora (de três décadas) na concretização do núcleo central, com o papel de articulação entre as diversas zonas, teve uma importância particularmente negativa na integração e no relacionamento com a restante cidade. A impossível continuidade entre sectores, a deficiente relação de acompanhamento entre edifícios e percursos, a falta de criação de actividade urbana e novas funcionalidades, decorrentes das circunstâncias de implementação parcelar, comprometeram os acessos pedonais e o funcionamento integrado inicialmente previsto, gerando uma situação urbana de fragmentação e isolamento entre as partes, espacialmente desvinculadas e unicamente ligadas pela rede viária.

Deste modo, *"a ruptura entre o habitat e a prática urbana criou condições propícias à marginalização e à exclusão social da população residente e a acentuada natureza local das regras de organização espacial do tecido de Chelas favoreceu o desenvolvimento de áreas com elevada influência territorial, desvinculadas dos espaços de maior centralidade"* ¹³⁸.

As circunstâncias da execução do Plano de Urbanização de Chelas afastá-lo-iam dos seus principais objectivos: continuidade estrutural, interligação, conformação espacial, diversidade e integração social, plurifuncionalidade. Globalmente, não se pode considerar que as soluções urbanísticas nele propostas tenham sido verdadeiramente testadas. Os problemas registados no terreno são indissociáveis do modo parcelar como foi implementado.

Habituação no Século XX Português. in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 121.

¹³⁸ Nas palavras de Teresa Valsassina Heitor, em: HEITOR, Teresa Valsassina – A expansão da cidade para oriente: os planos de urbanização de Olivais e Chelas, in AAVV – *Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001. p 83.

Outra escala: uma influência *popular*

Ao longo de toda a década de 1960, a influência do recém-publicado *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, atravessaria tanto a produção arquitectónica do país como o debate disciplinar.

Essa influência, com expressão em numerosos projectos e obras individualizadas de programas diversos, abarcando desde a habitação isolada a equipamentos como escolas, mercados e outros edifícios públicos, teria também repercussão na criação de tecido urbano e de conjuntos de habitação colectiva.

Mesmo as maiores operações de expansão acusavam as preocupações transmitidas pela descoberta do conhecimento sobre os modos tradicionais de construção e de relação com o território proporcionados por aquele estudo. Francisco da Silva Dias, o arquitecto responsável por grande parte da urbanização de Chelas, havia feito parte de uma das equipas de levantamento, em conjunto com António Pinto de Freitas e Nuno Teotónio Pereira, para uma área que abrangia a Estremadura, o Ribatejo e parte da Beira Litoral ¹³⁹, participação que depois teria eco na intenção de incutir características mediterrânicas e dos bairros antigos de Lisboa à grande urbanização.

Outros desenvolvimentos urbanísticos apresentariam mais claramente uma influência da evolução da arquitectura portuguesa pós-Inquérito, sobretudo quando a escala do tecido urbano e das construções se aproximavam das características dos povoados rurais nele estudados, situação em que as soluções de organização e disposição no terreno, as definições volumétricas e as opções formais e de linguagem acusavam uma procura de afinidade com a arquitectura popular encontrada no terreno.

¹³⁹ Esta era designada no Inquérito por *Zona 4*, área territorial em que se cruzavam e conjugavam características atlânticas e mediterrânicas, com predomínio das últimas. Ver: AAVV – Arquitectura Popular em Portugal. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1988 [3ª edição]. vol II p 121 em diante.

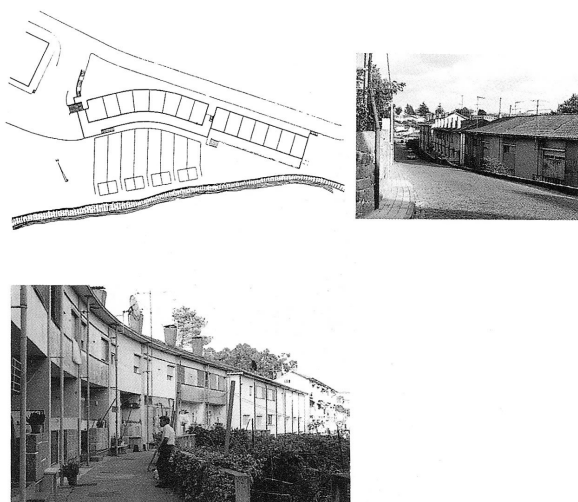


fig. 53 – Bairro operário da Ponte da Pedra (planta do conjunto e fotografias)

Os conjuntos construídos com base na construção habitacional de pequena escala, individual, geminada ou em banda, programa impulsionado pelo Estado Novo no seu período de afirmação ¹⁴⁰, tinham tido sequência em diversas concretizações, como o Bairro Operário da Ponte da Pedra, na Maia, de 1954, cuidado projecto da autoria de Arménio Losa e Cassiano Barbosa, ou mesmo em empreendimentos como os bairros habitacionais associados à construção de infra-estruturas diversas, das quais as barragens serão possivelmente as mais significativas – o conjunto para aproveitamento hidroeléctrico do rio Zêzere é exemplar, com bairros associados a Castelo de Bode, Bouçã e Cabril ¹⁴¹. No momento em que obras como a casa Dr. Ribeiro da Silva, em Ofir, de Fernando Távora, ou a casa Dr. Barata, em Vila Viçosa, de Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira, demonstravam uma inflexão nas preocupações e na prática da arquitectura, sobretudo para a mais nova geração, também nos conjuntos urbanos de pequenas habitações se verificaria uma influência semelhante.

Em 1960, na Chamusca, Bartolomeu Costa Cabral e Croft de Moura construíam um conjunto de pequenas moradias promovidas pela Federação das Caixas da Previdência – o Bairro Económico da Chamusca - em que evidenciavam cuidados decorrentes do conhecimento da tradição da arquitectura popular, expressos pelo modo de adaptação ao terreno, quer pela organização espacial interna quer pela disposição das sequências construídas face à orografia, revelados também pelo tratamento

¹⁴⁰ Sobre o programa das Casas Económicas do Estado Novo, ver: "A visão urbanística do Estado Novo", no capítulo 2.

¹⁴¹ Os bairros habitacionais associados aos empreendimentos das centrais hidroeléctricas do rio Zêzere apresentavam uma organização tipológica e uma linguagem arquitectónica próximos dos anteriores bairros de Casas Económicas, a que acrescentavam uma atenção particular à disposição no terreno, realizada no contexto de orografias particularmente difíceis, e uma maior diversidade de tipologias, abrangendo também algumas habitações de maior dimensão. Claramente distintos dos conjuntos das hidroeléctricas do Douro no respeitante à articulação de conjunto, à relação com o terreno e à formalização, em termos de linguagem arquitectónica encontravam-se muito mais próximos do ideário formal do Regime. Sobre o Bairro Operário da Ponte da Pedra, ver: **TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50, FAUP**

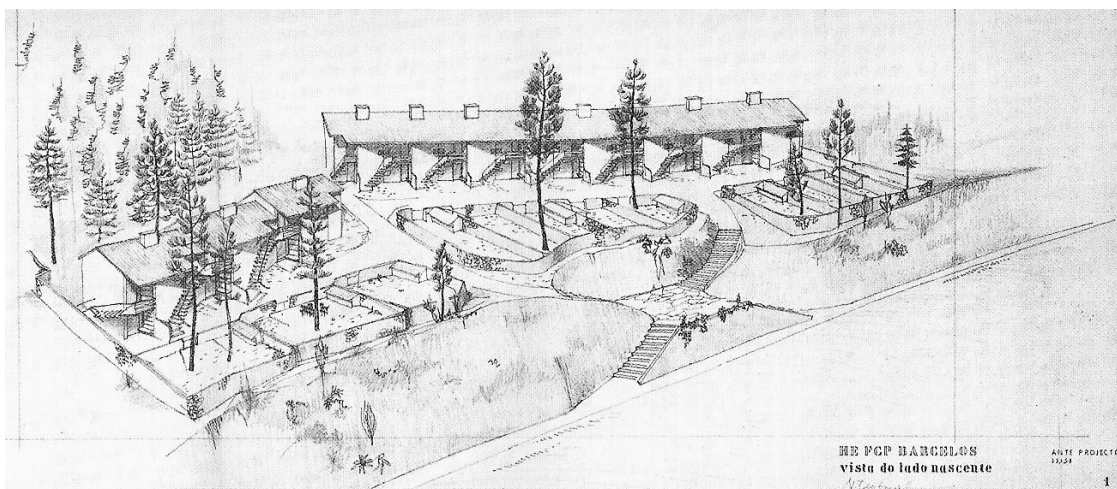


fig. 54 – Perspectiva do conjunto de casas de renda económica em Barcelos

volumétrico, com atenção à quebra da leitura da massa construída, e presentes ainda no relacionamento *orgânico* entre a construção e a estrutura urbana delineada, numa procura de adequação às características do meio, "[...] à realidade na linha da tradição local, sem compromissos com o pitoresco, o folclórico ou o rústico [...]" ¹⁴².

Nesse mesmo ano, Nuno Teotónio Pereira desenvolvia também um conjunto de casas de renda económica em Barcelos, em que a disposição em banda era trabalhada de modo a sublinhar o espaço individualizado das habitações, através da conformação de alguns elementos de separação e modelação do espaço, e em que o recurso à pedra granítica aparente e à cobertura em telha na caracterização formal se conjugava com uma associação directa de marginação do espaço público.

Estes dois exemplos, realizados através do mesmo sistema de promoção, constituem uma pequena parte de uma actividade continuada de produção de conjuntos urbanos, um pouco por todo o país. De facto, a Federação das Caixas de Previdência – Habitações Económicas (FCP-HE) desenvolvia a promoção de bairros habitacionais desde 1947, anteriormente a algumas das principais urbanizações realizadas pelas Câmaras Municipais das duas grandes cidades, empregando os fundos da Previdência para responder às necessidades de alojamento que se acentuavam.

A FCP-HE, na dependência do Ministério das Corporações, não substituíra, no entanto, o *sector das casas económicas*, dependente do Ministério das Obras Públicas, que continuava a produzir habitações em regime de propriedade resolúvel. Com uma equipa de arquitectos de dimensão progressivamente crescente, que chegou aos 15 profissionais, nela trabalharam Nuno Teotónio Pereira, João Braula Reis, Bartolomeu Costa Cabral, Vasco Croft de Moura, Alcino Soutinho, Vítor Figueiredo, Arnaldo Araújo,

Publicações. Porto. 1997. p 87 e p 297 figs 215-219. Ou também: **FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele** (coordenação) - Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002. Edições Asa. Porto. 2003 [2ª ed]. p 128-129.

¹⁴² De acordo com a leitura da Ana Tostões, na mesma obra acima citada: **TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50**. FAUP Publicações. Porto. 1997. p 88 e p 298 figs 220-223.

Pinto dos Santos ou Manuel Bagulho. No seu âmbito foram constituídas equipas de projecto, desenvolveu-se investigação e foi realizado trabalho por todo o território, para o que foi organizada uma distribuição dos técnicos pelas diversas regiões ¹⁴³.

Alcino Soutinho descreve a sua experiência na Delegação Norte da FCP-HE, como responsável pela região a norte do Douro, diferenciando as intervenções em contexto urbano das em aglomerados de menor dimensão, em que as soluções tipológicas empregues consistiam em moradias unifamiliares e em banda contínua, nas quais se reflectiam os resultados do Inquérito, sobretudo através da elaboração de projectos de arquitectura *muito realistas*, de *uma grande simplicidade*, organizando-se internamente em torno da lareira e da cozinha, concentrando as infra-estruturas e empregando à vista materiais como o granito ¹⁴⁴.

Também Vítor Figueiredo realizou alguns conjuntos habitacionais com habitações autónomas de pequena dimensão, associadas em bandas contínuas, para Benavente (em 1962), para Santo Estêvão (em 1963) e para Torres Novas (em 1964), dispondo as sequências de moradias no terreno por forma a compor quase-quarteirões ou de modo mais *orgânico*, procurando sempre proporcionar espaços exteriores de conformação diversa, de uso comum e para uso privado das habitações, num ambiente de conjunto mais próximo de uma caracterização rural do que verdadeiramente urbana, em que se

¹⁴³ Sobre o funcionamento da Federação das Caixas de Previdência – Habitações Económicas, ver a descrição, na primeira pessoa, de Nuno Teotónio Pereira, primeiro arquitecto da instituição, em: **PEREIRA, Nuno Teotónio – entrevista por: MATOS, Madalena Cunha – Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência.** in *Jornal Arquitectos #204*. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002. p 36.

¹⁴⁴ É em entrevista realizada pela mesma autora que o arquitecto regista memórias desta experiência, em que descreve as soluções para os espaços rurais como *muito espartanas*. Ver: **SOUTINHO, Alcino – entrevista por: MATOS, Madalena Cunha – Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência.** in *Jornal Arquitectos #204*. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002. p 39-41.

revelava uma preocupação atenta à realidade objectiva das condições e necessidades das pessoas, que impedia o desenvolvimento de repetições rotineiras de soluções ¹⁴⁵.

Sobre estas intervenções de pequena dimensão, disseminadas pelo território e realizadas por arquitectos de reconhecido valor, não existe hoje ainda um conhecimento sistematizado, quer sobre os projectos de arquitectura, quer sobre as opções de estruturação e organização morfológica ou quer mesmo sobre a escala das operações realizadas e a sua importância no crescimento urbano dos aglomerados em que se inseriram, factores certamente variáveis em função do enquadramento geográfico e da situação económico-social, dado o elevado grau de autonomia dos arquitectos responsáveis pelas diversas regiões.

Fazer cidade com habitação

No âmbito da FCP-HE foram igualmente realizadas importantes experiências de habitação colectiva, que produziram tecido urbano por todo o território do país, em diversificados aglomerados. A partir de uma ideia prévia sobre a carência de alojamento que se verificava nas diversas cidades, e com base na disponibilização de terrenos pelas respectivas Câmaras Municipais, as operações eram desenvolvidas

¹⁴⁵ Sobre a sua organização morfológica, Vítor Figueiredo afirma ser uma aproximação à criação de ruas através da disposição das construções (como em Peniche, com unidades de habitação colectiva de pequena escala), mantendo sempre a preocupação de evitar a repetição mecânica e exaustiva. Ver: **FIGUEIREDO, Vítor – entrevista por: GONÇALVES, Rogério; SANTOS, David Santos in D.A. #2. Associação de Estudos Documentos de Arquitectura. Lisboa. 1999.** p 49. Sérgio Fernandez apresenta sumariamente estes projectos, referenciando uma interpretação sobre a influência do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal neles expressa, de acordo com conceitos que os aproximavam do bairro Económico da Chamusca de Bartolomeu Costa Cabral. Ver: **FERNANDEZ, Sérgio – Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988.** p 145-146. Ver também: **FERNANDES, José Manuel – Da afirmação da geração moderna aos**

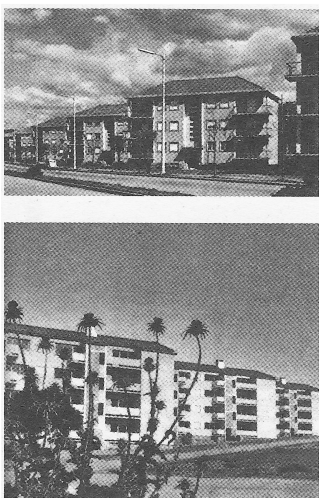


fig. 55 – Bairros da FCP-HE em Braga e no Barreiro

com recurso a projectos dos arquitectos da instituição ou à contratação de equipas de profissionais exteriores, ou ainda empregando soluções-tipo de projecto para diferentes situações contextuais ¹⁴⁶.

Esta actividade de produção de alojamento teve resultado na concretização de conjuntos urbanos ao longo de mais de duas décadas, com opções de estruturação, organização e desenho muito diferenciadas. O constrangimento na utilização de ascensores limitava a construção em altura, enquanto a tendência dos projectistas conduzia à utilização frequente de galerias de distribuição para os diversos fogos.

No respeitante às opções de articulação urbana, alguns conjuntos apresentam semelhanças – caso dos bairros do início dos anos 1960 em Braga e no Barreiro, com uma solução de implantação semi-articulada com a rua, em que os edifícios, de esquerdo-direito, de três pisos num caso e de quatro pisos no outro, são dispostos isoladamente, paralelos entre si mas diagonalmente em relação ao arruamento, de acordo com uma organização volumétrica que acompanha o arruamento sem o conformar volumetricamente. Noutras situações, os princípios de articulação urbana são distintos, como é o caso do bairro de Alcino Soutinho para Bragança, também do início dos anos 1960, em que os alojamentos se conjugam tipologicamente de modo semelhante, mas a repetição modular dos conjuntos em bandas

novos territórios da intervenção arquitectónica 1958-74. in REIS, António – *Portugal Contemporâneo (Volume V)*. Publicações Alfa. Lisboa. 1990.

¹⁴⁶ Nuno Teotónio Pereira descreve o início de actividade da FCP-HE como uma aplicação do projecto-tipo desenvolvido para o bairro de Alvalade a seis diferentes cidades do continente, de realidades tão distintas quanto Matosinhos e Évora; esta situação seria evitada depois por influência do próprio e de Braula Reis, a ela adversos. (PEREIRA, Nuno Teotónio – entrevista por: MATOS, Madalena Cunha – *Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência*. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002. p 39) Nuno Portas destaca a importância dos trabalhos para a FCP-HE, assinalando como os arquitectos da "[...] geração mais nova terão em pequenos bairros dispersos da Previdência oportunidade de trabalho (Soutinho, Figueiredo, C. Cabral, J. Morais, etc.)", em: PORTAS, Nuno - *A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação*. in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970. p 743

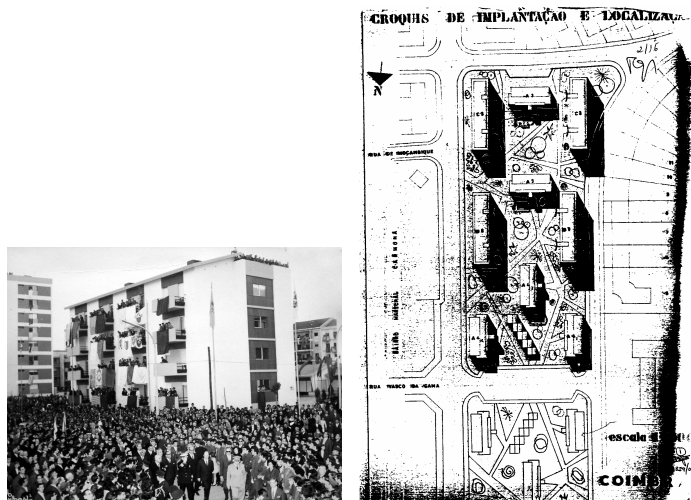


fig. 56 – Bairro da FCP-HE em Coimbra (imagem da inauguração e planta do conjunto)

construídas sequencialmente, englobando três núcleos de acessos verticais, configura blocos de maior continuidade volumétrica, com um tipo de relação de conjunto muito distinta dos primeiros, mais directamente identificável com bairros como o construído em Braga, dez anos antes, por Nuno Teotónio Pereira ¹⁴⁷.

Analisando alguns outros exemplos, verifica-se uma discrepância ainda maior nos princípios de estruturação urbana, que não se resume à articulação de conjunto mas adquire também incidência na organização tipológica e volumétrica e na composição do tecido da cidade.

Para Coimbra, na primeira metade da década de 1960, Jorge Albuquerque concebia um bairro habitacional baseado na utilização de unidades lameliformes de 8 pisos, organizadas como aglutinações duplas de esquerdo-direito, blocos de menor dimensão, com 4 pisos, de distribuição por galeria exterior, e umas pequenas unidades comerciais térreas. Inserido na estrutura urbana como quarteirão, este conjunto era, contudo, projectado como um espaço aberto e totalmente permeável à circulação pedonal, em que as entradas para os edifícios se efectuavam pelo lado oposto aos arruamentos, subvertendo a estrutura urbana do local sem contudo deixar de lhe conferir um sentido de conformação espacial e continuidade, através do rigoroso alinhamento da implantação das construções pelo espaço público, no que constituía um exercício ambíguo de organização do espaço urbano, um híbrido entre a cidade tradicional e os princípios de desenho modernistas, com inusitada atenção ao contexto local ¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Uma representação sumária destes projectos encontra-se em: **MATOS, Madalena Cunha – Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência**, in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002. p 34 e p 39. E em: **TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira**. Quimera Editores. Lisboa. 2004. p 88.

¹⁴⁸ O bairro da FCP-HE de Coimbra situa-se na continuidade do bairro de casas económicas anteriormente construído na área de expansão sudeste da cidade. Sobre este conjunto, ver: **CORREIA, Jorge Paulo – 'Bairro das Caixas': Coimbra**. Prova

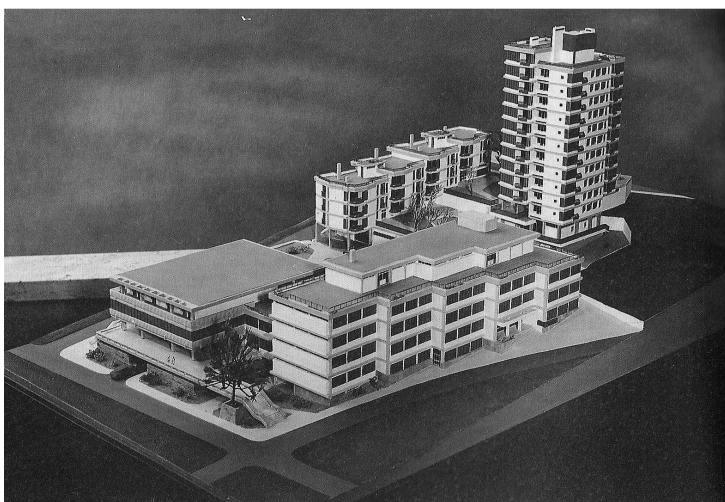


fig. 57 – Bairro da FCP-HE no Funchal (foto da maquete)

No Funchal, Raul Chorão Ramalho desenvolveu, entre 1964 e 1969, também para uma situação urbana de quarteirão, uma solução de conjunto englobando diversos edifícios, para os quais era requerido não apenas programa habitacional mas também comércio e serviços diversos - Instituto Nacional do Trabalho, Tribunal de Trabalho, Serviços Medico-Sociais e Serviços da própria FCP. Articulando conjuntamente volumetrias diferentes, de modo compositivo, incluindo uma torre de 9 pisos para habitação, blocos de 3 pisos, também habitacionais, conformando o arruamento, um espaço aberto para o interior do quarteirão, apropriável pelos residentes e uma plataforma de apoio a um edifício semi-autonomizado, concentrando os serviços administrativos previstos, que não se demitia de marginalizar o espaço público do arruamento, acompanhando-o. Este conjunto assumia um carácter estritamente relacionado com o local, constituindo uma solução única, com um carácter de composição volumétrica diversificada, realizada simultaneamente tendo em atenção uma topografia de forte pendente e um princípio fundamental de definição urbana baseado no acompanhamento e marginação do espaço público ¹⁴⁹.

Por seu turno, Bartolomeu Costa Cabral e Vítor Figueiredo desenvolviam também diversos projectos habitacionais para a FCP-HE, projectando soluções relacionáveis com as experiências urbanísticas das grandes operações planeadas de expansão da cidade de Lisboa, particularmente dos Olivais, em que também haviam participado, pelas suas características de organização e disposição no terreno. O conjunto projectado pelo primeiro para a Covilhã, em 1963, ou o desenvolvido pelo segundo para Peniche, em 1968, compreendem um cuidado particular na diversificação e referenciação de ambientes

Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra. 2003.

¹⁴⁹ Este conjunto encontra-se publicado, incluindo um texto do autor, em: **FERNANDES, José Manuel (comissário) – Anos 60 anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta. Livros Horizonte e Lisboa 94. (catálogo da exposição organizada pelo Departamento de Intervenção Urbana da Sociedade Lisboa 94). Lisboa. 1994. (s/ pag).**



fig. 58 – Bairro da FCP-HE em Peniche

urbanos, conformados a partir da disposição dos edifícios, tendencialmente procurando desenvolver a continuidade da massa construída e a diversificação espacial *orgânica* no exterior, a partir de volumetrias com três a quatro pisos sem articulação directa com os arruamentos, aqui entendidos como circulação viária e não como área pública de permanência ¹⁵⁰.

Com uma atitude também informada pelas experiências do momento, na viragem para a década de 1960, Nuno Teotónio Pereira desenvolvia um bairro habitacional para Vila do Conde em que recorria a duas diferentes soluções tipológicas, empregando tanto bandas de casas geminadas como blocos de quatro pisos, a partir de uma leitura atenta do sítio e de uma abordagem humanizada à criação do espaço habitável. Teotónio demonstra um teor experimental na modelação dos blocos habitacionais, em estreita relação com a organização interna, abrindo ao exterior o núcleo de acessos verticais e desenvolvendo uma construção volumetricamente estendida, de modo *orgânico*, numa procura de modelação do espaço exterior com que procura estabelecer relações de abertura ¹⁵¹.

Estes exemplos, apesar de constituírem uma visão parcelar sobre um trabalho de âmbito alargado no território e no tempo, ainda insuficientemente estudado, permitem depreender a diversidade de respostas urbanísticas obtidas através da actividade da FCP-HE. Acusando uma afinidade quanto à metodologia de financiamento e de produção de habitação e de cidade com o programa italiano INA-Casa, a acção da FCP-HE em Portugal não apresenta uma semelhança idêntica a nível

¹⁵⁰ Sobre o conjunto de Bartolomeu da Costa Cabral, ver sumariamente, em: **PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Portugal: Architecture 1965-1990**. Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed. Electa. Milão. 1991]. p 19. Sobre o de Vítor Figueiredo, ver, igualmente de modo sintético, na mesma obra, p 53, e em: **PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/ Anos Oitenta**. Fundação de Serralves. Porto. 1991. p 25.

¹⁵¹ Este trabalho é descrito como próximo de uma *abordagem humanizada do espaço* e de uma *prática construtiva regional*, por antítese às soluções mecanicistas de grande escala do racionalismo, em: **FIGUEIREDO, Rute – Federação das Caixas de Previdência: Barcelos, Vila do Conde 1958-1959**. in **TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970**. IPPAR. Lisboa. 2004. p 250-251.

conceptual, dada a proliferação de tendências diversas nos diversos empreendimentos, de carácter mais empírico, vernacular ou crítico do estilo internacional ¹⁵².

Na realidade, as propostas urbanísticas desenvolvidas nos diversos conjuntos habitacionais da Federação das Caixas de Previdência não evidenciam uma identidade ou lógica própria, ou uma linha de acção única, coerentemente enunciável. As circunstâncias da execução, o momento da realização, a dimensão das operações, os diversos contextos de enquadramento locais e, evidentemente, as culturas arquitectónicas e sensibilidades pessoais dos diferentes arquitectos envolvidos determinaram essas diferentes respostas.

Alguns outros conjuntos habitacionais construídos neste período, pelos princípios urbanísticos que fundamentam a sua concepção ou pela sua escala e inserção no tecido urbano, representam também momentos interessantes de experimentação de desenho urbano no país, ultrapassando a simples situação de preenchimento da estrutura já definida, a concretização parcelar sem ideia de articulação conjunta ou a realização sem intenção conceptual.

É o caso do bairro de José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos próximo do liceu de Aveiro, promovido por iniciativa municipal. Realizado em 1966, este conjunto de cinco edifícios habitacionais idênticos, de cinco pisos, inscreve-se num quarteirão urbano já configurado, abrindo o seu interior como espaço urbano de apropriação pública a partir da desmaterialização das frentes urbanas dos arruamentos, que as construções propostas acompanham de modo descontínuo. Os edifícios implantam-se assim isoladamente num espaço aberto ajardinado, de acordo com uma orientação

¹⁵² Na análise de Nuno Portas e Manuel Mendes, apresentada em: **PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Portugal: Architecture 1965-1990**, Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed. Electa. Milão. 1991]. p 53.

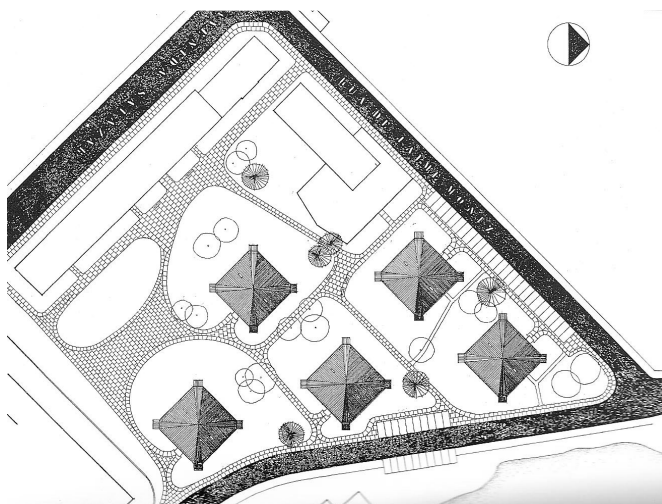


fig. 59 – Conjunto habitacional junto ao liceu, em Aveiro

ortogonal de conjunto, mas com uma relação híbrida com a geometria do espaço urbano do local, com que estabelece algumas relações de continuidade ¹⁵³.

Do mesmo autor, o projecto de 1965 para o edifício SOGIM, no Porto, embora de menor dimensão no contexto urbano, apresenta também um trabalho sobre a interpenetração entre espaço público e espaço privado na cidade. O programa – um hotel – é alojado num volume em torre, destacado, libertando o espaço envolvente, conformado como praça por volumes mais baixos que acompanham a volumetria dos edifícios envolventes, contactando com a rua a partir de um dos vértices ¹⁵⁴.

O complexo habitacional projectado por Rogério Ramos para a Régua, já em 1969, promovido pela Hidroeléctrica do Douro, constitui um outro exemplo interessante quanto aos princípios de articulação urbana, com uma solução perfeitamente distinta. Concebido como um volume único de grande desenvolvimento, cuja continuidade é obtida a partir da sequenciação de conjuntos em esquerdo-direito, mantém uma dimensão altimétrica constante, adaptando-se à irregularidade orográfica do local através da sucessão de torções, que lhe permitem igualmente seguir o arruamento, a que garante uma relação de conformação espacial ¹⁵⁵.

¹⁵³ Este conjunto encontra-se publicado em: **PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Portugal: Architecture 1965-1990. Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed. Electa. Milão. 1991].** p 58-59.

¹⁵⁴ Sérgio Fernandez critica esta relação com a rua, demasiado estrangida para possibilitar uma vivência urbana do espaço criado, relacionando o conjunto por antítese com o projecto Economist, de Allison e Peter Smithson em Londres, com uma situação semelhante e uma solução inversa, implantando os volumes menores no topo do quarteirão e permitindo uma mais clara sugestão de continuidade do espaço público a partir do arruamento. Ver: **FERNANDEZ, Sérgio – Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988.** p 150-151.

¹⁵⁵ Projecto realizado com a colaboração de Manuel Nunes de Almeida e José Jorge Mota de Sousa em 1969, e concluído em 1972, encontra-se publicado com uma completa apresentação gráfica em: **FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele – Habitação Contemporânea, Formas de Habitar. Asa Editores. Porto. 2003.** p 90 a 119.

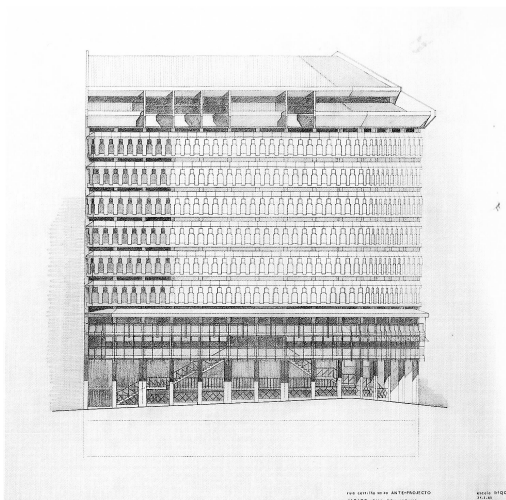


fig. 60 – Alçado do edifício *Franjinhas*

Estes casos apresentam algumas situações de desenvolvimento de conjuntos urbanos, realizadas por promotores diversos – entidades públicas, municípios ou empreendedores privados - com resultados significativos no tipo de composição urbana. Embora sem constituir exemplos paradigmáticos ou modelares, concretizaram no território soluções de articulação do espaço com a forma construída com um relevante teor de experimentação e o desenvolvimento de uma procura específica de resposta às características do lugar.

Outras vertentes de produção urbanística e arquitectónica realizavam a sua actividade sem equiparável significado na experimentação da forma urbana, quer preenchendo parcelas em estruturas pré-determinadas ¹⁵⁶, quer construindo espaços de urbanidade menos cuidada e informada, ou realizados com menor interesse e atenção pelas especificidades culturais e locais e pelo debate disciplinar sobre a cidade ¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Caso de diversas obras qualificadas de intervenção na cidade durante a década de 1960, algumas delas, inclusivamente, conseguindo desenvolver um teor reflexivo sobre a condição da cidade. Como exemplo, entre outros, poderão referir-se dois projectos do atelier de Nuno Teotónio Pereira, ocupando lotes urbanos mas propondo uma interpenetração entre o espaço público e o privado, trabalhando percursos no interior da proposta – a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (com Nuno Portas, desenvolvido a partir de 1962) e o edifício de escritórios e comércio *Franjinhas* (com João Braula Reis, projecto iniciado em 1965). Projectos republicados em: **TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*. Quimera Editores. Lisboa. 2004. p 196-201 e p 208-213.**

¹⁵⁷ Nos quais se inclui a primeira expansão suburbana apoiada na construção de habitação colectiva, incluindo alguns grandes empreendimentos realizados pela mão de profissionais credenciados – é o exemplo do conjunto habitacional das *torres* de Alfragide, na periferia de Lisboa, de Conceição Silva e Tomás Taveira, de 1970, apresentando uma organização que, partindo de uma concepção espacial estruturalmente racionalista, procura a densificação através da construção de três edifícios de quinze pisos em torno de um centro comercial, numa lógica de agregação celular (ver: **PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – *Portugal: Architecture 1965-1990*. Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed. Electa. Milão. 1991]. p 58-59**); investimentos turísticos como o hotel e aldeamento da Balaia, no Algarve, de 1965-70 ou o da Torralta, em Tróia, de 1970-71, realizados pelos mesmos autores, demonstram igualmente uma menor preocupação pelo desenvolvimento de novas soluções urbanísticas, declarando os autores ter por grande objectivo de concepção a rentabilização económica da exploração; também a urbanização de Santo António dos Cavaleiros, na periferia norte de Lisboa, um conjunto de grande escala



fig. 61 – A queda de Salazar, retratada por João Paulo Cotrim e Miguel Rocha

A (des)esperança marcelista

A forma inesperada como António de Oliveira Salazar era afastado da liderança política do país em Setembro de 1968, devido a um hematoma cerebral que o incapacitava fisicamente, criava a expectativa de uma radical transformação na sociedade portuguesa.

A realidade frágil do Regime na sua fase de decadência tornara-se evidente com a verificação, no momento da substituição, da sua dependência da pessoa do velho Presidente do Conselho. Entre compromissos e algumas relutâncias, o cargo era entregue ao antigo delfim Marcello Caetano, reaparecido no Conselho de Estado que determinava a substituição¹⁵⁸.

Com o seu perfil reformista, Caetano aparecia como o rosto de um projecto de modernização política, económica e social, iniciando um momento de esperança generalizada na liberalização do país. O projecto reformador retomava ideias já anteriormente enunciadas, juntando aos conceitos tradicionais

projectado por Reais Pinto em 1968 e realizado com recurso à pré-fabricação pesada, era declaradamente elaborada *tirando partido da monotonia arquitectónica* obtida através da repetição de elementos, *fenómeno característico do nosso tempo* (ver: GOMES, Paulo Varela – Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos, in PEREIRA, Paulo (direcção) – *História da Arte Portuguesa (volume III)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 556. E também: FERNANDEZ, Sérgio – Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988. p 177-178).

¹⁵⁸ Para Fernando Rosas, a sucessão de Salazar por Marcello Caetano impunha-se com inusitada facilidade, por pressão quer dos grandes grupos financeiros, quer das chefias militares, quer de grande parte da opinião pública, quer ainda dos meios diplomáticos europeus. No entanto, o novo líder, para obter o poder, ter-se-á comprometido com as condições da ala conservadora e colonialista do Regime, de acordo com o presidente Américo Tomás, concordando com a manutenção da política colonial e da guerra. Ver: ROSAS, Fernando – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974), in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 545-546.

do Estado Novo uma nova intenção de desenvolvimento económico, de aproximação à realidade europeia e de procura de maior equilíbrio e justiça sociais.

Na última meia dúzia de anos, a contestação interna havia acalmado, após a repressão das greves estudantis de 1962, a contenção dos reformistas como consequência do golpe falhado de Botelho Moniz, a concentração de esforços do país em torno do esforço da guerra colonial, entretanto estendida a Guiné e Moçambique, e também o impulsionar do desenvolvimento económico de base industrial. Internacionalmente, o envolvimento americano na guerra do Vietname e a exploração diplomática de algumas contradições europeias quanto aos seus interesses em África, haviam também tornado sustentável a pressão contra a política colonial portuguesa, que continuava porém a ser abertamente objectada por diversos Estados e pelas Nações Unidas ¹⁵⁹.

Este sustentar de uma posição de força, *orgulhosamente só*, prolongara a situação do país no atravessamento do período central dos anos 1960, sem que o efectivo reforço da repressão política interna conseguisse impedir a redefinição das oposições – das cisões da esquerda ao catolicismo progressista - num tempo em que sopravam ventos de mudança a partir do exterior, e o desenvolvimento de movimentos de empenhamento cívico e comprometimento social a que não era alheio o aparecimento, com raízes nas lutas estudantis, de uma geração de jovens motivados.

A resistência e contestação ao Regime ultrapassava o campo tradicional da oposição política, alastrando pela sociedade, apesar da repressão, de um modo que se tornava visível, com a circulação

¹⁵⁹ Caso dos países nórdicos ou do Vaticano, que recebia os líderes independentistas africanos; na ONU, resoluções condenam a posição portuguesa em anos sucessivos. Internamente, a repressão sobre os estudantes, o assassinio de Humberto Delgado pela PIDE, a deportação de Mário Soares (advogado da família do ex-candidato à presidência) para São Tomé ou os golpes policiais contra o Partido Comunista são demonstrativos da violência empregue pelo Regime para conseguir dominar a contestação. Ver: **ROSAS, Fernando** – **Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)**. in **MATTOSO, José (direcção)** – **História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)**. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 539-543.



fig. 62 – Marcello Caetano: primeiro discurso público após a posse e na RTP, nas *Conversas em Família*

de publicações clandestinas (muitas de raiz católica), com a relativa tolerância perante os oposicionistas nas eleições de 1965, com a publicitação do desastre das cheias de Novembro de 1967 pelas organizações estudantis, e, em 1968, com a manifestação frente à embaixada americana contra a guerra do Vietname e com a greve dos cobradores da Carris de Lisboa, que conduzia a violentos choques com a polícia.

Toda esta tensão latente na sociedade, com o fecho do ciclo salazarista e a substituição do chefe de governo, ganhava agora nova expressão. A *primavera* marcelista surgia como o tempo da resposta a todos os problemas de uma sociedade fechada e atrasada, num país ávido de renovação.

Marcello Caetano iniciava a sua governação dando sinais de abertura, de vontade de liberalização e, sobretudo, de modernização económica. No entanto, a continuação assumida da política colonial assente na via militar revelar-se-ia decididamente antagónica à via desenvolvimentista que o novo Governo pretendia implementar, no seu reformismo gradualista. O país, não sentindo a guerra em África como sua, atribuíra-lhe a responsabilidade pelo atraso que sentia; por outro lado, o esforço bélico afectava recursos humanos e económicos que escasseavam efectivamente para promover o desenvolvimento económico e o esboço de estado social delineado; por outro lado ainda, o protesto contra a guerra surgia transversalmente na sociedade, inviabilizando a evolução para uma maior abertura e liberdade de opinião, que resultava de imediato numa intolerável contestação à política do Regime¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Não sendo consensual se Caetano, que, já em 1968, defendia a criação de *novos Brasis* em África, deixara, no poder, de acreditar genuinamente nessa via, passando a acreditar no empenhamento militar - como defende Fernando Rosas -, ou se estaria simplesmente a submeter-se aos compromissos assumidos perante as chefias militares para alcançar o cargo - como descreve António Reis -, na realidade a prossecução da guerra em África tornar-se-ia a marca fundamental da sua governação. Ver: REIS, António - A Abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime, in *Portugal Contemporâneo (Volume V)*. Publicações Alfa. Lisboa. 1990. E também: ROSAS, Fernando - Portugal depois da

Liberalizar mantendo a guerra era o propósito de governação estabelecido, que levaria ao Governo e à Assembleia Nacional uma jovem geração de políticos, estabelecendo uma plataforma sobre a qual se processava o renovado ímpeto desenvolvimentista ¹⁶¹.

O III Plano de Fomento seria a base sobre a qual assentaria um desenvolvimento orientado para o fomento industrial, pensado ainda como motor da economia. Elaborado ainda antes do novo ciclo político, o plano pretendia preparar a economia para a abertura alfandegária acordada com a EFTA, reservando um papel activo para a iniciativa privada, para o desenvolvimento da qual era proporcionado um forte suporte estatal, designadamente através de um proteccionismo tendente à minimização do risco e da construção de infra-estruturas de apoio às actividades. Com o novo governo, registava-se também uma nova abertura ao investimento estrangeiro no país, tentando sobretudo atrair capital industrial.

Alguns aspectos sociais são relevantes no período, como o crescimento real dos salários, particularmente a partir de 1969 (embora continuando das mais baixas no contexto europeu), num contexto de reestruturação da actividade económica e de recomposição demográfica em continuidade

guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974). in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 545-558.

¹⁶¹ Primeiramente com um apoio vasto, fundamentado na expectativa de continuação das mudanças iniciadas, que teriam um primeiro golpe nas eleições do final de 1969 para a Assembleia, transformadas de momento legitimador em evidência de continuidade do sistema de poder. Depois, a avalanche de expectativas criada desmoronava-se, e surgia a contestação – nas Universidades, entre os católicos progressistas, nos grupos de esquerda maofsta e marxista-leninista, na multiplicação das greves, na imprensa (sobretudo com a criação do Expresso), entre a hierarquia militar e até na Assembleia, pela mão da *ala liberal*. No exterior, a complicação da situação militar e a visibilidade e reconhecimento internacional dos movimentos independentistas, constituiria um contínuo revés para o Regime. Com o fim da *primavera*, a tónica da governação fechar-se-ia, assentando cada vez mais na guerra e não tanto na veia do desenvolvimento, que tardava a dar frutos e se confrontava com uma difícil situação económica internacional. Ver: ROSAS, Fernando – **Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974).** in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 551-558.



fig. 63 – Encontro nacional de estudantes na Associação Académica de Coimbra, em 1969

com o que se verificara nos anos anteriores – concentração populacional nas duas grandes áreas metropolitanas, onde se sedavam as actividades produtivas dos sectores secundário e terciário, e forte emigração para o exterior, neste período sobretudo para a Europa, que atingira já enormes proporções e com o marcelismo se passaria a realizar cada vez mais de modo clandestino ¹⁶².

Territorialmente, a concentração urbana na faixa litoral, e em particular nas duas grandes cidades, que se espalhavam para as áreas envolventes, suburbanizando-se, constituíam processos que prosseguiram no país, em continuidade com os anos anteriores. Como consequência, as deficientes condições de alojamento de grande parte da população agravavam-se, traduzindo-se em habitações precárias, sublocação e desenvolvimento urbano periférico e menos qualificado.

A par de uma concentração dos principais ramos da actividade económica nacional em torno de um pequeno número de grupos financeiros e industriais, o período marcelista procurava conduzir o Estado para uma nova vertente social, evoluindo para um princípio keynesiano ¹⁶³.

Neste domínio, a resposta ao problema da habitação através da promoção da construção de alojamentos era uma ambição do III Plano de Fomento, constatando as deficiências verificadas pela

¹⁶² Os salários reais subiam a uma média total nacional de 4,9% ao ano entre 1969 e 1973, aumento que seria superior nas indústrias transformadoras, com 8,2%. No entanto, apesar dos aumentos salariais as condições de vida na Europa eram consideravelmente superiores, o que é expresso pela elevada emigração: no total, entre 1965 e 1973 seria sempre superior a 100.000 habitantes, atingindo os 173.267 em 1970, com a emigração clandestina a representar 106.907, situação relacionada com a perspectiva da guerra colonial, que levava muitos jovens a sair do país para evitar a incorporação militar. Ver: **ROSAS, Fernando – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)**, in **MATTOSO, José (direcção) – História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)**, Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 469 quadro XXXVII e p 423 quadro V. A concentração urbana levava a área metropolitana do Porto a atingir cerca de 500.000 habitantes e a área metropolitana de Lisboa 1 milhão, de acordo com: **ALMEIDA, João Ferreira; COSTA, António Firmino; MACHADO, Fernando Luís – Recomposição socioprofissional e novos protagonismos**, in **REIS, António (coordenação) - Portugal: 20 anos de democracia**, Círculo de Leitores. Lisboa. 1994, p 309 quadro 1.

¹⁶³ Ver: **FRANCO, António Luciano de Sousa – Enquadramento da Revolução**, in **REIS, António (coordenação) - Portugal: 20 anos de democracia**, Círculo de Leitores. Lisboa. 1994, p 174.

iniciativa privada neste domínio, designadamente o insuficiente ordenamento do tecido construído, a falta de equipamentos, a especulação fundiária e a tendência preferencial para a construção de alojamento destinado aos segmentos mais elevados do mercado ¹⁶⁴. Não sendo a preocupação com a construção habitacional uma novidade neste terceiro plano de investimento, já que o anterior também a havia previsto, sem que as metas definidas fossem atingidas, era agora mais ambiciosamente enunciada, apresentando como objectivo a construção de 49.430 fogos pelo conjunto das entidades públicas e semi-públicas envolvidas. Este número, embora superior ao dobro do do plano anterior, correspondia apenas, no quadro de carência habitacional do momento, a uma pequena parte das necessidades verificadas, estimadas em 1969 em 350.000 a 500.000 fogos ¹⁶⁵.

Na primavera marcelista, um acontecimento marcava decisivamente uma mudança de visão sobre a produção de habitação e o papel do Estado – o Colóquio sobre Política de Habitação, realizado em Lisboa em Julho de 1969. Com este evento torna-se clara uma mudança no modo como a habitação era encarada social e politicamente, deixando de constituir primordialmente o domínio familiar da velha visão ideológica do Estado Novo para ser vista como um requisito básico de cidadania, cuja necessidade iniludível deve ser assegurada pelo Estado. Simultaneamente, este entendimento era ainda alargado a uma visão mais abrangente sobre o habitar, que passava a ser compreendido de acordo com

¹⁶⁴ Sobre as opções habitacionais dos Planos de Fomento, ver: **FERREIRA, António Fonseca – Por uma Nova Política de Habitação, Edições Afrontamento. Porto. 1987.** p 66.

¹⁶⁵ No II Plano de Fomento (Plano Intercalar) haviam já sido enunciadas políticas para a habitação e a saúde. O Plano seguinte dava continuidade e aprofundava estas políticas, procurando minorar os desequilíbrios do desenvolvimento e racionalizar os investimentos. No entanto, é de assinalar a discrepância verificada entre as medidas preconizadas nos Planos de Fomento e a sua real implementação, tanto devido à escassez de recursos (amplificada pelo condicionamento do esforço financeiro da guerra prolongada), como à complexidade das estruturas administrativas, como ainda aos diversos governantes, por vezes avessos à interferência dos Planos na sua jurisdição. Ver: **ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão – Dicionário de História do Estado Novo, Círculo de Leitores. Lisboa. 1996.** p 739-742 entrada 'planos de fomento'.

uma percepção do usufruto colectivo da urbanidade, implicando o acesso a equipamentos e serviços públicos, considerados também indispensáveis, para além da simples necessidade individual de abrigo. *"O direito à cidade fica[va], assim, automaticamente consagrado através do exercício do direito à habitação. Só o simples reconhecimento destes princípios por parte do Estado [...] era, em si mesmo, a reforma que se tornava visível e que, mais do que nunca, dava a ilusão de ser possível"*, conforme refere José António Bandeirinha ¹⁶⁶.

Do planeamento integrado...

A criação do Fundo de Fomento da Habitação traria para o campo operativo esta nova perspectiva *integrada* entre a criação de alojamento e a construção de cidade, destinando-se a promover o desenvolvimento de novo tecido urbano em diversas cidades do país.

Alargando as experiências habitacionais e de planeamento urbano anteriormente realizadas nas duas principais cidades a contextos geograficamente diversos, a acção do FFH incidia na elaboração de

¹⁶⁶ José António Bandeirinha analisa com pormenor o contexto, o desenvolvimento e as repercussões do Colóquio sobre Política de Habitação. Realizado no LNEC, por iniciativa do Ministério das Obras Públicas, o Colóquio debateu diferentes aspectos da carência de habitação, de acordo com as necessidades sociais e o rendimento, questões fundiárias, o funcionamento do mercado da construção, o planeamento territorial e o papel do sector público, constituindo um momento de viragem no respeitante à questão do alojamento, com resultados na atitude institucional e nas políticas concretas seguidas posteriormente. Ver: **BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade de Coimbra. Coimbra. 2001.** p 88 a 106. Sobre a mudança de entendimento do papel da habitação e o direito à cidade, ver p 103. Para uma leitura crítica do Congresso realizada na época, apresentando um entendimento sobre as contradições das políticas de habitação marcelistas e do seu empenhamento social, ver: **PEREIRA, Nuno Teotónio – O Colóquio da Habitação: O comentário necessário.** in *Escritos (1947-1996, selecção)*. FAUP Publicações. Porto. 1996. p 98-105. [1ª publicação in *Cadernos Necessários* 3. publicação clandestina. 1969]

Planos Integrados, que preparavam ambiciosamente a realização de operações vastas de criação de pedaços de cidade. Guimarães, Porto, Aveiro, Almada, Setúbal e Sines eram algumas das cidades para as quais eram propostos estes planos para novas expansões, desenvolvidos com o envolvimento de arquitectos que procuravam organizar novas soluções de tecido urbano, informadas não só pelo curso da experimentação realizada nos planos dos Olivais e de Chelas mas também pelo debate que rodeava o esgotamento das soluções modernistas e a perseguição de novas possibilidades no plano internacional.

A elaboração destes planos por diferentes equipas de profissionais conduzia-os em sentidos plurais, novamente a partir das diversas afinidades culturais e das sensibilidades próprias que os influenciavam no desenvolvimento de novas soluções, de conteúdo experimental síncrono com o momento de crise e reflexão vivido. Conceptualmente, o caminho tomado levava generalizadamente à realização de "[...] *edifícios complexos ou complexos de edifícios, de um mesmo autor, que, por vezes, tentam resolver, no interior da sua 'obra', os problemas de identidade do espaço público* [...]" ¹⁶⁷.

Entre estes trabalhos, ainda deficientemente estudados, é de assinalar o plano para uma vasta operação urbanística no Monte da Caparica (em Almada), em que se previa a construção de alojamento para um total de 100.000 habitantes ¹⁶⁸. A solução urbanística, traçada para o local por uma equipa liderada por Luís Vassalo Rosa era confessadamente influenciada por experiências internacionais de revisão do desenho urbano modernista, como a cidade francesa de Toulouse-le-Mirail ¹⁶⁹. Também a criação de

¹⁶⁷ De acordo com a descrição de Nuno Portas e Manuel Mendes em: **PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/ Anos Oitenta**. Fundação de Serralves. Porto. 1991. p 30.

¹⁶⁸ Este plano é sumariamente referenciado por Carlos Duarte em: **DUARTE, Carlos – L'ouverture Néo-Capitaliste**. in ***L'Architecture d'aujourd'hui* # 185. Groupe Expansion. Paris. 1976.** p 22.

¹⁶⁹ Influência declarada por Maria Manuel Godinho de Almeida, relatando a sua participação no Plano Integrado de Almada – Monte da Caparica, num seminário realizado na sede da Associação dos Arquitectos Portugueses quase três décadas depois

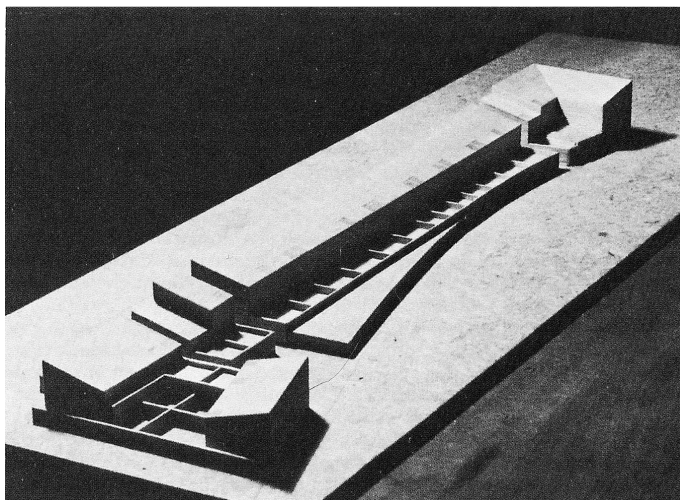


fig. 64 – Projecto para conjunto habitacional em Caxinas: foto da maquete

uma nova área urbana, de raiz, a norte da vila de Sines, constituía uma acção de relevo, quer pela escala quer pelo seu desenvolvimento. Relacionada com a aposta económica estratégica no desenvolvimento de uma grande estrutura industrial pesada, associada ao porto daquele núcleo urbano alentejano, a *cidade nova* de Santo André era prevista como um aglomerado satélite, capaz de proporcionar o alojamento e actividades de apoio à população prevista para o empreendimento, sendo estruturada de acordo com princípios de organização ainda herdados dos modelos modernistas, em que as áreas construídas se implantavam no contexto de um espaço aberto de carácter naturalista. Esta concepção, trabalhada a partir de 1970 pelo Gabinete da Área de Sines, seria depois alterada parcelarmente por diversas equipas de trabalho, durante um processo de concretização lento, indissociável da crise petrolífera e dos consequentes condicionamentos na realização de infra-estruturas como a refinaria de Sines¹⁷⁰.

Outro conjunto de grande importância – por motivos absolutamente diversos – desenvolvido no âmbito do FFH foi o bairro de Álvaro Siza para Caxinas, em Vila do Conde, de 1970. Ao contrário do Monte da Caparica e de Santo André, a dimensão da operação era diminuta, mas a solução projectada pelo arquitecto, regressado de Barcelona e do contacto com Robert Venturi, apresentava um importante carácter pioneiro, pela recuperação de aspectos tipo-morfológicos tradicionais na construção do tecido urbano *clássico* – a rua, a praça, a relação entre a edificação e a conformação do

(ALMEIDA, Maria Manuel Godinho – comunicação apresentada no seminário 1º Encontro AAP – Habitação. Grupo de Trabalho Habitação da Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 8 de Maio de 1998).

¹⁷⁰ Santo André será talvez, de entre os conjuntos do FFH, aquele em que as palavras de Nuno Portas correspondam mais evidentemente ao resultado: "*o grande 'bairro' como conglomerado dos conjuntos parcelares dos diferentes autores, em que o bloco ou conjunto de blocos se sobrepõe à malha unificadora e à própria estrutura da cidade de que eram expansão*". Em: PORTAS, Nuno – A Arquitectura da Habitação no Século XX Português, in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997. p 120. Ver também:

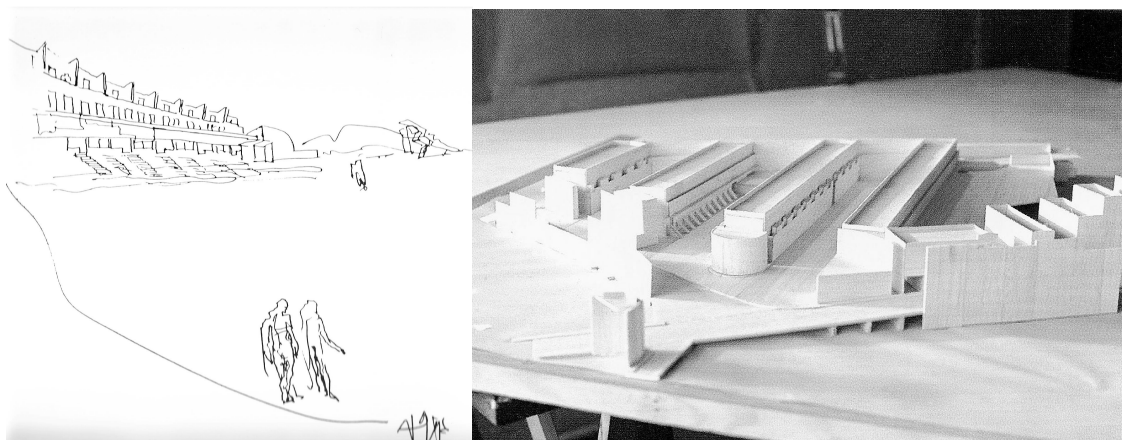


fig. 65 – Esquisto de Álvaro Siza e maquete para o conjunto habitacional da Bouça

espaço - no lugar do organicismo da década anterior, pela integração de elementos pré-existentes e também pela importância atribuída ao desenho, numa reviravolta conceptual e formal desconcertante para o momento. Posteriormente, em 1973, Siza realizaria um outro projecto no mesmo âmbito, para o conjunto habitacional da Bouça, que marcaria ainda o regresso à utilização do quarteirão ¹⁷¹.

Outras experiências do FFH seguiriam estes princípios de concepção a partir da recuperação das unidades morfológicas da cidade tradicional, conformando mais ou menos explicitamente quarteirões, como os bairros para Aveiro - Santiago, de Alberto Oliveira, João Maia e José Semide, iniciado em 1972, e para a Quinta da Sra. da Conceição, em Guimarães, de Pedro Ramalho e Luís Ramalho, iniciado em 1973, ambos com uma construção lenta, que só se concretizaria anos depois ¹⁷².

Comum a todos estes trabalhos do Fundo de Fomento da Habitação era a incapacidade de concretização no terreno: todos eles foram realizados apenas parcelarmente, e com atrasos, demonstrando as dificuldades práticas do programa, a exemplo do que acontecera (e acontecia ainda) com a urbanização lisboeta de Chelas. À vasta e ambiciosa programação de intervenções não correspondia uma capacidade de as realizar efectivamente, espelhando as debilidades de um Estado

GOMES, Paulo Varela – Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos, in PEREIRA, Paulo (direcção) – *História da Arte Portuguesa (volume III)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 557.

¹⁷¹ Para Paulo Varela Gomes, Caxinas "[...] é provavelmente o primeiro projecto que tomou boa nota de que tinham acabado os anos 60"; o autor apresenta estes dois projectos de Siza, enquadrando-os no contexto da sua realização (incluindo a descrição de Domingos Tavares de que Siza terá dito aos seus colegas no regresso de Barcelona que lá 'estava tudo doido com o americano'), em: GOMES, Paulo Varela – Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos, in PEREIRA, Paulo (direcção) – *História da Arte Portuguesa (volume III)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 547, 550, 556, 558-559.

¹⁷² Estes dois bairros encontram-se publicados em: PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Portugal: Architecture 1965-1990. Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed. Electa. Milão. 1991]. p 70-71 e p 72-73. Ver mais pormenorizadamente em: AAVV – Plano Integrado Aveiro – Santiago. MOP Secretaria de Estado da Habitação. Aveiro. 1979 [policopiado]; e: RAPAGÃO, João; PEREIRA, Rafael Gonçalves (coordenação) – Pedro Ramalho: Projectos e Obras de 1963 a 1995. Associação dos Arquitectos Portugueses CDRN. Porto. 1995. p 16-21.

social incipiente, empenhado prioritariamente no estímulo ao desenvolvimento económico e no conflito armado nas colónias, e relegando para segundo plano as intenções de correcção dos desequilíbrios e de envolvimento social.

A reformulação administrativa com vista à racionalização realizada pela tecnocracia marcelista concentrara as funções de criação habitacional, extinguindo os organismos anteriormente existentes, como a Federação das Caixas de Previdência – Habitações Económicas, ou o sector das Casas Económicas do Ministério das Obras Públicas. Criticando a criação de bairros de *casas para famílias pobres*, propunha-se a realização de áreas integradas, que incorporariam diversos tipos de destinatários, de modo não estigmatizado. No entanto, com os atrasos na execução e as dificuldades de financiamento, apenas se construíam as partes prioritárias dos planos, respondendo às necessidades mais prementes, o que levou a um falhanço dramático dos objectivos, resultando em áreas urbanas com muito pouca *integração*, que contribuíram, pelo contrário, para graves problemas de exclusão. A experiência anterior do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, que distribuía a realização dos bairros por diversos promotores, tendo em vista também diferentes destinatários, resultava, na realidade, em menores problemas de segregação ¹⁷³.

O ritmo moroso das transformações que o impulso marcelista tentava introduzir no país conduzia a uma descrença generalizada na capacidade e na vontade de mudança, resultando numa imagem de decadência e envelhecimento do Regime, que sofria ainda um rude golpe com a crise internacional

¹⁷³ Nuno Teotónio Pereira apresenta os exemplos do bairro da Bela Vista, em Setúbal, e do *Bairro Amarelo*, em Almada, para ilustrar o agravamento dos problemas de segregação devidos à concentração administrativa do FFH, sobre a qual apresenta uma visão bastante crítica. Ver: **PEREIRA, Nuno Teotónio – entrevista por: MATOS, Madalena Cunha – Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência.** in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002. p 37.

provocada pelo choque petrolífero de 1973, cerceando a aposta tardia no desenvolvimento industrial e agudizando fortemente as dificuldades económicas.

No campo da habitação, a situação correspondia ao contexto geral do país: a tentativa pública de tomar as rédeas da criação de alojamento, declaradamente ambiciosa, dera poucos frutos no terreno, enquanto as maiores áreas urbanas se continuavam a desenvolver fora dos espaços planeados, através do mesmo tipo de processos de construção de anteriormente. *"As maleitas do sector da produção habitacional, já diagnosticadas pelos textos preparatórios do Colóquio [sobre Política de Habitação], estavam de tal modo dependentes do sistema político e económico que geria a sociedade portuguesa da época, que, sem a alteração deste, não desapareceram nem se esvaneceram"*, conforme a análise de José António Bandeirinha ¹⁷⁴. Por outro lado, os bairros de lata e as áreas em sobrelotação - únicas possibilidades de alojamento dos sectores mais pobres das áreas urbanas - traduziam-se na expressão mais evidente de um atraso e uma pobreza que o regime não conseguia já dissimular.

... à concretização fragmentária

Arrastado pela construção e parcelamento realizados por promotores diversos, o crescimento urbano verificava-se - contrariamente ao enunciado publicamente -, à margem da acção pública, não só no

¹⁷⁴ José António Bandeirinha considera ainda não ter existido, no marcelismo, uma verdadeira política de habitação, pela forma como o tema foi institucionalmente tratado, sem uma concertação conjunta de medidas – esta leitura é traçada a partir da análise de autores como Fonseca Ferreira, Marielle Christine Gros e Fernando Gonçalves, que afirma, em 1972, que "[...] *diplomas legais e organismos públicos não são suficientes para a existência de uma política habitacional*". Ver: **BANDEIRINHA, José António – Nuno Teotónio Pereira, Rua da Alegria: O Arquitecto, o Atelier e a questão da habitação.** in TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*. Quimera Editores. Lisboa. 2004. p 67-68, p 78 nota 21. Ver também: **GONÇALVES, Fernando – A propósito do Plano de Chelas: urbanizar e construir para quem?**. Afrontamento. Porto. 1972. p 109.

campo da promoção directa, mas também na área do planeamento. Deste processo sobressaia uma falta de (ante)visão conjunta, à escala territorial ou mesmo do desenho urbano *de proximidade*, gerando um tecido urbano fragmentado, somatório de acções diversas cujo desenho não se articulava e que, frequentemente, não apresentavam continuidade estrutural ou física.

No que se refere ao ordenamento dos espaços peri-urbanos, também o período marcelista era colocado aquém das expectativas. Encontrando-se comumente identificada como uma limitação à organização e coordenação do desenvolvimento destas áreas a restrição do planeamento à figura dos Planos de Urbanização, de âmbito local, preconizava-se o seu alargamento através da institucionalização da elaboração de planos concelhios, que permitissem abarcar por inteiro o território das áreas urbanísticas, e da sua gestão permanente. No entanto, apesar de tomar a iniciativa de revisão da lei dos solos e da legislação sobre planeamento, o Estado não dá esse passo, limitando-se à criação da figura de Área Territorial, de âmbito supra-municipal, sem grandes efeitos práticos ¹⁷⁵.

O carácter dualista das transformações no desenho urbano em Portugal no cômputo do marcelismo era bem evidente. De um lado, a via institucional do desenho urbano planeado, regrado, informado, erudito e experimentalista, com uma voluntarista projecção de implementação pelo poder público e uma concretização arrastada no tempo, anacrónica face às necessidades mais imediatas; de outro lado, a realidade da explosão periférica da suburbanização, tanto pela via da habitação colectiva dos construtores *patos bravos* (afastados dos centros pelo aumento da escala dos empreendimentos, para os quais não dispunham de capacidade económica), como pelo desenvolvimento de extensos loteamentos clandestinos, deficientemente organizados e sem infra-estruturação, sobre os quais se processava a auto-construção de moradias individuais, como ainda pela sobrelotação dos alojamentos

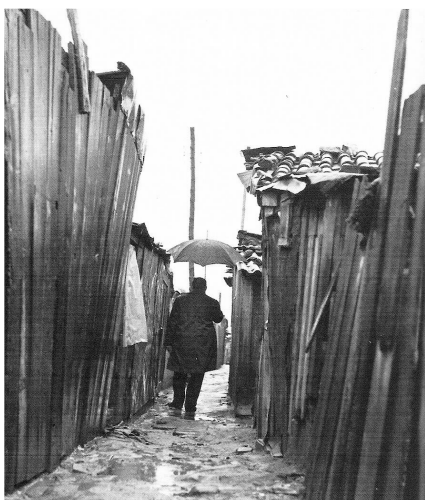


fig. 66 – Bairro da lata em Marvila

existentes e pela formação de bairros de habitações precárias, de barracas, os *alojamentos sem ser em prédio*, como eufemisticamente haviam sido denominados no censo de 1960.

A área metropolitana de Lisboa constitui o exemplo mais expressivo do dinamismo de transformação suburbana que se verificava. O crescimento, processando-se para fora dos limites administrativos da cidade, dispunha-se de acordo com uma organização baseada nos eixos de transporte, conformando um povoamento que Margarida Souza Lôbo e Nuno Portas comparavam em 1970 aos *cinco dedos da mão*, de modo claramente alusivo à sua organização radial, e que se constituía através dos eixos de Cascais, Sintra, Loures e Vila Franca de Xira, na margem norte do Tejo, e do espaço ribeirinho da margem sul ¹⁷⁶.

Reforçava-se assim a lógica centrífuga de crescimento urbano, já antes muito acentuada, e a relação de dependência entre centro e periferias, evidenciada através dos movimentos pendulares, desenvolvendo-se também uma vincada assimetria sobre a linha de Sintra, com um maior peso proporcional no conjunto.

A construção de habitação colectiva relacionava-se mais directamente com a proximidade dos transportes e com o crescimento a partir de núcleos de povoamento pré-existent, com os quais se articulava de modo discrepante em termos de escala e de morfologia, enquanto os loteamentos para auto-construção se organizavam em áreas mais afastadas dos meios de acesso e com menos condições para a edificação, devido à orografia, à exposição ou a outros impedimentos. Progressivamente,

¹⁷⁵ De acordo com Manuel da Costa Lobo, tal constituiu um balde de água fria para o sector profissional do planeamento, que entraria num período de confusão e crise. Ver: LOBO, Manuel da Costa – Planeamento urbano em Portugal, in *Sociedade e Território* #21. Edições Afrontamento. Porto. 1995. p 10.

¹⁷⁶ Ver: LÔBO, Margarida Souza; PORTAS, Nuno – Níveis Urbanísticos no Subúrbio de Lisboa - Cidade, in *Informação Social* #19. p 54 a 73, citados por: FERREIRA, Vítor Matias – Fascínio da Cidade. Ler Devagar e Centro de Estudos Territoriais [ISCTE]. Lisboa. 2004. p 353.



fig. 67 – Crescimento das periferias: a Amadora vista a partir da estação ferroviária

verificou-se um aumento da dispersão, com cada vez menor ancoragem às infra-estruturas existentes e maior escala dos edifícios de habitação colectiva, graças à banalização do recurso aos ascensores e à sua rentabilização através da multiplicação do número de alojamentos por piso ¹⁷⁷.

Infra-estruturas territoriais, cadastro de propriedade e disponibilidades do momento no mercado eram os princípios orientadores da expansão e reguladores da forma urbana, com importância superior a quaisquer conceitos de desenho urbano na sua concretização.

Os loteamentos clandestinos destinados à auto-construção, que surgiram como pequenas iniciativas com localização na coroa próxima da cidade - Prior Velho, Brandoa, Galinheiras - demonstrariam uma tendência de crescimento, passando a desenvolver-se em todos os concelhos da envolvente e aumentando de escala (Casal de Cambra, Camarate, Tires). Na margem sul do Tejo assumiriam particular expressão, desenvolvendo-se em extensão, em grandes sectores da área de pinhal da península de Setúbal. Os pequenos lotes (vendidos inclusivamente a emigrantes, à distância) seriam objecto de diversas formas de ocupação, desde a densificação intensiva, para exploração do rendimento através de aluguer, que alcançaria a construção de prédios – mais frequente na proximidade do centro urbano -, à permanência sem edificação ou, mais frequentemente, à construção de habitação própria.

O processo de peri-urbanização com recurso à habitação colectiva apresentaria igualmente uma tendência para o aumento de escala. Baseando-se originalmente em acções de pequena dimensão, de carácter pontual, a partir do final dos anos 1960, com o aparecimento de grandes promotores imobiliários, passariam também a realizar-se através de urbanizações de grande dimensão, de que constituem exemplo os empreendimentos 'J. Pimenta', na Reboleira e em Paço de Arcos, 'Solátia', em

¹⁷⁷ Teresa Barata Salgueiro traça esta evolução da habitação suburbana, em diversas cidades portuguesas, com destaque para o caso de Lisboa, em: **SALGUEIRO, Teresa Barata – A cidade em Portugal: uma geografia urbana**, Edições

Carnaxide, ou 'Icesa', em Santo António dos Cavaleiros. Espalhados pelos diversos eixos de crescimento do espaço periférico da cidade, estas urbanizações localizavam-se de acordo com uma mesma lógica de implantação, através da procura da proximidade de povoações e transportes, de forma a beneficiar dos seus equipamentos, infra-estruturas de acesso e saneamento, evitando parte dos custos de urbanização para se limitando à criação de edifícios habitacionais e, nalguns casos, de centros comerciais ¹⁷⁸.

O aumento da escala dos conjuntos construídos não introduziria, contudo, uma leitura de menor atomização e dispersão da urbanização periférica, já que a sua relação estrutural e volumétrica com os tecidos envolventes se processava, em regra, por descontinuidade.

Embora frequentemente associadas conceptualmente a princípios urbanísticos *Carta de Atenas*, na realidade as urbanizações periféricas de habitação colectiva apresentavam diversas influências formais e de organização, raramente se organizando sob a forma de torre isolada ou bloco laminar (com ou sem complementação por blocos de menor escala e maior desenvolvimento). Muitos destes empreendimentos denunciavam igualmente uma influência dos modos de associação *orgânica* e da linguagem formal das experiências *da saída* do desenho urbano modernista, de ambos aproveitando a dissociação entre a edificação e as infra-estruturas para minorar o investimento no espaço público, com o mesmo sentido oportunista com que evitavam outros custos da criação de urbanidade, como a construção de equipamentos e outros complementos à função residencial.

Estendendo-se de modo alargado ao espaço continental, a dispersão assumia expressões diferenciadas territorialmente, de acordo com as realidades contextuais, com particular importância da estrutura

Afrontamento. Porto. 1992. p 200 a 209.

¹⁷⁸ Ver a descrição deste processo em: SALGUEIRO, Teresa Barata – A cidade em Portugal: uma geografia urbana. Edições Afrontamento. Porto. 1992. p 202.

cadastral, que pela dimensão, possibilitava a construção de conjuntos ou apenas de edifícios isolados, e pela pulverização permitia a muitos pequenos proprietários construir casa no seu próprio terreno. Na região norte, em que o parcelamento muito fragmentado não permitia facilmente a subdivisão, a figura do loteador não apresentava a mesma importância na estruturação do espaço urbano do que na região sul, construindo-se comumente de forma individual, ou em processos em que os proprietários iam adquirindo sucessivas parcelas, ou até através de sistemas de recomposição cadastral por associação de diversos proprietários, o que ia gerando pequenos bairros sem planeamento prévio, localizados em função dos eixos de transporte, em que os promotores construíam também a sua própria habitação individual ¹⁷⁹.

No tempo de declínio da ditadura, a ocupação fragmentária do território e a ausência de integração urbana, com tradução na falta de infra-estruturas e de equipamentos, tornavam-se o resultado de um processo de resposta às necessidades habitacionais realizado à margem do envolvimento institucional e do forte empenhamento de muitos arquitectos na experimentação tipológica e urbanística, que "[...] *a grande maioria da procura social tinha construído, nas ilhargas das grandes cidades e por detrás da legalidade urbanística, [como] uma cidade espontânea em extensão [...]*" ¹⁸⁰.

A urbanidade resultante deste período de enorme crescimento não reflectia, portanto, o debate e experimentação realizados, reservados a uma possibilidade estreita de resposta à realidade social, marcada profundamente pelo *problema da habitação*.

¹⁷⁹ Idem, p 204-206. De acordo com a autora, esta diferente realidade contextual explica a quase inexistência de grandes bairros clandestinos na região do Porto (até 1975, refere apenas a Afurada de Cima e Regadio), enquanto assumiam grande importância na transformação das áreas urbanas de Lisboa, Setúbal, Évora e, até, Castelo Branco.

¹⁸⁰ Conforme refere Nuno Portas, sublinhando ainda que esse défice de urbanidade teve repercussões que se estenderiam por décadas. Ver: **PORTAS, Nuno – A Arquitectura da Habitação no Século XX Português**, in **BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – Arquitectura do Século XX: Portugal**. Prestel. Lisboa. 1997. p 120.

Consciência social, *realismo* e contestação

No entanto, a preocupação social constituía um traço identitário de muitos arquitectos do período, marcando a consciência profissional - através do envolvimento cívico e do debate disciplinar - e o exercício prático - em muitas situações associado à realização de habitação colectiva e à iniciativa pública.

A realização, no final de 1969, do segundo Encontro Nacional de Arquitectos, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, proporcionou uma oportunidade de debate interno à classe profissional, pela primeira vez reunida desde o Congresso de 1948. Neste encontro, realizado num contexto agitado e de expectativa quanto à evolução política e social do país ¹⁸¹, era proposta a discussão sobre os *grandes*

¹⁸¹ Tanto nos planos nacional como internacional viviam-se situações de ruptura e divisão, num período conturbado em múltiplos sentidos. No país, Caetano pretendia legitimar a sua perspectiva reformista e de continuação da guerra colonial através do voto, mas cedo a expectativa de abertura mostrara o desenvolvimento das oposições, levando o Regime a um recuo para uma encenação eleitoral, primeiro passo do fim da *primavera*; no campo político adverso verificavam-se divergências entre Comunistas, Socialistas *não totalitários*, esquerda radical estudantil ou católicos progressistas. Estes desenvolvimentos não eram imunes a acontecimentos como o Maio de 1968 e a primavera de Praga, a cisão entre comunismo Chinês e Soviético ou a guerra do Vietname. Sobre o período em Portugal, ver: **ROSAS, Fernando** – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974), in **MATTOSO, José** (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 549-551. Sobre as mudanças no contexto disciplinar no plano internacional, ver: **BANDEIRINHA, José António** – Anos Sessenta, Alojamento e Arquitectura: Impasses que são Saídas e Saídas que são Impasses, in *Murphy #1*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. 2006. p 110-149.

problemas nacionais, sobre o papel dos arquitectos na sociedade e sobre as suas formas de intervenção ¹⁸².

A oportunidade de debate demonstrava sobretudo a transformação da classe e do contexto que a rodeava, tornando impossíveis os consensos alargados e as fortes tomadas de posição públicas conjuntas, no seguimento das conseguidas duas décadas antes.

A pulverização de tendências atravessava os profissionais, separando aqueles que pretendiam assumir um papel na resolução dos problemas da sociedade dos que pragmática e descomprometidamente se pretendem integrar numa estrutura económica capitalista em desenvolvimento, empresariando a sua actividade em ligação com o investimento imobiliário e turístico. Entre a grande empresa de arquitectura em afirmação e a defesa do pequeno atelier independente, entre a integração na organização social e a intervenção com vista à resolução dos problemas das grandes massas da população, a cisão era inevitável ¹⁸³. Mas as diferenças de perspectiva não se resumiam a este conflito, assumindo também expressão entre os mais empenhados socialmente, uns ambicionando uma tomada de posição sob a forma de grande contestação ideológica, como Keil e Teotónio, outros declarando a necessidade de comprovar a viabilidade de novas soluções e processos, fugindo à desculpabilização e aos impasses, como Portas (em comunicado), outros ainda demonstrando a sua visão contestatária face

¹⁸² De acordo com a Carta-Circular da Comissão Preparatória do Encontro, citada por José António Bandeirinha. Ver: **BANDEIRINHA, José António – Nuno Teotónio Pereira, Rua da Alegria: O Arquitecto, o Atelier e a questão da habitação.** in TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*. Quimera Editores. Lisboa. 2004. p 69, p 78 nota 25.

¹⁸³ O enquadramento da produção arquitectónica no momento do Encontro é traçado por Sérgio Fernandez. Conceição Silva, cujo trabalho se afirmara no mercado com o hotel de Sesimbra, no início dos anos 1960, e que passara, para além do projecto, para o campo da construção e da promoção publicitária dos empreendimentos, constituía o rosto da grande empresa, a que se contrapunha uma série de profissionais independentes como Keil ou Távora, defendendo a qualidade do projecto realizado

às condições da realidade, através de uma violenta *performance* em que destruíam os instrumentos de trabalho de um atelier, expressando a sua visão sobre a impossibilidade de fazer arquitectura no contexto neo-capitalista então estabelecido, como Hestnes Ferreira, Manuel Vicente e Pitum Keil do Amaral.

Sem consensos possíveis, o encontro acabaria na sequência da contestação mais provocatória, com saída única pela porta, conforme o gracejo de Keil ¹⁸⁴.

Da esperança na transformação marcelista caminhava-se na sociedade portuguesa para a convicção de que só com a queda do poder político se desenvolveria uma verdadeira reforma da situação. Para a arquitectura e para a cidade, o tempo era de adiamento, para as situações sociais de carência, era de dificuldade.

Na construção urbana, como na criação de alojamento, o projecto tornava-se um espaço de integração interdisciplinar de contributos diversos das ciências sociais, valorizadas de um modo que chegava a menosprezar a importância do desenho e da concepção arquitectónica, na tentativa de resposta às condições e às necessidades colectivas. Sintomático desta sujeição torna-se a partir de 1969 o plano de estudos do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto, com grande destaque atribuído ao inquérito e à análise, às condições de vida da população, numa perspectiva culturalista a que correspondia uma secundarização da prática do projecto ¹⁸⁵. A crise do ensino da arquitectura

sem submissão a interesses económicos, fundiários ou industriais. Ver: **FERNANDEZ, Sérgio – Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974**, FAUP. Porto. 1988. p 171 em diante.

¹⁸⁴ Descrito por Alexandre Alves Costa em: **COSTA, Alexandre Alves – Dissertação Expressamente Elaborada para o Concurso de Habilitação para Obtenção do Título de Professor Agregado**, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP. Porto. 1982. p 81.

¹⁸⁵ Paulo Varela Gomes descreve esta situação, ilustrando-a com um programa do ano lectivo de 1972-73, "[...] *um programa de trabalho característico dos microcosmos marxistas que a luta dos estudantes e a fraqueza de uma ditadura em crise haviam permitido na universidade portuguesa dos anos 70*". Ver: **GOMES, Paulo Varela – Arquitectura, os últimos vinte**

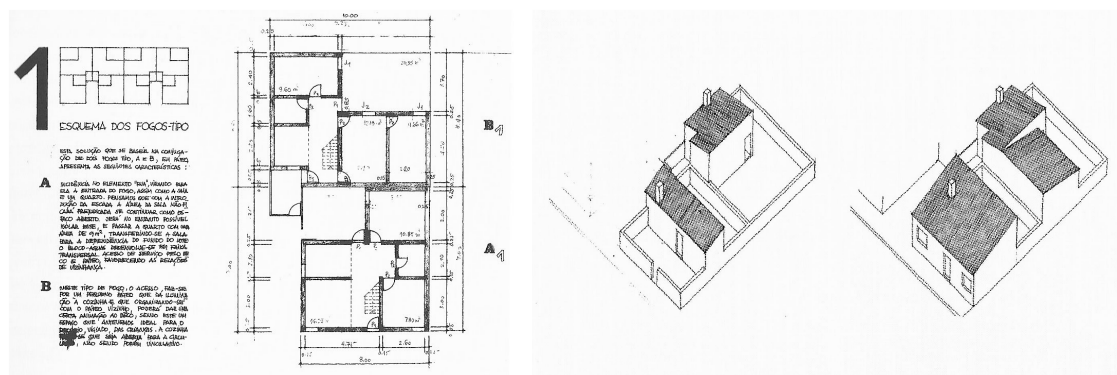


fig. 68 – Projecto de habitação evolutiva da Quinta do Pombal (planta e perspectiva ilustrando o crescimento da habitação)

sucedida à própria crise geral da arquitectura, como refere Domingos Tavares, apresentando as interrogações que se colocavam a uma profissão cujo perfil e cuja prática se encontrava num campo de indeterminação¹⁸⁶.

Algumas outras iniciativas de participação cívica no espaço da arquitectura são de assinalar na época, como a organização no início de 1970 de algumas discussões na sequência do Encontro Nacional de Arquitectos, pelo grupo *Participação Popular e Actividade do Arquitecto*, de que fazia parte Nuno Teotónio Pereira¹⁸⁷, que teriam sequência na criação do *Grupo de Intervenção no Meio Urbano* (GRIMU), com o objectivo de realizar acções de apoio técnico e propaganda junto de populações de bairros com problemas habitacionais e de integração urbana, sobretudo em áreas periféricas pouco qualificadas da área de Lisboa.

O atelier de Teotónio configurava uma *bolsa de resistência* e participação cívica, polarizando e influenciando iniciativas, procurando desenvolver uma base experimental que pusesse em prática os

e cinco anos, in PEREIRA, Paulo (direcção) – *História da Arte Portuguesa (volume III)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 550-551.

¹⁸⁶ Para Domingos Tavares, o regime de pedagogia experimental do curso da ESBAP constituiu "[...] uma dolorosa mas não pouco frutífera experiência". Ver: TAVARES, Domingos – *Da Rua Formosa à Firmeza*. Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP. Porto. 1985. p 65.

¹⁸⁷ Teotónio vinha desenvolvendo uma coerente acção cívica e de desenvolvimento de soluções técnicas para responder aos problemas de alojamento desde a exposição *O Cooperativismo Habitacional no Mundo*, em 1957. Procurava também alertar para as situações de carência verificadas, denunciando as condições de realojamento dos habitantes dos bairros demolidos no vale de Alcântara aquando da construção dos acessos à ponte sobre o Tejo, debatendo as opções da política de habitação do Regime, analisando as condições do mercado do alojamento, escrevendo folhetos clandestinos, analisando experiências de auto-construção estrangeiras e defendendo a criação de *cooperativas de serviços* para responder aos problemas existentes e desenvolver críticas tecnicamente fundamentadas, contraplanos e contrapropostas às iniciativas públicas. Ver: BANDEIRINHA, José António – *Nuno Teotónio Pereira, Rua da Alegria: O Arquitecto, o Atelier e a questão da habitação*, in TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*. Quimera Editores. Lisboa. 2004. p 63 a 76.



fig. 69 – Repressão da contestação à saída do III COD, em Aveiro (Abril de 1973)

resultados de anos de debate de ideias. Nuno Portas e Margarida Souza Lôbo elaboravam em 1970 uma proposta de reabilitação urbanística através de criação de alojamento *em moldes não convencionais*, com base num projecto-tipo de habitação evolutiva, apropriável e transformável pelos habitantes, apresentada ao GTH de Lisboa para reconversão de bairros de lata e áreas degradadas, e desenvolvida como projecto para aplicação na Quinta do Pombal, sem que se chegasse à construção de qualquer edifício ¹⁸⁸.

O último Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em Maio de 1973, constituía o culminar de uma série de iniciativas públicas em que se debatia a situação urbanística e habitacional, congregando as diversas vertentes do descontentamento para com o imobilismo político e institucional com vista à resolução dos problemas, sendo apresentadas e discutidas comunicações várias, versando aspectos como o desenvolvimento abrangente de uma reflexão teórica, a consciência ecológica sobre o meio urbano, a relação entre urbanidade e democracia e a industrialização da construção, sendo igualmente apresentadas situações de carência constatadas em diversos locais, reivindicando a sua resolução apropriada ¹⁸⁹.

Nesse momento, era já iniludível a convicção generalizada na necessidade de derrube do regime político e de reformulação do sistema económico para possibilitar uma verdadeira resposta ao *problema da habitação* e às questões da qualidade de vida urbana, impossível de alcançar por meio de uma gradual evolução da situação.

¹⁸⁸ *Op. Cit.*, p 71-72.

¹⁸⁹ As teses apresentadas ao Congresso e, de forma mais alargada, a evolução do debate disciplinar no período, são descritas e analisadas por José António Bandeirinha em: **BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade de Coimbra. Coimbra. 2001.** p 77 em diante (Congresso p 130-131).

Seria no ano seguinte, com a revolução dos cravos, que se abriria um novo momento na sociedade portuguesa e no campo disciplinar, em que se envolveriam conjunta e empenhadamente o poder político, arquitectos e populações urbanas carenciadas de alojamento, no desenvolvimento e experimentação de novas soluções.

Trilhando novos caminhos (de urbanidade)

No quadro de suburbanização desqualificada e de constrangimento habitacional português do início da década de 1970, apesar do ritmo lento com que se processava a sua concretização, algumas iniciativas desenvolviam significativas linhas de pesquisa e experimentação urbanística, procurando novas soluções de desenho urbano, na sequência da linha de evolução revisionista face aos modelos modernistas, num processo que ganharia novo impulso no período revolucionário e se prolongaria pelo tempo da *normalização* do funcionamento do novo regime democrático.

Os processos urbanísticos, de concretização mais lenta do que a célere evolução social e política da época, em muitos casos atravessariam estas diferentes fases, adaptando-se sucessivamente às rápidas alterações das circunstâncias, e conseguindo em muitos casos, por perseverança dos agentes envolvidos, alcançar uma (pelo menos parcial) concretização no terreno, para tal enquadrando processualmente as acções de modo diverso – FFH, promoção privada ou municipal, operações SAAL, auto-construção, cooperativas de habitação.

Para além da acentuação das diferentes orientações individuais de cada autor, as condições de elaboração dos projectos influenciavam os diversos tipos de solução desenvolvidos.

Aspectos como a forma de promoção, o momento de início e o tipo de envolvimento institucional nas operações, como a existência e o carácter construtivo de estruturas realizadas pelos destinatários,

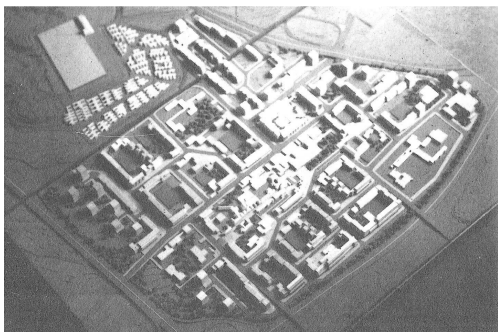


fig. 70 – Urbanização da EPUL em Telheiras: foto da maquete

como o local e o contexto urbano de enquadramento, como ainda as expectativas habitacionais e a caracterização sócio-económica dos futuros habitantes, eram igualmente determinantes para a fundamentação das opções tomadas pelos projectistas.

É possível assinalar alguns factores de diferenciação entre as soluções urbanísticas desenvolvidas, com base nas suas características morfo-tipológicas, tendo em vista a realização de uma categorização genérica.

Primeiramente, é de salientar a distinção entre conjuntos estruturados com base em *habitação colectiva* e outros baseados em *alojamento independente*, unifamiliar. Esta diferença é relacionável com a forma de promoção das operações e com a cultura habitacional dos utilizadores, e separa o tipo de caracterização do espaço urbano criado de forma fundamental, permitindo o desenvolvimento de soluções de urbanidade e sentido comunitário mais ambicioso no primeiro caso, enquanto na segunda situação segue uma tradição mais ruralista, herdada da vivência espacial de muitos ocupantes recém-urbanizados, da *cidade* do Estado Novo, da cultura do Inquérito à Arquitectura Popular e de algumas soluções trabalhadas no país, nos campos teórico e prático, mas procura igualmente reflectir uma aprendizagem com os processos de urbanização emergentes dos países em vias de desenvolvimento, proporcionando uma mais fácil apropriação e até possibilidades de desenvolvimento evolutivo das habitações.

Em segundo lugar, assinala-se o diferente carácter entre as operações realizadas em áreas em que se processa uma *ocupação nova*, em terreno livre, das executadas em *contexto urbano já delineado*, para realojamento de moradores no local ou não. Neste ponto verifica-se uma distinção geográfica entre realidades distintas, já que na área do Porto muitas intervenções correspondem à segunda situação, destinando-se a terrenos situados no contexto da malha urbana e a moradores já vinculados a esse

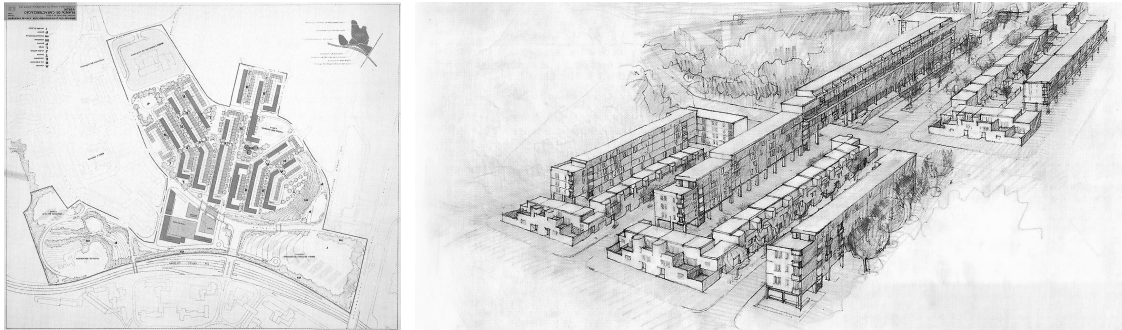


fig. 71 – Bairro da EPUL no Restelo: planta de conjunto e perspectiva da proposta

espaço, enquanto em diversas outras cidades, incluindo mais extensamente Lisboa e a península de Setúbal, se verifica uma ocupação de terreno livre em áreas periféricas ao tecido construído ¹⁹⁰.

Por último, é de referir o divergente sentido de procura conceptual subjacente à estruturação do espaço urbano, quando se alargava o campo de acção a um grande número de protagonistas. O contexto de reequacionamento teórico das circunstâncias de construção da cidade, em que nem todos os autores apresentavam uma formação técnica, uma sensibilidade e um nível de informação e cultura equiparáveis, conduzia a *diferentes ambições* nos trabalhos desenvolvidos, desde a procura de soluções inovadoras e alargáveis à aplicação em múltiplos contextos até à simples resolução de problemas específicos segundo uma visão parcelar.

O cruzamento entre os factores descritos abarca uma vasta paleta de concretizações estendidas no tempo e espalhadas pelo território, materializando respostas diversificadas às necessidades sociais de alojamento do país e alterando a sua caracterização urbanística.

O *teor crítico* destas propostas era necessariamente díspar. Algumas assumiriam um importante destaque, fosse pela procura de modos de organização modelares do espaço urbano, de acordo com uma ideia de *retorno à cidade*, fosse pela concepção de tecido construído de *modo contextual*, em articulação com a realidade pré-existente do espaço e da sua envolvente, segundo uma lógica de complemento que não deixava de reformular e qualificar o espaço urbano, trabalhando sobre as especificidades da situação de intervenção.

¹⁹⁰ Na cidade do Porto as operações de realojamento do Plano de Melhoramentos de Robert Auzelle, realizadas com base em conjuntos de habitação colectiva em localizações periféricas, de construção qualitativamente baixa, haviam sido objecto de contestação pelos moradores, que assim procuravam demonstrar a sua insatisfação com esse tipo de soluções, o que se reflectia depois na procura de uma maior adequação às expectativas dos destinatários, sobretudo durante o programa SAAL. Ver: BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade de Coimbra. Coimbra. 2001. p 133-135.



fig. 72 – Imagem aérea do conjunto *Pantera Cor-de-Rosa*

No primeiro caso, são de referir, entre outros, os conjuntos habitacionais para a EPUL, no Restelo, de Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Pedro Botelho, João Paciência e Gonçalo Ribeiro Telles (1971-85), e em Telheiras-Sul, de Pedro Vieira de Almeida e Augusto Pita (iniciado em 1973), o conjunto *Pantera Cor-de-Rosa*, em Chelas, de Gonçalo Byrne e Reis Cabrita (1971-75), o bairro do Alto do Zambujal, de Vítor Figueiredo, Duarte Cabral de Mello e J. Gil (1975-81), o conjunto de Manuel Vicente para a Quinta do Bacalhau (1976), o bairro da Quinta das FONSECAS, de Raul Hestnes Ferreira, V. Bravo Ferreira, J. Castro Caldas e J. Gouveia (1975-83), o conjunto habitacional na Moita, de Manuel Salgado, A. Guerra, J. Guedes Cruz, D. Ferreira, I. Grilo e S. Coelho (iniciado em 1975), o conjunto da Bela Vista, do Plano Integrado de Setúbal, de José Charters Monteiro, J. Sousa Martins, J. Prata, J. Campina Ferreira e J. Henriques, com a participação de Aldo Rossi (1975-81), o conjunto de Gonçalo Byrne na mesma cidade, para o Casal das Figueiras (1974-78), o Plano Integrado de Aveiro-Santiago, de Alberto Oliveira, J. Maia e J. Semide (iniciado em 1972), o conjunto de Pedro Ramalho e Luís Ramalho para Guimarães (1973-82), a cooperativa de Noé Dinis para Matosinhos (1979-81), o bairro do mesmo autor em Vila Nova de Famalicão (1977-80), ou os conjuntos de Duarte Cabral de Mello, Maria Manuel Godinho de Almeida, M. Chalbert e V. Bravo Ferreira para Alverca (1976-83) e para Vila Nova da Caparica (1976-88) ¹⁹¹.

No segundo, são de salientar experiências como os conjuntos de Álvaro Siza para Caxinas, em Vila do Conde (iniciado em 1970), para as operações SAAL da Bouça (1973-77) e de São Vítor, com Domingos Tavares (1974-77), e para o bairro da Malagueira, em Évora (1977), como os conjuntos,

¹⁹¹ Sobre estes trabalhos, ver, por exemplo: PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Portugal: Architecture 1965-1990. Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed. Electa. Milão. 1991]. E: PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Arquitetura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/ Anos Oitenta. Fundação de Serralves. Porto. 1991. E: AAVV – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. E: FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele – Habitacão Contemporânea, Formas de Habitar. Asa Editores. Porto. 2003.

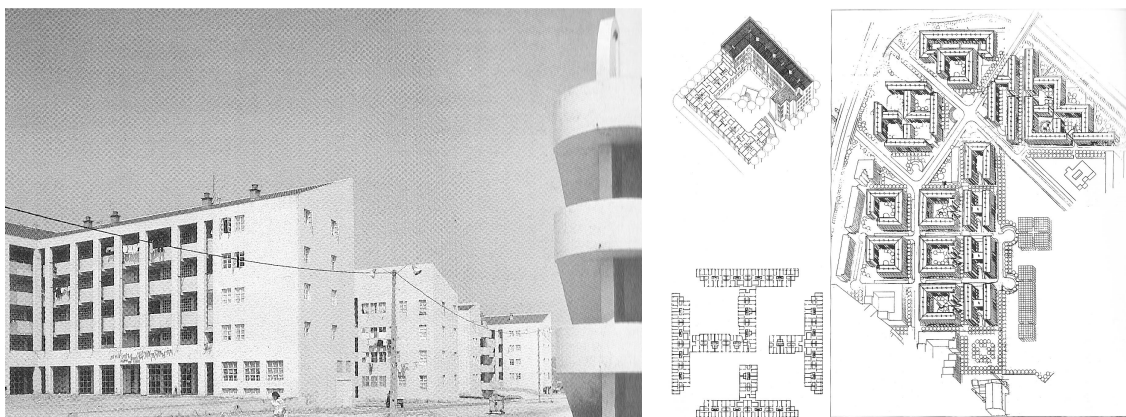


fig. 73 – Conjuntos habitacionais do SAAL da Qta. do Bacalhau e da Qta. das Fonecas

também para o SAAL, do bairro da Loja, de Alfredo Matos Ferreira, B. Madureira e J. Barros (1974-77), das Antas, de Pedro Ramalho, F. Lima e P. Araújo (1974-77), do bairro do Leal, de Sérgio Fernandez (1976-78), do bairro do Acácio, de Alcino Soutinho (1974-77), ou os conjuntos de habitação cooperativa para Ovar de Bernardo Ferrão (1977-80) e de Rolando Torgo (1976-82), e para Valongo, de Domingos Tavares (iniciada em 1976), ou o conjunto de habitações de António Corte-Real em Moledo do Minho (1977-84) ¹⁹².

Estas duas grandes linhas de desenvolvimento dos trabalhos (referenciadas de modo não exaustivo), representam o repensar da criação urbana com base no desenho, na prática propositiva, apresentando influências diversas, que se estendem desde Aldo Rossi às *siedlungen* centro-europeias do primeiro pós-guerra, e diferenças de escala que abarcam desde a matriz territorial à recomposição cuidadosa do tecido local ¹⁹³.

Do ponto de vista conceptual, apontam importantes pistas de saída da modernidade, integrando aspectos como a atenção à particularidade, a referência ao contexto, a recuperação cívica do espaço

¹⁹² Consultar a publicação destes trabalhos em, por exemplo: BANDEIRINHA, José António – Processo SAAL: O direito à arquitectura, in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. E: BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade de Coimbra. Coimbra. 2001. E: AAVV – Architectures a Porto. Pierre Mardaga éditeur. Liège. 1990. E: BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – Arquitectura do Século XX: Portugal. Prestel. Lisboa. 1997. E: PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/ Anos Oitenta. Fundação de Serralves. Porto. 1991. E ainda: TRIGUEIROS, Luiz (edição) – Álvaro Siza 1954-1976. Editorial Blau. Lisboa. 1997.

¹⁹³ Sobre as influências dos conjuntos urbanos portugueses, ver: BANDEIRINHA, José António – Processo SAAL: O direito à arquitectura, in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. E também: FIGUEIRA, Jorge – Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada, in *Jornal Arquitectos* #223. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2006. p 40 a 43.

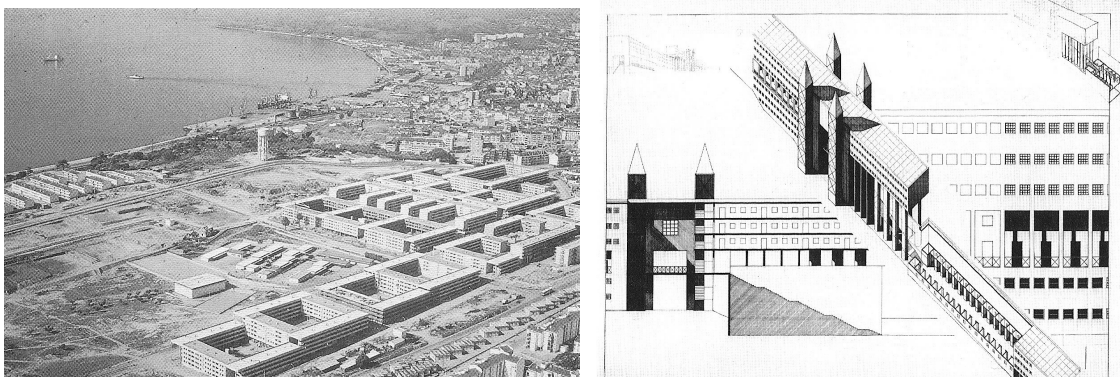


fig. 74 – Conjunto da Bela Vista, do Plano Integrado de Setúbal, e projecto de Aldo Rossi (não construído)

público e da cidade antiga como base da urbanidade – tanto através da sua recriação como também do compromisso para com a sua recuperação e revitalização –, e o entendimento de um sentido de cidadania através da participação e do enraizamento, integrando a habitação e a arquitectura num quadro urbano diversificado.

Nesse sentido, conformavam ainda situações conscientemente propositivas de alternativas às soluções tipificadas do desenho urbano modernista, mas desenvolviam simultaneamente gestos de interrogação, sem teoria subjacente nem certeza positiva de um caminho a seguir, como Paulo Varela Gomes assinala em relação ao trabalho de Álvaro Siza, *de facto pós-moderno* ¹⁹⁴.

Apesar das vicissitudes dos processos em que foram desenvolvidas, sem apoio institucional continuado e num quadro acelerado de mutação política e social, estas experiências urbanísticas possibilitaram aos arquitectos portugueses a oportunidade de desenvolver e experimentar novas soluções de organização do tecido construído da cidade, e até mesmo de concretização das "[...] míticas aspirações que tinham vindo a inebriar todo o debate arquitectónico do século XX: construir para o povo, mas, também, e como se vinha fazendo sentir cada vez com mais intensidade desde os anos sessenta, construir com o povo" conforme refere José António Bandeirinha, a propósito do programa SAAL ¹⁹⁵.

Num contexto geral de vasta transformação urbana, realizada através de uma soma de fragmentos, em que a grande quantidade se traduzia na ausência de lógica estruturante e em que as experimentações

¹⁹⁴ Ver: GOMES, Paulo Varela – Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos, in PEREIRA, Paulo (direcção) – *História da Arte Portuguesa (volume III)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 553.

¹⁹⁵ Citação do autor a partir de: BANDEIRINHA, José António – Processo SAAL: O direito à arquitectura, in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. (s/ pag).



fig. 75 – Bairro do Leal, realizado no âmbito do SAAL

conscientes raramente tiveram realização consequente e alargada, limitando-se a concretizações parcelares, mantém-se ainda insuficientemente estudado o curso evolutivo destas propostas.

4. Uma cidade miscigenada

4. Uma cidade miscigenada

Com a análise do curso evolutivo das operações urbanísticas referenciadas, no contexto do processo de urbanização portuguesa do último século, constata-se uma relação próxima entre as especificidades da sociedade e a construção da cidade e organização do território.

O carácter rural da população e a parca urbanização na entrada do século XX são traços que demoram a desvanecer-se, num processo que se desenrola até às últimas décadas do século, com uma importante influência do poder político e dos seus valores ideológicos. A estrutura produtiva e económica atrasada, com uma tardia industrialização e infra-estruturação, mantiveram longamente a população ligada à produção agrícola e retardaram o crescimento urbano, desvalorizado pelo Regime.

Ao longo do período analisado, da década de 1920 à de 1970, verificou-se a existência de momentos diversos na formatação da cidade e na própria arquitectura, tal como do envolvimento do Estado na sua produção e caracterização.

É num quadro de cidade morfologicamente regrado e desenhado, herdado do século XIX, que se implantam as primeiras experiências arquitectónicas de influência modernista, sem no entanto moldarem novas formas de organização do espaço urbano. À semelhança de outros edifícios anteriores e contemporâneos em situação idêntica, preenchem e conformam estruturas existentes, ou em alternativa alheiam-se do espaço urbano, articulando-se autonomamente em recintos delimitados.

O preenchimento das estruturas urbanas pré-definidas, com recurso a prolongamentos pontuais, proporciona o quadro suficiente para o lento desenvolvimento urbano das primeiras décadas do século. Neste contexto, o primeiro modernismo não teve expressão na redefinição da concepção urbanística.

Após o seu primeiro momento de implantação, o Estado Novo assumiu uma posição de força na definição do espaço urbano, com reflexos profundos também na produção arquitectónica. Com uma posição ideologicamente anti-urbana, determinava um crescimento urbano *ruralista*, em extensão, baseado na construção de habitações familiares individualizadas, enquanto simultaneamente impulsionava a marcação do seu poder no espaço da cidade, através da construção de conjuntos e

edifícios monumentais, em áreas de grande visibilidade, a partir de programas de criação de equipamentos públicos ou, excepcionalmente, da organização de eventos como a Exposição do Mundo Português.

Estes dois *modos* marcaram a imagem e a percepção de uma urbanidade oscilante entre a sua própria negação, pela aproximação idealizada à aldeia, e a sua constituição enquanto espaço de encenação, pela monumentalização.

Constituindo a vertente mais empreendedora do Regime, o vasto conjunto de acções de planeamento conduzido por Duarte Pacheco induziu uma renovação real dos sistemas de transformação do espaço das cidades, introduzindo formas de organização urbana que, embora com base em conceitos morfológicos já anteriormente utilizados, teve resultado em expansões diferenciadas pela adequação às situações, pela ramificação das estruturas, pelas tipologias construtivas e baixas densidades, e por um sentido de desenho com marcas formais de influência *city beautiful*.

Com Alvalade, abriu-se uma linha de experimentação inovadora para o país em múltiplos aspectos, do envolvimento público na construção do tecido urbano às opções de desenho e de estruturação da edificação e do espaço público, com opções morfológicas de aproximação às experiências centro-europeias do período entre guerras, na articulação entre massas construídas contínuas e espaços abertos e semi-abertos, reformulando a composição da cidade *tradicional*.

Este sentido renovador da criação urbana teve sequência através da criação de novos conjuntos arquitectónicos modernistas, implantados sobre a estrutura da cidade existente, inovando na recriação dos espaços urbanos e na arquitectura, mas mantendo contudo uma subordinação à lógica formal, espacial e estrutural da área urbana em que se inseriam. Inovadores no contexto nacional, não correspondiam, no entanto, às determinações urbanísticas modernistas, pelo tipo de inscrição no lugar, respeitando a lógica de conjunto da cidade pré-existente.

Com a viragem para a segunda metade do século, tinham lugar as primeiras criações estruturalmente inspiradas nos modelos Carta de Atenas, adoptando princípios de estruturação como a dissociação entre os edifícios e as áreas de circulação viária e pedonal, a sua implantação isolada, no contexto de uma área livre de tratamento naturalista, e uma orientação regradada pela relação directa com os elementos naturais.

No entanto, estas experiências incorporaram sempre aspectos que lhes atribuíram especificidades, relacionadas com os seus contextos de desenvolvimento, introduzindo sentidos de miscigenação com outras linhas de concepção urbanística, traduzidos por pontos de afastamento relativamente aos modelos modernistas.

Com a evolução posterior, em que foram projectadas grandes expansões para crescimento do tecido urbano das duas principais cidades portuguesas, foi desenvolvido um sentido evolutivo face aos modelos modernistas, baseado na fusão entre diferentes influências, gerando espaços construídos imbuídos de múltiplas experimentações, num processo de distanciamento em relação aos modelos *canónicos* de base.

Outros conjuntos urbanos promovidos por entidades públicas, em situações urbanas de menos evidente visibilidade traçaram percursos próprios de especificação, principalmente com base nos seus contextos de inserção e com os sentidos de pesquisa individuais dos seus autores. No período final do regime ditatorial, com o marcelismo, as acções urbanísticas preconizadas nos Planos Integrados seriam mais um campo de experimentação morfológica em grande escala, sem que se tivessem chegado a concretizar efectivamente no terreno de modo alargado.

Com o arrastamento temporal da execução de uma significativa parte das acções de urbanização, o seu teor revisionista seguiu uma tendência de acentuação, em atenção para com o curso do debate sobre a revisão dos modelos no decair do modernismo.

À luz da questão de investigação inicialmente enunciada – de que forma foi experimentado o desenho urbano de inspiração modernista em Portugal? -, a análise destes desenvolvimentos configura uma resposta peculiar, traduzida numa nova pergunta: existiu efectivamente experimentação prática do desenho urbano modernista no país?

Entendida puristicamente, enquanto transposição dos modelos de desenho urbano usualmente associados ao modernismo ¹⁹⁶, pode considerar-se, do conhecimento existente e da análise realizada, que essa experimentação não existiu verdadeiramente.

Mesmo nos fugazes ensaios mais claramente referenciáveis aos modelos - Nova Oeiras, Olivais Norte ou a cidade satélite nº 3 para Luanda – alguns aspectos concorrem para uma concretização particular.

O primeiro realiza-se no contexto de um plano *city beautiful* e, sob a presença tutelar de Cristino da Silva, apresenta-se marcado volumetricamente pela presença de um edifício-torre, referenciado formalmente a uma arquitectura Estado Novo, que nunca chegaria a ser construído; nos Olivais Norte, a solução adoptada apresenta aspectos que procuram já relacionar fisicamente a construção com a conformação do arruamento, modificando um dos principais pontos de fundamentação do urbanismo modernista, a dissociação entre os edifícios e as rodovias; por seu turno, a cidade satélite nº3 foi desenvolvida como um projecto académico, sem ter em vista a sua construção, e a sua concepção conjugava aspectos referenciáveis a soluções de autores como Le Corbusier para contextos idênticos,

¹⁹⁶ Embora constitua o documento emblemático do urbanismo modernista, a Carta de Atenas não apresentava documentação gráfica nem exemplos práticos. Seria a conjugação dos princípios nela enunciados com outra produção teórica e prática de Le Corbusier a inspirar a concretização de inúmeros conjuntos modernistas, através de torres, blocos baixos e *unidades* lameliformes. Resultado da publicação de um conjunto de princípios respeitantes aos trabalhos do CIAM IV, organizado em 1933 com o tema '*Cidade Funcional*', a Carta de Atenas foi divulgada apenas dez anos depois do congresso, pela mão de Le Corbusier, constituindo uma conclusão parcelar, que não foi objecto de consenso no decurso dos trabalhos (ver: MUMFORD, Eric – The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960, MIT. Cambridge. 2000, p 73 a 91). Em Portugal, o documento foi publicado com significativo impacto na revista *Arquitectura*, em 1948, faseadamente, em números sucessivos.

como a autonomização de zonas para europeus e para nativos, em que, para os primeiros, eram preconizadas concretizações habitacionais de inspiração claramente modernista, com uma menos canónica semi-articulação geométrica entre as construções e a estrutura viária.

Podem apontar-se, assim, nas realizações de influência modernista no país, concretizações que cruzaram os conceitos de base dos modelos com outras pré-existências ou influências, em processos de miscigenação e compromisso facilmente identificáveis com o ritmo lento da transformação urbana no país, acompanhado pelas vicissitudes próprias dessas circunstâncias, materializadas pela participação de diferentes intervenientes e autores e pela progressiva modificação do enquadramento em que se processavam.

Algumas pelo teor mais experimental, algumas pela relação com outras acções de planeamento ou de desenho urbano, para o mesmo espaço ou para áreas contíguas, outras por falta de dimensão para conformarem um espaço suficientemente substantivo para caracterizar um conceito, as áreas urbanas e os conjuntos assim criados não concretizaram uma elementar transposição do formulário modernista para o seu contexto de inscrição.

Parte II

1. Outra *iniciativa necessária*

1. Outra *iniciativa necessária*

O estudo da temática da cidade modernista em Portugal apresenta-nos um quadro de concretização circunstancial, relacionado estreitamente com as condições específicas do momento e com a situação social e política nacional.

A evolução lenta da urbanidade no país condiciona a experimentação dos modelos modernistas, do mesmo modo como define a formação da cidade no seu conjunto ou o ensaio de outras soluções morfológicas. A sua concretização realiza-se de forma cruzada com outros modelos e realidades, e indicia um progresso para novas experiências, contaminadas já por uma atitude de questionamento face aos seus princípios geradores.

A uma efémera experimentação das influências modernistas suceder-se-ia uma fértil evolução para outros desenvolvimentos urbanísticos, imbuídos de um novo carácter de procura e inovação e com uma também nova atenção ao momento do debate internacional sobre a construção do espaço urbano e a revisão dos modelos.

No final da década de 1960, confluem na situação portuguesa uma série de factores que caracterizam condições particulares para a evolução da cidade, em paralelo com as mudanças em curso na própria sociedade. A recomposição da distribuição territorial da população, associada à reorganização da estrutura económica e produtiva, a inexistência de alojamento em suficiente quantidade nas áreas de maior crescimento, a pretensão de envolvimento institucional do Estado na criação de habitação e na definição de novas áreas urbanas, e o simultâneo crescimento de fenómenos de desenvolvimento urbano à margem dos processos formais, configuram uma situação conjuntural denunciadora de uma necessidade de transformação física do meio urbano.

Por outro lado, o declínio final do regime político ditatorial, com a substituição de Salazar por Marcello Caetano, e o aparecimento de diversos movimentos de cidadãos, aparentemente tolerados, corporalizavam um processo de transformação que se intensificaria substancialmente com a revolução democrática, que teria consequências também na evolução da cidade.

Internacionalmente, o momento era de questionamento. Longe já da formulação de doutrinas unívocas de construção do espaço urbano, os trajectos de aproximação conjunta no campo disciplinar davam lugar às divergências, às abordagens e pesquisas individualizadas, sem consensos alargados e com uma nova noção da complexidade própria da cidade. O tempo da necessidade de rápido desenvolvimento ficava para trás, e as linhas de reflexão não se limitavam aos resultados dos espaços produzidos, mas também a aspectos sociológicos e antropológicos da vivência do tecido urbano, à sua constituição estrutural ou à actuação dos seus agentes económicos, ao papel e às qualidades da cidade histórica, aos sistemas de planeamento, aos processos de desenvolvimento urbano não planeados ou ao crescimento ciclópico das cidades dos países em vias de desenvolvimento.

Em Portugal, seria já neste momento de ausência de certezas que teria de ser realizado o desenvolvimento urbano necessário, construindo o espaço requerido pelas necessidades sociais, com o conhecimento adquirido sobre as experiências e evoluções teóricas anteriores, na Europa e no país.

A abordagem à temática da cidade modernista em Portugal conduz, assim, a um outro objecto de estudo, a construção da cidade portuguesa na transição para a democracia, desde o período final do Estado Novo, passando pela Revolução.

Neste período de tempo, foram desenvolvidos no país planos e projectos que procuravam responder às fortes necessidades de alojamento e de crescimento do tecido urbano, envolvendo um alargado conjunto de profissionais empenhados. Em processos nem sempre lineares, que transitaram entre circunstâncias políticas distintas na sua essência, estas experiências urbanísticas foram sendo informadas pela evolução dos contextos. Sem se poderem socorrer de modelos de referência inequívocos na construção da cidade, foram objecto de uma pesquisa experimental individualizada, realizada pelos autores à luz da sua cultura e sensibilidade próprias, vindo a ser concretizadas no terreno frequentemente de modo parcelar ou arrastado no tempo.

O estudo deste momento da cidade portuguesa apresenta-se assim como *uma iniciativa necessária* – do mesmo modo como, há mais de meio século, se apontava como fundamental um outro estudo, sobre a identidade da arquitectura portuguesa ¹⁹⁷.

A procura evolutiva de soluções de desenho urbano desenvolvida, no momento da revisão do modernismo e do questionar dos seus métodos de produção de cidade, leva à interrogação sobre o papel da cidade portuguesa nesse processo, sobre as suas especificidades e sobre a sua importância no contexto internacional.

¹⁹⁷ Em 1947, no número 14 da segunda série da revista *Arquitectura*, o segundo sob a influência do grupo ICAT (Iniciativas Culturais Arte Técnica), Francisco Keil do Amaral, na sua primeira intervenção teórica, advogava a necessidade da realização de um estudo sobre a arquitectura regional portuguesa, em busca das suas raízes, apontando o desenvolvimento do conhecimento como princípio de solução para aquele que era um grande problema da prática da arquitectura no país, a restrição imposta pelo Regime ao livre exercício disciplinar, através do seu formulário formal de raiz ideológica. (Para um enquadramento mais completo, ver: **TOSTÕES, Ana – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. FAUP Publicações. Porto. 1997.** p 24-28). No momento actual, a iniciativa preconizada incide num âmbito diferente, abordando realizações de um período mais recente e de uma outra escala, mas tem com aquela em comum a relação de apoio à prática disciplinar, tendo em vista o processo de trabalho de projecto e a organização do território.

2. A partir de '*an experiment in freedom*'

2. A partir de '*an experiment in freedom*'

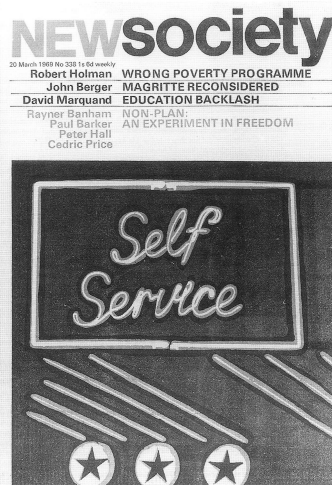


fig. 76 – Imagem da revista *New Society* de Março de 1969: capa e início do artigo

Quando, em Março de 1969, foi publicado na revista científica inglesa *New Society* o artigo crítico intitulado "*Non-Plan: an experiment in freedom*"¹⁹⁸, o que se prenunciava era o questionar generalizado de todo o sistema de planeamento urbano utilizado na Europa desde o pós-guerra.

Este texto, da autoria conjunta de quatro jovens autores – Reyner Banham, crítico de arquitectura, Paul Barker, editor da revista, Peter Hall, geógrafo urbano e Cedric Price, arquitecto – punha em causa o carácter inquestionável e elitista atingido pela *ciência* do planeamento, contestando tanto a fundamentação como os valores implícitos nas propostas dos planos, e contrapunha radicalmente a experimentação da transformação livre do território, permitindo às pessoas moldarem-no sem obedecer a planos previamente elaborados.

Reforçando o carácter controverso da iniciativa, os autores argumentavam que esta possibilidade permissiva de transformação do espaço não teria consequências mais negativas do que as obtidas pelo sistema de planeamento de então, mas que conseguiria evitar o único resultado visivelmente alcançado pelo planeamento – o atraso.

Segundo os quatro críticos, todo o sentido do planeamento urbano havia sido subvertido, já que se passara a considerar um plano bem sucedido simplesmente por ser completado, não se avaliando verdadeiramente os resultados obtidos face aos objectivos iniciais, caso singular num campo do conhecimento considerado científico. O carácter restritivo havia encaminhado os planos para o campo da arquitectura, entrando na definição formal da ocupação construída, o que tinha como consequência

¹⁹⁸ O artigo, realizado no âmbito de uma procura mais diversificada de uma maior liberdade no planeamento desenvolvida pelos quatro autores, é reproduzido em: **HUGHES, Jonathan; SADLER, Simon (editores) – *Non-plan: essays on freedom, participation and change in modern architecture and urbanism*. Architectural Press. Oxford. 2000. p 13 a 21.** Este volume resulta da conferência anual da Association of Art Historians de 1997, subordinada ao tema "*Structures and Practices*", em que foram analisados vários aspectos da arquitectura e do planeamento no pós-guerra e no período de impulso de passagem do modernismo para a pós-modernidade nascente.

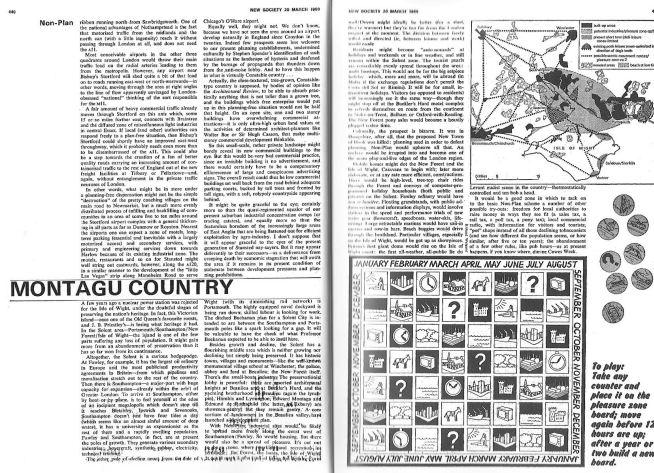


fig. 77 – Imagem da revista *New Society* de Março de 1969: proposta para uma das zonas

mais o alinhamento transitório em sucessivas modas formais do que a evolução científica da disciplina, e a levava a aproximar-se de um domínio doutrinário.

Na viragem para a década de 1970, estas constatações marcavam uma charneira no modo como o planeamento urbano era encarado, antecipando o questionar generalizado sobre a sua função, as suas reais possibilidades e o seu papel na sociedade.

O urbanismo do pós-guerra

No período do pós-guerra, na Europa, a necessidade de criação de alojamento massivo havia sido marcada pela urgência de resposta ditada pelas graves carências impostas pelo conflito. Foi este território devastado que abriu lugar à implementação consistente dos modelos urbanísticos teorizados desde os Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna¹⁹⁹. A cidade modernista, inspirada nos princípios de organização corbusianos – a tridimensionalidade, a construção isolada e em altura, o espaço livre, o sol, as áreas verdes – havia conseguido finalmente oportunidade de materialização sobre os escombros da guerra, estruturando o espaço para o habitar de um novo homem, habitante da era da máquina, e para uma nova sociedade, de inspiração keynesiana²⁰⁰.

¹⁹⁹ Estes princípios tinham sido objecto de discussão aprofundada no CIAM IV, subordinado ao tema "*Cidade Funcional*", que decorreu a bordo do navio SS Patris II em Julho e Agosto de 1933, entre França e Grécia. No entanto, as conclusões do Congresso apenas seriam publicitadas dez anos mais tarde, em 1943, pela mão de Le Corbusier. Processo descrito por MUMFORD, Eric – **The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960**. MIT. Cambridge. 2000. p 77 e seguintes.

²⁰⁰ O desenvolvimento económico do pós-guerra é marcado pela produção e pelo acesso generalizado a novos bens de consumo, fruto do progresso tecnológico e do desenvolvimento industrial, que estabelecem novos padrões de bem-estar. A produção arquitectónica e urbanística corresponde a este progresso massificado, proporcionando os novos *standards* de habitação de uma forma sistematizada e industrializada. É a aproximação à *construção de abrigos* em massa advogada por Le Corbusier, quando, sob o fascínio do processo de produção de automóveis de Henry Ford, à saída das suas fábricas de

Na realidade, toda a transformação do espaço e a definição da urbanidade eram efectuadas com base no papel central assumido pelo Estado-Providência. Era através do Estado que se definiam áreas de crescimento urbano, do mesmo modo que se estabeleciam os modelos de organização, a distribuição funcional das diferentes áreas, a organização do espaço e a conformação dos edifícios. Era ainda o Estado, em múltiplos casos, que agia directamente na transformação do território, construindo as infra-estruturas urbanas, projectando e mesmo construindo os edifícios.

Por outro lado, as novas áreas urbanas criadas estruturavam-se na relação com as cidades já existentes. Constituindo coroas ou núcleos periféricos ou estabelecendo uma maior continuidade com o tecido urbano anteriormente estruturado, os novos pedaços de cidade viviam na dependência dos centros tradicionais, que mantinham o carácter funcional de aglutinadores da actividade nos campos económico, social e cultural. As novas estruturas de transporte colectivo e individual materializavam essa interligação, proporcionando a mobilidade que permitia a especialização funcional das diferentes zonas.

Nas décadas de 1950 e 1960, as grandes áreas de crescimento urbano marcaram a fisionomia das cidades europeias, com os seus espaços livres, as soluções de habitação colectiva distribuída nas áreas verdes, as rodovias autonomizadas da construção, os centros de comércio de proximidade, e ainda uma nova terminologia urbanística, que vulgarizava designações como *unidade de vizinhança*, *célula* ou *centro cívico*.

À renovada inspiração de desenho urbano e de organização do espaço correspondia o desenvolvimento de um também novo modo de vida, em que se conquistava tempo recreativo para além do horário laboral, se desenvolviam novas actividades e se formava uma sociedade de consumo e de lazer, com

Detroit, escreve a sua meditação comparativa entre a produção industrial de Ford e os ainda artesanais métodos de construção ao serviço da arquitectura. (LE CORBUSIER – *Méditation sur Ford*, in BILL, Max - *Le Corbusier et Pierre Jeanneret: Ouvre complete*. Les Editions d'Architecture. Zurich. 1964. p 16 e 17)

apetência para a valorização do novo e do moderno e para uma sucessão de transformações dos costumes e práticas, tanto através da apropriação dos novos bens proporcionados pelo progresso tecnológico e pelo desenvolvimento económico como através de um renovado aproveitamento do tempo.

No seu artigo crítico sobre planeamento urbano, Banham, Barker, Hall e Price desenvolvem uma leitura crítica relativamente a este processo de transformação permanente, em linha com a contestação anteriormente realizada por Christopher Booker àquilo que havia designado como *neophilia*, ou seja, o vício da novidade ²⁰¹. Questionavam, deste modo, a receptividade aos novos planos e às iniciativas de criação de tecido urbano e de transformação da cidade, no pressuposto de que não bastaria já a novidade para conduzir à sua apreciação e validação, sendo necessária uma nova postura crítica tanto quanto aos objectivos como quanto aos resultados do planeamento.

²⁰¹ Para Booker, a sociedade inglesa encontrava-se desde meados dos anos 1950 fascinada de modo nocivo pela novidade e pela mudança (**BOOKER, Christopher – The Neophiliacs. Collins. London. 1969.** Reeditado em 1992 pela editora Pimlico). O artigo conjunto de Banham, Barker, Hall e Price tanto pode ser enquadrado à luz da resistência à mudança – pela sua crítica aos planos, na dupla vertente de frutos do progresso e de propostas de alteração da realidade em si mesmos – como, pelo lado oposto, pode ser entendido como o expoente máximo na apologia da mudança - pela sua proposta de liberdade na transformação do espaço. A noção de contínua modificação da realidade, em que a sociedade é objecto de transformações sucessivas originadas por uma revolução permanente indutora de uma interminável incerteza e agitação, em que, nas palavras de Karl Marx, *tudo está impregnado do seu conteúdo*, e em que *tudo o que é sólido se dissolve no ar*, é apresentada como fundamento da condição moderna pelo filósofo e teórico político norte-americano Marshall Berman (**BERMAN, Marshall – Tudo o que é sólido se dissolve no ar: a aventura da modernidade. Edições 70. Lisboa. 1989 [1ª edição de 1982]**)

A complexidade disciplinar do planeamento

Durante a década de 1960, duas mudanças fundamentais se desenvolvem no campo do planeamento urbano, transformando progressivamente o desenvolvimento teórico e a prática disciplinar ²⁰².

Primeiramente, tinha-se modificado a concepção herdada do modernismo *heróico* dos anos 1920 e 1930 segundo a qual o planeamento urbano era considerado eminentemente como arquitectura, ou seja, como um campo de acção do domínio da transformação física e com um carácter essencialmente formal, realizado geralmente por arquitectos e encarado como projecto a uma escala alargada, a escala da cidade. Progressivamente, esta visão foi sendo substituída por uma ideia de cidade ligada ao funcionamento, enquanto sistema, como um cenário de inter-relação de actividades e de agentes diversos, em constante fluxo.

Esta alteração pode ser considerada uma mudança de paradigma, pela ruptura fundamental que estabelece com o modo instituído de entender o campo disciplinar ²⁰³. A primazia atribuída ao

²⁰² De acordo com Nigel Taylor estas grandes alterações não podem ser consideradas verdadeiramente duas *mudanças de paradigma* no sentido atribuído ao termo por Thomas Kuhn, por não envolverem uma modificação completa do pensamento sobre planeamento, já que foram concomitantes com uma diversidade de agentes e intervenções no território ainda regidas pelo pensamento anteriormente vigente. (TAYLOR, Nigel – Urban planning theory since 1945. Sage. London. 2003, p 157 a 162).

²⁰³ Ainda segundo a interpretação de Nigel Taylor, esta dicotomia entre o que pode ou não ser entendido como *mudança de paradigma* no sentido Kuhniano explica-se pela sobreposição entre as concepções em presença. Taylor defende que, relativamente a esta primeira mudança, a diferentes escalas eram usados frequentemente entendimentos diferentes: a uma escala alargada dominava a visão racional e estratégica sobre um sistema; a uma escala local, de proximidade, o planeamento mantinha-se próximo do projecto e do domínio da forma. No entanto, esta simultaneidade não ilude a alteração global que se processa efectivamente no entendimento do planeamento urbano. Contrariamente, a segunda mudança não se repercutiu de forma alargada, dividindo campos quanto à sua aceitação, o que não configura uma alteração global do quadro teórico da

resultado formal, estético, isto é, o entendimento morfológico e *artístico* do planeamento, dá lugar a um pensamento predominantemente orientado para a interpretação racional e *científica* das actividades económicas e sociais para as quais a cidade constitui cenário, procurando alcançar a compreensão dos sistemas em presença.

Com a passagem do campo do projecto para o domínio da razão científica, o processo de planeamento adquiriu toda uma nova complexidade, integrando e articulando campos do conhecimento diversos. Longe da inspiração utópica da cidade ideal que orientava os arquitectos-urbanistas, pretendia-se o entendimento de aspectos que ultrapassavam a actividade económica, a mobilidade ou a geografia, analisando-se a sociabilidade, as relações de proximidade e as ligações mais distantes, o carácter simbólico ou a percepção visual.

Este progressivo aumento de complexidade do planeamento urbano, incorporando contributos de outras ciências sob o signo da previsibilidade e da capacidade de antecipação, teve como reflexo um também gradual aumento do *peso* da *máquina* do planeamento, adquirindo uma cada vez maior morosidade de procedimentos. O funcionamento do processo de elaboração dos planos, a sua complexidade de análise e dificuldade de passagem à aplicação prática e à sustentação de propostas provocou uma dificuldade crescente na apresentação de resultados. A confiança na ciência e no progresso do conhecimento própria da época não tinha correspondência nos resultados produzidos pelo planeamento urbano, ante a complexidade de um objecto de estudo integrando tão vastos e inter-relacionados domínios.

Em "*Non-Plan: an experiment in freedom*" anuncia-se a segunda grande mudança no planeamento urbano na década de 1960. Numa ciência em que a simples produção e materialização construída de um plano se torna um resultado – a avaliação realizava-se pelo nível de completamento alcançado no

disciplina e portanto não permite a sua leitura enquanto mudança de paradigma (TAYLOR, Nigel – Urban planning theory

terreno, e não pela apreciação face aos objectivos e pela satisfação dos propósitos a que o plano deveria responder – começava a questionar-se o próprio processo e o papel do planeador.

A contestação à especialização e ao próprio domínio disciplinar do planeamento urbano tornava-se incontornável, face ao contexto britânico, e iria marcá-lo definitivamente.

Perante a inoperatividade de um campo de trabalho de vasta ambição, que tudo pretendia prever, programar e regular, mas em que sobressaía a incapacidade de resposta e o atraso, e em que não eram claramente visíveis os efeitos positivos alcançados, o papel do planeamento urbano e do planeador especialista em urbanismo é colocado em causa.

A segunda grande modificação do conceito de planeamento altera este posicionamento do urbanista, que passa a poder ser considerado um agente que apenas pretende viabilizar e materializar as intenções de desenvolvimento e transformação que lhe são transmitidas – pelo poder político, pelos habitantes ou por outras forças em presença – e que deixa de ambicionar à realização de previsões e à definição dos programas de intervenção.

O artigo da revista *New Society* apresentava de modo pioneiro a crítica à especialização do planeamento urbanístico, apontando a possibilidade de a transformação do espaço ser realizada por agentes sem qualquer formação ou treino na área disciplinar. A proposta, apesar do seu carácter radical, é no entanto apresentada enquanto procedimento experimental, para aplicação a áreas urbanas perfeitamente determinadas, ou seja, ainda sem um propósito de modificação generalizada do quadro do planeamento.

No entanto, a alteração que se processava globalmente modificaria de facto o papel desempenhado pelo planeador, embora de um modo não homogéneo. Por antagonismo ao posicionamento de especialista de que dispunha anteriormente, contrapunha-se agora uma função de mediador, que não

necessitava de formação específica nem na área do projecto nem na área da análise lógica, mas antes de uma nova abertura e capacidade de percepção das intenções e dos intervenientes potenciais. Esta nova perspectiva apresentava a função do profissional do planeamento como parte de um processo de avaliação de valor e de realização de escolhas com um carácter eminentemente político ²⁰⁴.

A mudança de papel do Estado

Por outro lado, também o desempenho do Estado no processo se começa a transfigurar, deixando de polarizar e concentrar as funções que anteriormente executava, e que lhe atribuíam uma função central na transformação do território.

Era também o excesso de Estado que era colocado em causa com a contestação que se formava ao excesso determinista no planeamento urbano. O papel central do Estado na promoção das transformações acabava por potenciar o carácter restritivo e policiador, e por distanciar as intervenções das aspirações mais próximas dos habitantes, procurando uma suposta adequação às necessidades futuras da sociedade, que pretendia prever.

De quadrantes políticos antagónicos surge a contestação à centralidade onnipresente do Estado, expondo novas visões preconizadoras de uma maior ligeireza administrativa e decisória. Por um lado, a *New Right* advogava uma regulação urbanística mais próxima das tendências e orientações do

²⁰⁴ Esta interpretação introduziu uma divisão na teoria do planeamento que persiste ainda hoje, de acordo com Nigel Taylor, entre quem entende ou não o planeador como alguém dotado de conhecimento específico, seja na área do projecto, da regeneração urbana, do desenvolvimento sustentável ou qualquer outra (TAYLOR, Nigel – Urban planning theory since 1945. Sage. London. 2003. p 161).

mercado imobiliário; por outro, a *New Left* pretendia uma maior liberdade para atender às necessidades dos habitantes e uma resposta mais próxima às suas pretensões.

As alterações políticas, sociais e económicas das décadas de 1970 e 1980 iriam levar à efectiva transformação da presença do Estado, que deixaria a função de motor principal do urbanismo, seguindo a tendência global de *emagrecimento* de que seria objecto em campos diversificados, e passaria a reservar-se a uma postura de observador e regulador dos outros intervenientes, concretizando apenas a materialização de algumas acções de intervenção seleccionadas especificamente. Esta mutação, é certo que apresentando matizes diferenciados em função das realidades nacionais e locais diversas próprias da Europa, definia ainda assim uma tendência geral coerente.

Muito para além do momento estandarte da implosão do conjunto residencial Pruitt-Igoe, em St. Louis, nos Estados Unidos da América, em 15 de Julho de 1972, que, segundo Charles Jencks, marcaria a passagem do modernismo para o pós-modernismo²⁰⁵, o redimensionamento do papel do Estado e as alterações de perspectiva no campo da teoria do planeamento fizeram parte de uma transição que se desenrolou de um modo gradual, progressivo e alargado.

Em Portugal, por seu turno, vivia-se na viragem da década de 1960 para a de 1970 uma situação de distanciamento que imprimia especificidades próprias e definia claramente diferenças essenciais face ao momento europeu.

²⁰⁵ A demolição do conjunto Pruitt-Igoe constituiu para Charles Jencks, um dos principais teóricos da pós-modernidade, o momento marcante do final da era moderna, pelo simbolismo da destruição pela administração pública local de uma urbanização que anteriormente havia sido distinguida com um prémio atribuído pelas suas qualidades arquitectónicas e urbanísticas modernistas (JENCKS, Charles – The Language of Post-Modern Architecture, Academy Editions, London, 1991, p 23).

Portugal e o problema da habitação

O regime político no poder desde 1926, a ausência de participação na segunda guerra mundial, a estrutura económica e a organização social determinaram um desenvolvimento urbano muito diferente em Portugal, relativamente ao resto da Europa.

Sem ter sofrido os efeitos da destruição provocada pela segunda grande guerra, o país nos anos 1950 transpirava uma imagem de imobilismo e de estagnação, estruturalmente ligada ao orgulho isolacionista do Regime, em contraste com a colossal evolução do mundo novo dos países europeus saídos do conflito. Embora o Poder procurasse promover um esforço no sentido da modernização económica, que seria acompanhado por uma verdadeira recomposição da estrutura demográfica e social do país, o ritmo e alcance destas transformações eram cerceados pelas contradições internas e pela restrição ideológica da sua percepção, imposta pelo poder conservador e autoritário.

Neste quadro, era indirectamente, através da emigração, que a transfiguração europeia influenciava Portugal. Nas duas décadas entre 1950 e 1970 desenvolvia-se um fortíssimo quadro de saída da população para o exterior, sobretudo a partir das zonas rurais, levando ao esvaziamento do país em quase dois milhões de emigrantes.

Internamente, a redefinição da estrutura produtiva, com o desenvolvimento progressivo da indústria e dos serviços, impunha uma forte migração populacional para as áreas urbanas, incrementando a taxa de urbanização, acompanhada pela diminuição progressiva das taxas de natalidade e mortalidade, com um consequente aumento da esperança média de vida.

A alteração da distribuição populacional teve expressão num crescimento concentrado sobretudo nas duas principais cidades do país, que o desenvolvimento urbano e a produção de habitação não

conseguiu acompanhar, conduzindo a uma situação de carência de alojamento com forte expressão social, a que nem a promoção pública nem as iniciativas de cariz privado conseguiram dar resposta.

Ao longo da década de 1960, este défice na oferta de habitação avolumou-se progressivamente, e nem o aparecimento de novos grandes promotores imobiliários conseguiu dar-lhe resposta. A proliferação de bairros clandestinos e de bairros de lata constituíram as consequências desta situação, enquanto noutras áreas se desenvolviam uma realidade de forte sobrelotação, de que constitui exemplo paradigmático a Baixa portuense, com uma ocupação excessiva das habitações disponíveis penalizadora das condições de habitabilidade e salubridade.

Neste contexto, a carência de alojamento nas áreas urbanas – o *problema da habitação* – era marcante na realidade portuguesa do final dos anos 1960.

Com a substituição de António de Oliveira Salazar por Marcello Caetano desenvolver-se-ia um novo impulso para responder às dificuldades de alojamento a que estava sujeita uma parte substancial da população, através do lançamento dos Planos Integrados do Fundo de Fomento à Habitação, integrados no terceiro Plano de Fomento²⁰⁶.

Equacionando soluções de expansão urbana para uma série de cidades e áreas de desenvolvimento prioritário, como Setúbal, Almada, Aveiro ou Sines, desenvolvidas por arquitectos que procuravam organizar novas soluções de tecido urbano, as soluções dos Planos Integrados, em conjunto com o curso evolutivo dos trabalhos realizados nos planos dos Olivais, de Chelas, da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa e de alguns conjuntos da Federação das Caixas de Previdência - Habitações Económicas, constituem um relevante momento de experimentação urbanística no país, informado

²⁰⁶ Sobre o III Plano de Fomento, as orientações políticas e as transformações sociais do marcelismo, ver: "A (des)esperança marcelista", no capítulo 2.

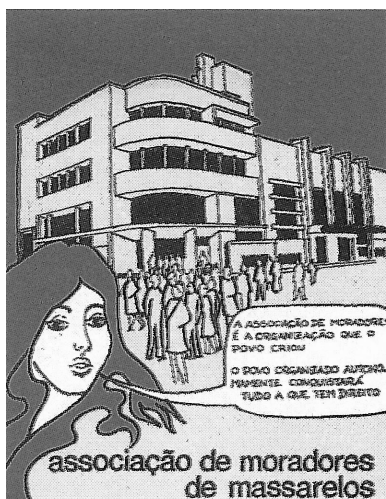


fig. 78 – Autocolante da associação de moradores de Massarelos

pelo debate internacional que rodeava o esgotamento do modernismo, a que uma nova geração de arquitectos se encontrava particularmente atenta.

Face à falta de capacidade de concretização estatal, seria apenas com a revolução dos cravos de 25 de Abril de 1974 e com a passagem para a democracia que se desenvolveria um novo quadro de mudança social e cultural que traria novas perspectivas para a resolução do problema da habitação.

No período revolucionário nascia um novo entendimento do papel da arquitectura na construção da sociedade e do ambiente urbano. Respondendo à grave situação social gerada pelo problema da habitação em numerosas áreas urbanas, quando se calculava existir uma necessidade global de construção de 600.000 fogos e uma situação de um quarto do total da população do país a viver em habitações degradadas, bairros de lata, ilhas ou fogos sobrelotados ²⁰⁷, os arquitectos assumiram frontalmente um papel de classe ao serviço da comunidade, envolvendo-se, em contacto directo com a população, no desenvolvimento de soluções habitacionais colectivas de carácter urbano. No âmbito do programa SAAL ²⁰⁸, foram propostas numerosas acções de intervenção para criação de conjuntos habitacionais em diversificados centros urbanos, com especial incidência nas cidades de Lisboa e Porto, que constituíram um campo de fértil experimentação de soluções urbanísticas, englobando diferentes opções no que respeita às soluções tipológicas, morfológicas e de relacionamento com a

²⁰⁷ Sobre a situação da época, ver: VARA, Armando – Habitação, Equipamentos, Infra-estruturas, in REIS, António (coordenação) - *Portugal: 20 anos de democracia*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994, p 346.

²⁰⁸ O SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local – foi um programa criado pelo Governo em 1974, por iniciativa de Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação, com vista ao desenvolvimento de intervenções urbanas de construção de habitação, através da criação de brigadas técnicas directamente no terreno, em diálogo directo com associações de moradores. Segundo Eduarda Dionísio, apesar da curta longevidade, esta iniciativa terá fundamentado uma das maiores e mais duradouras mudanças culturais do período, na perspectiva da democratização da arte, envolvendo o pensar da cidade pelos moradores e da arquitectura pelos autores. (DIONÍSIO, Eduarda – As Práticas Culturais, in REIS, António (coordenação) - *Portugal: 20 anos de democracia*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994, p 449).

cidade pré-existente, mas também variadas quanto aos métodos de promoção e concretização, quer através de cooperativas de habitação, quer por apoio à auto-construção, quer ainda através da participação do Estado²⁰⁹.

As necessidades de alojamento eram agravadas pela alteração da situação populacional de Portugal, já que a crise económica detivera o fluxo de emigrantes para a Europa, e que o final da guerra colonial levava à chegada de uma numerosa vaga de retornados das ex-colónias, invertendo a situação anterior. No entanto, os novos conjuntos urbanos desenvolviam-se com morosidade, o que se explica quer pela natureza dos processos, do planeamento à execução em obra, quer pela escassez de recursos disponíveis. Dadas as convulsões políticas do período revolucionário, o processo SAAL teria curta duração - um breve ano -, mas grande parte das operações de intervenção urbana teria sequência de novas formas, devido em grande parte à perseverança dos envolvidos.

O tempo da transformação urbana era mais lento do que a rápida modificação da sociedade e da situação política. Diversas acções preconizadas no marcelismo, como os Planos do Fundo de Fomento à Habitação, atravessariam o período revolucionário e só anos mais tarde viriam a concretizar-se. Outras, como o Plano de Chelas, ainda do tempo de governo de Salazar, arrastar-se-iam durante décadas até à concretização.

O momento crítico e a experimentação em Portugal

Relativamente ao contexto europeu, o momento de transfiguração da cidade portuguesa apresenta

²⁰⁹ Para um retrato pormenorizado de todo o programa SAAL, abarcando não apenas os processos mas também as operações e os projectos realizados, ver: **BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade de Coimbra. Coimbra. 2001.**

características próprias que decorrem, em primeira análise, do desfasamento temporal com que se desenvolve, conferindo-lhe um conteúdo crítico baseado na possibilidade de releitura das experiências anteriores, que marca tanto os procedimentos como os projectos e a sua materialização construída, sobretudo no que respeita à arquitectura mais informada. O teor desta especificidade integra a necessidade de resposta de curto prazo e a atenção à limitação de recursos, mas também uma preocupação com as reais necessidades e pretensões dos futuros habitantes, pela proximidade e pelo diálogo estabelecido.

Por outro lado, paralelamente ao debate sobre a revisão do papel do Estado no urbanismo e no planeamento, atendia também à experiência já conhecida de outros países em vias de desenvolvimento com problemas análogos, tendo ainda em linha de conta - através da informação proporcionada por uma recente mas efectiva abertura ao debate disciplinar com o exterior - a contestação aos defeitos apontados às realizações modernistas, enquanto incorporava também o conhecimento sobre o curso evolutivo das experiências de desenho urbano realizadas anteriormente no país.

Esta conjugação de factores atribui a este período da urbanidade portuguesa um interesse e uma relevância singulares, sublinhado pela qualidade intrínseca de algumas das soluções arquitectónicas desenvolvidas, que catapultaram a arquitectura portuguesa para uma projecção internacional nunca alcançada até à época.

É a necessidade de construir num tempo de questionar, de tomar opções e de as concretizar em simultâneo com as dúvidas e a discussão, que confere importância enquanto objecto de estudo a esta época, com tanto de turbulento e de contraditório quanto de empenho e de procura consciente de soluções.

Com a estabilização política e a evolução social do final da década de 1970, a cidade portuguesa desenvolver-se-ia noutros sentidos de evolução, e embora algumas experiências ainda continuassem a mesma linha de procura evolutiva, constituiriam apenas episódios esporádicos naquele que se

estabelecia como o mais forte e célere crescimento urbano do país, realizado de um modo muito menos estruturado, organizado e informado do que se poderia prever. A gravidade da situação de carência de alojamento, ao invés de induzir uma racionalização das respostas e uma organização dos recursos e dos métodos, antes legitimava a implementação de acções dispersas e desconexas, construindo um meio urbano desorganizado, realizado na óptica dos promotores e da rapidez de execução, sem uma antevisão prévia de resultados conjuntos. A cidade portuguesa nunca seria como um *Ford* ²¹⁰, para utilizar a alegoria corbusiana, podendo classificar-se como mais próxima de uma experiência generalizada de *Non-Plan*.

Depois do período revolucionário, tal como na década de 1960, a urbanização continuaria a desenvolver-se como mero processo expansivo de ocupação do território, e não enquanto incremento da qualidade do espaço urbano ²¹¹.

O exemplo da cidade de Lisboa mostra como o crescimento, que já anteriormente se havia processado principalmente para fora dos limites administrativos da cidade (vindo a constituir a denominada *área metropolitana*), até meados da década de 1980 vai retomar o mesmo carácter de desenvolvimento, dispondo-se precisamente a partir da estrutura radial de expansão suburbana lançada previamente, numa evolução que reforçava a disposição centrífuga e a pendularização de movimentos característica da dependência entre centro e periferias.

²¹⁰ Na opinião de Nuno Grande, a cidade expansiva portuguesa nunca foi *fordista* por ser infra-estruturada por um território e um cadastro de propriedade rurais e, em simultâneo, por não ter sido gerada a partir de uma lógica de hierarquização e densificação. (GRANDE, Nuno – *Arquitectura & Não. Caleidoscópio*. Casal de Cambra. 2005. p 27 a 31)

²¹¹ Para o sociólogo Vítor Matias Ferreira, o sentido dúplice da palavra *urbanizar* esconde o equívoco descrito, já que a integração no espaço de urbanização difuso não garante o acesso à qualidade do espaço urbano. (FERREIRA, Vítor Matias – *Fascínio da Cidade. Ler Devagar e Centro de Estudos Territoriais [ISCTE]*. Lisboa. 2004. p 327)



fig. 79 – Imagens da expansão urbana portuguesa recente

Relativamente aos conceitos de desenho urbano utilizados, aos princípios de organização morfológica e às tipologias de construção, também a continuidade é a marca da expansão que se verificava, com uma dispersão progressivamente maior, com menor ancoragem às estruturas existentes, e uma maior escala dos edifícios, graças à banalização do recurso aos ascensores e à sua rentabilização através da multiplicação do número de alojamentos por piso.

Verifica-se assim que os resultados obtidos por este período de enorme crescimento urbano não reflectiram o momento de debate e experimentação disciplinar entretanto ocorrido, situação a que não é alheia, por um lado, a distinção entre protagonistas, já que escassas vezes os empreendimentos suburbanos foram desenvolvidos com recurso a arquitectos, e, por outro, a falta de planeamento, pois estas acções raramente foram pensadas de uma forma conjunta antecipadamente.

A evolução suburbana

Vinte anos depois do primeiro surto de suburbanização, a cidade portuguesa transfigurara-se globalmente. A segunda grande mudança viria com o final da década de 1980 e a viragem para a década seguinte, após a integração na União Europeia, com o acesso generalizado da população ao automóvel, que introduziria uma nova inflexão na estruturação urbana do país. Se até então a taxa de motorização era muito baixa, no contexto europeu, o aumento exponencial que rapidamente se processava no número de automóveis permitia que o desenvolvimento das áreas urbanas se passasse a orientar não já pelas infra-estruturas de transporte colectivo mas pelas novas vias de transporte rodoviário que eram implementadas, e introduzia uma nova dimensão ao efeito de dispersão das áreas construídas, apenas possível pela difusão da auto-locomção.

Para grande parte da população, o acesso ao automóvel constituiria mais do que um aumento da qualidade de vida, significando o acesso à urbanidade, através da disponibilização de recursos e serviços nunca antes acessíveis, ou seja, o automóvel substituíria o papel da cidade onde ela nunca antes tinha funcionado, tanto nas franjas suburbanas como nas áreas de carácter rural.

Dispersão e desorganização, por um lado, ou possibilidade de urbanidade e nova geometria territorial, por outro, são faces dicotómicas de um desenvolvimento urbano que caracterizou o final do século XX em Portugal, que não passou prioritariamente pelo debate disciplinar da arquitectura e do urbanismo mas que constituiu a efectiva face física que corresponde a uma nova organização social e económica e a uma mudança de vivência da população, apresentando-se hoje como uma conurbação vasta, litoralizada, que se estende da foz do Sado ao Cávado, cenário territorial em que se move a esmagadora maioria dos habitantes do país ²¹².

Esta evolução transportou, também, a cidade portuguesa para os problemas da urbanidade contemporânea, com novas tendências de transformação acusadas por aspectos como a *centrifugação* de funções que anteriormente eram características do centro e o tornavam polarizador, e agora são transferidas para *novas centralidades* que se implantam nas áreas periféricas e o deixam em processo de obsolescência, ou pela reconfiguração dos sistemas de transporte, com o congestionamento do trânsito, a desadequação dos transportes colectivos, o aparecimento de novas necessidades de

²¹² O rápido processo de transformação da urbanidade portuguesa tornou a população praticamente toda urbana, na opinião do geógrafo Jorge Gaspar, incluindo milhões de pessoas que nunca chegaram a habitar a cidade e cujo carácter urbano se define pelo estilo de vida, consubstanciado nos comportamentos, consumos e ritmo de tempo, já que habitam espaços fora das cidades a que se poderá chamar *urbanidades*. (GASPAR, Jorge – Intervenção no Colóquio Sobre a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo, in *Administração Democrática* #133. Editorial Caminho. Lisboa. Maio/Dezembro 1998). O resultado deste processo pode ser, de outro modo, expresso pelas palavras acutilantes de Jorge Figueira: "(...) a cidade portuguesa democrática é um lugar onde as 'elites' não se reconhecem, que os nostálgicos deploram e que a



fig. 80 – O automóvel e a expansão suburbana a partir das infra-estruturas viárias

mobilidade e a concentração de funções em torno das rodovias e dos seus nós de acesso, ou pela afirmação de novos ícones arquitectónicos urbanos, edifícios de excepção com marca de autor, ou ainda pela crise de identidade e de cidadania que remete o centro da *polis* para a esfera dos media, em substituição do lugar físico que antigamente ocupava ²¹³.

A crítica e o debate, a regulação e a aceitação

Alargada e *actualizada*, esta cidade difusa afirma-se iniludivelmente, mas enquanto vence no domínio da utilização e da alteração dos costumes é, simultaneamente, objecto de crítica e de resistência no espaço da opinião pública, conseguindo unir *opinion-makers* de diferentes quadrantes. "*Realidade dolorosa da nossa condição de país atrasado, pobre, inculto*", para Pacheco Pereira ²¹⁴, cenário de "*fealdade e sujidade terceiro-mundista*", flagelado pela "*construção e pelo urbanismo selvagem*", para Vital Moreira ²¹⁵, é contraposta por Miguel Sousa Tavares à cidade novecentista, com o argumento de que a "*harmonia e qualidade de vida urbana não precisa de nenhuma grande construção de referência, nenhuma urbanização de encher o olho, nenhum centro comercial (antes pelo contrário, o segredo é não o ter), nenhuma piscina municipal nem pavilhão gimnodesportivo, nenhuma rotunda com canteiros e estátuas pseudomodernas, enfim, nada que encha o olho e que mostre dinheiros*

malta do fato-de-treino usufrui livremente" (FIGUEIRA, Jorge – Agora que está tudo a mudar: arquitectura em Portugal. Caleidoscópio. Casal de Cambra. 2005. p 20).

²¹³ Sobre as alterações da cidade contemporânea, e da portuguesa em particular, ver: DOMINGUES, Álvaro – Os novos mapas da cidade. in *ecdj* #3. edarq. Coimbra. Novembro 2000. p 35 a 40.

²¹⁴ PEREIRA, José Pacheco – Portugal a voo de pássaro. in *Público*. 28 de Abril de 2005.

²¹⁵ MOREIRA, Vital – Que país, este!. in *Público*. 16 de Agosto de 2005.

públicos ou fortunas privadas" ²¹⁶. No espaço mediático, é difícil encontrar-lhe defensores, como nos contactos corriqueiros do dia-a-dia, mas a sua vitalidade crescente sustenta-se na utilização universal do automóvel, da via rápida, das superfícies comerciais, e do tempo comprimido que se sobrepõe à ordem da cidade e do espaço rural, a cuja adesão se realiza generalizadamente e de forma acrítica.

Na opinião disciplinar especializada sobre arquitectura e urbanismo, duas ópticas de análise parecem desenhar-se, com visões diferenciadas. Uma, mais de acordo com a opinião pública, descontente com o carácter da cidade expansiva e *genérica*, preocupa-se com a descaracterização e a perda da noção de lugar ²¹⁷, com a dispensabilidade da cidade na sua forma tradicional, com o desequilíbrio social marcado no território, com a perda de noção da forma e dos critérios de desenho ²¹⁸, e contrapõe – face à falência dos modelos modernistas experimentados no pós-guerra - a possibilidade de retorno à *cidade do século XIX*. Este regresso à cidade moderna permitiria reintroduzir o protagonismo do desenho e da forma na concepção urbana, enquadrando o retorno à utilização do espaço público na cidade, através do único tipo de suporte urbano que terá demonstrado capacidade de articulação entre a utilização pedonal e a escala do automóvel. A morfologia deste tipo de espaço permitiria ainda recuperar a referência do lugar, através da diferenciação e identificação proporcionadas pelo enfoque no desenho e na concepção particularizada.

²¹⁶ TAVARES, Miguel Sousa – Viva Campo de Ourique, in *Público*. 11 de Novembro de 2005.

²¹⁷ De acordo com o conceito explicitado por Marc Augé em: AUGÉ, Marc – Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Bertrand Editora. Venda Nova. 1994. [1ª edição 1992]

²¹⁸ Oriol Bohigas expressa uma empenhada preocupação com estas questões, com a proliferação deste tecido urbano e com a "(...) presente situação de neoliberalismo exacerbado em que uma falsa liberdade unidireccional (...) consegue reduzir os esforços prioritários para a igualdade", no livro sugestivamente intitulado: BOHIGAS, Oriol – Contra la incontinencia urbana: Reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad. Electa. Barcelona. 2004. p 112 (tradução livre)

Uma outra linha de interpretação do momento difuso da cidade actual, no âmbito disciplinar, assume uma postura mais descritiva, analisando a sua evolução enquanto expressão dos sistemas económicos e do dinamismo social que a habitam, e enquanto, por um lado, sublinha a importância da estratégia e da competitividade territorial, da flexibilidade e da captação das oportunidades de investimento, aspectos que pretende favorecer ²¹⁹, por outro lado procede a uma esteticização do carácter físico e da materialização desta paisagem construída, fragmentária, contraditória e pós-moderna, que desenvolve de modo sistemático através do recurso à imagem ²²⁰.

Esta linha de abordagem apresenta uma especial atenção ao desenvolvimento e qualificação das infra-estruturas e dos espaços públicos, tanto no que se refere à programação de novas expansões como à beneficiação e tratamento do tecido urbano criado, ao qual se apontam criticamente as lacunas

²¹⁹ Neste espaço de análise destacam-se os contributos de François Ascher (**ASCHER, François – Métapolis ou l'avenir des villes. Éditions Odile Jacob. Paris. 1995**) ou de Jonathan Barnett (**BARNETT, Jonathan – Fractured Metropolis: Improving the New City, Restoring the Old City, Reshaping the Region. Harper Collins. New York. 1995**), entre outros, e em Portugal, de Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral (**PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2004**), procurando explicar a cidade contemporânea e a sua vitalidade.

²²⁰ Rem Koolhaas, grande relator desta cidade (como refere Nuno Grande) e impulsionador desta esteticização (segundo Paulo Varela Gomes) em diversos trabalhos de análise, dos territórios asiáticos como o delta do Rio das Pérolas às estâncias balneares mediterrânicas de Espanha, afirma radicalmente: "*Nos nossos momentos mais permissivos, rendemo-nos à estética do caos – o 'nosso' caos. Mas tecnicamente caos é o que acontece quando nada acontece, nada que possa ser projectado ou abarcado; é algo que se infiltra; não pode ser fabricado. (...) Se vier a haver um novo 'urbanismo' não será baseado nas fantasias gémeas da ordem e da onnipotência; será o estado da incerteza; não estará já preocupado com o ordenamento de objectos mais ou menos permanentes, mas sim com a irrigação de territórios com potencial; não almejará a configurações estáveis mas à criação e manutenção de campos que alberguem processos que recusam ser cristalizados em formas definitivas. (...) Redefinido, o urbanismo será não apenas, ou principalmente, uma profissão, mas uma ideologia, uma maneira de pensar: aceitar o que existe. Estivemos a fazer castelos de areia. Agora nadamos no mar que os desfez.*". **OMA; KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce – Small, Medium, Large, Extra-Large. 010 Publishers. Rotterdam. 1995. p 969** (tradução livre).

e insuficiências, e propõe ainda intervenções arquitectónicas exemplares em situações específicas estratégicas ²²¹.

Tem sido um rumo próximo destes princípios que tem conduzido a modificação recente do desempenho do Estado na esfera da cidade, retirando-o progressivamente do espaço central que antes ocupou, o que, de resto, acompanhou a sua perda de protagonismo na própria sociedade. Actualmente o seu papel não passa pela produção de tecido urbano, mas apenas pelo acompanhamento e regulação do investimento que o realiza, pelo planeamento e implementação de infra-estruturas territoriais, pela preservação ambiental, pela procura de sinergias e de condições propícias ao desenvolvimento económico, e pela realização de acções singulares indutoras de novos investimentos privados, numa procura de concertação que ambiciona rentabilizar os recursos empenhados – entendidos como escassos - e multiplicar os benefícios obtidos. Apenas em determinadas iniciativas o Estado se envolve directamente no espaço urbano, normalmente por associação à organização de um grande evento de carácter mobilizador, como uma grande exposição, um acontecimento desportivo de destaque ou uma importante iniciativa cultural, sobretudo se com projecção internacional - é o caso da *Lisboa 94*, da *Expo 98*, do *Porto 2001* ou do *Euro 2004*, para utilizar exemplos no país. Mas também aos níveis local e regional o empenho público no urbanismo se mostra diferenciado e focalizado, com um carácter interventivo mais reforçado em áreas de forte carácter simbólico, como os *centros históricos*, ou na realização de acções de requalificação urbana que procuram caracterizar e marcar novas centralidades em zonas periféricas de expansão recente, inculcando-lhes um novo valor emblemático.

²²¹ Num texto de pendor crítico muito acentuado, Guido Giangregorio põe em causa a análise urbana que se baseia apenas em secundar a realidade, apontando a necessidade de reelaborar um contexto teórico de referência que estabeleça uma relação consistente entre a arquitectura e a cidade, distanciando ambas da dependência das leis do mercado que este tipo de análise acaba por favorecer (GIANGREGORIO, Guido – **Crítica e projecto na cidade contemporânea: algumas conclusões preliminares** . in *ecdj* #3. edarq. Coimbra. Novembro 2000. p 10 a 18).

Para além destas acções parcelares relativas a áreas de maior visibilidade, a acção estatal não constitui um elemento determinante na definição da forma urbana, particularmente quando confrontada com aspectos como a estrutura cadastral de propriedade, a disposição das infra-estruturas e das vias de comunicação, a rede de acessos de proximidade, a localização e implantação de construções já existentes ou mesmo a sua sequência de implementação. O planeamento não determinista e flexível e as iniciativas fragmentares e casuísticas de promoção privada vão conformando assim a transformação do território, sem o auxílio de modelos ou conceitos de espaço urbano e de forma.

Do determinismo formal à ausência de referências

Se a cidade modernista, na sua utopia social e tecnológica, era entendida mais como um resultado físico a alcançar do que como um enquadramento material para a dinâmica de actividades, pessoas e movimentos presentes nesse espaço, na viragem de século actual a situação inverteu-se, e é sem referências para a forma urbana que o desenvolvimento normalmente se processa, com a atenção concentrada noutros factores, como a economia e a competitividade, enquanto, paralelamente, se instala a noção de caos no território urbanizado e da sua inevitabilidade.

Para Nigel Taylor, a evolução do conhecimento no campo do urbanismo verificada desde o pós-guerra incidiu sobretudo no que respeita aos processos de planeamento, em que houve uma clara evolução, faltando agora avançar decisivamente na aprendizagem sobre as qualidades ambientais que o espaço urbano deveria ter como objectivo alcançar ²²², o que coloca um importante desafio aos teóricos e

²²² O autor indica que tal é resultado da menor atenção que foi dada pela teoria do planeamento urbano neste período à análise das qualidades dos ambientes urbanos e do modo de os potenciar, em benefício do entendimento da actividade e da evolução do seu funcionamento (TAYLOR, Nigel – Urban planning theory since 1945. Sage. London. 2003. p 168).

investigadores, no sentido da construção de um corpo teórico que suporte a prática disciplinar quanto àquele ângulo.

Enquanto a cidade e a sociedade portuguesas herméticas do Estado Novo em meio século se transfiguraram, esbatendo as distinções que a separavam do contexto europeu tanto quanto do terceiro mundo, os seus problemas de desenvolvimento modificaram-se e tornaram-se idênticos aos do contexto urbano alargado da actualidade, embora incorporando especificidades matriciais que traduzem fisicamente o seu processo de evolução.

No debate contemporâneo sobre a urbanidade, Alexandre Alves Costa afirma, num texto recente, acreditar na possibilidade *fora de moda* de desenhar a cidade ²²³, afastando-se da ideia de inevitabilidade das transformações em curso, enquanto, numa diferente perspectiva, Paulo Varela Gomes antevê uma mudança de paradigma em torno da noção de *cidade genérica*, alicerçada numa conceptualização visual que declara o luto da modernidade urbana ²²⁴.

Numa outra abordagem, assente numa escala de análise mais próxima da intervenção arquitectónica, parcelar e contida, Gonçalo Byrne refere a necessidade de transcender a recicatrização urbana de carácter contextualista na intervenção na cidade ²²⁵, já que este tipo de intervenção, que pretende repor a continuidade com o existente, assumindo uma postura de analogia ou até de mimetismo para com o

²²³ Texto elaborado a propósito da Casa da Música, no Porto, e publicado em: COSTA, Alexandre Alves – Monumento à incredibilidade e à desesperança, in *Público*, suplemento 'A casa abre-se à música'. 14 de Abril de 2005. p 86.

²²⁴ Esta mudança substitui, de acordo com Varela Gomes, a modernidade urbana do paradigma renascentista e iluminista, após as tentativas de 'regresso à cidade' dos anos de 1950 e 1970-80. (GOMES, Paulo Varela – Viagem para o Oriente, in MILHEIRO, Ana Vaz; FIGUEIRA, Jorge (coordenação) - *Paisagens Invertidas: Les Yeux Qui ne Voient Pas*. Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2003. p 25).

²²⁵ Opinião expressa em entrevista realizada na sequência do seminário de desenho urbano 'Inserções', em Coimbra (BYRNE, Gonçalo – Colar é introduzir fragmentos descontextualizados. Entrevista realizada por BORGES, Eugénio; PINTO, Vera. in *Nu* #19. NUDA/AAC. Coimbra. 2004. p 30).

meio envolvente, leva a que a ambição historicista acabe por tender à ocultação da dimensão do tempo no espaço urbano. Byrne defende que, ante a essência de fragmentação e descontinuidade da cidade contemporânea, se torna indispensável nortear as acções a realizar pela introdução de um raciocínio, um conceito que se irá sobrepor à realidade existente, *reprojectando* uma *nova natureza*, entendimento que significa uma mudança da tradição portuguesa erudita recente de intervenção na cidade, ancorada primordialmente na reflexão sobre o sítio, na omnipresença da pré-existência e na construção da continuidade.

Analisando os vastos espaços urbanizados nas últimas quatro décadas em Portugal, destaca-se a ausência de um conceito estruturador, ou mesmo, tendo presente a sua génese fragmentária, de conceitos diversos ou individualizados, mas capazes de fundamentar uma ideia de qualidade de vida urbana e de qualidade da própria cidade. Sobressai uma imensa visão de *Non-Plan*, mas longe já da provocação a um sistema rígido e determinista de planeamento daquela iniciativa.

Num tempo de consciente impossibilidade de soluções universais ou de desenvolvimento de modelos unívocos, mas de necessidade de um espaço realizado para os seus habitantes, de flexibilidade perante as mudanças, de integração da diversidade e de tendências contraditórias emergentes, não se afigura suficiente realizar apenas a requalificação destes tecidos criados de modo casuístico, fortuito e sem preocupações de integração conjunta e de qualificação. A reparação tardia das estruturas já estabelecidas, sempre um passo atrás, trabalhando sobre o lapso de organização e de desenho, não permite em numerosas situações obter resultados que vão além da minimização de danos, isto é, do mal menor.

Novamente *uma iniciativa necessária*

A questão que se coloca - qual a estratégia a utilizar para lidar com a cidade actual - conduz-nos ao desafio de Nigel Taylor sobre a necessidade de conhecimento das características que qualificam o espaço urbano, procurando uma evolução sustentada no saber e na experiência. Possivelmente, em busca de conceitos de referência, que permitam informar não só as intervenções de requalificação mas também a criação de novo tecido de cidade, logo desde a sua génese. Não acreditando em respostas prontas a utilizar ou em modelos de aplicação fácil e indiferenciada, será possível, no entanto, desenvolver um corpo de conhecimento baseado na realidade experimentada, com vista à sua utilização como instrumento de apoio ao projecto, entendido como um dado adicional a integrar na conceptualização específica de cada intervenção arquitectónica.

Neste contexto, o estudo do período de transformação tardia da cidade portuguesa, em torno da viragem da década de 1960 para a de 1970, do marcelismo à democracia, adquire particular interesse, pela experimentação urbanística e procura evolutiva de soluções. A singularidade conjuntural do momento, que associava em Portugal a revisão do urbanismo modernista a um período de grande transformação política e social, de *recomeço* em simultâneo com a produção urbana, constitui-se na materialização construída (ou, em certos casos, apenas projectada) no tecido urbano das incontornáveis questões e dúvidas disciplinares, numa época que na Europa era já um momento de paragem, de questionamento e de reflexão.

A relevância deste tema é ainda reforçada pela abertura ao exterior, através do esbater do isolamento anteriormente vigente, e também pela aproximação que assinala entre a arquitectura e a sociedade, marcada pela exigência de respostas face às necessidades sociais e de crescimento demográfico traduzidas no grave *problema da habitação*.

Esta procura informada e consciente de evolução na produção urbana raramente veio a ter continuidade posterior em Portugal, sendo assim a sua investigação *uma iniciativa necessária* para o evitar da sedimentação de uma *tábula rasa* sobre a experiência passada, e para estabelecer uma linha de continuidade com o debate e a pesquisa actuais, fundamentada no conhecimento da História.

3. Revisão crítica do urbanismo modernista: algumas pistas

3. Revisão crítica do urbanismo modernista: algumas pistas

Para o desenvolvimento de um estudo aprofundado sobre a transformação urbana em Portugal no período identificado, em torno do marcelismo e da transição para a democracia, podem apontar-se diversas linhas de orientação para uma futura investigação.

O conteúdo conceptual e experimental, de desenvolvimento de novas soluções de morfologia urbana e organização tipológica, constitui uma vertente fundamental da investigação a realizar, tendo em atenção as especificidades da situação do país e a sua evolução, tal como as direcções de pesquisa individual dos diferentes autores e as suas influências no plano internacional. Para o efeito, importa realizar a análise dos processos de desenvolvimento das acções, quer os planos quer os projectos urbanos, os seus elementos constituintes, os resultados construídos e o discurso sobre eles elaborado, bem como a forma de promoção e o modo de implementação no terreno.

Não se restringindo a um âmbito cronológico delimitado, dado o seu arrastamento no tempo, os acontecimentos relevantes são numerosos e encontram-se distribuídos por todo o território, constituindo pedaços de cidade que fazem hoje parte do espaço construído, sendo necessário partir do seu reconhecimento, através de um levantamento sistematizado das acções.

Algumas formas de promoção importantes são identificáveis, como a Federação das Caixas de Previdência – Habitações Económicas, os Planos Integrados do Fundo de Fomento da Habitação, o programa SAAL (sobre o qual já existe um levantamento exaustivo), a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, iniciativas de outros municípios, algumas cooperativas de habitação e empreendimentos urbanísticos de iniciativa privada. Para o seu conhecimento, aponta-se a pesquisa de documentação em arquivos de instituições como o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado ou de Câmaras Municipais envolvidas, sobretudo nas duas áreas metropolitanas.

O testemunho directo de alguns dos autores, a partir da realização de entrevistas, a análise de registos escritos existentes dos mesmos e a consulta dos arquivos de documentação gráfica dos respectivos

gabinetes de arquitectura apresenta-se também como indispensável para o entendimento dos trabalhos desenvolvidos e para a percepção das preocupações e sensibilidades presentes ²²⁶, bem como a consulta de documentação gráfica e escrita publicada em registos periódicos, como o boletim das HE-FCP ou o boletim do GTH da Câmara Municipal de Lisboa.

Existem alguns registos sistematizados de acontecimentos que concorrem para o conhecimento do tema, através da elaboração de uma narrativa e da identificando das principais obras, por autores como Paulo Varela Gomes, José Manuel Fernandes, Carlos Duarte, Manuel Mendes e Nuno Portas, em textos elaborados quer como parte de obras de História de carácter mais abrangente quer no âmbito da realização de exposições de arquitectura.

Na primeira situação, Varela Gomes relaciona alguns dos conjuntos edificados mais significativos com as influências externas – sobretudo a tendência italiana – e com o processo radical de transformação urbana da época, num texto de 1995 que considera "[...] *uma espécie de ensaio crítico* [...]" realizado tendo em consideração que "[...] *está por fazer o trabalho de verdadeira pesquisa* [...]", a análise que sustente a síntese traçada ²²⁷. José Manuel Fernandes apresenta uma perspectiva

²²⁶ Alguns exemplos são entrevistas a Alcino Soutinho, Teotónio Pereira e Vítor Figueiredo, publicadas em periódicos, como: SOUTINHO, Alcino – entrevista por: MATOS, Madalena Cunha – *Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência*. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.; Em: FIGUEIREDO, Vítor – entrevista por: GONÇALVES, Rogério; SANTOS, David Santos in *D.A.* #2. Associação de Estudos Documentos de Arquitectura. Lisboa. 1999.; Ou em: PEREIRA, Nuno Teotónio – entrevista por: MATOS, Madalena Cunha – *Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência*. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

²²⁷ GOMES, Paulo Varela – *Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos*. In PEREIRA, Paulo (direcção) – *História da Arte Portuguesa*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995.

mais alargada no tempo, da década de 1960 à de 1980, e uma enumeração mais sistematizada de intervenções de promoção diversa ²²⁸.

No segundo caso, são de referir diversos catálogos de exposições que, no contexto de textos e enumerações diversificadas, incluem alguns exemplos relevantes para o tema, como *Arquitectura do Século XX Portugal* ²²⁹, *Anos 60 Anos de Ruptura* ²³⁰, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea Anos Sessenta – Anos Oitenta* ²³¹, *I e II Exposições Nacionais de Arquitectura* ²³², *Tendências da Arquitectura Portuguesa* ²³³ e *Architectures à Porto* ²³⁴. Nuno Portas e Manuel Mendes são autores que se salientam pela articulação de uma perspectiva global da evolução no período, numa visão conjunta

²²⁸ FERNANDES, José Manuel – Da afirmação da geração moderna aos novos territórios da intervenção arquitectónica e A diversificação da prática arquitectónica, in REIS, António (direcção) – *Portugal Contemporâneo*. Publicações Alfa. Lisboa. 1990.

²²⁹ Realizada em Lisboa em 1997. Catálogo: BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried; (organização) – Arquitectura do Século XX Portugal. Prestel. Lisboa.1997. Inclui textos sobre o período de Sérgio Fernandez, Alexandre Alves Costa, Rogério Vieira de Almeida e Nuno Portas.

²³⁰ Realizada em Lisboa em 1994. Catálogo: AAVV – Anos 60 Anos de Ruptura: Arquitectura Portuguesa nos Anos Sessenta. Livros Horizonte. Lisboa.1994. Inclui texto de José Manuel Fernandes.

²³¹ Realizada no Porto em 1991. Catálogo: AAVV – Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta – Anos Oitenta. Fundação de Serralves. Porto.1991. Inclui texto de Nuno Portas e Manuel Mendes.

²³² Realizadas em Lisboa em 1986 e 1989. Catálogos: AAVV – I Exposição Nacional de Arquitectura. AAP. Lisboa. 1986. E também AAVV – II Exposição Nacional de Arquitectura. AAP. Lisboa. 1989.

²³³ Realizada em Lisboa em 1987. Catálogo: AAVV – Tendências da Arquitectura Portuguesa. AAP. Lisboa. 1987. Inclui texto de Carlos Duarte.

²³⁴ Realizada em Clermont-Ferrand em 1987. Catálogo: Architectures à Porto. Pierre Mardaga éditeur. Liège. 1990. Inclui texto de Manuel Mendes e Nuno Portas.

publicada em 1991 ²³⁵, com alinhamentos temáticos sobre desenho da cidade e prática urbanística, movimentos sociais urbanos e programas de alojamento, enquadrados pela revisão do modernismo desenvolvida desde os anos sessenta.

Portas apresenta igualmente uma perspectiva informada, da época, sobre o panorama crítico da arquitectura, urbanismo e cidade, em textos de 1969 ²³⁶ e 1970 ²³⁷, relevantes sobretudo pela sua influência sobre os arquitectos em exercício no momento.

O estudo mais aprofundado sobre o período, realizado por José António Banderinha ²³⁸, debruça-se especificamente sobre o programa SAAL. Para além de um relato e de uma compilação de informação exaustivos sobre o processo, traça as principais linhas de intervenção, separando acções de completamento urbano e atenção ao contexto, no interior da cidade, centradas no Porto, da proposta de modelos de crescimento urbano, em situações mais periféricas, na região de Lisboa.

São também de referir abordagens de José Lamas, apresentando uma visão sobre as influências internacionais nalguns conjuntos construídos ²³⁹, e de Sérgio Fernandez, introduzindo, por outra via, a dicotomia entre o *realismo* do mercado e a procura pelo desenho, marcando a diferença entre a prática

²³⁵ PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Portugal Architecture 1965-1990. Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed: Milão. 1991].

²³⁶ PORTAS, Nuno – A Cidade como Arquitectura. Livros Horizonte. Lisboa. 1969.

²³⁷ PORTAS, Nuno. In ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna [com prefácio e um estudo sobre a evolução da arquitectura moderna em Portugal por Nuno Portas]*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970.

²³⁸ BANDEIRINHA, José António Oliveira – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Dissertação para Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade de Coimbra. Coimbra. 2002.

²³⁹ LAMAS, José – Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Dissertação para Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. 1988.

de grandes e de pequenos ateliers ²⁴⁰. Encontram-se ainda outras referências em alguns guias de arquitectura ²⁴¹.

Existe também alguma informação dispersa em publicações periódicas, como as revistas *Arquitectura* e *Binário*, que incluem entrevistas a alguns autores do período, como Nuno Portas, Gonçalo Byrne e João Paciência, e, em especial, o número da *L'architecture d'aujourd'hui* ²⁴² dedicado a Portugal, apresentando diversos projectos urbanos e artigos, e o texto possivelmente mais significativo quanto às preocupações que informavam a experimentação urbana em curso, por Gonçalo Byrne.

A partir do conhecimento destes trabalhos e de outras fontes documentais a referenciar, será então possível a realização de investigação disciplinar mais específica, através do estudo pormenorizado das obras e dos elementos gráficos e escritos que lhes deram origem, desenvolvendo uma reflexão sobre os resultados e sobre as possibilidades conceptuais desenvolvidas.

Esta temática permitirá, com o suprir do seu ainda insuficiente aprofundamento, situar mais objectivamente a cidade portuguesa no contexto da revisão do modernismo e dos seus modelos de urbanidade, bem como perceber o papel da arquitectura e dos seus autores num momento de profunda transformação da sociedade e do seu suporte físico de urbanidade.

²⁴⁰ FERNANDEZ, Sérgio – Percursos: arquitectura portuguesa 1930/1974. FAUP. Porto. 1988. [1ª ed: 1985].

²⁴¹ AAVV – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. E também AAVV – Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico 1925 1965. Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies van der Rohe, Docomomo Ibérico. Lisboa. 1997. Inclui texto de Manuel Mendes.

²⁴² *L'architecture d'aujourd'hui* #185, dossier Portugal an II. Maio/Junho de 1976. Inclui textos de Carlos Duarte (*L'Ouverture Néo-Capitaliste*) e de Gonçalo Byrne (*Quelques Prémices pour une Architecture Nouvelle*).

Conclusão

No decurso deste trabalho foi realizada uma análise da evolução das formas de organização da cidade portuguesa recente, observada tendo em atenção a relação entre a evolução política e social e o desenvolvimento urbano, num processo que lenta e progressivamente transformou em profundidade a ocupação do território e os modos de vida.

Neste quadro, do estudo do desenvolvimento da cidade portuguesa ao longo dos três primeiros quartéis do século XX ressalta sobretudo o papel do tempo dos processos de transformação e de urbanização, que assumem determinante importância.

Globalmente ultrapassada pelas modificações da sociedade, a evolução urbana é lenta, o que lhe confere vicissitudes e desajustamentos próprios. Embora de modo progressivo, e com um grande atraso relativamente a outros países, a migração interna para as áreas urbanas concretiza-se sem que a produção de alojamento e de tecido de cidade consiga responder às suas necessidades, que cumulativamente se vão agravando e tornando insustentáveis.

Concomitantemente, a morosidade dos processos confere à formação do espaço urbano uma transversalidade temporal, um atravessamento de diferentes circunstâncias, que a condicionam e informam duplamente, tanto através da justaposição, no mesmo espaço físico, de diferentes influências, intervenientes e requisitos, como por outro lado através do prolongar de operações e procedimentos muito para além do seu tempo de enquadramento histórico, em concretizações por vezes anacrónicas.

Plasmadas no tecido urbano produzido, estas condições são legíveis, na aglutinação entre tempos de intervenção. O desenvolvimento processa-se através do cruzamento entre situações, sendo difícil a identificação, de forma isolada, de áreas correspondentes a um determinado modelo de produção urbana ou *modo de fazer*, tanto no que se refere às realizações de influência modernista como à aplicação de outras concepções urbanísticas.

Esta é uma característica da cidade portuguesa recente, devida às próprias vicissitudes da sua formação. No entanto, é uma propriedade mais abrangente, comum à história da arquitectura portuguesa, em que igualmente se verifica uma incorporação transversal, na mesma obra, de diferentes estilos e influências, conjugados empiricamente numa adaptação à sua realidade concreta, segundo um processo de aculturação.

As lógicas de continuidade, a adaptação à realidade "[...] *adequando modelos do passado a novas situações ou transformando-os em contacto com outros* [...]", marcas de especificidade da arquitectura portuguesa, segundo refere Alexandre Alves Costa, são também traços característicos da própria cidade, que incorpora no mesmo espaço, e em situações de continuidade e compatibilização, diferentes modelos urbanísticos e influências arquitectónicas, ajustando-os e integrando-os numa procura da eficácia que se distancia das referências, "[...] *sem grandes prisões de natureza formal ou estilística* [...]" ²⁴³.

Se a cidade constitui uma tradução territorial da história de um país, a formação do espaço urbano português recente mostra essa realidade através do ecletismo dos modelos de referência, mas também da sua adaptação às circunstâncias, da sua adulteração, do seu casamento com a situação particular e com as necessidades.

Os modos de adaptação próprios da arquitectura portuguesa caracterizam assim a cidade formal. A outra face da cidade, informal, que se desenvolveu em paralelo com as mutações contraditórias da sociedade, na segunda metade do século XX, e que ganhou depois ascendência sobre a transformação

²⁴³ Ver novamente a nota 82, no capítulo 2 da I parte deste texto. Alexandre Alves Costa tem caracterizado estes aspectos, de continuidade das experiências e dos procedimentos, de adaptação e domesticação dos modelos, de submissão ao senso comum, como fundamentais no entendimento da arquitectura portuguesa, sendo acompanhado por outros autores, entre os quais Paulo Varela Gomes. Ver: **COSTA, Alexandre Alves – Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. FAUP Publicações. Porto. 1995.** p 27; p 49.

do território, levaria ao extremo os procedimentos de adaptação às circunstâncias, mas segundo lógicas de actuação parcelares, sem visão de conjunto e sem referenciação relativamente a modelos de organização do espaço urbano.

A cidade portuguesa, constituindo um lugar de miscigenação, em que diversas tendências coexistem, por vezes até se sobrepondo e interferindo num mesmo lugar físico, é também um lugar de enormes carências, onde se evidenciam os problemas sociais e a pobreza - nas periferias, nas áreas centrais *históricas*, nos bairros precários, no crescimento *selvagem* e desregrado. Ligado fisicamente à Europa, o país, no terceiro quartel de novecentos, recebia as repercussões das mudanças em curso no continente, registando, por outro lado, problemas urbanísticos e habitacionais mais próximos daqueles dos países em vias de desenvolvimento, noutras áreas geográficas, como a América do Sul.

Este trabalho não pretende constituir um estudo fechado sobre a evolução da cidade portuguesa desde o modernismo, quer pelo âmbito, quer pela própria metodologia seguida. Se alguns dos seus momentos de transformação e alguns temas se encontram mais documentados e estudados, outros carecem ainda de um trabalho aprofundado com vista ao seu estudo e entendimento, no que se refere à organização do território como também relativamente às suas características morfológicas e tipológicas.

Face à questão de investigação formulada na primeira parte do trabalho, relativa à adopção das soluções de desenho urbano modernista no país, algumas outras questões são passíveis de colocação, de modo a complementar o estudo realizado e a fazer evoluir o conhecimento sobre a cidade em Portugal. Aspectos como a caracterização morfológica pormenorizada do espaço urbano nos sucessivos momentos de construção da cidade apresentam-se ainda insuficientemente levantados e analisados, com algumas excepções, de entre as quais se salienta o caso de Alvalade ou os planos de urbanização lançados por Duarte Pacheco. A influência dos modelos internacionais na criação do tecido urbano e os modos de transposição para o território português constituem igualmente um tema

com um tratamento ainda insuficiente, que necessita de aprofundamento. A cidade portuguesa no espaço ultramarino, sobretudo em torno do incremento desenvolvimentista de meados do século XX, é igualmente um campo de estudo por desenvolver, tal como a evolução urbanística de grande parte dos núcleos urbanos do próprio continente. Poderia também aprofundar-se o conhecimento sobre o desenvolvimento urbano mais próximo das cidades e núcleos portugueses, complementando alguns estudos recentemente realizados e divulgados sobre o perfil da sua evolução territorial e expansão suburbana, sobretudo no que respeita à relação entre a organização urbana e a estrutura cadastral e outras pré-existências, às características morfológicas do espaço urbano e à sua ligação com a disposição das formas construídas.

No estudo agora apresentado, procurou contribuir-se para o avanço do conhecimento no campo científico, especificamente sobre a formação da cidade em Portugal. Globalmente, o estudo sobre a arquitectura portuguesa tem sido realizado na óptica da análise de obras e projectos de modo isolado, e não quanto às características de conjunto, de relacionamento com o espaço urbano formado, com a estrutura morfológica e com os conceitos de desenho urbano utilizados, área de estudo para a qual se pretende assim contribuir para aprofundar.

Com as conclusões inferidas da primeira parte do trabalho, identificaram-se também outros âmbitos de investigação considerados importantes para o conhecimento sobre o objecto de estudo, dos quais se destacou, pela importância científica atribuída, o período de revisão do modernismo, correspondente na sociedade à decadência do regime político do Estado Novo, à Revolução e à transição para a democracia.

Esta coincidência temporal entre um tempo disciplinar de reequacionamento, de dúvida e de revisão teórica, e um momento social e político de profunda necessidade de transformação da realidade e de resposta às necessidades das pessoas, em que muito se encontra por fazer no domínio da concretização do espaço urbano e da criação de habitação, confere à situação portuguesa do período uma

especificidade relativamente ao contexto europeu e um destaque quanto à experimentação urbanística, tornando-a um tema de particular interesse de estudo.

Na segunda parte do trabalho, foram apontados alguns aspectos relativos ao seu tratamento, referenciando-o face ao debate crítico internacional de revisão do modernismo e à evolução disciplinar subsequente, até à actualidade, e apresentadas linhas de pesquisa e investigação específicas relativamente ao tema, a partir da complementação e desenvolvimento relativamente aos estudos existentes.

À leitura bibliográfica a partir de uma questão de investigação, desenvolvida inicialmente como metodologia para a construção de uma linha interpretativa de visão crítica e sistematização sobre o conhecimento existente, pretendeu assim acrescentar-se o fundamento para a realização de novas pesquisas, que contribuam para uma melhor compreensão das especificidades da formação da cidade portuguesa recente, procurando ultrapassar o âmbito necessariamente limitado do estudo, como um manifesto de intenção e de motivação, ou um instrumento catalisador, para o desenvolvimento de um saber disciplinar que constitui o suporte para o nosso modo de agir, também hoje, na criação arquitectónica e de urbanidade.

Bibliografia

Bibliografia da Parte I

Capítulo 2: a evolução da cidade portuguesa e a introdução do modernismo no desenho urbano (bibliografia citada e referida)

AAVV – Guia Urbanístico e Architectónico de Lisboa. Associação dos Architectos Portugueses. Lisboa. 1987.

AAVV – Architectures a Porto. Pierre Mardaga éditeur. Liège. 1990.

AAVV – Luís Cristino da Silva (arquitecto). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1998.

AAVV – Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001.

ACCIAIUOLI, Margarida – Exposições do Estado Novo: 1939-1940. Livros Horizonte. Lisboa. 1998.

ACCIAIUOLI, Margarida – Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes: 'restauração' e 'celebração'. Dissertação de Doutoramento em História de Arte Contemporânea apresentada na Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 1991.

AMARAL, Francisco Keil do – Entrevista. in *Arquitectura* #125. Casa Viva Editora. Lisboa. 1972. citado por: TOSTÕES, Ana – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. FAUP Publicações. Porto. 1997.

AMARAL, Francisco Keil do – Revista Municipal #138-139. CML. Lisboa. 1973. Citado por TOSTÕES, Ana – O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa. in AAVV – *Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001.

d'ATHOUGUIA, Ruy; SANCHEZ, Sebastião Formosinho – Bairro das Estacas: Bairro S. João de Deus, Alvalade, Lisboa, 1949/1953. in *Jornal Architectos* #257. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Architectos. Lisboa. 2004.

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – Arquitectura do Século XX: Portugal. Prestel. Lisboa. 1997.

CALDAS, João Veira – Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo. in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – Arquitectura do Século XX: Portugal. Prestel. Lisboa. 1997.

CALDAS, João Vieira – Habitacões Modernas: Quatro Habitacões Corbusianas (1949-1954). in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.

CONCEIÇÃO, João Paulo – Lisboa atrás do espelho: morfologias urbanas 1850-1950. Prova de Agregação Pedagógica apresentada à Fundação Ricardo Espírito Santo Silva - Escola Superior de Artes Decorativas. Lisboa. 2005.

COSTA, Alexandre Alves – Notes pour une caractérisation de l'architecture portugaise. in AAVV – Architectures a Porto. Pierre Mardaga éditeur. Liège. 1990.

COSTA, Alexandre Alves – Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. FAUP Publicações. Porto. 1995.

COSTA, Alexandre Alves – Só Fazemos Bem Torres de Belém. In Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa. FAUP Publicações. Porto. 1995.

COSTA, Alexandre Alves – A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano: Algumas Considerações sobre um Título Enigmático. in Jornal Arquitectos #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

COSTA, João Pedro – Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português. Livros Horizonte e FAUTL. Lisboa. 2002.

COSTA, Jorge da – Bairros do Estado Novo: 1933-1958. in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.

COSTA, Vasco Vieira da – Luanda: Plano para a Cidade Stéelite nº3. Concurso para obtenção do diploma de arquitecto. Escola Superior de Belas Artes do Porto (Curso de Arquitectura) e Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola. Porto. 1984.

DUARTE, Carlos – A Arquitectura Portuguesa dos Anos Trinta à Actualidade. in Catálogo da Exposição Tendências da Arquitectura Portuguesa. Lisboa. 1986.

FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele (coordenação) – Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002. Edições Asa. Porto. 2003 [2ª ed].

FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele – Habitacão Contemporânea, Formas de Habitar. Asa Editores. Porto. 2003.

FERNANDES, Francisco Barata; PINTO, Rui – Rua de Ceuta: Sobre o eixo nascente-poente (1941-1958). in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.

- FERNANDES, José Manuel – Para o Estudo da Arquitectura Modernista em Portugal: A Evolução Estilística. in *Arquitectura* #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980.
- FERNANDES, José Manuel – Cidades e Arquitecturas. Livros Horizonte. Lisboa. 1999.
- FERNANDES, José Manuel – Geração Africana: Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975. Livros Horizonte. Lisboa. 2002.
- FERNANDES, José Manuel – Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo. IPPAR. Lisboa. 2003.
- FERNANDES, José Manuel. Entrevista por Rui Seco. 20 de Julho de 2004. Oeiras.
- FERNANDES, Manuel Correia – Campo do Luso (1959-1962). in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.
- FERNANDES, Manuel Correia – Vasco Vieira da Costa, arquitecto angolano (1911-1982). in COSTA, Vasco Vieira da – *Luanda: Plano para a Cidade Stélie nº3. Concurso para obtenção do diploma de arquitecto*. Escola Superior de Belas Artes do Porto (Curso de Arquitectura) e Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola. Porto. 1984.
- FERNANDEZ, Sérgio – Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988.
- FERREIRA, Fernando Zeferino; SANTOS, Lusitano dos – A unidade residencial do Calhabé (SOLUM): Um paradigma na história recente do urbanismo em Portugal. in *Sociedade e Território* #21. Edições Afrontamento. Porto. 1995.
- FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.
- FIGUEIREDO, Rute – Prédio de Rendimento: Avenida Álvares Cabral 44-48. in TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. IPPAR. Lisboa. 2004.
- FRANÇA, José-Augusto – Lisboa: Urbanismo e Arquitectura. Livros Horizonte. Lisboa. 1997 [3ª ed].
- FRANÇA, José-Augusto – História da Arte em Portugal: o Modernismo (Século XX). Editorial Presença. Lisboa. 2004.
- GASPAR, Jorge – Portugal em Mapas e Números. Livros Horizonte. Lisboa. 1979.
- GOMES, Paulo Varela – Do Inquérito ao Chiado: Nostalgia e Modernidade na cultura arquitectónica portuguesa. Conferência na Fundação de Serralves. Porto. 1988.
- GONÇALVES, José Fernando – Habitação Colectiva na Lisboa Moderna. in FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele – *Habitação Contemporânea, Formas de Habitar*. Asa Editores. Porto. 2003.
- HEITOR, Teresa Valsassina – A expansão da cidade para oriente: os planos de urbanização de Olivais e Chelas. in AAVV – *Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001.
- JANEIRO, Maria de Lurdes; FERNANDES, José Manuel – Arquitectura Modernista em Lisboa: 1925-1940. Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa. 1991.

LINO, Raul – Quatro palavras sobre urbanização: lidas a 26 de Abril de 1945 no Teatro Sá de Miranda em Viana do Castelo, citado por: Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Minerva. Coimbra. 1996.

LINO, Raul – Das cidades e do sentido humanista: conferência proferida no Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa, citado por: Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Minerva. Coimbra. 1996.

LÔBO, Margarida Souza – Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed].

LÔBO, Margarida Souza – Cultura Urbana e Território, in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997.

LÔBO, Margarida Souza – Cristino da Silva e o Urbanismo, in AAVV – Luís Cristino da Silva (arquitecto). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1998. p 126 a 137.

LÔBO, Margarida Souza – Casas Económicas: Um Programa Emblemático da Política Habitacional do Estado Novo, in AAVV – *Caminhos do Património*. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte. Lisboa. 1999.

MARTINS, João Paulo – Portuguesismo: Nacionalismos e Regionalismos na Acção da DGEMN. Complexidade e Alguma Contradição na Arquitectura Portuguesa, in AAVV – *Caminhos do Património*. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte. Lisboa. 1999.

MARTINS, João Paulo – Arquitectura Moderna em Portugal: A difícil internacionalização. Cronologia, in TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. IPPAR. Lisboa. 2004.

MENDES, Manuel – Em (des)coberta racionalidade, construir desejava, in COSTA, Vasco Vieira da – *Luanda: Plano para a Cidade Stélie nº3. Concurso para obtenção do diploma de arquitecto*. Escola Superior de Belas Artes do Porto (Curso de Arquitectura) e Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola. Porto. 1984.

MENDES, Manuel – Porto: Ecole et projets 1940-1986, in AAVV – *Architectures a Porto*. Pierre Mardaga éditeur. Liège. 1990.

MENDES, Manuel – Nós: Uma modernidade de fronteira – nós para uma passagem inconclusa, in AAVV - *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico*. Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies van der Rohe e Docomomo Ibérico. Lisboa. 1997.

MENDES, Manuel – Unifamiliar e Moderno – sinais arquitectónicos (1923-1945), in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.

MUMFORD, Eric – The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960. MIT. Cambridge. 2000.

NETO, Maria João Baptista – Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1969). FAUP. Porto. 2001.

NONELL, Anni Günther – Avenida dos Aliados (1914-1952). in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.

PEREIRA, Nuno Teotónio – A Arquitectura de Regime: 1938-1948. in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997.

PEREIRA, Nuno Teotónio – Pátios e vilas de Lisboa 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. in *Escritos (1947-1996, selecção)*. FAUP Publicações. Porto. 1996. p 162-183. [1ª publicação in *Análise Social*, 1994].

PORTAS, Nuno – A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970.

PORTAS, Nuno – A Arquitectura da Habitação no Século XX Português. in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997.

RAMOS, Rui – A Europa Transformada. in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

RAMOS, Rui – O Fim do Século. in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

RAMOS, Tânia Liani Beisl – Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os Casos Português e Brasileiro. Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território apresentada no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. 2003.

REAL, José Troufa – O arquitecto Vasco Vieira da Costa. in *Jornal Arquitectos* # 8-9. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1982.

RODOLFO, João de Sousa – Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 2002.

RODRIGUES, Isabel Maria – As Avenidas de Ressano Garcia. in *Lisboa Urbanismo* #14. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa. 2000. (artigo baseado na dissertação *Prédios de Rendimento das Avenidas de Ressano Garcia 1889-1926: Caracterização Construtiva*).

RODRIGUES, Maria João Madeira – O plano de Extensão de Lisboa no Último Quartel do Século XIX. in *Arquitectura* #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980.

ROSAS, Fernando – Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia dos anos 30. in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

ROSAS, Fernando – Saber durar (1926-1949). in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

ROSAS, Fernando – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974), in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

ROSMANINHO, Nuno – O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940). Minerva. Coimbra. 1996.

SILVA, Jorge Henrique Pais da – Arquitectura e Urbanística em Portugal Continental, in *Arquitectura* #134. Casa Viva Editora. Lisboa. 1979.

SILVA, Raquel Henriques da – As Avenidas Novas de Lisboa 1900-1930. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 1986.

SOARES, Luís Bruno – Sobre a Estrutura Urbana de Lisboa, in *Arquitectura* #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980.

TELLES, Gonçalo Ribeiro – O meu primeiro encontro com o mestre Cristino da Silva, in AAVV – *Luís Cristino da Silva (arquitecto)*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1998.

TELMO, Cottinelli – Os novos edifícios públicos: separata das Conferências sobre problemas de urbanização realizadas no salão nobre dos Paços do Concelho, de Novembro de 1934 a Janeiro de 1935, citado por: Rosmaninho, Nuno – *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Minerva. Coimbra. 1996.

TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. FAUP Publicações. Porto. 1997.

TOSTÕES, Ana – Conjuntos Urbanos Planeados na Construção da Cidade, in TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. IPPAR. Lisboa. 2004.

TOSTÕES, Ana – Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos, in AAVV; TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. IPPAR. Lisboa. 2004.

TOSTÕES, Ana – O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa, in AAVV – *Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001.

TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. IPPAR. Lisboa. 2004.

VITAL, António Lobão – A casa, o Homem e a Arquitectura, citado por: TOSTÕES, Ana – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. FAUP Publicações. Porto. 1997.

ZEVI, Bruno – A linguagem Moderna da Arquitectura. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1984 [1ª ed 1973/74].

Processo de licenciamento de urbanização OCP 660/54. Câmara Municipal de Oeiras.

Processos de licenciamento de construção OCP 816/57; OCP 1014/57; OCP 1015/57; OCP 81/59; OCP 83/59; OCP 84/59; OCP 1088/62; OCP 518/65; OCP 869/65. Câmara Municipal de Oeiras.

Capítulo 3: Portugal nos anos 1960 - a transformação urbana, a evolução política e social e a revisão dos modelos urbanísticos (bibliografia citada e referida)

AAVV – Arquitectura Popular em Portugal. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1988 [3ª edição].

AAVV – Guia Urbanístico e Architectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987.

AAVV; LEITE, Ana (direcção) – Arquitectura Premiada em Lisboa: Prémio Valmor e Prémio Municipal de Arquitectura. Câmara Municipal de Lisboa (catálogo da exposição comemorativa do 50º aniversário da criação do prémio municipal de arquitectura). Lisboa. 1988.

AAVV – Architectures a Porto. Pierre Mardaga éditeur. Liège. 1990.

AAVV – Plano Integrado Aveiro – Santiago. MOP Secretaria de Estado da Habitação. Aveiro. 1979 [policopiado];

ALMEIDA, João Ferreira; COSTA, António Firmino; MACHADO, Fernando Luís – Recomposição socioprofissional e novos protagonismos. in REIS, António (coordenação) - *Portugal: 20 anos de democracia*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

ALMEIDA, Maria Manuel Godinho – comunicação apresentada no seminário 1º Encontro AAP – Habitação. Grupo de Trabalho Habitação da Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 8 de Maio de 1998.

BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade de Coimbra. Coimbra. 2001.

BANDEIRINHA, José António – Nuno Teotónio Pereira, Rua da Alegria: O Arquitecto, o Atelier e a questão da habitação. in TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*. Quimera Editores. Lisboa. 2004.

BANDEIRINHA, José António – Anos Sessenta, Alojamento e Arquitectura: Impasses que são Saídas e Saídas que são Impasses. in *Murphy #1*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. 2006.

BANDEIRINHA, José António – Processo SAAL: O direito à arquitectura. in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – Arquitectura do Século XX: Portugal. Prestel. Lisboa. 1997.

BENEVOLO, Leonardo – O Último Capítulo da Arquitectura Moderna. Edições 70. Lisboa. 1997. [edição portuguesa].

CORREIA, Jorge Paulo – 'Bairro das Caixas': Coimbra. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra. 2003.

COSTA, Alexandre Alves – Dissertação Expressamente Elaborada para o Concurso de Habilitação para Obtenção do Título de Professor Agregado. Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP. Porto. 1982.

COSTA, Alexandre Alves – Álvaro Siza. in TRIGUEIROS, Luiz (edição) - *Álvaro Siza 1954-1976*. Editorial Blau. Lisboa. 1997.

DUARTE, Carlos – L'ouverture Néo-Capitaliste. in *L'Architecture d'aujourd'hui* # 185. Groupe Expansion. Paris. 1976.

DUARTE, Carlos – A Arquitectura Portuguesa dos Anos Trinta à Actualidade. in Catálogo da Exposição *Tendências da Arquitectura Portuguesa*. Lisboa. 1986.

DUARTE, Carlos – Memória de Olivais-Sul. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele (coordenação) - Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002. Edições Asa. Porto. 2003 [2ª ed].

FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele – Habitação Contemporânea, Formas de Habitar. Asa Editores. Porto. 2003.

FERNANDES, José Manuel – Da afirmação da geração moderna aos novos territórios da intervenção arquitectónica 1958-74. in REIS, António – *Portugal Contemporâneo (Volume V)*. Publicações Alfa. Lisboa. 1990.

FERNANDES, José Manuel (comissário) – Anos 60 anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta. Livros Horizonte e Lisboa 94. (catálogo da exposição organizada pelo Departamento de Intervenção Urbana da Sociedade Lisboa 94). Lisboa. 1994.

FERNANDEZ, Sérgio – Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988.

FERNANDEZ, Sérgio – Arquitectura Portuguesa: 1961-1974. in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997.

FERREIRA, António Fonseca – Por uma Nova Política de Habitação. Edições Afrontamento. Porto. 1987.

FERREIRA, Fátima; DIAS, Francisco Silva; CARVALHO, José Silva; PEREIRA, Nuno Teotónio; PONTE, Teresa Nunes da - Uma leitura sobre o desenvolvimento da cidade. in AAVV – *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987.

FERREIRA, Vítor Matias – Fascínio da Cidade. Ler Devagar e Centro de Estudos Territoriais [ISCTE]. Lisboa. 2004.

FIGUEIRA, Jorge – Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada. in *Jornal Arquitectos* #223. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2006.

FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001.

FIGUEIREDO, Rute – Federação das Caixas de Previdência: Barcelos, Vila do Conde 1958-1959. in TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. IPPAR. Lisboa. 2004.

FIGUEIREDO, Vítor – entrevista por: GONÇALVES, Rogério; SANTOS, David Santos in *D.A.* #2. Associação de Estudos Documentos de Arquitectura. Lisboa. 1999.

FRANCO, António Luciano de Sousa – Enquadramento da Revolução. in REIS, António (coordenação) – *Portugal: 20 anos de democracia*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

GASPAR, Jorge – Portugal, os próximos 20 anos: A Ocupação e a Organização do Território, Análise retrospectiva e tendências evolutivas. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1987.

GOMES, Paulo Varela – Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos. in PEREIRA, Paulo (directção) – *História da Arte Portuguesa (volume III)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995.

GONÇALVES, Fernando – A propósito do Plano de Chelas: urbanizar e construir para quem?. Afrontamento. Porto. 1972.

HEITOR, Teresa Valsassina – A expansão da cidade para oriente: os planos de urbanização de Olivais e Chelas. in AAVV – *Lisboa: Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Centro de Informação Urbana de Lisboa. Lisboa. 2001.

LOBO, Manuel da Costa – Planeamento urbano em Portugal. in *Sociedade e Território* #21. Edições Afrontamento. Porto. 1995. p 1

LÔBO, Margarida Souza; PORTAS, Nuno – Níveis Urbanísticos no Subúrbio de Lisboa - Cidade. in *Informação Social* #19. p 54 a 73, citados por: FERREIRA, Vítor Matias – Fascínio da Cidade. Ler Devagar e Centro de Estudos Territoriais [ISCTE]. Lisboa. 2004.

MATOS, Madalena Cunha – Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

MENDES, Manuel – Nós: Uma modernidade de fronteira – nós para uma passagem inconclusa. in AAVV – *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico*. Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies van der Rohe e Docomomo Ibérico. Lisboa. 1997.

MUMFORD, Eric – The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960. MIT. Cambridge. 2000.

PEREIRA, Nuno Teotónio – O Colóquio da Habitação: O comentário necessário. in *Escritos (1947-1996, selecção)*. FAUP Publicações. Porto. 1996. [1ª publicação in *Cadernos Necessários 3*. publicação clandestina. 1969]

PEREIRA, Nuno Teotónio – O Colóquio da Habitação: O comentário necessário. in *Escritos (1947-1996, selecção)*. FAUP Publicações. Porto. 1996. [1ª publicação in *Cadernos Necessários 3*. publicação clandestina. 1969]

PEREIRA, Nuno Teotónio – Escritos (1947-1996, selecção). FAUP Publicações. Porto. 1996.

PEREIRA, Nuno Teotónio – entrevista por: MATOS, Madalena Cunha – *Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência*. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

PEREIRA, Paulo (direcção) – História da Arte Portuguesa. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995.

PORTAS, Catarina; FREIRE, Adriana – Trinta Anos Depois. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970.

PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/ Anos Oitenta. Fundação de Serralves. Porto. 1991.

PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Portugal: Architecture 1965-1990. Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed. Electa. Milão. 1991].

PORTAS, Nuno – A Arquitectura da Habitação no Século XX Português. in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – *Arquitectura do Século XX: Portugal*. Prestel. Lisboa. 1997.

PORTAS, Nuno – A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

PORTAS, Nuno – Atelier Nuno Teotónio Pereira: Um testemunho, também pessoal (Anos de 1957 a 1974). in TOSTÕES, Ana (coordenação) – *Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*. Quimera Editores. Lisboa. 2004.

RAMOS, Rui – Pasteleira: Cinco edifícios de habitação colectiva e Supermercado (1961-1973). in FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – *Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*. Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto.

RAPAGÃO, João; PEREIRA, Rafael Gonçalves (coordenação) – Pedro Ramalho: Projectos e Obras de 1963 a 1995. Associação dos Arquitectos Portugueses CDRN. Porto. 1995.

REIS, António – A Abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime. in *Portugal Contemporâneo (Volume V)*. Publicações Alfa. Lisboa. 1990.

ROSAS, Fernando – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974). in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão – Dicionário de História do Estado Novo. Círculo de Leitores. Lisboa. 1996.

SALGUEIRO, Teresa Barata – A cidade em Portugal: uma geografia urbana. Edições Afrontamento. Porto. 1992.

SILVA, Carlos Nunes – Política Urbana em Lisboa: 1926-1974. Livros Horizonte. Lisboa. 1994.

SMITHSON, Allison; SMITHSON, Peter – Collective Housing in Morocco, in *Architectural Design*, #Janeiro 1955. London. 1955.

SOUTINHO, Alcino – entrevista por: MATOS, Madalena Cunha – *Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência*. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

TAVARES, Domingos – Da Rua Formosa à Firmeza. Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP. Porto. 1985.

TAYLOR, Brian – Chants d'innocence et d'expérience. in *L'Architecture d'aujourd'hui* # 177. Groupe Expansion. Paris. 1975.

TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. FAUP Publicações. Porto. 1997.

TOSTÕES, Ana (coordenação) – Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira. Quimera Editores. Lisboa. 2004.

TRIGUEIROS, Luiz (edição) - Fernando Távora. Editorial Blau. Lisboa. 1993.

TRIGUEIROS, Luiz (edição) – Álvaro Siza 1954-1976. Editorial Blau. Lisboa. 1997.

Capítulo 4: súmula conclusiva da parte I (bibliografia citada e referida)

MUMFORD, Eric – The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960. MIT. Cambridge. 2000

Bibliografia da Parte II

Capítulo 1: aspectos introdutórios à parte II (bibliografia citada e referida)

TOSTÕES, Ana – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. FAUP Publicações. Porto. 1997.

Capítulo 2: o debate teórico sobre urbanismo, a viragem para a década de 1970 e a evolução urbana actual (bibliografia citada e referida)

ASCHER, François – Métapolis ou l'avenir des villes. Éditions Odile Jacob. Paris. 1995

AUGÉ, Marc – Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Bertrand Editora. Venda Nova. 1994. [1ª edição 1992]

BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade de Coimbra. Coimbra. 2001.

BARNETT, Jonathan – Fractured Metropolis: Improving the New City, Restoring the Old City, Reshaping the Region. Harper Collins. New York. 1995

BOHIGAS, Oriol – Contra la incontinencia urbana: Reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad. Electa. Barcelona. 2004.

BOOKER, Christopher – The Neophiliacs. Collins. London. 1969.

BYRNE, Gonçalo – Colar é introduzir fragmentos descontextualizados. Entrevista realizada por BORGES, Eugénio; PINTO, Vera. in *Nu* #19. NUDA/AAC. Coimbra. 2004.

COSTA, Alexandre Alves – Monumento à incredibilidade e à desesperança. In *Público*. Suplemento 'A casa abre-se à música'. 14 de Abril de 2005.

DIONÍSIO, Eduarda – As Práticas Culturais. in REIS, António (coordenação) - *Portugal: 20 anos de democracia*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

DOMINGUES, Álvaro – Os novos mapas da cidade. In *ecdj* #3. edarq. Coimbra. Novembro 2000.

FERREIRA, Vítor Matias – Fascínio da Cidade. Ler Devagar e Centro de Estudos Territoriais [ISCTE]. Lisboa. 2004.

FIGUEIRA, Jorge – Agora que está tudo a mudar: arquitectura em Portugal. Caleidoscópio. Casal de Cambra. 2005.

GASPAR, Jorge – Intervenção no Colóquio Sobre a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo. In *Administração Democrática* #133. Editorial Caminho. Lisboa. Maio/ Dezembro 1998

GIANGREGORIO, Guido – Crítica e projecto na cidade contemporânea: algumas conclusões preliminares. In *ecdj* #3. edarq. Coimbra. Novembro 2000.

GOMES, Paulo Varela – Viagem para o Oriente. In MILHEIRO, Ana Vaz; FIGUEIRA, Jorge (coordenação) - *Paisagens Invertidas: Les Yeux Qui ne Voient Pas*. Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2003.

GRANDE, Nuno – Arquitectura & Não. Caleidoscópio. Casal de Cambra. 2005.

HUGHES, Jonathan; SADLER, Simon (editores) – Non-plan: essays on freedom, participation and change in modern architecture and urbanism. Architectural Press. Oxford. 2000.

JENCKS, Charles – The Language of Post-Modern Architecture. Academy Editions. London. 1991.

LE CORBUSIER – Méditation sur Ford. in BILL, Max - *Le Corbusier et Pierre Jeanneret: Ouvre complete*. Les Editions d'Architecture. Zurich. 1964.

LÔBO, Margarida Souza; PORTAS, Nuno – Níveis Urbanísticos no Subúrbio de Lisboa - Cidade. in *Informação Social* #19.

LÔBO, Margarida Souza – Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco. DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed].

MOREIRA, Vital – Que país, este!. In *Público*. 16 de Agosto de 2005.

MUMFORD, Eric – The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960. MIT. Cambridge. 2000.

OMA; KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce – Small, Medium, Large, Extra-Large. 010 Publishers. Rotterdam. 1995.

PEREIRA, José Pacheco – Portugal a voo de pássaro. In *Público*. 28 de Abril de 2005.

PEREIRA, Nuno Teotónio; FERNANDES, José Manuel – A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959. in AAVV – *O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia* (Actas do Colóquio). Fragmentos. Lisboa. 1987.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2004.

ROSAS, Fernando – Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia dos anos 30. in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

ROSAS, Fernando – Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974). in MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal (Sétimo Volume): O Estado Novo (1926-74)*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão – Dicionário de História do Estado Novo. Círculo de Leitores. Lisboa. 1996.

SALGUEIRO, Teresa Barata – A cidade em Portugal: uma geografia urbana. Edições Afrontamento. Porto. 1992.

TAVARES, Miguel Sousa – Viva Campo de Ourique. In *Público*. 11 de Novembro de 2005.

TAYLOR, Nigel – Urban planning theory since 1945. Sage. London. 2003.

VARA, Armando – Habitação, Equipamentos, Infra-estruturas. in REIS, António (coordenação) - *Portugal: 20 anos de democracia*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1994.

Capítulo 3: pistas para outros estudos para o entendimento da cidade portuguesa recente (bibliografia citada e referida)

AAVV – Portugal an II. Dossier temático in *L'Architecture d'aujourd'hui* # 185. Groupe Expansion. Paris. 1976.

AAVV – Tendências da Arquitectura Portuguesa. AAP. Lisboa. 1987.

AAVV – Guia Urbanístico e Architectónico de Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987.

AAVV – I Exposição Nacional de Arquitectura. AAP. Lisboa. 1986. E também AAVV – II Exposição Nacional de Arquitectura. AAP. Lisboa. 1989.

AAVV - Architectures à Porto. Pierre Mardaga éditeur. Liège. 1990.

AAVV – Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta – Anos Oitenta. Fundação de Serralves. Porto. 1991.

AAVV – Anos 60 Anos de Ruptura: Arquitectura Portuguesa nos Anos Sessenta. Livros Horizonte. Lisboa. 1994.

AAVV – Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico 1925-1965. Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies van der Rohe, Docomomo Ibérico. Lisboa. 1997.

BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade de Coimbra. Coimbra. 2001.

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried; (organização) – Arquitectura do Século XX Portugal. Prestel. Lisboa. 1997.

BYRNE, Gonçalo – Quelques Prémices pour une Architecture Nouvelle. in *L'Architecture d'aujourd'hui* # 185. Groupe Expansion. Paris. 1976.

DUARTE, Carlos – L'ouverture Néo-Capitaliste. in *L'Architecture d'aujourd'hui* # 185. Groupe Expansion. Paris. 1976.

FERNANDES, José Manuel – Da afirmação da geração moderna aos novos territórios da intervenção arquitectónica e A diversificação da prática arquitectónica. in REIS, António (direcção) – *Portugal Contemporâneo*. Publicações Alfa. Lisboa. 1990.

FERNANDEZ, Sérgio – Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. FAUP. Porto. 1988.

FIGUEIREDO, Vítor – entrevista por: GONÇALVES, Rogério; SANTOS, David Santos in *D.A.* #2. Associação de Estudos Documentos de Arquitectura. Lisboa. 1999.

GOMES, Paulo Varela – Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos. in PEREIRA, Paulo (direcção) – *História da Arte Portuguesa*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1995.

LAMAS, José – Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. 1988.

PEREIRA, Nuno Teotónio – entrevista por: MATOS, Madalena Cunha – *Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência*. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

PORTAS, Nuno – A Cidade como Arquitectura. Livros Horizonte. Lisboa. 1969.

PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. Editora Arcádia. Lisboa. 1970.

PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – Portugal: Architecture 1965-1990. Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed. Electa. Milão. 1991].

SOUTINHO, Alcino – entrevista por: MATOS, Madalena Cunha – *Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência*. in *Jornal Arquitectos* #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

Bibliografia da Conclusão

(bibliografia citada e referida)

COSTA, Alexandre Alves – Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. FAUP Publicações. Porto. 1995.

Referências das imagens

| figura | legenda | fontes documentais das imagens |
|--------|---|--|
| capa | Cidade satélite nº3 para Luanda | COSTA, Vasco Vieira da – <u>Luanda: Plano para a Cidade Stélie nº3</u> . Concurso para obtenção do diploma de arquitecto. Escola Superior de Belas Artes do Porto (Curso de Arquitectura) e Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola. Porto. 1984. p 117. |
| fig 1 | Plano pombalino para a reconstrução da Baixa de Lisboa | FRANÇA, José-Augusto – <u>Lisboa: Urbanismo e Arquitectura</u> . Livros Horizonte. Lisboa. 1997 [3ª ed]. p 34. |
| fig 2 | Urbanização das Avenidas Novas: planta de expansão da cidade e pormenor da área entre o Saldanha e o Parque Eduardo VII | RODRIGUES, Isabel Maria – <u>As Avenidas de Ressano Garcia</u> . in Lisboa Urbanismo #14. Câmara Municipal de lisboa. Lisboa. 2000. p 30. SOARES, Luís Bruno – <u>Sobre a Estrutura Urbana de Lisboa</u> . in Arquitectura #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980. p 33. |
| fig 3 | Planta da área de Campo de Ourique ('Secção da 'Planta de Lisboa de 1911') | SOARES, Luís Bruno – <u>Sobre a Estrutura Urbana de Lisboa</u> . in Arquitectura #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980. p 29. |
| fig 4 | Perfis de arruamentos das expansões novecentistas de Lisboa (Parque da Liberdade) e Paris (Avenue Foch) | RODRIGUES, Isabel Maria – <u>As Avenidas de Ressano Garcia</u> . in Lisboa Urbanismo #14. Câmara Municipal de lisboa. Lisboa. 2000. p 32. RODRIGUES, Isabel Maria – <u>As Avenidas de Ressano Garcia</u> . in Lisboa Urbanismo #14. Câmara Municipal de lisboa. Lisboa. 2000. p 30. |
| fig 5 | Propostas de 1915 para a Avenida da Cidade, no Porto, da autoria da Câmara Municipal, de Barry Parker e de Marques da Silva | LÔBO, Margarida Souza – <u>Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco</u> . DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 69. |
| fig 6 | Prédio de Rendimento na R. Braancamp, datado de 1921 (corte e planta): exemplo do preenchimento da malha urbana | RODRIGUES, Isabel Maria – <u>As Avenidas de Ressano Garcia</u> . in Lisboa Urbanismo #14. Câmara Municipal de lisboa. Lisboa. 2000. p 30 e 29. |
| fig 7 | Perspectiva do conjunto do Instituto Superior Técnico | FRANÇA, José-Augusto – <u>História da Arte em Portugal: o Modernismo (Século XX)</u> . Editorial Presença. Lisboa. 2004. p 45. |
| fig 8 | Capa da revista Notícias Ilustrado, em 1932, e cartaz de propaganda ideológica do Estado Novo | MATTOSO, José (direcção) – <u>História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 195. |
| fig 9 | Bairro do Alvito: planta e perspectiva de conjunto | LÔBO, Margarida Souza – <u>Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco</u> . DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 133. |
| fig 10 | O bairro de Caselas, exemplo da política de casas económicas do Estado Novo (projecto-tipo e fotografia de conjunto) | AAVV – <u>Caminhos do Património</u> . Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte. Lisboa. 1999. p 105. |
| fig 11 | A política de casas económicas do Estado Novo, retratada por João Paulo Cotrim e Miguel Rocha | COTRIM, João Paulo; ROCHA, Miguel – <u>Salazar, agora na hora da sua morte</u> . Parceria A M Pereira. Lisboa. 2006. s/p. |
| fig 12 | Prédio de rendimento modernista na R. Nova de S. Mamede, de Cassiano Branco | FERNANDES, José Manuel – <u>Para o Estudo da Arquitectura Modernista em Portugal: A Evolução Estilística</u> . in Arquitectura #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980. p 65. |
| fig 13 | Prédios de rendimento modernistas em Lisboa, da autoria de Ávila Amaral, de autor desconhecido e de Cassiano Branco | FERNANDES, José Manuel – <u>Para o Estudo da Arquitectura Modernista em Portugal: A Evolução Estilística</u> . in Arquitectura #138. Casa Viva Editora. Lisboa. 1980. p 65. |

| | | |
|--------|---|---|
| fig 14 | Planos de Remodelação de Carcavelos e da Parede | LÔBO, Margarida Souza – <u>Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco</u> . DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 63. |
| fig 15 | Plano de Etienne de Gröer para Coimbra | LÔBO, Margarida Souza – <u>Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco</u> . DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 78. |
| fig 16 | Plano de de Gröer para Luanda | LÔBO, Margarida Souza – <u>Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco</u> . DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 78. |
| fig 17 | Proposta de de Gröer para reformulação dos quarteirões da Baixa Pombalina | LÔBO, Margarida Souza – <u>Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco</u> . DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 97. |
| fig 18 | Proposta de Muzio para a ligação entre a ponte D. Luís e a Av. dos Aliados | LÔBO, Margarida Souza – <u>Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco</u> . DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 69. |
| fig 19 | Anteprojecto de 1944 para a expansão urbana de Sto. Tirso, por Rogério de Azevedo | LÔBO, Margarida Souza – <u>Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco</u> . DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 149. |
| fig 20 | Proposta desenvolvida por Cassiano Branco para uma nova cidade na Costa da Caparica | LÔBO, Margarida Souza – <u>Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco</u> . DGOTDU e FAUP. Porto. 1995 [2ª ed]. p 125. |
| fig 21 | Alçado de conjunto e perspectiva do projecto para a Praça do Areeiro | FRANÇA, José-Augusto – <u>História da Arte em Portugal: o Modernismo (Século XX)</u> . Editorial Presença. Lisboa. 2004. p 87. |
| fig 22 | Exposição do Mundo Português: planta de conjunto | FRANÇA, José-Augusto – <u>História da Arte em Portugal: o Modernismo (Século XX)</u> . Editorial Presença. Lisboa. 2004. p 83. |
| fig 23 | Exposição do Mundo Português: imagens da época | FRANÇA, José-Augusto – <u>História da Arte em Portugal: o Modernismo (Século XX)</u> . Editorial Presença. Lisboa. 2004. p 83 PEREIRA, Paulo (direcção) – <u>História da Arte Portuguesa</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 527. |
| fig 24 | Salazar representado por João Paulo Cotrim e Miguel Rocha | COTRIM, João Paulo; ROCHA, Miguel – <u>Salazar, agora na hora da sua morte</u> . Parceria A M Pereira. Lisboa. 2006. s/p. |
| fig 25 | Planta de conjunto do Plano de Alvalade (Plano de Urbanização da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro) | COSTA, João Pedro – <u>Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português</u> . Livros Horizonte e FAUTL. Lisboa. 2002. p 34. |
| fig 26 | Plano de Alvalade: perfis transversais dos arruamentos e projecto-tipo de edifício de habitação colectiva | COSTA, João Pedro – <u>Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português</u> . Livros Horizonte e FAUTL. Lisboa. 2002. p 33 e p 47. |
| fig 27 | Habitações unifamiliares de Manoel Marques e Armando Lopes (1933) e de Celestino de Castro (1949-51) | FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – <u>Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna</u> . Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. ficha 7 e ficha 12. |
| fig 28 | Conjunto urbano da Rua de Ceuta | FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – <u>Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna</u> . Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. ficha 8. |
| fig 29 | Bairro das Estacas: perspectiva | PEREIRA, Paulo (direcção) – <u>História da Arte Portuguesa</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 533. |
| fig 30 | Perspectiva do conjunto da Av. dos Estados Unidos da América | MATOS, Madalena Cunha – <u>Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência</u> , in <i>Jornal Arquitectos</i> #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002. p 47. |
| fig 31 | Conjunto habitacional na Avenida Infante Santo | PEREIRA, Paulo (direcção) – <u>História da Arte Portuguesa</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 534. |
| fig 32 | Conjunto Vavá, no cruzamento entre a Av. de Roma e a Av. dos EUA | PEREIRA, Paulo (direcção) – <u>História da Arte Portuguesa</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 534. |

| | | |
|--------|--|--|
| fig 33 | Centro Comercial do bairro de Casas Económicas do Restelo, em Lisboa, e conjunto Residencial da Boavista, no Porto | FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – <u>Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna</u> . Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. ficha 13. |
| fig 34 | Cidade satélite nº3 para Luanda: plano do conjunto e perspectiva da área do centro cívico | COSTA, Vasco Vieira da – <u>Luanda: Plano para a Cidade Stélie nº3</u> . Concurso para obtenção do diploma de arquitecto. Escola Superior de Belas Artes do Porto (Curso de Arquitectura) e Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola. Porto. 1984. p 101 e p 117. |
| fig 35 | Planta de conjunto da Unidade Residencial de Ramalde | TRIGUEIROS, Luiz (edição) - Fernando Távora. Editorial Blau. Lisboa. 1993. p 54. |
| fig 36 | Perspectiva e perfil de conjunto do plano do bairro de Nova Oeiras | AAVV – <u>Luís Cristino da Silva (arquitecto)</u> . Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1998. p 137 e p 85. |
| fig 37 | Imagens do processo de construção do bairro de Nova Oeiras | AAVV – <u>Luís Cristino da Silva (arquitecto)</u> . Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1998. p 171 e p 83. |
| fig 38 | Plano de conjunto de Olivais Norte | AAVV – <u>Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa</u> . Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 253. |
| fig 39 | Conjunto habitacional do Campo do Luso | FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – <u>Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna</u> . Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. ficha 19. |
| fig 40 | Construção do viaduto Duarte Pacheco, sobre o vale de Alcântara | MATTOSO, José (direcção) – <u>História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 267. |
| fig 41 | Oliveira Salazar visita a Feira das Indústrias, em Junho de 1951 | MATTOSO, José (direcção) – <u>História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 451. |
| fig 42 | Vantagens da infra-estruturação e modernização ao serviço do Estado, por João Paulo Cotrim e Miguel Rocha | COTRIM, João Paulo; ROCHA, Miguel – <u>Salazar, agora na hora da sua morte</u> . Parceria A M Pereira. Lisboa. 2006. s/p. |
| fig 43 | A tentativa de golpe de Botelho Moniz, retratada por João Paulo Cotrim e Miguel Rocha | COTRIM, João Paulo; ROCHA, Miguel – <u>Salazar, agora na hora da sua morte</u> . Parceria A M Pereira. Lisboa. 2006. s/p. |
| fig 44 | Tomada do Santa Maria, crise académica de Lisboa, guerra colonial | MATTOSO, José (direcção) – <u>História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 531, p 540 e p 533. REIS, António – <u>Portugal: 20 Anos de Democracia</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 42. |
| fig 45 | Plano de conjunto do bairro de Olivais Sul | FRANÇA, José-Augusto – <u>História da Arte em Portugal: o Modernismo (Século XX)</u> . Editorial Presença. Lisboa. 2004. p 185. |
| fig 46 | Fotografia aérea do bairro de Olivais Sul, depois da construção | AAVV – <u>Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa</u> . Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 39. |
| fig 47 | Planta de conjunto do plano do bairro da Pasteleira | FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – <u>Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna</u> . Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. ficha 23. |
| fig 48 | Fotografia de conjunto do bairro da Pasteleira | FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – <u>Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna</u> . Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. ficha 23. |
| fig 49 | Planta do plano do bairro de Chelas | AAVV – <u>Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa</u> . Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 260. |
| fig 50 | Imagem aérea do bairro de Chelas | AAVV – <u>Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa</u> . Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 40. |

| | | |
|--------|--|---|
| fig 51 | Fotografia da zona I de Chelas | AAVV – <u>Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa</u> . Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 41. |
| fig 52 | Fotografia das zonas N1 e N2 do bairro | AAVV – <u>Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa</u> . Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 41. |
| fig 53 | Bairro operário da Ponte da Pedra (planta do conjunto e fotografias) | TOSTÕES, Ana – <u>Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50</u> . FAUP Publicações. Porto. 1997. p 297. |
| fig 54 | Perspectiva do conjunto de casas de renda económica em Barcelos | TOSTÕES, Ana (coordenação) – <u>Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira</u> . Quimera Editores. Lisboa. 2004. p 165. |
| fig 55 | Bairros da FCP-HE em Braga e no Barreiro | MATOS, Madalena Cunha – <u>Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência</u> . in <i>Jornal Arquitectos</i> #204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002. p 34. |
| fig 56 | Bairro da FCP-HE em Coimbra (imagem da inauguração e planta do conjunto) | CORREIA, Jorge Paulo – <u>Bairro das Caixas: Coimbra</u> . Prova final de licenciatura em Arquitectura apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. |
| fig 57 | Bairro da FCP-HE no Funchal (foto da maquete) | FERNANDES, José Manuel (comissário) – <u>Anos 60 anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta</u> . Livros Horizonte e Lisboa 94. (catálogo da exposição organizada pelo Departamento de Intervenção Urbana da Sociedade Lisboa 94). Lisboa. 1994. s/p. |
| fig 58 | Bairro da FCP-HE em Peniche | PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – <u>Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/ Anos Oitenta</u> . Fundação de Serralves. Porto. 1991. p 25. |
| fig 59 | Conjunto habitacional junto ao liceu, em Aveiro | PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – <u>Portugal: Architecture 1965-1990</u> . Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed. Electa. Milão. 1991]. p 58. |
| fig 60 | Alçado do edifício <i>Franjinhas</i> | TOSTÕES, Ana (coordenação) – <u>Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira</u> . Quimera Editores. Lisboa. 2004. p 208. |
| fig 61 | A queda de Salazar, retratada por João Paulo Cotrim e Miguel Rocha | COTRIM, João Paulo; ROCHA, Miguel – <u>Salazar, agora na hora da sua morte</u> . Parceria A M Pereira. Lisboa. 2006. s/p. |
| fig 62 | Marcello Caetano: primeiro discurso público após a posse, e na RTP, nas <i>Conversas em Família</i> | MATTOSO, José (d direcção) – <u>História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 548. <i>Público</i> . 17 de Agosto de 2006. |
| fig 63 | Encontro nacional de estudantes na Associação Académica de Coimbra, em 1969 | MATTOSO, José (d direcção) – <u>História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 553. |
| fig 64 | Projecto para conjunto habitacional em Caxinas: foto da maquete | PEREIRA, Paulo (d direcção) – <u>História da Arte Portuguesa</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1995. p 551. |
| fig 65 | Esquisso de Álvaro Siza e maquete para o conjunto habitacional da Bouça | TRIGUEIROS, Luiz (edição) – <u>Álvaro Siza 1954-1976</u> . Editorial Blau. Lisboa. 1997. p 176 e p 177. |
| fig 66 | Bairro da lata em Marvila | MATTOSO, José (d direcção) – <u>História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 424. |
| fig 67 | Crescimento das periferias: a Amadora vista a partir da estação ferroviária | REIS, António – <u>Portugal: 20 Anos de Democracia</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 310. |
| fig 68 | Projecto de habitação evolutiva da Quinta do Pombal (planta e perspectiva ilustrando o crescimento da habitação) | TOSTÕES, Ana (coordenação) – <u>Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira</u> . Quimera Editores. Lisboa. 2004. p 71. |
| fig 69 | Repressão da contestação à saída do III COD, em Aveiro (Abril de 1973) | MATTOSO, José (d direcção) – <u>História de Portugal (Sexto Volume): A Segunda Fundação (1890-1926)</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 556. |

| | | |
|--------|--|---|
| fig 70 | Urbanização da EPUL em Telheiras: foto da maquete | AAVV – <u>Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa</u> . Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa. 1987. p 253. |
| fig 71 | Bairro da EPUL no Restelo: planta de conjunto e perspectiva da proposta | TOSTÕES, Ana (coordenação) – <u>Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira</u> . Quimera Editores. Lisboa. 2004. p 94 e p 217. |
| fig 72 | Imagem aérea do conjunto Pantera Cor-de-Rosa | BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (organização) – <u>Arquitectura do Século XX: Portugal</u> . Prestel. Lisboa. 1997. p 260. |
| fig 73 | Conjuntos habitacionais do SAAL da Qta. do Bacalhau e da Qta. das FONSECAS | PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – <u>Portugal: Architecture 1965-1990</u> . Editions du Moniteur. Paris. 1992. [1ª ed. Electa. Milão. 1991]. p 77 e p 78. |
| fig 74 | Conjunto da Bela Vista, do Plano Integrado de Setúbal, e projecto de Aldo Rossi (não construído) | FIGUEIRA, Jorge – <u>Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada</u> . in <i>Jornal Arquitectos</i> #223. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2006. p 42. |
| fig 75 | Bairro do Leal, realizado no âmbito do SAAL | FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (comissariado) – <u>Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna</u> . Ordem dos Arquitectos e Editora Civilização. Porto. 2001. ficha 24. |
| fig 76 | Imagem da revista New Society de Março de 1969: capa e início do artigo | HUGHES, Jonathan; SADLER, Simon (editores) – <u>Non-plan: essays on freedom, participation and change in modern architecture and urbanism</u> . Architectural Press. Oxford. 2000. p 3 e p 13. |
| fig 77 | Imagem da revista New Society de Março de 1969: proposta para uma das zonas | HUGHES, Jonathan; SADLER, Simon (editores) – <u>Non-plan: essays on freedom, participation and change in modern architecture and urbanism</u> . Architectural Press. Oxford. 2000. p 18 e p 19. |
| fig 78 | Autocolante da associação de moradores de Massarelos | REIS, António – <u>Portugal: 20 Anos de Democracia</u> . Círculo de Leitores. Lisboa. 1994. p 349. |
| fig 79 | Imagens da expansão urbana portuguesa recente | MILHEIRO, Ana Vaz; FIGUEIRA, Jorge (coordenação) – <u>Paisagens Invertidas: Les Yeux Qui ne Voient Pas</u> . Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2003. p 5. Jornal <i>Arquitecturas</i> #9. Lisboa. 2006. p 23 e p 38. PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – <u>Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades</u> . Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2004. p 81. |
| fig 80 | O automóvel e a expansão suburbana a partir das infra-estruturas viárias | MILHEIRO, Ana Vaz; FIGUEIRA, Jorge (coordenação) – <u>Paisagens Invertidas: Les Yeux Qui ne Voient Pas</u> . Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2003. p 10 e p 38. PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – <u>Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades</u> . Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2004. p 73. |